

Sônia Caldas Pessoa
Camila Maciel Campolina Alves Mantovani
Luiz Alex Silva Saraiva

Afetos e Experiências

Da, Na e Para a Universidade

Volume 1



A trilha dos afetos vem sendo perseguida há alguns anos, em especial após a Virada Afetiva, por pesquisadores interessados em não apenas humanizar o fazer científico, mas, sobretudo, em enriquecer as dimensões próprias do conhecimento. Nesta obra não é diferente. voltamos a explorar, de forma interdisciplinar, a presença dos afetos e das afetações nas práticas acadêmicas. Mais do que teorizar ou apresentar experiências, o objetivo é trazer aportes plurais, oriundos de campos distintos de conhecimento, sobre como pode ser humanizada e diversa a universidade. A obra será constituída por percursos atravessados pelos afetos – afetividades e afetações – mesmo que eventualmente não possuam originalmente este nome nas áreas de origem e/ou projetos de pesquisa, ensino e extensão dos autores. Nossa proposta é reunir um conjunto de textos, produzidos por pesquisadores cuja experiência é reconhecida nesta área de pesquisa, assim como jovens pesquisadores, recém-doutores e mestres, que têm explorado a temática em áreas distintas. Que tal costurar conosco possibilidades a partir de conceitos, noções e ideias que possam convergir para territórios tão próximos quanto distantes, tão comuns quanto diversos?: o lugar de uma universidade tecida com fios diferentes, assentada sobre concepções distintas e viabilizada por várias práticas dessemelhantes, muitas das quais permeadas pelos afetos mesmo quando não nos damos conta disso ou não nos referenciamos em aportes teóricos que assim nomeiam estes processos de ensino, pesquisa e extensão? Desafiados pelos organizadores a tecer ideias, percursos, concepções, práticas pedagógicas e de pesquisa, os autores se propõem a refletir sobre quem são e de que maneira são afetados e lidam com o afeto no seu cotidiano acadêmico.

PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO



PROGRAD
PRÓ-REITORIA
DE GRADUAÇÃO



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



editora *fi.org*



**AFETOS E EXPERIÊNCIAS
DA, NA E PARA A UNIVERSIDADE
VOLUME 1**



Comunicação, Discursos & Experiências

Diretores

Profa. Dra. Sônia Caldas Pessoa

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva

Universidade Federal de Minas Gerais

Comitê Editorial

Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Dominique Ducard

Université Paris-Est Créteil Val de Marne, França

Profa. Dra. Graciela Martínez Matías

Universidad Nacional Autónoma del México, México

Profa. Dra. Ida Lucia Machado

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Daniel Martín Pena

Universidad de Extremadura, Espanha

AFETOS E EXPERIÊNCIAS

DA, NA E PARA A UNIVERSIDADE

VOLUME 1

Organizadores

Sônia Caldas Pessoa

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Luiz Alex Silva Saraiva



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Revisão: Sônia Caldas Pessoa



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhável 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A256 Afetos e experiências: da, na e para a universidade [recurso eletrônico] / Sônia Caldas Pessoa, Camila Maciel Campolina Alves Mantovani e Luiz Alex Silva Saraiva (orgs.). Cachoeirinha : Fi, 2023.

v. 1 ; 332p.

Série Comunicação, Discurso & Experiências.

ISBN 978-65-85725-52-1

DOI 10.22350/9786585725521

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Universidade – Comunicação – Afetos. I. Pessoa, Sônia Caldas. II. Mantovani, Camila Maciel Campolina Alves. III. Saraiva, Luiz Alex Silva.

CDU 378:159.93

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
PENSAR E ESTAR EM RELAÇÃO: O MUNDO EM MOVIMENTO COMO PRINCÍPIO <i>Fernando Resende</i>	
APRESENTAÇÃO	16
ENCONTROS DE CORPOS EM UNIVERSIDADES: AFETOS QUE NOS INSPIRAM E NOS INSTIGAM <i>Sônia Caldas Pessoa</i>	
1	34
COMUNGAR O COMUM: AÇÕES AFIRMATIVAS E A PRESENÇA DOS CORPOS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO <i>Carlos Magno Camargos Mendonça</i>	
2	57
EXPERIÊNCIA DE ENSINO EM FORMATO PODCAST: MOBILIDADES, TEMPORALIDADES E TERRITORIALIDADES POLÍTICO-AFETIVAS <i>Sônia Caldas Pessoa</i> <i>Camila Mantovani</i> <i>Phellipy Jácome</i>	
3	89
ANÁLISE DO DISCURSO E AS URGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS CONTRA-HEGEMÔNICAS <i>Leticia Santana Gomes</i>	
4	110
EXPERIÊNCIAS DE IMIGRANTES HAITIANOS: TRILHAS DE AFETOS, IMAGINÁRIOS E PRECONCEITO <i>Sônia Caldas Pessoa</i> <i>Jude Civil</i>	
5	128
UM CAMALEÃO NA ENCRUZILHADA: EXPERIÊNCIAS AFETIVAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NOS CRUZAMENTOS ENTRE A COMUNICAÇÃO, O TEATRO, A PERFORMANCE E A LITERATURA <i>Juarez Guimarães Dias</i>	

6

158

UM TETO TODO NOSSO: UM ESPAÇO PARA A PESQUISA EM LESBIANIDADES

Joana Ziller

Leíner Hoki

Dayane do Carmo Barretos

Maria Paula Monteiro

Rafaela Vasconcelos Freitas

Elis Rockenbach

Kellen do Carmo Xavier

7

179

MULHERES EM CONTEXTOS DE RURALIDADES EM MEIO AOS AFETOS: O RECRIAR DA EXPERIÊNCIA EM UMA COMUNICAÇÃO QUE SE RE(DE)S)FAZ ACADÊMICA

Amáбиле Tollo Boessio

8

210

O UMBIGO DA PESQUISA: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ENTRELAÇADA NA VIDA

Stephanie Boaventura

9

233

CENAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA LITERATURA: DA NEGAÇÃO À REATIVAÇÃO SENSÍVEL PELA VIA ESTÉTICO-POLÍTICA

Vanessa Cardozo Brandão

10

263

ATIVISMO AUTISTA NO INSTAGRAM: UMA CARTOGRAFIA AFETIVA DE ENUNCIADOS E DEMANDAS NEURODIVERGENTES

Igor Lucas Ries

Angie Biondi

11

292

CÍNTIA: UMA PERSONAGEM AUTORA DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E SEUS MUITOS ELOS E AFETOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Adriano Medeiros da Rocha

Cintia Rita Soares de Freitas

Luiz Felipe Pereira

ORGANIZADORES

321

AUTORES

324

PREFÁCIO
PENSAR E ESTAR EM RELAÇÃO:
O MUNDO EM MOVIMENTO COMO PRINCÍPIO

Fernando Resende

“Tudo que nos afeta nos interpela em pesquisa”. Podemos partir desta frase, com a qual nos deparamos logo na introdução deste livro, como mote para ler o material que chega às nossas mãos. Nela, são 3 as provocações que me chamam atenção: o afetar, o interpelar e o “em” pesquisa. Começo pelo “afetar”, há aí uma perspectiva epistêmica central, se quisermos nos fazer atentos às reflexões sobre a Comunicação. Desde que rompemos com a perspectiva dicotômica e binária, que via no processo comunicacional a condição para o exercício da transmissão de informação e/ou de algum tipo de conhecimento, que supostamente partia de um dado emissor a um receptor, os estudos nesta área vêm sendo desafiados a problematizar o que se processa – o que acontece – nas (e a partir das) relações criadas na partilha, seja da informação e/ou do conhecimento. Pensando em linhas gerais, ao que me parece, estamos às voltas com este problema já há cerca de 40 anos, particularmente quando Martin-Barbero nos chamou atenção para a relevância de pensar a partir das mediações. Desde aí, foi o problema da alteridade que tomou forma e ganhou preponderância, tendo em vista o fato de que, passávamos a saber, o processo comunicacional só se constituía a partir do paradoxo que lhe é intrínseco: desejar o encontro e ser, ao mesmo tempo, gerador de ruídos.

É, assim, à luz da complexidade do fenômeno comunicacional que também passamos a nos ver desafiados a pensar a partir de uma mudança paradigmática. Falo de uma linha temporal bastante extensa, mas podemos pensar que de uma lógica da transmissão a uma outra, que coloca em questão o “princípio da relação” (Marcos, 2007); ou de uma dada ética da representação à questão da representatividade e, mais adiante, a uma “poética da relação” (Glissant, 2021), muito do que passou a nos tomar como problema, enquanto pesquisadores e/ou fazedores da comunicação, está diretamente relacionado ao entendimento (e ao fato) de que a comunicação institui o lugar da diferença como princípio (D’Amaral, 2004). Em outras palavras, se, como já nos alertava Vera França (2004), o campo de estudos da comunicação tem como desafio observar o mundo em movimento, o que esta tal mudança de paradigma nos lança como desafio é trabalhar com o problema de que, no movimento – e acontecendo ao mesmo tempo – estão as dinâmicas de poder e os sentidos gerados com a (e a partir da) comunicação.

Por este caminho, e de forma concomitante a um grande avanço tecnológico que trouxe outras indagações e outros problemas às práticas comunicacionais, passamos a melhor depurar os dilemas que as relações suscitam, trabalhando mais detidamente e de forma crítica, com o que Muniz Sodré (2018) nos propôs entender como “estratégias do sensível”. Do meu ponto de vista, este autor, ao colocar na mesma mesa o afeto, a mídia e a política, nos ajudava a dar encaminhamentos importantes para nossas pesquisas que tinham como dilema produzir indagações e propor reflexões a partir do sensório – ou daquilo que se constrói e produz sentidos no âmbito do que podemos chamar de uma “dimensão afetiva”. Ainda que nesta abordagem talvez o esforço fosse

ainda o de nomear as emoções suscitadas pelas relações – algo fora do escopo de interesse do livro que ora nos é apresentado –, o que há nela de muito instigante é o fato de jogar luz sobre nossos modos de apreender (e dar legitimidade a) um pensamento mais afeito às sociabilidades e aos dilemas que atravessam as relações entre um eu e um outro, algo próprio do processo comunicacional.

Consciente da complexidade deste percurso que é, antes de tudo, de natureza epistêmica, faço este breve apanhado com o objetivo de traçar uma linha que nos ajude a melhor apreender os problemas lançados por um livro como este que nos é apresentado. A problemática do afeito, no campo de estudos e fazeres comunicacionais, do meu ponto de vista, é gestada nesta dinâmica. Ela atravessa uma dimensão subjetiva, envolvendo as relações, os poderes e as práticas comunicacionais; problema que passamos a ter contato, aos poucos, na medida em que também vínhamos colocando em questão algumas das hegemonias construídas por um campo tradicionalmente mais atento às aplicabilidades do que às relações.

Nesse percurso, pensando a partir de um paradigma relacional, e tendo em vista o quadro histórico-cultural que ora atravessamos (Resende, 2012), as interseccionalidades, já que de forma pontual ativam os jogos de poder, provocam atritos e ajudam a fazer transparecer a dinâmica das diferenças. Questões relacionadas aos processos de racialização dos indivíduos e à compreensão do gênero como construto interferem diretamente nos nossos modos de apreender os processos de disputa e sedimentação dos poderes e de produção de sentidos que envolvem a comunicação e suas práticas. Elas despontam, assim, como aspectos centrais que dão materialidade ao problema das interações no processo comunicacional. E é por este viés que sugiro pensar a força do

termo “interpelar”, que também aparece na frase para a qual, logo no início, chamo atenção.

Neste livro, na sua estrutura e na diversidade de problemas que evoca, é premente a preocupação acerca das “temáticas sensíveis que impactam a existência das pessoas”. Pensar com e a partir da diferença nos traz a todos, como desafio, haver-se com o fato de que as subjetividades são múltiplas. Falamos de modos de existir, quero pensar, de uma pluralidade que, inevitavelmente, materializa o que Levinas (2004) entende como alteridade radical: a percepção de que a existência do outro – ou de que a relação eu/outro – nos interpela a nós mesmos, chamando-nos para uma ação ética que implica a responsabilidade pela lida com aquilo que é inassimilável. Ou seja, com Levinas aprendemos que toda diferença é assimétrica e, portanto, radical; ela nos conduz à ordem do que é desconhecido, o que deve evocar em nós um desejo de ação a favor do estar-com. Nesse sentido, deixar-se interpelar pelo que nos afeta é, no meu entender, estar (ou se fazer) comprometido com a existência do outro.

Sob esta perspectiva, pensar e discutir políticas públicas que se mostram transformadoras, levantar questões e problemas a partir das lesbianidades, da violência de gênero, das ruralidades e do autismo, por exemplo, somente para citar alguns dos temas presentes nos textos compilados neste volume é, efetivamente, se colocar na condição de lançar perguntas a partir da diversidade de experiências subjetivas que, de forma assimétrica, configuram o nosso espaço vivido. Nesse sentido, é fato, não se trata mais – ou tão-somente – de mobilizar questões a partir das estratégias sensíveis, mas de buscar dar a ver ações e gestos que as subjetividades (e as relações) suscitam. E notemos, ainda, que é

“em” pesquisa – o terceiro dos elementos que me provoca – que essas mobilidades se dão.

Ou seja, o “umbigo da pesquisa” – parte do título de um dos artigos presentes neste volume – é central. A produção de conhecimento, quando comprometida com a ética da responsabilidade, não pode deixar de reconhecer que vida e pesquisa – binômio também ressaltado na introdução deste volume –, sem jamais serem a mesma coisa, produzem transversalidades fundamentais. O entrelaçamento corpo/experiência/vulnerabilidades, à luz das assimetrias, da produção de estereótipias, das disputas de poder e das dinâmicas das interações ativadas pelo processo comunicacional demandam de todos nós o esforço de problematizar, criticar e criar metodologias a partir de uma pluralidade de empirias – experiências de vida – e aportes teóricos. E assim, ao olhar para este problema e fazer deste princípio um lugar “de encontros em confluência”, sem buscar harmonias, este volume, sem dúvida, contribui para a produção de uma ciência contaminada e situada. Falo de uma ciência em movimento, podemos assim dizer, que se faz valer de um território aberto no qual as subjetividades estão em constante processo de disputa e produção de sentidos. Desse modo, a partir deste olhar, não só ratificamos o fato de que é na dinâmica das relações que as diferenças se processam, como também compreendemos que cruzar pesquisa e vida é uma forma de dar a ver as relações em (processo de) acontecimento.

Deste (e neste) lugar, talvez seja a universidade – em particular as instituições públicas em um país desigual como o Brasil – um dos lugares de excelência onde, cotidianamente, métodos, pensamentos, disputas, experiências e práticas de vida se cruzam. Pensar, por exemplo, a partir do discurso e de suas contra-hegemonias, de

exercícios de auto-etnografias e das perspectivas queer e feminista, no contexto do que busco aqui explorar, propondo encontrar na literatura, nas redes sociais, nas experiências e práticas de ensino alguns dos lugares nos (e a partir dos) quais os corpos existem e acontecem, é acolher a universidade como um espaço no qual pesquisa e vida se entrelaçam.

Por esta perspectiva, no meu entender, este volume, além de tudo, evoca em todos nós – ou em nós todes, melhor enfatizar – uma importante reflexão acerca do lugar e do papel da universidade. Um caminho que me parece importante se, uma vez ocupando o lugar da universidade, levamos em consideração o desafio que, nos últimos anos, atravessa o campo de estudos da comunicação: haver-se com as diferenças que as relações (e as mediações) suscitam. Por este viés, o que leio neste volume é o desejo de pensar e criar indagações a partir do que vivem os sujeitos que estão em cena – ou a partir dos corpos de sujeitos que experimentam e vivem a radicalidade de serem outros.

Assim, afetar (e ser afetado), permitindo-se ser interpelado pelo que nos toca são, aqui, gestos indissociáveis; eles são movimentos que nos ajudam a problematizar e compreender a pesquisa (e, no caso, a comunicação) como parte do mundo em movimento. Isso, no meu entender, é levar adiante o que escolho pensar como central para a comunicação: haver-se, na medida de uma ética e de uma estética, com o que Ricoeur (2005) entende como sendo o “paradoxo da incomunicabilidade”: sermos sabedores de que o discurso cria abismos e de que, ainda assim, é através da linguagem que nós nos comunicamos.

REFERÊNCIAS

- D'AMARAL, M. (2004). **Comunicação e diferença – uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns**. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FRANÇA, V. (2004) “Representações, mediações e práticas comunicativas”. In: FOLLAIN & GOMES PEREIRA (orgs.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- GLISSANT, 2021. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo.
- LEVINAS, E. (2004) **Entre nós - ensaios sobre a alteridade**. Rio de Janeiro: Vozes.
- MARCOS, M. L. (2007). **Ciências da Comunicação – Princípio da Relação e Paradigma Comunicacional**. Lisboa, Colibri.
- RESENDE, F. (2012) “Falar para as massas, falar com o Outro: valores e desafios do jornalismo”. In: França, V. & Vaz, P. (orgs.). **Comunicação midiática: instituições, valores, cultura**. Belo Horizonte, Autêntica.
- RICOEUR, P. (2005). “Discours et communication”. *Cahier de L’Herne Ricouer*, n.81. Paris: Editions de L’Herne.
- SODRÉ, M. (2018). **As estratégias sensíveis – afeto, mídia e política**. Rio de Janeiro, Mauad.

APRESENTAÇÃO

ENCONTROS DE CORPOS EM UNIVERSIDADES: AFETOS QUE NOS INSPIRAM E NOS INSTIGAM

*Sônia Caldas Pessoa*¹

O meu avô paterno sempre me recomendou visitar o dicionário como prática cotidiana, repetindo este movimento diversas vezes, mesmo que não houvesse um objetivo específico, até que se tornasse um hábito. Dizia ele que o dicionário provoca o nosso encontro com novas palavras, o que nos abre mundos desconhecidos ou nos permite reencontrar aquelas que já conhecemos e, de tanto usá-las, esvaziamos os seus sentidos mais preciosos ou não sabemos explicar por mais que as usemos nas nossas conversas cotidianas mais banais.

Abro vez ou outra o Dicionário Houaiss, edição 2009, para sorrir com as descobertas, em homenagem ao meu avô Moacyr Pessoa. E antes do encontro com a palavra da vez, vou chamar Vô para essa conversa. Uma breve apresentação para que vocês o conheçam por meio do meu encontro com ele, responsável por grande parte das minhas leituras na adolescência, me incentivando a ser uma consumidora voraz de teorias e de literatura. Que pena não ter explorado conversas sobre a sua vida política. Ele partiu para outra dimensão há mais de 30 anos, aos 83 anos, e meu pai há três. Por isso, recorro às minhas tias para tentar recuperar

¹ Professora do Departamento de Comunicação Social (PPGCOM/UFMG), Bolsista Produtividade do CNPQ (Bolsa PQ); Bolsista Capes-Print como professora visitante no Institut Mines-Telecom (2023/2024). Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades; do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES/FAFICH UFMG) e da Rádio Terceiro Andar (UFMG). Coordena o projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência, que tem financiamento da Fapemig. soniacaldaspessoa@gmail.com.

algumas experiências dele. Era adepto do existencialismo, da obra de Jean-Paul Sartre, e movimentos de esquerda. Conviveu com Jorge Amado, na época em que o escritor se hospedou em Paracatu e dizem que teria namorado minha tia-avó paterna, Nadir Pessoa. Infelizmente, nenhum dos dois está mais aqui para desmentir ou confirmar tal fofoca. Comprava livros de autores do leste europeu em Belo Horizonte e da revista Senhor, extinta na década de 1960. Chegava a usar boa parte do salário para adquirir livros que considerava importantes, o que desagradava a minha avó. Conhecimento e racionalidade para ele eram valores primeiros da vida. Era de muitos afetos com poucas pessoas, aquelas especiais, independentemente do parentesco, a quem se dedicava, fazia favores e presenteava, principalmente, com boas doses de informações, partilha de conhecimento e de livros. Partilha pouca fazia das suas experiências. Talvez pelos traumas da perseguição política, mantinha em discrição absoluta suas vivências como parlamentar e repetia a cada curiosidade nossa que "voto é secreto". Afetações múltiplas deixavam transparecer com os rumos políticos do país.

Foi eleito vereador de Paracatu, no noroeste de Minas, e empatou em votos com um concorrente, mas ganhou por ser o mais velho. Não fez campanha nenhuma e mesmo assim se elegeu. Foi cassado, por ter sido denunciado, como subversivo, por uma vereadora de extrema direita. Um amigo de direita sugeriu que ele ficasse escondido alguns meses em sua fazenda para sua própria proteção. Ali, direita e esquerda, mesmo em época de ditadura no Brasil, se encontraram em um movimento ousado para proteger a existência de um ainda que tivessem divergências ideológicas e estivessem em partidos concorrentes. Os filhos dele sofreram *bullying*, em um tempo no qual provavelmente esta

palavra não estava dicionarizada. Continuou contando com a ajuda de amigos de direita, de esquerda e de centro para se proteger enquanto durou a perseguição política. Os livros foram escondidos por uma das filhas em um cômodo no quintal da casa e foram misteriosamente queimados. Meu avô era contador, e por muito tempo assinou uma coluna no jornal A Tribuna de Paracatu sob o pseudônimo de Leonardo Pataca, personagem do livro *Um sargento de milícias*, escrito por Manuel Antônio de Almeida.

Com Vô Moacyr em pensamento, quase como a me observar ir à estante buscar o dicionário, hábito que tenho há muitos anos e já narrei em outros momentos, abri a obra que tem 1986 páginas. Deparei-me com 14 significados possíveis para a palavra Encontro cuja etimologia remonta ao século XIV, do latim *incontrare*, ir na direção, ao encontro de. Chama a minha atenção o desafio de compreender a obviedade do ato de encontrar: chegar uns diante do outro ou uns diante dos outros, a junção de pessoas ou coisas que se movem em vários sentidos ou se dirigem para o mesmo ponto. Pode ser ainda compreendido como um choque físico entre pessoas ou coisas, aquele momento popularmente chamado por *encontrão*. Pode ser situado como combate, enfrentamento ou disputa, briga ou duelo ou uma reunião de pessoas ou de especialistas para discutir determinado assunto. E se for a confluência de um rio? Pode também.

Acho que vou parar por aqui, me satisfazendo por ora com os sentidos relacionados.

Se me permito seguir a estante de livros em busca de Ética é para visitar um hábito e também o pensamento do filósofo holandês Baruch de Spinoza, de origem judaica portuguesa, e que viveu no século XVII. Nosso encontro com a filosofia de Spinoza teve lugar há sete anos

por meio de três colegas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vinham de Spinoza algumas inspirações para as pesquisas com afetos que iniciamos em conjunto naquele 2016. Cada um já se movia em cenários diversos, incursionando em terrenos nem sempre na mesma direção. Aquela reunião foi o momento em que propusemos nos encontrar, em reunião, para colocar nossos corpos em pesquisa. E desta vez, em conjunto, tanto como especialistas quanto como aprendizes.

Estávamos literalmente uns diante dos outros: Ângela Cristina Salgueiro Marques, Carlos Magno Camargos Mendonça, Jean-Luc Moriceau e eu. Arrisco a dizer que nosso primeiro choque foi físico porque nosso corpo foi afetado por perspectivas singulares, individualizadas, postas em disputa com o coletivo, cada um a seu modo. Saí dali cheia de ideias, perplexa e animada. Havia muito eu flertava com reflexões sobre colocar nosso corpo em cena na investigação científica, engajamento com temas e *corpus sensível* (PESSOA, 2018) e a articulação epistemológica que nos libertasse, de modo efetivo, de uma ciência que ainda busca distanciamento, muitas vezes centrada no quantitativo e em metodologias reaplicáveis. Não tomem como leviana a minha observação nem a entendam como crítica. Toda ciência tem seu lugar, importância e reconhecimento. Cabe a um de nós escolher com qual ciência quer seguir o caminho sem impor dicotomias desnecessárias.

Digo ciência, compreendendo-a no nosso fazer cotidiano também como corpo, aquele que reúne um conjunto de conhecimentos, que vamos sistematizando por meio de inúmeras possibilidades, como a observação, a identificação, a investigação, a leitura, os fenômenos, os contextos, o diálogo que articula teoria e metodologia, que conversa com a empiria, que se coloca em relação com outros sujeitos, que está

em abertura Da, Na e Para a universidade assim como Da, Na e Para a sociedade.

O que desejo compartilhar com vocês é o incômodo que sentia por entender que o meu trabalho como pesquisadora estava vinculado a muitos processos de afetação. Como já registrei em salas de aula, conferências e textos, eu seguia os caminhos dos afetos intuitivamente, dialogava por meio de sensações e de emoções. Faltava-me o encontro com a filosofia dos afetos. Faltava-me a compreensão de que tudo o que nos afeta nos interpela em pesquisa. Somos corpos que se constituem socialmente de modo holístico, sendo inseparáveis os aspectos físicos, intelectuais e espirituais. Uma vez mais convém lembrar que não invocamos aqui as emoções nomeáveis, como se pudessem ser buscadas nos dicionários ou compreendidas equivocadamente na leitura de Spinoza. Estamos nos atendo às afecções do corpo, onde ele está, aquele aqui e agora. Mas também o que o aqui e o agora provoca em reminiscências, as dores, os traumas, o vivido 'cru' do nosso cotidiano, aquele que nos marca não só pelos afetos bons, mas, e talvez, principalmente, pelos que não são considerados agradáveis.

Graças aos colegas, fui colocada em colisão - eu experimentei, primeiro, seguir a intuição do meu corpo afetado em vida e em pesquisa para, depois, ser apresentada oficialmente à filosofia dos afetos. Gosto mais de chamá-la assim a categorizá-la no singular como Teoria dos Afetos. Nossos encontros seguem nestes últimos anos e vocês talvez já nos conheçam por meio de obras que publicamos em conjunto, como os livros "Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc Moriceau", organizado por mim, Ângela Cristina Salgueiro Marques e Carlos Magno Camargos Mendonça, em 2019, o "Afetos na pesquisa acadêmica", de 2020, de Jean-Luc Moriceau, e o "Afetos, teses

e argumentos", de 2021, também organizado por nós. Todos estão disponíveis para download gratuito no site do Selo PPGCOM da UFMG.

Para além da produtividade necessária à carreira de pesquisadores, tem nos instigado materializar os nossos achados em encontros provocados por nós desde então e apresentá-los aos interessados em estar em uma universidade mais hospitaleira e acolhedora para e com corpos diversos. Um desafio sem tamanho, é preciso reconhecer. E falo aqui não em nome da Universidade, a Federal de Minas Gerais. Falo como professora, co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, em parceria com Camila Mantovani, na fundação e na condução desse coletivo, que tem voltado o olhar, o interesse e o próprio corpo para as dinâmicas sociais que nos interpelam cotidianamente a pensar outros modos possíveis de nos relacionar, em ciência, ou na academia, como gosta tanto de dizer a maioria dos pós-graduandos com quem tenho convivido nos últimos anos. Falo também como professora que tem levado para a sala de aula, na graduação e na pós-graduação há sete anos, propostas de ensino em dimensão afetiva assim como para projetos de pesquisa e de extensão.

Para a maioria dos estudantes com os quais convivo, a academia está circunscrita a imaginários sociodiscursivos pejorativos, que já ultrapassaram a fronteira e se localizam entre os estereótipos, aqueles que remetem a experiências negativas, a dificuldades de entrada e de permanência na universidade, ao espanto sobre a possibilidade de trabalhar com experiências e afetos em pesquisa, o imenso desafio em se pensarem como sujeitos ativos no processo para reconfigurar os maus encontros na perspectiva de Spinoza, nos quais nosso corpo experienciou afetos considerados pouco convenientes. Nosso esforço é para convidá-los para que se abram aos possíveis encontros e

desencontros da vida e da vida em pesquisa, que se percebam como sujeitos importantes nos processos do famoso tripé que sustenta a universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Que se considerem de dentro para conseguirem vislumbrar reflexões que os permitam olhar para si próprios, a sua interioridade, a sua potência de agir, chegando à reflexividade.

É inegável que em alguns momentos somos paralisados pelo medo, aquele que nos petrifica, nos impede o movimento do corpo em suas dimensões físicas, intelectuais e espirituais (não confundam com religiosidade). Mas há também outros movimentos associados a esta paralisia inicial. E estes nos interessam ainda mais os movimentos que nosso corpo faz para sair deste estado e seguir. E no nosso específico, na universidade, nos movimentar em ensino, pesquisa e extensão.

Mas há medo na universidade? O medo é inerente a nós, humanos, e pode ser desencadeado por situações objetivas e subjetivas, comuns em diversos meios sociais e também ao meio acadêmico, em especial para quem está começando, como a dificuldade para compreender conceitos e autores, o estar perdido entre tanta novidade teórica e metodológica que o caminho se torna um labirinto, o 'travar' no momento da escrita, a insegurança diante de propostas pouco convencionais de pesquisa ou que possam ser alvo de muitas críticas por determinados grupos que ainda pensam a universidade e/ou a academia como um território fechado que deveria ser pouco afeito a temáticas sensíveis que impactam a existência de inúmeras pessoas, entre tantos outros exemplos que tenho certeza que vocês estão resgatando enquanto conversam comigo por meio desta escritura.

O medo também nos acompanha nos nossos deslocamentos, em nossa mobilidade ou imobilidade, nas classes noturnas, nos espaços tão

lindos quanto ermos de um campus universitário. Consigo pensar em medo também na desarmonia das relações cotidianas, nos julgamentos, na exclusão, nos discursos de ódio e de difamação, na exposição de corpos diversos, de discentes e docentes, nem sempre bem recepcionados, ou em situações extremas como as de assédio e de perseguições. O medo está nos corpos que não sabem se conseguirão se manter por limites financeiros e se, até mesmo, estarão ali no dia seguinte. Vejo o medo se materializar a cada vez que uma das pessoas da comunidade acadêmica se encontra com a saúde mental delicada, e nos sentimos impotentes, por mais que tentemos estar ao lado, compreender e encaminhar, diante de desafios que afetam a todos nós.

O medo reside, ainda que adormecido em alguns momentos, pronto para despertar, nos corpos das pessoas consideradas à margem, aquelas que não se enquadram em um padrão de normalização constituído ao longo dos séculos nas dinâmicas sociais. São diversos estes corpos, certamente seremos injustos e não elencaremos aqui possibilidades que contemplem a todos. Para pensar apenas no escopo dos corpos que ocupam esta obra: pessoas negras, mulheres, pessoas com deficiência, lésbicas, homens gays, mães, pais, filhos, entre outras. Esses corpos, que aceitam o nosso convite para conosco pensar os nossos encontros na (s) universidade (s) e os encontros outros proporcionados por esta nossa estadia na vida acadêmica, foram estimulados por nós a escrever sobre o nosso agir em ensino, pesquisa e extensão.

O convite para o livro se deu a partir de nossas relações em encontros na (s) e universidade (s) seja por meio de interesses em comum, por argumentos distintos para pensar o mesmo tema, por participação em bancas de mestrado de doutorado, eventos científicos,

valorização da experiência, o despertar para a cena que nos convoca a nos repensar e a repensar como tentamos manter em relação o discurso, as atividades em trabalho, os modos de vida em universidade. Não se trata de encontro em via de mão única, penso naqueles cujos corpos estão em todos os territórios por eles ocupados na vida universitária. As afetações que despertam ou páram nossos corpos são fundamentais para colocarmos em pauta um conjunto de questões sem as quais torna-se impossível um estar consciente nos ambientes universitários.

Nos dois últimos anos, um encontro tem nos convidado ainda mais em inquietação a propor ações, como este livro, para que tenhamos a oportunidade de falar, discutir, refletir, praticar e escrever o que vivenciamos, em afetações na universidade. O Afetos e o Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG), liderado por Luiz Alex Silva Saraiva, foram apresentados por colegas, se colocaram em relação e têm se dedicado a estabelecer diálogos que, no desconforto de situações e temáticas sensíveis, nos proporcionam o conforto de pensar e de um estar junto não em busca de respostas e soluções, mas à procura de compreensões possíveis para fenômenos e experiências tão complexas.

O que pode um corpo? A inquietação com a qual nos provoca Spinoza é uma interpelação a todos nós.

E se nos propomos a pensar sobre ela aqui é com liberdade. Cada um a seu modo, com suas vivências e referências, com seu modo de ocupar os territórios que se apresentam menos como lugares vazios e mais como encontros em confluência, aquela que respeita o curso dos rios e nem por isso os separa, pelo contrário, os coloca em contato. Aquela que converge para corpos diversos, em suas singularidades e seus direitos à coletividade.

Foi assim que redigimos o argumento inicial para provocar os nossos convidados neste debate. Vocês podem conferir nos três parágrafos a seguir.

A trilha dos afetos vem sendo perseguida há alguns anos, em especial após a Virada Afetiva, por pesquisadores interessados em não apenas humanizar o fazer científico, mas, sobretudo, em enriquecer as dimensões próprias do conhecimento. Nesta obra não é diferente. Voltamos a explorar, de forma interdisciplinar, a presença dos afetos e das afetações nas práticas acadêmicas. Mais do que teorizar ou apresentar experiências, o objetivo é trazer aportes plurais, oriundos de campos distintos de conhecimento, sobre como pode ser humanizada e diversa a universidade.

A obra será constituída por percursos atravessados pelos afetos – afetividades e afetações – mesmo que eventualmente não possuam originalmente este nome nas áreas de origem e/ou projetos de pesquisa, ensino e extensão dos autores. Nossa proposta é reunir um conjunto de textos, produzidos por pesquisadores cuja experiência é reconhecida nesta área de pesquisa, assim como jovens pesquisadores, recém-doutores e mestres, que têm explorado a temática em áreas distintas.

Que tal costurar conosco possibilidades a partir de conceitos, noções e ideias que possam convergir para territórios tão próximos quanto distantes, tão comuns quanto diversos?: o lugar de uma universidade tecida com fios diferentes, assentada sobre concepções distintas e viabilizada por várias práticas dessemelhantes, muitas das quais permeadas pelos afetos mesmo quando não nos damos conta disso ou não nos referenciamos em aportes teóricos que assim nomeiam estes processos de ensino, pesquisa e extensão?

Desafiados pelos organizadores a tecer ideias, percursos, concepções, práticas pedagógicas e de pesquisa, os autores se propõem a refletir sobre quem são e de que maneira são afetados e lidam com o afeto no seu cotidiano acadêmico.

Vamos então ao encontro com os nossos convidados e suas escritas neste Volume 1 do Afetos e Experiências: Da, Na e Para a Universidade. Carlos Magno Camargos Mendonça propõe, em "Comungar o comum: ações afirmativas e a presença dos corpos no ambiente universitário", uma conversa, uma troca de ideias, sobre como as políticas públicas de ações afirmativas transformam, via novas presenças corporais, a comunidade universitária. Estas políticas promovem encontros diversos, favorecendo outras visualidades corporais, físicas e simbólicas, novas perguntas para a pesquisa, outras experiências para o ensino e a extensão. Por ser resultado de intensas lutas sociais, o autor considera as ações afirmativas uma política formulada por um regime das afecções. O ambiente para esta conversa são os campi da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A cadência da conversa é dada por alguns aspectos da virada afetiva.

"Experiência de ensino em formato podcast: mobilidades, temporalidades e territorialidades político-afetivas tem o objetivo de demonstrar, de maneira prática e reflexiva, uma experiência de ensino realizada no primeiro semestre letivo de 2021, momento em que vivíamos a fase aguda da pandemia de Covid-19, que afetou significativamente a maneira como apreendemos e vivenciamos nossos conceitos. Assim, três professores-parceiros-amigos, Sônia Caldas Pessoa, Phellipy Jácome e Camila Mantovani, se propuseram a discutir teorias importantes para suas pesquisas individuais à luz da vida cotidiana. O resultado é uma experiência prazerosa, inacabada,

incompleta, mas potente, que pretendia gerar uma aproximação afetiva em ambientes que tendem a ser bastante insossos, como os das plataformas de aulas virtuais.

O objetivo do ensaio "Análise do Discurso e as urgências contemporâneas contra-hegemônicas", de Letícia Santana Gomes, é suscitar questionamentos para uma Análise do Discurso (AD) contra-hegemônica, descentralizada, a partir de Paveau (2023), em uma epistemologia da metodologia que se respalda em tecnologias intelectuais, como métodos, ferramentas, estilos e condições materiais que possam contribuir, diretamente, para a produção de saberes. Uma abordagem que relaciona Análise do Discurso, Interseccionalidade e Decolonialidade pode conter ricas ferramentas para contribuir com as teorias do discurso, devido ao seu dinamismo teórico, se descentralizando de hegemonias conceituais. Como pesquisadora latino-americana e afetada diante desses movimentos transformadores proporcionados pelos seus objetos de pesquisa, adota a perspectiva da Decolonialidade e as narrativas de vida como gestos nos quais a AD brasileira pode se ancorar.

O capítulo "Experiências de imigrantes haitianos: trilhas de afetos, imaginários e preconceito", por Sônia Caldas Pessoa e Jude Civil, apresenta reflexões sobre algumas experiências vividas por imigrantes haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte, estabelecendo um diálogo entre discursos midiáticos, as experiências de um pós-graduando haitiano e investigações realizadas no Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Para tal, se apoiam em autores cuja centralidade do trabalho está nos processos de afetação e na valorização da experiência, como Mendonça, Moriceau (2017) e Mantovani, Pessoa e Boaventura (2019), bem como nas tensões

com imaginários sociais, como Charaudeau (2007), Abril (2013) e Pessoa (2018) e críticas em torno da raça e do racismo e os discursos que os renovam cotidianamente ao vincular a condição humana à aparência, pele ou cor (MBEMBE, 2018). A empiria é constituída de relatos de haitianos coletados por Dornelas (2016) e Therrier (2017) e associados a fragmentos de testemunhos de imigrantes que vieram do Haiti para a região metropolitana de Belo Horizonte e tiveram suas experiências publicadas pelo jornal O Tempo. A maioria dos imigrantes haitianos, que chegam aos arredores da capital mineira, reside na região. A pesquisa instaura um debate instaurado sob a triangulação afetos, imaginários e racismo, que forjam cenários de preconceito e, conseqüentemente, intensificam dificuldades para a adaptação desses imigrantes no país no qual tentam uma nova vida.

Juarez Guimarães Dias, autor de "Um camaleão na encruzilhada: experiências afetivas de ensino, pesquisa e extensão nos cruzamentos entre a Comunicação, o Teatro, a Performance e a Literatura", apresenta, de modo afetivo e autoetnográfico, aspectos e questões teórico-metodológicas relacionados a experiências pessoais partilhadas de ensino, pesquisa e extensão nos cruzamentos entre saberes e práticas da Comunicação, do Teatro, da Performance e da Literatura. O autor lança mão da metáfora do camaleão, um ser em constante mutação em busca de realização, parcerias, sobrevivência e defesa. Assim, ele se vê em uma encruzilhada inter e transdisciplinar.

O capítulo intitulado "Um teto todo nosso: um espaço para a pesquisa em lesbianidades" é uma produção coletiva assinada por sete mulheres: Joana Ziller, Dayane do Carmo Barretos, Rafaela Vasconcelos Freitas, Kellen do Carmo Xavier, Leíner Hoki, Maria Paula Monteiro e Elis Rockenbach. As pesquisadoras relatam suas experiências na e com

a universidade, que têm como ponto comum sua participação no Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). O texto, que dialoga com perspectivas *queer* e feministas, se compõe também como um registro de memórias e reflexões sobre a saída do armário, as hierarquias que se traduzem em discriminação cotidiana, as invisibilidades, especialmente, na produção e em vivências acadêmicas. As autoras vão da graduação ao pós-doutoramento e vêm de áreas diversas como Comunicação, Psicologia e Artes. São diversas também em suas constituições corporais e mesmo em relação à sexualidade.

A pesquisadora Amábile Tolio Boessio nos apresenta as "Mulheres em contextos de ruralidades em meio aos afetos: o recriar da experiência em uma comunicação que se re(des)faz acadêmica", que é um recorte da comunicação sobre o seu processo doutoral. Uma tese que a autora chamou de texto-experiência. Um texto que recria a experiência partilhada com mulheres rurais do sul do Brasil. O texto está centrado nos encontros com três mulheres que ela chama de parceiras de pesquisa, por meio da descrição do encontro com cada uma e a partir daí expande reflexões dialogadas com a perspectiva de gênero enquanto performance, como propõe Judith Butler. A pesquisa faz um caminho reflexivo a partir da necessidade de repensarmos a extensão rural, não mais como transmissão, mas enquanto comunicação. E que comunicação? Mediada pelos afetos, dialogando com Jean-Luc Moriceau, vai cruzando jornadas de compreender a escrita acadêmica, o fazer da pesquisa em um processo ético, mas uma ética da própria existência.

Stephanie Boaventura dá a luz a "O umbigo da pesquisa: a produção de conhecimento entrelaçada na vida", texto de natureza ensaística, no qual busca fazer uma reflexão acerca de como as condições concretas

para a produção de conhecimento estão inscritas na história de vida e no corpo do sujeito que vivencia o processo de pesquisa na condição de pesquisador. Para tanto, em diálogo com autoras e autores diversos que clamam por uma ciência contaminada e localizada; com a práxis do campo das Poéticas Visuais; e com pensadores que contam histórias para adiar o fim do mundo, narra a própria trajetória acadêmica, com foco no hiato de quatro anos entre o fim do mestrado e o início do doutorado.

O trabalho de Vanessa Cardozo Brandão, "Cenas da violência contra a mulher na literatura: da negação à reativação sensível pela via estético-política", propõe articular a relação entre escritura e afetos (Mouriceau, 2021), com uma leitura comparada das cenas de violência contra a mulher em dois romances contemporâneos: "Ensaio sobre a Cegueira", de José Saramago (1995) e "O Conto da Aia", de Margareth Atwood (2017). Inspirada por Jacques Rancière (2021), toma a cena como conceito que leva a uma dupla investida: por um lado, na escolha das cenas literárias enquanto corpus de análise; por outro, na cena enquanto método para elaboração do engajamento ético da pesquisa com temas sensíveis. Através de diferentes expressões da escrita da violência, busca apontar para a dimensão estético-política da literatura como possibilidade de enunciação crítica da violência de gênero, mobilizando afetivamente leitores na direção da ruptura com a lógica violenta normalizada no cotidiano.

O capítulo "Ativismo autista no *Instagram*: uma cartografia afetiva de enunciados e demandas neurodivergentes", escrito por Igor Lucas Ries e Angie Biondi, apresenta parte da discussão empreendida em uma tese que investigou os enunciados de sujeitos neurodivergentes no *Instagram*, através de 12 perfis de autistas, entre junho de 2020 e

fevereiro de 2022. Entre outros objetivos, a pesquisa buscou compreender como as demandas, os agenciamentos e os discursos enunciados por autistas em seus arranjos comunicacionais na plataforma de redes sociais digitais mobilizam vulnerabilidades e condições de reconhecimento de sua autonomia. Uma orientação cartográfica desenhou a construção metodológica atenta às conexões rizomáticas (DELEUZE e GUATTARI, 1995), às sensibilidades investigativas do pensamento por constelações (BENJAMIN, 2009) e por uma escritura de afetos sensível marcada pela subjetividade decorrente da exploração dos limiares e da relação com a alteridade. Igor é pai de Davi, que inspirou a pesquisa.

No último capítulo do livro, "*Cíntia: uma personagem autora do audiovisual brasileiro contemporâneo e seus muitos elos e afetos construídos a partir da universidade pública*", de autoria de Adriano Medeiros da Rocha, Cintia Rita Soares de Freitas e Luiz Felipe Pereira, conhecemos a síntese de alguns fragmentos especiais da trajetória da comunicadora, pesquisadora e realizadora audiovisual Cíntia Soares de Freitas, durante sua graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Como pessoa com deficiência, ela precisou quebrar tabus e contribuir para catalisar mudanças significativas na Universidade. Neste caminho, esta pesquisa discute o papel das pessoas com e sem deficiência nos modelos sociais e em suas revisões, além de conceitos como inclusão, representatividade e autonomia. Tudo isso permeado por um conjunto vivo de elos e afetos.

O imaginário que temos agora das pessoas que nos lêem é que estão se permitindo afetar pela nossa proposta, colocando-se diante das nossas escrituras assim como em relação a nossos corpos, com disposição afetiva para consultar os seus próprios pensamentos e não

mais e nem só o dicionário sobre o nosso modo de significar em afetos, certamente, com disposição afetiva e política para encontrar e racionalizar - conhecendo e reconhecendo as afecções - para um pensar que se constitua coletivo e ininterrupto em suas singularidades. Intentamos, aqui, trazê-los para um mundo no qual não há separação dicotômica entre a vida pessoal e a vida profissional, e no qual não há necessidade de invisibilizar os afetos quando se está em pesquisa. Talvez um mundo no qual estar em pesquisa seja um modo permanente de habitar os territórios com os nossos corpos associados, e não dissociados, de tudo o que nos afeta.

Que o encontro de vocês flua com a leitura, considerada por nós como um presente - não aquele que agrada, mas o que provoca - feito por nós e para nós mesmos e para tantas outras pessoas em universidade.

Foi assim que planejamos, com afetos possíveis e partilhados, Da, Na e Para a Universidade, sem medo, com liberdade e também como movimento político.

REFERÊNCIAS

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13, 155-161, 2005.

MORICEAU, Jean-Luc. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2020.

PESSOA, Sônia Caldas. *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/ UFMG, 2018.

PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos (Orgs.). *Afetos, teses e argumentos*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2021.

PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos *Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc Moriceau*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2019.

SPINOZA, Baruch [tradução de Tomaz Tadeu]. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

1

COMUNGAR O COMUM: AÇÕES AFIRMATIVAS E A PRESENÇA DOS CORPOS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

*Carlos Magno Camargos Mendonça*¹

À GUISA DE UMA INTRODUÇÃO

“I’m not exotic – I’m exhausted.” A frase exposta pela artista visual e multimídia franco-marroquina Yto Barrada, na obra “A Modest Proposal”, 2010-12, inspira fortemente este artigo. O título da obra é um jogo com o texto satírico de Jonathan Swift, que escreveu, em 1729, um ensaio com o mesmo título. No texto, Swift apresentava uma proposta modesta para que a prole dos pobres irlandeses não representasse um peso econômico e financeiro para seus pais. O irônico ensaio alvitrava que os pobres poderiam vender seus filhos como alimento para os ricos. O escrito era uma hipérbole cáustica que criticava os modos pelos quais eram tratados os pobres.

Em “A Modest Proposal”, Barradas expõe uma série de 15 pôsteres, impressos em *offset*, com formato de cartazes de campanhas publicitárias. A série reúne diferentes histórias e pedagogias que desenham a paisagem cultural do Marrocos. Além do pôster com a frase que inspira este texto, a artista incluiu nos cartazes figuras coloniais como o marechal Hubert Lyautey (primeiro Residente Geral do

¹ Professor Associado III do Departamento de Comunicação Social da UFMG, professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. É um dos líderes de pesquisa do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional - NEEPEC. macomendonca@gmail.com. www.neepec.com.br

Protetorado Francês no Marrocos – 1912/1925), bem como atividades de livros infantis e didáticos sobre a flora e a fauna local.

Em uma recente viagem de férias, caminhava junto com meu marido por uma conhecida rua do centro histórico de Edimburgo, capital da Escócia, quando fui vítima de manifestação de ódio, materializada por uma agressão física. Por volta das 18 horas de uma terça-feira, subíamos a rua Royal Milles, procurando um restaurante para o jantar. A certa altura, percebi um homem branco, de estatura mediana e pouco mais de 30 anos, vindo em minha direção. Imaginei ser um transeunte como as demais pessoas que estavam na rua e segui atento aos cardápios expostos nas portas dos restaurantes. Somente me dei conta de que estava na mira de um ataque motivado por ódio quando fui atingido no ombro esquerdo. A agressão física veio seguida de injúrias e ofensas homofóbicas. Quando gritei, em português pedindo que meu marido se afastasse do lugar onde estávamos, o agressor, ao perceber um idioma diferente, passou às ofensas xenofóbicas. Me desvencillei do ataque e me abriguei em um restaurante, enquanto o homem continuava na rua a bradar sua superioridade racial e sexual.

A violência física estimulada pelo ódio é a manifestação concreta do discurso de ódio, um contínuo discurso/ação. A agressão física participa na construção narrativa do ódio. Quero dizer com isso que o ataque físico pretende mais do que ferir ou eliminar um corpo. O ato agressivo precisa criar marcas, tornar visível a expressão da violência. Erving Goffman (1981) inicia uma discussão sobre o estigma e a manipulação da identidade lembrando que esta palavra surgiu no idioma grego para designar uma marca aplicada sobre a pele com o objetivo de identificar aquele corpo. Eram marcados os escravos, os criminosos, os prisioneiros, aquelas e aqueles que por algum motivo,

crime ou vergonha deveriam ser evitados. Sobre o corpo, o estigma impõe a visualidade do indesejado.

O discurso de ódio comunica e para isso cria uma estética da violência, uma forma de inscrição no corpo. A narrativa deste discurso joga com emoções e sentimentos como o medo, o nojo e a autopreservação, produzindo sempre um contraponto entre quem está “certo” e quem é o “errado”. O agressor coloca-se hierarquicamente superior ao agredido. Na disputa entre o “eu” e o “outro”, na lógica do ódio ao diverso, a defesa dos posicionamentos de superioridade autoriza práticas de violência física; ofensas públicas proferidas em altos brados; toda e qualquer brutalidade contra a pessoa que descumpra a norma, numa espécie de recusa ao outro do direito dele de existir.

O indivíduo que me agrediu na rua da capital escocesa não sabia nada sobre minha existência, nunca nos havíamos visto e jamais nos encontraremos novamente. A presença de meu corpo, a minha performance corporal no espaço público bastou para motivar a ato violento dele. Porém, a manifestação do agressor não é algo isolado ou fortuito. O ódio ao meu corpo bixa, à minha presença viada, é social e historicamente construído. Não era um indivíduo praticando um caso estremado de violência. Aquele corpo anônimo tem um rosto internacionalmente conhecido, desenhado pelos agenciamentos de poder próprios da heteronormatividade (WARNER, 1991). Não é a parte frontal da cabeça, é um rosto que cobre todo o corpo (DELEUZE e GUATTARI, 2012), que reflete os valores dominantes e que guia todos os atos e pensamentos daquele corpo.

O mau encontro que meu corpo viveu foi fruto da manifestação de um ódio fomentado em rede, um discurso construído globalmente contra um grupo específico de pessoa ou de população. Como sublinha

Carolin Emcke (2020), um tipo de ódio que não é individual, mas ideológico e coletivamente formado. Emcke (2020) destaca ainda que o agressor está seguro de sua posição e é árduo defensor de seus valores. O olhar daquele homem em direção a mim só o deixava ver o corpo exótico do homem bixa.

Naquele momento, meu corpo era a evidência da minha condição estrangeira – não apenas pelo meu biotipo, mas também e especialmente por aquilo que cobria e ornamentava o meu corpo. Entretanto, a condição estrangeira que originalmente bastaria para definir-me como exótico foi preterida diante da expressão da minha homossexualidade. Me identifico como homem cis bixa e desde a minha juventude tomo meu corpo como lugar de experimentação estética frente às performatividades de gênero. Quero dizer com isso que a partir do uso de roupas, acessórios, tatuagens e visagismo manipulo códigos de gênero com o objetivo de criar em meu corpo uma imagem do masculino que borra os limites do binarismo. Enfim, todos os elementos que visto são muito masculinos. Entretanto, eles estão sempre organizados ou misturados de uma maneira muito bixa. A dimensão estética, entendida aqui como vinculada à vida ordinária e colocada frente às racionalidades dos papéis de gênero, instrumentalizou e instrumentaliza a minha visualidade viada. Foi contra esta visualidade o ataque do agressor escocês.

Em sua fenomenologia do asco, Aurel Kolnai (2013) preconiza o ódio como um dentre os configuradores da vida social. Assim, a produção do ódio possui uma racionalidade. Tal racionalidade está articulada por um sentimento sugestionado por forças de destruição (o apagamento de tudo que não é igual ao “eu”, a supressão do diferente, do “outro”). Kolnai (2013) entende o ódio como um afeto potencialmente

destruidor. Ele determina os inimigos sociais a serem combatidos, as lutas a serem travadas, os comportamentos a serem evitados. As práticas do ódio pressupõem uma estratégia para a completa apreensão e destruição do objeto a ser odiado. “O ‘outro’ é fabulado como um poder supostamente perigoso ou como algo supostamente inferior” (EMCKE, 2020, p. 15).

O modo pelo qual eu desorganizo e reorganizo os códigos estéticos da masculinidade sobre o meu corpo estabelece um jogo político com as textualidades do gênero. De acordo com o pensamento de Harry Pross (1980, 1989), em cada etapa da vida de uma pessoa é estabelecido um valor simbólico e com ele uma nova rede de signos se cria. A realidade mediada transforma-se também em realidade controlada por aqueles que detêm uma maior condição de produção simbólica, que podem estabelecer valores. Nos termos de Pross (1989), desde seu nascimento, a pessoa está presa a uma rede de relações que tentará determinar toda a sua vida. Esta rede é tramada pela sociedade, a cultura, a economia, a política, as mitologias e as religiões. Diante disso, criar uma consciência crítica é de extrema importância não apenas para o conhecimento da rede simbólica na qual estamos inseridos, mas também para a conquista de algum nível de liberdade. Esta liberdade de resolução diz de uma governabilidade de si – para relembrar a noção oferecida por Michel Foucault (2005).

Por ser viado e expressar-me como tal, meu corpo sempre foi visto como o exótico, sem pertencimento original ao território por onde circulava, um corpo estranho ao ambiente. Os processos de exotificação dos corpos são também processos de exclusão, de assujeitamento, de classificação, de estigmatização e colonização das subjetividades e dos desejos. Recorro ao acontecimento que experienciei como uma

oportunidade para comentar alguns aspectos políticos e afetivos dos corpos nos espaços públicos. Fundamentalmente, trata-se de dialogar sobre as maneiras pelas quais as políticas de ações afirmativas permitem mudanças nas corporeidades da comunidade acadêmica. A partir destas políticas, corpos que historicamente foram considerados inadequados para o ambiente acadêmico, estrangeiros à comunidade universitária, ocupam seus lugares nas universidades. As políticas de ações afirmativas promovem encontros diversos e daí favorecem outras visualidades corporais, físicas e simbólicas. Por ser resultado de intensas lutas sociais e políticas, as ações afirmativas são políticas públicas formuladas no exercício da escuta do outro, no conhecimento e reconhecimento daquilo que o afeta. Na elaboração das ações afirmativas é preciso considerar os efeitos de presença que um corpo provoca no ambiente; as condições de aparição dos mesmos; as experiências subjetivas que estão envolvidas e o contexto do encontro; as historicidades e a memória cultural materializada nos corpos; suas singularidades culturais e peculiaridades comportamentais.

O ambiente do qual falo é o da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. A partir de minha vivência nele, nos últimos anos, percebo uma mudança na presença corporal nos campi. Juntos com essas pessoas chegam as historicidades e as novas demandas extensionistas; a diversidade, social, cultural e política, impelindo a outros conteúdos no ensino; a experiência e a vivência diversa e com elas a oferta de problemas de pesquisa inovadores e socialmente comprometidos.

Como resultado das lutas por igualdade racial, pela ampliação do acesso ao ensino formal e pela elevação da escolaridade de pessoas negras, as ações afirmativas passaram a figurar nas políticas

governamentais brasileiras para a educação no ano de 2003. Resumidamente, ações afirmativas são políticas destinadas à redução das desigualdades socioeconômicas, à preservação das tradições culturais e estímulo de sua continuidade, ao combate do preconceito de todas as ordens, à redução dos níveis de precariedades jurídicas, sociais, políticas e culturais de determinada população e/ou de minorias políticas. Leio as ações afirmativas como parte de um regime das afecções. Ana Kiffer e Gabriel Giorgi descrevem este regime tal qual uma alçada de estudos que “considera o universo dos afetos como sendo da ordem política e subjetiva. (...) Circunscrevendo-o, tal como regime discursivo, numa lógica que deve ser pensada como não excludente das formações intelectivas (racionais) e imaginativas (estético-artísticas).” (2019, p. 11-12)

A condução desta conversa parte de elementos da chamada virada afetiva (*affective turn*), que incorpora, dentre outras, as reivindicações de um enfoque no corpo, tal como pontuado pelos estudos feministas a partir dos anos de 1980, e da abordagem das emoções, convocada pela teoria *queer*. Ao reconhecer a importância das ênfases ao corpo e às emoções, a virada afetiva valoriza a promoção das questões que abarcam as sensibilidades e o sensível como possibilidade para a produção do conhecimento. A virada afetiva observa a realidade como vivência afetiva (CLOUGH, 2007).

Para estabelecer uma conversação com ambiente universitário, tendo por mediador os afetos, preciso buscar uma posição de escuta articulada “em relação com” e “em relação a”. Este tipo de ausculta exige outro gesto investigativo, um movimento de integração e não de distanciamento da ocorrência pesquisada. Ao mirar o ambiente de onde emerge o fenômeno que me interessa não dispo meus olhos dos

sentimentos que tenho para com a UFMG. Fui aluno e sou professor da universidade há 23 anos. Tenho mais tempo de vida dentro do Campus Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, do que fora dele. Desta maneira, o fenômeno sobre o qual reflito apresenta-se como uma ocorrência em uma vida vivida também por mim. Enquanto professor e pesquisador da UFMG estou imerso na rede de acontecimentos que envolvem a universidade. Minha presença na vida acadêmica a afeta e, simultaneamente, sou afetado pela experiência da academia. Entendo estes afetos como linhas de forças advindas dos encontros entre as pessoas e dotadas de uma capacidade para mover os corpos e os pensamentos. Desta maneira, eles podem vir a ser uma força que favorece a reformulação dos contatos cotidianos, que altera as partilhas.

Ter o afeto como procedimento investigativo coloca para quem pesquisa o desafio de encontrar formas para efetuar um mergulho no vivido, no parcial, no local, no específico, no experimentado, no relacional. É uma maneira de interpelar a qualidade das presenças no mundo, um deixar-se afetar. O percurso de pesquisa guiado pelo afeto leva a um caminho para ampliar, tanto quanto possível, o engajamento de quem pesquisa com o ambiente pesquisado, reduzindo os processos de mediação entre o pesquisador e a experiência.

QUEM PODE IR PARA A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL?

Ainda que date do início do século XX a fundação da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, um grupo de escolas profissionalizantes, bem como academias militares e outras formas de associação educacional, garantiram um tipo de ensino superior no Brasil. Como relatam Arnaldo L. Barretos e Carlos A. L.

Filgueiras (2007), o primeiro curso de filosofia, criado pelos membros da Companhia de Jesus, em 1572, na cidade de Salvador, conferiu os contornos iniciais ao ensino superior no país. “O Colégio da Bahia assumiu aos poucos a feição de uma verdadeira universidade e passou a conceder os graus de bacharel, licenciado e mestre em artes.” (BARRETOS e FILGUEIRAS, 2007, p. 1781) Apesar do reconhecimento dos méritos, foram recorrentemente negados os vários pedidos ao rei de Portugal para tornar o Colégio de Salvador uma universidade. Como consultor do rei, em 1670, o reitor da Universidade de Coimbra alegou a inexistência de recursos financeiros e a incapacidade do povo baiano para se dedicar ao refinado exercício do estudo. Em outras oportunidades, a negativa ocorreu sob a justificativa de que era indesejável uma convivência acadêmica entre os brancos bem nascidos e a população mestiça, de origem incerta, dotada de comportamentos corrompidos e contaminando a todos com seus maus hábitos (BARRETOS e FILGUEIRAS, 2007).

Invocar esse momento inicial da trajetória do ensino superior no Brasil me parece oportuno para compreender a gênese do pensamento sobre quem tem direito de frequentar uma universidade pública em nosso país. Até o século XIX, os filhos (e não as filhas) das classes abastadas eram enviados do Brasil para a Europa com a finalidade de fazerem sua formação superior. Desde a colônia até a república, em sua maioria, as escolas de ensino superior que antecedem a criação das universidades públicas brasileiras, na primeira metade do século XX, estavam dedicadas ao saber fazer profissionalizante, em especial o direito, a engenharia e a medicina. Estudar em alguma destas instituições era uma oportunidade para poucos. A universidade

brasileira nasceu sob um recorte de raça, de classe e de gênero. Para frequentar a universidade era preciso ser homem, branco e abastado.

A partir dos anos de 1930, teve início a industrialização brasileira. Sob forte controle governamental, o período marcou a transformação econômica e urbanística no país. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder federal, em novembro de 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. O novo ministério deu início ao processo de federalização de algumas instituições de ensino superior que eram geridas pelos estados. A concretização do projeto desenvolvimentista industrial dependia também de um controle das instituições de ensino e seus programas educativos. O modelo econômico de Vargas consolidou o desenho de duas classes sociais urbanas: a classe trabalhadora operária e a classe média, também trabalhadora, que ocupava a gestão das indústrias e o serviço público.

No início dos anos de 1960, as vagas nas universidades públicas eram ocupadas prioritariamente por jovens oriundos da chamada classe média alta urbana e da elite agrária. A partir do golpe de Estado e o início da ditadura militar no Brasil, em 1964, em nome da segurança nacional, a expansão da rede pública de ensino superior ocorreu sob um forte controle ideológico dos temas de pesquisa e de ensino. À época, o crescimento do sistema no Brasil foi impulsionado, também, pela abertura de um grande número de instituições privadas de ensino superior (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022, p. 50).

No início dos anos de 1980, o país sofria com altos índices de analfabetismo, uma grande crise econômica decorrente da má gestão militar no país, um cenário político conturbado e tensionado pela luta por direitos e liberdades civis. As eleições diretas para governador, em 1982, abriram caminho para a campanha das “diretas já”, que defendia

o voto direto para presidente. As universidades tiveram papel decisivo tanto na resistência aos chamados anos de chumbo da ditadura militar quanto nos processos de redemocratização do país. Entretanto, o acesso aos bancos da universidade pública brasileira seguia sem ser democratizado. Naquela década, houve uma proposta do Ministério da Educação (MEC) de criar as universidades dedicadas ao ensino e as dedicadas à pesquisa. Nos anos de 1990, um formato de duplo modelo criou uma diferença entre as universidades e os centros universitários. Assim, o país chegou ao final do século XX com um modelo de ensino superior, organizado em dois grupos, no qual as universidades públicas seguiriam com as atividades de pesquisa, ensino e extensão, manteriam um alto nível de reputação e resguardariam o aspecto elitista. Os centros universitários, sem tradição alguma de pesquisa e de extensão, seriam os responsáveis por ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior.

Nestes dois grupos, as elites e classes médias brancas se encontravam sobrerrepresentadas, seja em função do volume de capital escolar previamente acumulado (caso sobretudo dos alunos da universidade pública), seja em razão dos custos financeiros necessários à formação (caso dos alunos das instituições privadas). (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022, p. 50)

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Em 20 de novembro de 1995, na cidade de Brasília, cerca de 30 mil pessoas realizaram a primeira “Marcha Zumbi dos Palmares: contra o racismo, pela cidadania e pela vida”, organizada pelo Movimento Negro Unificado (MNU). O ato, programado para lembrar os 300 anos do assassinato de Zumbi, tinha por objetivo, dentre outros, visibilizar a

ausência de políticas públicas destinadas à população negra no país. Um grupo pertencente à organização da Marcha foi recebido pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, e a ele foi entregue o documento “Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial”. O documento estava organizado a partir dos seguintes pontos: "Diagnóstico", dividido sob os temas “Racismo à brasileira”, “Racismo e escola”, “A divisão racial do trabalho”, “A saúde”, “A violência Racial”, “Relações Exteriores”, “A democracia em questão”; Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, com os eixos “Democratização da Informação”, “Mercado de trabalho”, “Educação”, “Cultura e Comunicação”, “Violência” e “Terra”. No eixo “Educação” havia o item “Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”. No mesmo dia, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso firmou o decreto que instituiu o “Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra”.

Em julho de 1996, o Ministério da Justiça organizou, na Universidade Federal de Brasília, o Seminário Internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”. O evento, que reuniu pessoas da academia, do poder público e dos movimentos sociais, criou a base para o desenvolvimento das políticas públicas de ações afirmativas, que seriam formuladas a partir do início dos anos 2000.

Vários fatores contribuíram para o advento e a disseminação da ação afirmativa racial no Brasil. Os estudos sobre desigualdades raciais, produzidos nas décadas de 1970, 1980 e 1990, os primeiros a usarem dados estatísticos nacionais, forneceram base acadêmica para a denúncia do

racismo brasileiro, historicamente encampada pelo Movimento Negro. Este último, por seu turno, adotou uma postura política mais propositiva e articulada com o Estado e com agências internacionais. Tal confluência entre os diagnósticos da academia e da sociedade civil se combinou com uma mudança, ainda que vacilante, de postura do governo Fernando Henrique Cardoso em relação à questão racial no país. (JUNIOR e CAMPOS, 2016, n.p)

De acordo com o portal do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania², como política pública educacional, as ações afirmativas tiveram início em 2003, a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na alteração, estava prevista a Educação para as relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. No ano de 2004, foram estabelecidas as formulações iniciais das políticas de educação para as relações étnico-raciais do Ministério da Educação. O avanço das políticas afirmativas no Brasil está diretamente relacionado ao avanço do debate sobre igualdade e equidade, à luz dos Direitos Humanos (DH). “Os Direitos Humanos vêm se constituindo como campo de realização da justiça social, sem distinção de nação, raça, Estado, gênero, orientação sexual, etnia, condição física ou idade.” (FILHO, 2014, n.p.) De modo sintético, sob o arco nocional dos DM, está estabelecida a seguinte distinção entre os termos igualdade e equidade. A igualdade acha-se amparada no princípio da universalidade das condições das pessoas: todas são iguais perante a lei, todas têm os mesmos direitos e deveres. A equidade reconhece que não somos iguais, que aspectos sociais, econômicos, culturais, de raça, de gênero e de sexualidade nos

² <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-antiores/acoes-afirmativas-em-educacao> acesso em 21/03/2023

diferenciam. Em razão disso, a busca pela equidade pressupõe ajustes (sociais, legais, econômicos, comportamentais etc.) com a finalidade de mitigar o desequilíbrio e a disparidade social.

Como resultado de um intenso debate social e político, as ações afirmativas destinadas ao acesso de populações desfavorecidas ao sistema de ensino superior no Brasil foram inauguradas com a política de bônus³, no período de 2008 a 2012. Posteriormente, foi promulgada a Lei Federal 12.711/2012. A lei passou a ser chamada de “lei de cotas” pois previa uma reserva de vagas nos processos seletivos para os cursos de graduação para pessoas egressas de escolas públicas, pessoas negras, pardas ou indígenas, para a população em estado de vulnerabilidade por questões de renda. No ano de 2016, a Lei Federal 13.409 instituiu a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de ensino médio e de graduação nas instituições federais de ensino. Também naquele ano, a Portaria Normativa N 13/2016 ampliou este direito para os processos seletivos da pós-graduação nas universidades públicas federais.

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFMG

Ao historicizar o processo das ações afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais, Rodrigo Ednilson de Jesus (2023) relembra o artigo “Ações afirmativas na UFMG: por que não?”, escrito pela professora e pesquisadora Nilma Lino Gomes e publicado no Boletim da UFMG no dia 02 de maio de 2022, como marco histórico para o debate

³ (...) a política de bônus consistiu no acréscimo de um valor sobre a nota obtida pelos candidatos aptos a serem atendidos pela política. Assim, os candidatos que cursaram os últimos 7 anos da educação básica em escolas públicas recebiam um acréscimo de 10% sobre a nota obtida no exame seletivo, sendo concedido ainda um adicional de 5% a esses candidatos que se autodeclarassem negros e indígenas – chegando o bônus ao total de 15%. (PAULA, NONATO, NOGUEIRA, 2022, n.p.)

público sobre o tema na universidade. Naquele momento, Gomes posicionava politicamente o assunto ao mesmo tempo que comunicava a aprovação do projeto “Ações afirmativas na UFMG” no concurso “Cor no ensino superior”, promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O projeto, que era desenvolvido por um grupo de professores das Faculdades de Educação, da Ciência da Informação e do Instituto de Ciências Exatas, foi o germen da política de ações afirmativas da UFMG. As proposições do projeto ultrapassaram os limites locais e repercutiram nacionalmente (JESUS, 2023). No artigo, enfatizava Gomes:

(...) é importante esclarecer que as ações afirmativas não se reduzem à concessão de cotas que promoveriam maior igualdade de oportunidades das minorias a determinados setores do mercado de trabalho e a escolas. As cotas são apenas uma das estratégias de aplicação dessas ações e, ao serem implantadas, desvelam a existência de um processo histórico e estrutural de discriminação que assola determinados grupos sociais e étnico-raciais. Talvez por isso elas incomodem tanto a sociedade brasileira, uma vez que ainda impera em nosso imaginário a crença de que somos uma "democracia racial". Ora, a realidade social e educacional dos negros e mestiços revelada pelas pesquisas mais recentes nos mostra o contrário.⁴

No ano de 2008, o Conselho Universitário aprovou, para um período de quatro anos, um mecanismo de inclusão socioeconômica para o acesso aos cursos de graduação da UFMG: a política de bônus⁵. A partir do ano de 2014, a gestão da universidade aprimorou e ampliou o processo de elaboração e implantação das chamadas políticas de ações afirmativas. Desde então, tais ações são configuradas a partir de uma

⁴ <https://www.ufmg.br/boletim/bol1347/segunda.shtml> - acesso em 22/03/2023

⁵ Sobre o tema, cf.: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1611/4.shtml> - acesso em 22/03/2023

consistente articulação entre práticas e políticas de gestão que têm por objetivo não apenas democratizar o acesso à universidade, mas também criar condições de permanência na mesma (JESUS, 2023). Nos últimos anos, este desenvolvimento conjunto de políticas de acesso aliadas com as práticas acadêmicas de acolhimento permitiu uma transformação radical no perfil discente da UFMG. Segundo o portal UFMG:

Ações Afirmativas são políticas com o objetivo de promover grupos socialmente discriminados. Nesse aspecto, elas não se limitam a iniciativas de reservas de vagas; possuem objetivos mais amplos de caráter compensatório, restitutivos e de promoção dessas populações.⁶

Dentro do portal UFMG, no site da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, a seguinte afirmação:

A UFMG tem avançado na democratização do acesso ao ensino superior. Uma comunidade acadêmica que seja diversa e respeite a diversidade implica em produção científica, iniciativas de extensão e ensino, igualmente diversas e respeitadas, nesse sentido, defender as ações afirmativas é um compromisso de todas e todos, em consonância com os princípios éticos que regem nossa Universidade.⁷

Segundo o documento “Análise do perfil socioeconômico dos ingressantes matriculados na UFMG no período de 2002 até 2021”⁸, elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação, a UFMG oferta, até o ano de 2022, 91 cursos de graduação. O acesso a eles ocorre através de 121 opções de ingresso. De acordo com o relatório da análise, no período

⁶ Sobre o tema, cf.: <https://ufmg.br/vida-academica/acoes-afirmativas> - acesso em 29/03/2023

⁷ <https://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/o-que-sao-acoes-afirmativas/> - acesso em 24/03/2023

⁸ https://www.ufmg.br/prograd/wp-content/uploads/2023/01/Relatorio_Socio_Economico_2021-11.pdf - acesso em 22/03/2023

estudado, foram observadas as seguintes mudanças no perfil socioeconômico:

(...) verifica-se um aumento expressivo no percentual de estudantes com renda de até 5 s.m. no momento do ingresso na universidade, passando de 22,66% em 2002, para 58,39% em 2021, ao mesmo tempo que ocorreu a redução no percentual de ingressantes com rendas familiares mais altas. Os estudantes com renda acima de 15 s.m. passaram de 36,37% no início do período analisado para 10,71%, em 2021; sendo maior essa redução entre aqueles com renda acima de 40 s.m., que passaram de 8,92% para 1,23%. A faixa de renda entre 5 e 10 s.m. manteve percentuais semelhantes em todo período analisado, com quase um quarto dos ingressantes. No entanto, se até 2008 essa era a faixa de renda mais frequente, a partir de 2009, aqueles com renda entre 2 e 5 salários passam a representar quase um terço dos ingressantes.

Nos textos dos relatórios de prestação de contas, publicados no portal institucional da UFMG, está explicitada a busca por uma articulação, conectando várias instâncias organizacionais, de uma política atenta à democratização do acesso e às condições de permanência. Segundo o site da PRAE, o diálogo permanente entre a gestão da universidade e as mais diversas organizações sociais e políticas da comunidade universitária configuram a principal estratégia para a criação, desenvolvimento e implantação de ações afirmativas mais acolhedoras e saudáveis⁹. Os programas propostos pela UFMG investem não apenas em aspectos materiais, mas também simbólicos e culturais, fortalecendo as identidades diversas. Tatiane Cosentino Rodrigues, Fernanda Vieira da Silva Santos, Ana Cristina Juvenal da Cruz ao se debruçar sobre os dados da pesquisa “Ações Afirmativas no

⁹ <https://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/mapeando-coletividades/> - acesso em 24/03/2023

Ensino Superior: continuidade acadêmica e mundo do trabalho”, financiada pelo MEC e coordenada pelo Programa de Ações Afirmativas da UFMG, ressaltam:

Em relação à permanência simbólica e mudanças epistemológicas, nota-se a importância da criação de espaços de acolhimento e de resistência no interior das universidades como os coletivos negros. Os inúmeros coletivos negros espalhados pelas universidades brasileiras, que surgem a partir das políticas públicas de ações afirmativas, ao adotarem a expressão “quilombos universitários” ou expressões como quilombagem, estão reivindicando para si outra história que não a oficial. Uma história do Brasil cuja escrita dá no legado de lutas e trajetórias que, ao mesmo tempo, ultrapasse os limites da escravidão e da colonização e se conecte com as lutas dos negros no Brasil e na diáspora negra. (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022, p. 57)

Recorrendo aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no ano de 2016, a Agência Brasil publicou uma informação que sublinha o impacto das ações afirmativas sobre o sistema de pós-graduação no Brasil. Entre os anos de 2001 e 2013, de acordo com a Agência, a presença de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas nos programas de pós-graduação brasileiros aumentou de 48,5 mil para 112 mil¹⁰.

UMA BREVE CONSIDERAÇÃO

O poder de ser afetado é uma sensibilidade e o poder de afetar é uma responsabilidade. E a questão da performatividade vai estar nas interfaces que se estabelecem entre a sensibilidade e a responsabilidade. Assim, nós não sabemos o que é o afeto, mas ele vai se manifestar por intensidades,

¹⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-05/universidades-federais-terao-90-dias-para-propor-cotas-na-pos-graduacao> - acesso em 25/03/2023

velocidades, desejos, abatimentos, de muitas variadas maneiras.
(MORICEAU, 2020, p. 25)

Dei início a esta conversa rememorando uma situação de violência sofrida por meu corpo. Utilizei a memória desse acontecimento como oportunidade para pensar mecanismos de exclusão (e a violência que isso guarda) sobre um corpo considerado diferente. A estigmatização homofóbica sofrida pelo meu corpo foi metáfora para conversar sobre o direito de corpos que são regularmente excluídos por múltiplas razões de frequentarem o ambiente universitário. Um corpo pode ser submetido a processos de exclusão e violência (física e/ou simbólicas) mesmo quando está “protegido” pelo direito legal. Por isso, é fundamental investir no acesso, mas também nas políticas de acolhimento das pessoas que ingressam pelas ações afirmativas. Em sua maioria, estes estudantes já foram ou ainda são violentados por um ódio histórico dirigido às populações em estado de vulnerabilidade, seja por questões raciais, de classe, de crença, de etnia, de deficiência, de gênero ou de sexualidade. As ações afirmativas, enquanto um regime afectivo, articulam o afetivo, o subjetivo e o político no atendimento das demandas desta parcela da população universitária.

A democratização do acesso e as ações que estimulam a permanência afetam a universidade de modo variado. O aspecto mais visível deste impacto é a diversidade de corpos que circulam pelos espaços da UFMG. O perfil discente, nos últimos anos, tornou-se mais próximo do perfil da população brasileira. Esta composição diversa da comunidade acadêmica influencia diretamente as rotinas da UFMG, desde as políticas de gestão até as condutas de ensino, pesquisa e

extensão. A multiplicidade de corpos oferece uma pluralidade de vivências e experiências para a Universidade.

Junto aos corpos chegam ao ambiente universitários outras performances e seus efeitos de presença. Essas novas dinâmicas performáticas alteram a experiência social na universidade, trazem possibilidade de avanços a partir da ampliação de oportunidade relacionais. Se observada sob a lógica de regime das afecções, as ações afirmativas têm nos exercícios regulares de escuta e diálogo os dispositivos de conhecimento da comunidade universitária, de percepção dos seus modos de funcionamento, bem como do reconhecimento das tensões e violências vividas por ela.

Em um artigo publicado no Boletim da UFMG, em 2016, Rodrigo Ednilson de Jesus ressalta o fato da UFMG, naquele ano, integralizar a implantação de 50% das vagas de seus cursos de graduação a estudantes vindos de escolas públicas, incluindo os de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas, nos termos da Lei 12.711/2012. Na abertura do artigo, o professor comenta qual teria sido a sua satisfação caso fosse possível a ele ter ingressado na UFMG pelo sistema de cotas. Jesus destacou no texto a importância política do ingresso por um sistema que é a manifestação concreta de um intenso debate sobre a democratização da universidade pública brasileira. Na oportunidade, o artigo ofereceu dados comprobatórios de que a inclusão não era oposta ou contrária à ideia da qualidade ou da excelência acadêmica. Nos termos de Jesus:

penso que a progressiva ampliação de estudos e análises sobre a nova realidade do ensino superior brasileiro, considerando o novo grupo de estudantes incluídos por meio das políticas de democratização, tem permitido a alguns pesquisadores – e poderiam possibilitar à UFMG –

conhecer de modo mais abrangente as condições materiais desses novos estudantes e as estratégias utilizadas por eles no enfrentamento de possíveis dificuldades e, sobretudo, as novas relações que têm-se configurado no interior das comunidades acadêmicas após a entrada desse novo público. Adicionalmente, o ingresso de um novo "tipo" de estudante, marcado por diferentes experiências de vida, poderia representar uma excelente oportunidade para as instituições de ensino superior revisar e ampliar as teorias e os conteúdos estabelecidos e naturalizados por inúmeras disciplinas e cursos.¹¹

As performances destes corpos diversos são fundamentalmente modos de ação, de experimentação e, por consequência, ofertas para novas formas de conhecimento. Diante da diversidade de corpos e experiências, ser afetado é estar aberto às transformações que a performance oferece. A ação afirmativa como regime de afecção proporciona a transmutação da capacidade existencial dos corpos em conhecimento. A presença corporal diversa altera o território físico, conceitual e existencial da universidade. Conhecer o outro exige uma disposição ao afeto. Conhecer é sempre o modo mais potente para reduzir a condição de servidão (SPINOZA, 2007). Para abrir-se à diversidade, a universidade precisa assumir a urgência do conhecimento decorrente da experiência do encontro com os muitos outros sociais. O conhecimento que advém da reunião dos corpos (físicos, institucionais, sociais, culturais, políticos) é o afeto mais potente em nossa vida (SPINOZA, 2007). Quanto mais relacionados estão os corpos, mais ricas serão as experiências e os saberes delas decorrentes.

¹¹ <https://www.ufmg.br/boletim/bol1930/2.shtml> - acesso em 27/03/2023

Ao deslocar-se de um lugar de exclusão para caminhar na direção das práticas inclusivas, a universidade transforma-se em espaço de todos, onde o diverso não é estigmatizado ou visto como o estrangeiro, como o exótico. Ao abrir-se aos processos inclusivos as instituições de ensino superior estabelecem um “nós comunidade acadêmica” que não é composta apenas por um grande grupo de “eus”, mas formada de “eus” e “outros”. Esta vivência comunitária ampla e diversa tem potências capazes de modular novas emoções, sentimentos e dinâmicas do mundo político. À medida que nos abrimos ao outro encontramos novas maneiras para perceber aquilo que se faz comum entre nós e o mundo. Quando avançamos nos percursos da experiência dessemelhante, aprendemos aquilo que serve como princípio a nós e aos outros, como a maneira próspera para viver uma vida ética, para existir e resistir eticamente.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da Universidade Brasileira. In: *Quim. Nova*, Vol. 30, No. 7, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. Vol. 03. São Paulo: Editora 34, 2012.
- EMCKE, Carolin. *Contra o ódio*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.
- FILHO, Penildo Silva. As políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil e o estado do bem estar social. In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. Florianópolis, Brasil, 3, 4 e 5 de dezembro de 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir, nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005. 30ª ed.
- JESUS, Rodrigo Ednilson de. *Ações afirmativas na UFMG: por que sim?* Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, UFMG, 2023.

- JÚNIOR, João Ferez; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social? In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, Número: 99, 2016.
- KOLNAI, A Asco, *soberbia, odio: fenomenología de los sentimientos hostiles*. Madrid: Encuentro, 2013.
- PAULA, Gustavo Bruno de; NONATO, Bréscia França; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Ações afirmativas e estratificação horizontal: comparação entre bônus e Lei de Cotas na UFMG. In: *SciELO Preprints*. 2022.
- PROSS, Harry. *Estructura simbólica del poder*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980.
- PROSS, Harry. *La violencia de los símbolos sociales*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1989. 2 ed.
- MORICEAU, Jean-Luc. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: Selo Editorial PPGCOM/UFMG, 2020.
- RODRIGUES, Tatiane Consentino; SANTOS, Fernanda Vieira da Silva; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. Da desigualdade à democratização do acesso à Universidade: políticas públicas e educacionais no Brasil. In: *Revista Educação e Políticas em Debate*. v.11, n.1, jan./abr, 2022.

2

EXPERIÊNCIA DE ENSINO EM FORMATO PODCAST: MOBILIDADES, TEMPORALIDADES E TERRITORIALIDADES POLÍTICO-AFETIVAS

*Sônia Caldas Pessoa*¹

*Camila Mantovani*²

*Phellipy Jácome*³

Sônia Pessoa: Inverno em Belo Horizonte, julho de 2021. Ainda enfrentávamos a fase aguda da pandemia de Covid-19, quando decidimos elaborar o conteúdo de uma aula para estudantes de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em estilo podcast.

Aquele era o terceiro semestre do Ensino Remoto Emergencial (ERE), no qual as atividades acadêmicas curriculares aconteciam de modo síncrono, por meio de aplicativos que possibilitavam encontros

¹ Professora do Departamento de Comunicação Social (PPGCOM/UFMG), Bolsista Produtividade do CNPQ (Bolsa PQ); Bolsista Capes-Print como professora visitante no Institut Mines-Telecom (2023/2024). Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades; do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES/FAFICH UFMG) e da Rádio Terceiro Andar (UFMG). Coordena o projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência, que tem financiamento da Fapemig. soniacaldaspessoa@gmail.com.

² Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG). É Jornalista (UFMG/2002) e Doutora em Ciência da Informação (UFMG/2011). Co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Seus interesses de pesquisa abrangem: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Mídias Móveis; Divulgação Científica; Corpo; Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design e vice-diretora do Espaço do Conhecimento UFMG. camilam@ufmg.br

³ Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG) na linha de Textualidades Midiáticas. É coordenador do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas e co-coordenador do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES/FAFICH UFMG) e da Rádio Terceiro Andar (UFMG). Suas pesquisas são financiadas pela Capes, CNPq e Fapemig. phellipy@ufmg.br

virtuais. Estávamos saudosos dos encontros presenciais, do calor dos debates, da presença das reflexões, não aquelas dos ambientes digitais, mas as que se dão face a face e por meio das quais é possível literalmente mergulhar em um universo próprio de cada texto, cada fala, cada pensar, cada sujeito em pesquisa. Até a imagem da sala de aula física, com as carteiras dispostas em formato de círculo no qual nos reuníamos, estava sendo, aos poucos, esmaecida da nossa memória⁴...

A nossa inspiração para a proposição pedagógica desse encontro veio de um projeto que dividíamos com um outro colega, Bruno Souza Leal. Somos mães, pais e filhos do Teoria em Prosa: Saberes em Comunicação, um podcast que produzimos para a Rádio Terceiro Andar e UFMG Educativa, cujas edições podem ser ouvidas no Spotify. Além disso, decidimos transgredir: comumente o podcast é utilizado como uma das possibilidades de trabalho valendo nota para estudantes em disciplinas diversas. Ou ainda, em formato gravado ou ao vivo para transmissões em canais já estabelecidos e com público cativo. Optamos por nos lançar nesta aventura, de levar para a sala de aula o formato podcast, fazendo ao vivo, com participação da turma.

Para o encontro em questão, nós três discutimos o conteúdo e nos propusemos a conversar, sobre conceitos e abordagens metodológicas como se estivéssemos em uma transmissão ao vivo, sujeita a interrupções, comentários e questões que chegassem da turma ali presente. Esta era uma turma atípica já que contava com 23 estudantes de mestrado, doutorado e aqueles que faziam disciplina isolada. O quantitativo pode parecer reduzido, mas para os padrões de turmas de pós-graduação, trata-se de número bastante significativo.

⁴ Uma reflexão diversa sobre as experiências de ensino-aprendizagem durante a pandemia pode ser consultada em PESSOA, JÁCOME (2022).

Por isso, hoje, nosso desafio aqui, inspirados por muitas autoras e autores que trazemos sempre por perto, é dividir este espaço para prostrar sobre a experiência dessa aula remota. Alguns dos estudantes conhecemos rapidamente a voz, apenas, no primeiro dia de aula, quando cada um de nós se apresentou. Naquele 28 de julho de 2021, decidimos deixar o bate-papo escrito, ou chat, fechado enquanto dialogamos. Quisemos ouvir as vozes de cada estudante para que a sensação de que ali se constituiria presença, em oralidade, e, simultaneamente, fazendo reverberar as nossas vozes.

Para começar, buscamos no poema de Conceição Evaristo inspiração para nos lembrar que "Recordar" é preciso:

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos

A memória bravia lança o leme:

Recordar é preciso.

O movimento vaivém nas águas-lembranças

Dos meus marejados olhos transborda-me a vida,

Salgando-me o rosto e o gosto.

Sou eternamente náufraga,

Mas os fundos oceanos não me amedrontam

E nem me imobilizam.

Uma paixão profunda é a boia que me emerge.

Sei que o mistério subsiste além das águas.

Embalados pelos processos de afetação que a pesquisa nos traz, nós queremos dividir com vocês algumas destas impressões, em diálogo com os textos que sugerimos para leitura. Para aquela oportunidade, nos parecia interessante recuperar uma tradução recém-lançada do livro *Vida e Palavras: A Violência e sua Descida ao Ordinário*, de Veena Das (2020). Decidimos discutir com mais detalhes as impressões deixadas

pelos capítulos 1 e 3, que tratam do “evento e cotidiano” e “linguagem e corpo”, respectivamente. A discussão sobre como juntar fragmentos de um mundo em catástrofe e dar sentido às vidas nos parecia ganhar novos contornos com as vivências da pandemia. Além disso, propusemos também a leitura da quarta parte do livro “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, de Milton Santos (2006). Neste apartado específico, o autor brasileiro reivindicava a “Força do Local” para refletirmos como as dimensões espaciais e de mobilidade incidem fortemente na conformação de nossos cotidianos. Também vivíamos um momento em que muitas pessoas podiam realizar o “isolamento social” como medida de proteção ao coronavírus. Porém, uma porcentagem significativa da população, entre elas setores muito vulneráveis, não possuíam essa estratégia como viável, motivo pelo qual problematizar questões dessas “mobilidades estáticas” (propiciadas pelas plataformas digitais) e “mobilidades do medo” nos parecia instigante.

Para este encontro - que aqui buscamos recontar - pedimos aos estudantes que trouxessem para a aula um objeto que tivesse um significado especial, talvez por evocar um outro mundo permeado de encontros sem máscaras, sem distanciamentos, sem o medo o vírus, ou (e também) por trazer em si as presenças-ausências que nos lembram lugares, situações, pessoas.

Nossa intenção não era a de percorrer conceitos, mas estar em relação com a tessitura, a trama, permitindo certos sobrevoos, relações impertinentes, espontâneas, que nos possibilitassem avançar nas investigações e interpretações com os nossos próprios achados teóricos e metodológicos.

Camila Mantovani: Sônia, é possível inferir de que modo Veena Das pensa as relações entre afetos, experiências e testemunhos e como podemos estabelecer um diálogo com as chamadas Teorias dos Afetos?

Sônia Pessoa: Antes de refletir sobre o tema, gostaria de apresentar brevemente Veena Das para quem ainda não a conhece. Ela é uma antropóloga indiana, que nasceu em 1945. De acordo com a Enciclopédia de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), Veena veio de um contexto pobre em Lahore, que hoje é a capital da província de Punjab, no Paquistão. A partir dos 16 anos estudou na Universidade de Deli, na Índia, no curso de sânscrito, e concluiu mestrado e doutorado em Sociologia na mesma universidade. Após o doutorado, passou a se interessar por eventos políticos como a Partição da Índia e os tumultos que se seguiram ao assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi, em 1984.

Aos poucos, descolou-se das narrativas históricas oficiais e a centralidade de suas pesquisas tem sido como o cotidiano de pessoas comuns é atravessado por grandes acontecimentos. Em "Vidas e palavras: a violência e sua descida ao ordinário", publicado em 2007, a autora apresenta reflexões etnográficas sobre as relações entre eventos históricos importantes e cotidiano, levando em consideração narrativas, silêncios e gestos. Veena Das explica, no capítulo 1 de Vidas e Palavras: A violência e sua descida ao ordinário, que concebeu o seu livro como um mapa, provocando uma ruptura na noção de uma cartografia que pensa em mapas e rotas que direcionam a uma chegada. A autora pensa em um percurso que promova um retorno. Se seguir adiante não é o objetivo de Veena, para usar as palavras da autora, a ideia é coligir palavras e pensamentos que forjaram as ligações entre elas e os interlocutores no campo. Parece-nos que elaborar um livro que

se pretende uma resposta aos interlocutores ou informantes, como são chamados em algumas pesquisas de inspiração etnográfica, ela estaria menos preocupada em tornar o trauma visível, e mais preocupada em se ancorar na perspectiva de estar em relação, uma relação que reconhece ser escorregadia, entre o coletivo e o individual, entre o gênero textual e o enredo individual dos casos narrados.

Para além desta escolha, Veena Das admite que precisou aprender a reconhecer as questões que se interpunham em dois grandes eventos na Índia - a Partição da Índia, de 1947, e o massacre dos sikhs em 1984, decorrente do assassinato de Indira Gandhi. como questões dela, que não estavam para ela simplesmente porque um manual as interpôs. Stanley Cavell, no prefácio do livro, diz que Veena Das deu uma guinada compulsiva em direção a um convívio mais íntimo com Wittgenstein.

Ludwig Wittgenstein (1889-1951), nasceu na Áustria e foi naturalizado britânico. Reconhecido como um dos principais nomes da virada linguística na filosofia do século XX, teve contribuições importantes em filosofia da linguagem, lógica e filosofia da mente, dando origem a reflexões sobre a filosofia da linguagem comum. Atuou como voluntário na linha de frente do exército austríaco na primeira guerra mundial e logo após ser libertado depois de um ano como preso dos italianos, escreveu o esboço de sua principal obra, resultado de seus debates com Russel, intitulada “Tratado Lógico-Filosófico”. Ao longo da vida, abriu mão da herança do pai, trabalhou como professor em uma escola infantil, e como jardineiro em um monastério. Retomou a filosofia aos poucos e a obra *Investigações Filosóficas*, publicada em 1953, após a sua morte, traz conceitos como os de compreensão, intenção, dor e vontade, e é uma releitura de obras anteriores, nas quais ele considerou que comentou alguns equívocos. A partir do diálogo com

Wittgenstein, Veena Das estaria pensando um outro humano, e o modo particular no estudo da dor, e nas reflexões sobre a morte e o luto, em especial sobre o luto de mulheres indianas. Dor que seria mais ou menos passível de repressão ou disfarce; e uma dor que, distanciando-se da alegria ou do riso, nos imputaria uma exigência moral para responder à sua expressão. Wittgenstein e Das reconheceriam uma preocupação com o outro.

Estou destacando estes pontos porque penso que a partir deles podemos fazer algumas inferências sobre o que Jean-Luc Moriceau chama de reflexividade, e que nós trazemos aqui a partir da leitura de Marques, Mendonça e Pessoa (2019), em diálogo com o autor (2020): “Não se trata de extrair uma representação mais rica dos acontecimentos experienciados, mas de aceitar mergulhar no concreto, no vivido, na porção parcial, local, específica, relacional e estética da experiência” (MARQUES, MENDONÇA, PESSOA, 2019, p. 13).

A pesquisa em dimensão afetiva requer um deslocamento de propostas nas quais estão pressupostos testes de teorias ou aplicações de metodologias pré-concebidas. Podemos seguir a trilha descrita por Moriceau, que nos conduz a três momentos de um estar em pesquisa: 1) a exposição; 2) o movimento; e 3) a reflexividade. Na exposição, quem pesquisa entra em contato com o campo, com temática, fenômenos, objetos e sujeitos que estão articulados com a pesquisa. É importante notar que não se trata de uma coleta de dados, mas de uma possibilidade de abertura da pessoa pesquisadora para ter um encontro e um acolhimento à própria pesquisa. O objetivo é menos representar, impor olhares, análises e métodos e mais se permitir manter vivos os processos de afetação que nos tomam em pesquisa. Aqui, tomamos consciência para o despertar de um campo no qual a pesquisa extrapola

a sistematização de teorias utilização de estudos de caso, por exemplo, para ilustrá-la. A nossa leitura é de que o campo impulsiona o movimento, no qual, vai ser preciso mudar o pensamento, encontrar novos diálogos teóricos, a posição da pessoa pesquisadora na investigação e, quem sabe, mudar a sua própria vida. Já o terceiro momento, o da reflexividade, está relacionado à construção do texto. A tessitura das narrativas, que deve ser respeitosa com todos os envolvidos na pesquisa, é também um questionar o método; é permitir-se performar, em texto, para dar vida aos achados do que se pesquisou e suas implicações e atravessamentos políticos e sociais.

Ainda na trilha de Moriceau, entendemos que dois movimentos são cruciais na pesquisa, ambos ancorados nos afetos. Se o contato mais direto, que chamamos de mergulho no vivido, nos coloca de frente com o relacional, os corpos e rostos, dos dramas e traumas, a experiência em si, é exigido da pessoa pesquisadora um gesto incessante de fugir às categorizações e se permitir se lançar, em proximidade, em contato, e modificar a experiência. E é justamente no reconhecimento da importância do afeto que encontramos os rastros do que é político, memorial, ético, imaginário e existencial.

No final do livro *Vida e Palavras*, mas não somente nesta parte, mas em várias outras, Veena Das vai negociando as cenas, os fragmentos, os testemunhos com as suas próprias sensações, descobertas e retornos, o que nos indica laivos de reflexividade, como quando ela relata que descobriu que a construção do *self* está localizada não na sombra de algum passado fantasmagórico, mas no contexto de tornar o cotidiano habitável, e sobre a inexistência de um sujeito coletivo unitário e a emergência de formas de habitar o mundo e de encontrar a própria voz dentro e fora dos gêneros que se tornam disponíveis nesta descida do

cotidiano. Ou quando ela sugere que a autocriação no registro do cotidiano é uma cuidadosa agregação da vida – um engajamento concreto com as tarefas de refazer que está consciente sobre o cotidiano e sobre a vida, a vitalidade do cotidiano e a tentativa de se forjar um sujeito ético dentro dessa cena do cotidiano.

Só para deixar claro, Veena Das não se propõe neste livro a dialogar com alguns autores que são considerados caros às reflexões sobre afetos e pesquisa científica, como Jean-Luc Moriceau, Kathleen Stewart, Patricia Cough, Baruch de Spinoza, Vladimir Safatle, entre outros. A nossa leitura e o modo como fomos afetados por seus escritos, testemunhos de si e do outro e fragmentos valorizados ao longo do texto, tudo isso nos faz tentar essa aproximação. Eu tenho muito medo quando estou dando uma aula e falando sobre algum autor e alguém diz assim: isso que tal autor pensou é exatamente o que fulano de tal escreveu. Sinto até calafrios, e morro de medo de injustiças teóricas. Nos lançamos na aproximação entre a filosofia dos afetos e a obra de Veena Das com cautela e respeito. E por isso, mantemos fidelidade a palavras e expressões usadas por ela, aqui trazidas em modo literal, mas para construções de sentido possíveis a partir do nosso diálogo.

Com a virada afetiva, reconhecida a partir do meio dos anos 1990, alguns pesquisadores passaram a perceber como o corpo age e se relaciona com outros, em uma relação de mútua afetação, que modifica o modo como enxergamos o mundo. Patricia Clough (2007) é categórica ao afirmar que este é o caminho a ser tomado para pessoas pesquisadoras que objetivam teorizar sobre o social. Parece-nos que esse é um passo presente no caminho de Veena Das.

Phellipy Jácome: Sônia, podemos conceber, a princípio, pelo menos duas categorias de testemunhos pensando a pesquisa científica

em dimensão afetiva. Um deles seria o testemunho da pesquisadora ou pesquisador e o outro seria o testemunho de interlocutores que colaboram com a pesquisa. Eles necessariamente dialogam? Estão sempre em relação? E o testemunho em silêncio?

Sônia Pessoa: Veena Das afirma que contribuições recentes à teoria do sujeito argumentam que a experiência de se tornar um sujeito está ligada à experiência de subjugação de maneiras significativas. As violações inscritas no corpo feminino (literal e figurativamente), segundo a autora, e as formações discursivas em torno dessas violações, como as consequências disso tornaram visível a imaginação da nação Indiana como uma nação masculina. As mulheres ancoraram seus discursos nos gêneros de luto e lamentação, que já lhes atribuíam um lugar no trabalho cultural do luto, mas falavam de violência e dor tanto dentro desses gêneros como fora deles. A autora considera que as mulheres deram voz e mostraram o que lhes foi feito a partir de transações complexas entre corpo e linguagem.

Trabalhar o testemunho de interlocutores que colaboram com a pesquisa nos exige uma série de reflexões. Para isso, é importante pensarmos que Veena Das se apoia no pensamento de Wittgenstein, e concebe a linguagem ampliada, em um universo que contempla muito mais do que a palavra, e pensa o gestual, a performatividade das narrativas, o olho que chora, o corpo que se ornamenta, o corpo que dança de alegria e no luto, e que amplifica uma frase, a fala velada, a estética dos gestos, a postura corporal e até o silêncio. Não falar sobre determinados aspectos de uma vivência, não mencionar determinados detalhes, evitar formular narrativas sobre a dor, coletivizar experiências silenciando a singularidade de determinadas pessoas, tudo isso é constitutivo da linguagem. A autora fala do olho como um órgão

que chora e não um órgão que vê diante do testemunho de um crime por exemplo, e os desafios de habitar o mundo ou habitá-lo novamente após uma situação que está na tessitura da descida à vida ordinária. De novo com Wittgenstein, Veena Das pensa o cotidiano como algo recuperado: o modo como toma para si tal espaço de destruição, não mediante uma ascensão à transcendência, mas mediante uma descida ao cotidiano, possibilidades de ver a criação de um sujeito de gênero, por exemplo, por meio do testemunho de uma mulher Indiana, no qual se transita entre o confronto com um conhecimento que é venoso e está no trabalho cotidiano da reparação. E ela lembra que ser vulnerável não é ser vítima. O testemunho não teria a função de apresentar um caso, como um exemplo de uma regra geral, ou uma exceção a ela, mas mostrar como formas emergem em experimentos com a vida, na autocriação espiritual.

A autora usa fragmentos de testemunhos repletos de palavras não plenamente declaradas, gestos performativos e um repertório de noções culturalmente densas que cercam os enunciados. Ela pensa os enunciados como entidades linguísticas que permanecem desencarnadas, chamando a atenção para a importância não apenas do contexto linguístico mas também do mundo da vida.

E aí, para trazer à cena um pouco mais de Conceição Evaristo, leio trecho de *A roda dos não ausentes*:

O nada e o não
Ausência alguma
Borda em mim o empecilho
Há tempos treino
O equilíbrio sobre
Esse alquebrado corpo

E se interia fui,
Cada pedaço que guardo de mim
Tem na memória outros pedaços...

A apresentação dos fragmentos e a indicação delicada da percepção da pesquisadora sobre o testemunho aparecem de modo cuidadoso no texto por meio do uso de sintagmas e expressões como "Minha impressão", "Eu estava curiosa", "Parece-me", "Pode parecer que"... entre outras... Chama a atenção a importância da empiria para Veena Das e das múltiplas narrativas em cada um das múltiplas vozes que ela escuta e por meio das quais ela própria se constitui como sujeito em pesquisa, como sempre pensamos que deve ser em pesquisas com afetos.

Há que se pensar aqui em testemunhos de pessoas pesquisadoras que estão articulados na tessitura do texto em diálogo com trabalhos de inspiração etnográfica e processos de afetação, como faz Alphonso Lingis, que narra as suas experiências em viagens que os impacta e os leva a pensar sobre questões sociais importantes. Uma boa referência para conhecer a filosofia do autor é consultar a obra "Alphonso Lingis Reader", editada por Tom Sparrow há pouco mais de 20 anos. Vem de Lingis, a inspiração para as transformações pelas quais passamos cada vez que entramos em uma conversa, uma disposição para sermos alterados ou esvaziados de nossas convicções, nossas expectativas, nossas memórias. Lingis (2000) nos diz que o mundo do trabalho e da racionalidade considera lixo humano os delinquentes, abandonados, senis, entre outros, impondo-nos uma ética que considera os humanos como fim e não como meio. Estaríamos diante de tentativas de nos permitir nos afetar pelos outros como sujeitos em pesquisa, mas também de nos permitir perceber como nossas escolhas e decisões

cotidianas são permeadas por sentimentos e emoções, os nossos e os delas, para além disso, estão em curso potentes processos de afetação. A manutenção de um corpo em um espaço está vinculada à forma e ao contorno do próprio corpo que, por sua vez, pode excluir outro. Os sentimentos, ao atrair os olhos do outro para o campo de força de um corpo faz com que este corpo se torne visível.

Veena Das diz também de um lidar com um luto que atravessa o cotidiano, e como nos dá, a vida não pára para você viver esta experiência. Tantos outros eventos cotidianos vão se acumulando e tantas outras necessidades precisam ser sanadas. No meu caso, o luto se conecta em muitas linhas com os das mulheres indianas por causa de seus maridos. Um luto pela morte do único filho, que ainda que tivesse hidrocefalia, ocorreu de forma abrupta, inesperada. Um luto enquanto ele estava com morte encefálica e aguardava os inúmeros testes para verificar se os aparelhos realmente seriam desligados. Já a morte do meu pai foi anunciada. Vivemos um luto preparado com a doença do pai idoso, diante do enfrentamento de um câncer que já se anunciou em metástase. Essas experiências não me tornaram uma pessoa melhor, elas apenas conformam o modo como eu ocupo o mundo e dou conta do meu cotidiano sendo pai e filho as duas pessoas mais importantes e referenciais da minha vida.

E aí, para trazer à cena um pouco mais de Conceição Evaristo, leio mais trecho de A roda dos não ausentes:

E da história que me resta
Estilhaçados sons esculpem
Partes de uma música inteira
Traço então a nossa roda gira-gira
Em que os de ontem, os de hoje

E os de amanhã se reconhecem

Nos pedaços uns dos outros.

Inteiros

Sônia Pessoa: Camila, ainda em relação aos testemunhos, quando nos deparamos com sujeitos em situação de vulnerabilidade, em especial as pessoas com deficiência, como trazer a tona esse relato que parte de uma materialidade sensível, no caso o corpo, que sente as afetações dos deslocamentos, das mobilidades e imobilidades e dos encontros?

Ao espaço são caros os vetores de direção, velocidade e tempo, pois nele se desdobra o conjunto de movimentos que o constituem como tal. Podemos dizer que o espaço é, em si mesmo, o efeito daquilo que nele age, ele é produzido nas próprias operações que o orientam, sendo, portanto, praticado. Podemos notar que o corpo está plenamente implicado nessa definição de espaço, que pressupõe como temporalidade o instante do ato. Ao que nos parece, a animação do lugar pode ser compreendida por uma atualização momentânea de sua potência e que, necessariamente, tem o corpo como agente. Soma-se a isso o fato de que, contemporaneamente, esse corpo ganha novas dimensões ao habitar o espaço aumentado (MANOVICH, 2007).

Não há mobilidade sem imobilidade, desterritorialização sem territorialização, movimento sem “amarração” - ou *moorings*, do original em inglês de Urry (2007). A mobilidade não pode ser descrita sem as amarrações espaciais, infraestruturais e institucionais que configuram e habilitam a mobilidade.

Os meios de transporte e de comunicação, incluindo aí os novos dispositivos móveis, implicam em mobilidades constringidas por imobilidades

infraestruturais e dificuldades de acesso e de deslocamento. A mobilidade de uns se dá também em função da imobilidade de outros, já que existem diferentes graus de mobilidade que expressam diferentes poderes e controles contemporâneos. (LEMOS, 2009)

De acordo com Urry, cada movimento é sempre acompanhado de riscos e, no cenário atual de mudanças ambientais globais, têm importância crescente as restrições ambientais impostas à mobilidade. No que se refere à Covid-19, é preciso dizer que o vírus, dentre outras características que lhes são inerentes, teve a sua potencialidade de contágio ampliada justamente pela alta circulação de pessoas pelo planeta. Sendo assim, a pandemia e o distanciamento social - adotado como medida para conter a transmissão do vírus - nos fez pensar ainda mais sobre as dinâmicas de mobilidade e imobilidade. Inicialmente, em relação ao movimento de pessoas nos ambientes físicos numa relação local - global e a fragilidade desse corpo que se coloca em movimento (URRY, 2007). Depois, a circulação por meio das redes digitais online, levaram-nos a reflexões acerca da mobilidade que já não podia mais se fazer nos espaços físicos e que, por conseguinte, passou a acontecer, quase que exclusivamente, nos ambientes digitais, onde os sujeitos poderiam se deslocar em forma de fluxos e interações. Vale destacar que a ida para os ambientes digitais não ocorreu de forma igualitária, mas deu-se a partir de assimetrias já existentes na sociedade.

Quando incorporamos o movimento às análises desenvolvidas no campo das ciências sociais e humanas, percebemos ganhos não apenas teóricos, mas também metodológicos.

Sabemos que não há pesquisa, nem ciência social sem teoria, mas, ao mesmo tempo, que uma análise empírica permite (ou pode) se descortinar novas maneiras de se compreender a relação entre teoria, observação e

participação. Ela engendra novos tipos de entidades pesquisáveis e um novo ou redescoberto campo empírico, além disso, abre novos caminhos para a análise crítica.” (BÜSCHER, URRY, 2009, p. 99)

Mônica Büscher e John Urry (2009) destacam que, além de retificar os estudos, até certo ponto negligenciados, do movimento diverso de pessoas, objetos, informação e ideias, o paradigma da mobilidade propõe, em certa medida, uma transformação na teoria social ao sugerir um cenário teórico e metodológico que nos permite compreender tais fenômenos.

Nesse sentido, o que se percebe é que nesse cenário - em que se apresentam os fenômenos da mobilidade - é possível revisitar teorias e metodologias que possuem um forte poder explicativo, mas que, por si, não é completo e, assim sendo, vão permitindo/demandando a introdução de novos elementos em busca de uma compreensão mais ampla desses fenômenos.

O desafio proposto está em perceber a mobilidade não apenas como um fenômeno, mas também como uma oportunidade para se remodelar as metodologias e as técnicas de pesquisa para lidar com aquilo que é “fugaz, fragmentado, múltiplo, não-causal, sensorial, emocional e sinestésico”. (BÜSCHER; URRY, 2009)

Phellipy Jácome: Quais noções éticas e hospitaleiras podem ser objeto de reflexão no registro e na apresentação dos testemunhos na pesquisa científica?

Sônia Pessoa: Eu vou tentar acionar aqui algumas relações com pensadores que me parecem importantes para pensarmos as relações éticas da pesquisa científica, se não trataram especificamente do testemunho, eu me permito trazê-los comigo para este pensar. Mendonça e Moriceau (2016) ressaltam a importância de uma

aproximação em pesquisa sustentada no vivenciar, um “banho experiencial”, que propicie à pessoa pesquisadora um encontro profundo com a concretude, capaz de inspirar reflexões e escrituras que dêem conta desses encontros com o comum e, simultaneamente, no coletivo e no singular.

Neste sentido, Martino e Marques (2019, s/p) nos lembram a necessária articulação proposta por Levinas, entre a experiência da alteridade, a ética e o conhecimento, afastando-se de discussões deontológicas e normativas sobre ética.

Uma das perspectivas de Lévinas é colocar a ética como fundamento primeiro de toda filosofia, anterior mesmo ao ato cognoscitivo. O estabelecimento da relação ética se dá, recorda o filósofo, antes mesmo de qualquer tipo de conhecimento, na medida em que isso já se apresenta, em si, como uma alteridade. O imperativo ético de Lévinas, nesse sentido, se diferencia das éticas propostas antes dele, como a de Aristóteles, Kant e Hegel, por seu caráter não necessariamente normativo ou deontológico, mas enquanto ponto de partida da relação – a alteridade, neste caso, tem início com o próprio conhecimento ao se apresentar como um outro daquele que conhece.

No âmbito da relação com a alteridade em seu aspecto humano, esse conhecimento do outro instaura uma relação necessária de abertura de si mesmo para se deixar experienciar na relação com o outro. O ato de comunicar se apresenta, neste momento, como ação ética, na medida em que não existe comunicação sem a pressuposição de uma alteridade com a qual se estabelece um contato com a diferença, deixando-se afetar por ela. (MARTINO e Marques, 2019, s/p).

E vou aproveitar para retomar aqui um pensamento que estamos amadurecendo, Jean-Luc Moriceau, Carlos Mendonça, Ângela Marques e eu e que está em um texto nosso de apresentação da obra Afetos na pesquisa acadêmica, editada pelo Selo PPGCOM, disponível

gratuitamente no site da editora. É um trecho longo, mas vale tê-lo aqui para reflexões futuras:

Segundo Moriceau (2016, 2019), na pesquisa acadêmica com sujeitos é preciso pensar em outras formas de deixar o outro falar e de ser afetado por ele, que não podem ser contidas nos modos tradicionais da representação do conhecimento e dos resultados de pesquisa. Podemos, por exemplo, alternar entre a descrição dos afetos desencadeados pelo trabalho de campo e momentos de reflexividade, sem procurar representar a cultura estudada ou os sujeitos estudados por meio de seus enunciados. Para Moriceau (2014), a representação apresenta-se como distanciada da experiência, paralisa as dinâmicas, fixa os lugares, as posições, impõe uma perspectiva ou narrativa e atribui papel central ao autor/pesquisador. Nesse caso, há uma reflexão ética por trás da pesquisa que questiona o falar por ou em nome de, tentando construir uma possibilidade de o pesquisador falar com os seus pesquisados. Assim, pode-se construir o sentido de forma partilhada, não hierarquizada. Desloca-se o pesquisado do seu lugar de “objeto” de análise e constitui para ele um lugar de interlocutor, parceiro simétrico na construção da pesquisa (BENCHERKI, 2015; GOLDMAN, 2006; D’ALMEIDA; CARAYOL, 2014).

Nesse deslocamento, o pesquisador e a pesquisa se deixam afetar, transportar e transformar pelo que estudam (STEWART, 2007; FAVRET-SAADA, 1990). Se deixar afetar é deixar entrar em nós aquilo que estudamos e afetá-lo em troca. É provável que não sejamos mais os mesmos depois da pesquisa, pois não podemos nos isolar para examinar à distância os dados coletados. Ter uma experiência como essa não significa indolência do pesquisador, mas um contato autêntico, marcado pela vulnerabilidade e pelo encontro transformador com a alteridade (MACÉ, 2016).

Uma pesquisa que privilegia os afetos permite vários níveis de leitura e aponta a complexidade e riqueza da empiria. É preciso conferir aos atores pesquisados a maior parte da responsabilidade de confeccionar sua representação. O pesquisador deve aproximar-se de uma expressão mais bruta de suas falas e relatos, considerando a justeza de sua própria maneira

de se expressarem e contarem a si mesmos, sem esconder os paradoxos ou contradições nas falas. É importante não ficar buscando uma representação mais “adequada”, mas sim visar uma abertura a várias possibilidades de produzir sentido acerca das falas dos pesquisados, compartilhando com os leitores o trabalho de compreensão e de fabricação de seus próprios textos (STEWART, 2007; MORICEAU, 2014).

Uma abordagem afetiva da comunicação, nos diz Moriceau (2017, 2018, 2019), é uma crítica que nos leva ao coração da ambiguidade e da complexidade das situações que pesquisamos, nos exigindo uma postura ética e uma tomada de posição reflexiva e corajosa. Uma ética pessoal e coletiva que afeta nossas convicções ligadas à produção de saber e abala as certezas prefiguradas, nos levando a querer continuar a pensar sobre a pesquisa e seus sujeitos. (MORICEAU, 2020, p.14).

Sônia Pessoa: Phellipy, como podemos articular as reflexões temporais de Veena Das e a “força do local” em Milton Santos?

Phellipy Jácome: Acredito que um dos desafios mais potentes em se trabalhar esses dois autores em perspectiva é o de justamente poder recuperar, de um lado, as reflexões historicizantes sobre o espaço e, por outro, reconhecer a dimensão territorial das temporalidades. Como fizemos com Veena Das, acho importante apresentar também, ainda que brevemente, a trajetória de Milton Santos. Nascido no interior da Bahia em 1926, Santos foi um dos nomes mais importantes para a renovação dos estudos geográficos em todo mundo, sobretudo por sua ênfase em compreender, de maneira localizada e politicamente incidida, a noção de “espaço”. Menos do que somente uma grandeza física, o espaço é também um território de relações desiguais de poder, de conformações identitárias, de fluxos migratórios e de interação com as tecnologias. Santos sempre lutou por outras formas de relações humanas e por “outras globalizações”, ressaltando a necessidade de formas mais

democráticas que sejam capazes de questionar e superar um “pensamento único”, totalizante. É com base nessa premissa, que seu cotejamento com Veena Das nos parece pertinente e interessante. Nesse ponto, tentando traçar algum grau de coesão à questão proposta, gostaria também de pensar como o **corpo** pode ser um lugar muito potente para esse atravessamento entre espaço e tempo. Convém aqui convocar um poema da escritora belo-horizontina Ana Martins Marques. Em “História”, publicado em 2016 em razão do aniversário da autora, ela destaca:

Tenho 39 anos.
Meus dentes têm cerca de 7 anos a menos.
Meus seios têm cerca de 12 anos a menos.
Bem mais recentes são meus cabelos
e minhas unhas.
Pela manhã como um pão.
Ele tem uma história de 2 dias.
Ao sair do meu apartamento,
que tem cerca de 40 anos,
vestindo uma calça jeans de 4 anos
e uma camiseta de não mais que 3,
troco com meu vizinho
palavras de cerca de 800 anos
e piso sem querer numa poça
com 2 horas de história
desfazendo uma imagem
que viveu
alguns segundos.

Como podemos perceber, nosso próprio corpo é marcado por diversos estratos temporais coexistentes, mas que possuem densidades

muito diversas e que, juntos, vão perfazendo nossas identidades como sujeitos sociais. Essas corporeidades junto a “palavras de 800 anos” guardam relações, resistências, imposições, negações e possibilidades de existência. Nesse sentido, tanto Santos quanto Vas produzem, a partir de localidades bem distintas, críticas potentes em relação a o que, grosso modo, poderíamos chamar de modernidade eurocentrada.

Vivemos, pelo menos desde 1492, num regime de poder relativamente novo e que foi capaz de modificar pela primeira vez numa escala global, relações temporais, espaciais e corpóreas. Como apontam diversas autoras e autores do chamado “giro decolonial” (QUIJANO, 2005; SEGATO, 2021; DUSSEL, 1993), a modernidade-colonialidade eurocentrada gerou uma série de cisões binárias que representam uma verdadeira pedagogia da exterioridade. Assim, criou-se como antônimos irreconciliáveis relações como: alma x corpo; tradição x modernidade; vencidos x vencedores; arcaicos x modernos; razão x emoção; empírico x abstrato; maravilhoso x científico; velho mundo (lugar de conhecimento) x novo mundo (lugar de exploração). Há, nesse sentido fundador de uma episteme moderna um forte apagamento das relações de alteridade responsáveis por gerar epistemicídios e aniquilação de sujeitos, além da criação de certos juízos de identidade que, a muito custo, puderam ser transformados em declarações de identidade. Assim, relações baseadas em critérios raciais e misóginos são uma espécie de sombra responsável por possibilitar as luzes do mito da modernidade. Por isso, é importante refletirmos sobre as possibilidades de reparação e também sobre as consequências dessa colisão entre mundos que geraram a fissura colonial.

É dessa premissa particular que pensamos na articulação entre os escritos de Das e de Santos. Em *Vida e Palavra* ao abordar

acontecimentos catastróficos, a autora indiana busca entender não a ruptura provocada por um determinado evento, mas sim como pensar a trama desse evento à vida cotidiana. Desse modo, o corpo adquire uma centralidade para pensarmos tempo e espaço, na medida em que para Veena Das, os sujeitos não pertencem ao mundo, mas são antes, o limite do mundo. Por isso é importante perguntar-nos não em que condições um sujeito possui experiências, mas que sujeito (em que espaço e em que tempo) são condições para a experiência temporal e espacial, reconhecendo-se assim, uma multiplicidade de espacialidades e de temporalidades.

De uma perspectiva ao mesmo tempo diferente e complementar, Milton Santos critica severamente o que denomina como “globalitarismo”, isto é, a tentativa de universalização de experiências e a imposição de uma suposta homogeneidade a partir de práticas colonizadoras que tem no capital financeiro seu principal fim e instrumento. Nesse sentido, o autor brasileiro busca reconhecer a força da localidade, perguntando-se o que significa o mundo global visto daqui, isto é, de países periféricos cujas consequências da “globalização” são tão distintas e severas daquelas vividas e refletidas pelo norte. Assim, Santos propõe que o mundo é o que vemos de onde estamos, advogando para uma perspectiva de soluções que contemplem novos laços comunitários para que, a partir de um princípio da esperança, também possamos imaginar diversamente o mundo como ele poderia ser.

Phellipy Jácome: Partindo da noção de comunicar como "pôr em comum", Milton Santos nos fala das relações de copresença que se dão a partir da conformação das relações nos lugares, sendo assim, Camila, quais seriam os impactos e reverberações dessas relações de

copresença mediadas pelo espaço de fluxos e diante do isolamento social, provocado pela pandemia de Covid-19?

Camila: A copresença é um conceito sociológico que busca dar conta das múltiplas implicações e afetações que advém do nosso contato com outros sujeitos nos nossos processos de interação social. Inicialmente, a ideia de copresença estava atrelada à proximidade física de outras pessoas, assumindo-a como uma condição objetiva e dada. No entanto, a intensa presença de mediações tecnológicas no nosso cotidiano, permeando atividades e processos de interação diversos, passa a tensionar as noções mais clássicas de copresença, admitindo-se, portanto, as influências de presenças mediadas. Ao nos determos um pouco mais nesse conceito, percebemos que estamos, quase sempre, rodeados de presenças-ausências, pois, em certa medida, a própria relação que temos com objetos e mediações comunicacionais (livros, filmes, músicas) nos colocam numa situação de envolvimento mútuo com alguém que não está numa relação de proximidade física conosco.

Sendo assim, a copresença não seria algo novo, mas, quem sabe, algo que ganha novas roupagens, principalmente, diante da pulverização de dispositivos móveis em rede que intensificam presenças-ausências em nosso cotidiano. Nesse cenário complexo e diverso, que compõe a paisagem comunicacional contemporânea, destacamos as interações que se configuram a partir dessa “aparelhagem tecnocrônica multiplicadora” (SANTOS, 2003). No que concerne a essas interações, inicialmente, podemos dizer que há uma combinação entre interações face a face e interações “sociais mediatizadas” (BRAGA, 2001). Na primeira, conforme salienta Pellegrino (2007), a interação baseia-se na copresença física, no

contexto comum e num amplo conjunto de formas simbólicas compartilhadas.

Já as interações “sociais mediatizadas”, diferentemente das primeiras, caracterizam-se pela existência de uma “produção objetivada e durável, que viabiliza uma comunicação diferida no tempo e no espaço, e permite a ampliação numérica e a diversificação dos interlocutores” (BRAGA, 2001, p. 119). Tal conceituação leva o autor a propor um modelo de interatividade diferido/difuso, que tem como ponto de partida a constatação de que grande parte das “falas” e “conversas” na sociedade acontece em tempos e espaços distintos, gerando copresenças em espaços e temporalidades distintos.

Porém, a intensa presença de mediações tecnológicas em nosso cotidiano, por exemplo os smartphones, tablets e outros equipamentos, demandam uma reflexão acerca da necessidade de simultaneidade nas interações. Apesar de o modelo de interatividade diferido também se fazer presente nas interações por meio desses equipamentos (mensagens de texto, e-mails e aplicativos de redes sociais), há uma demanda inerente por sincronidade, disposição imediata para interagir. Portanto, as formas com as quais lidamos com essas mediações nos colocam em situações desafiadoras e com as quais não temos muito controle.

Os dispositivos móveis (smartphones, tablets e notebooks), equipamentos mais emblemáticos desse cenário, são incorporados por nós, muitas vezes, na tentativa de sermos mais produtivos, realizando uma microcoordenação da nossa vida cotidiana (LING, 2004; KATZ & AAKHUS, 2002). No entanto, há um cansaço e um excesso que nos escapa e que talvez possa se explicar pelo que a neurocientista Linda Stone (2009) chamou de “atenção parcial contínua”. Sim, nós, seres humanos,

podemos até lidar bem com o comportamento multitarefa (BARON, 2008), pois ele é comum em atividades corriqueiras que realizamos, no entanto, a questão trazida aqui e num contexto de isolamento social, vivido durante a pandemia de Covid-19 é o fato de parte significativa das nossas interações acontecerem a todo o momento, irrompendo nas nossas atividades cotidianas e a demanda cognitiva e emocional dessas interações é outra, causando em nós uma sensação desconfortável. Para Stone (2009) e Rose (2010), o que acontece no plano das interações sociais não se enquadra no conceito de multitarefa, mas, sim, no da atenção parcial contínua, no qual realizamos um constante reposicionamento de prioridades. Vamos integrando as copresenças mediadas que as interações nos demandam com a falsa sensação de que realizamos as atividades em paralelo, porém, nosso cérebro as processa de maneira seriada e, em especial, buscando varrer os dispositivos móveis em busca de sinais (alertas, mensagens) de interações que estão à nossa espera ou nos convocando. Para a autora, essa situação seria ainda mais nociva, pois nos colocaria em estado de alerta, desencadeando situações de estresse e esgotamento.

Se no ambiente presencial, os alertas e as notificações constantes dos celulares já disputavam a atenção na sala de aula, no ambiente remoto, isso certamente se deu de forma mais frequente pois, a própria configuração em múltiplas janelas dos ambientes digitais, são um convite para a realização de várias atividades simultaneamente. Entre crises de autoestima, uma falsa sensação de produtividade e um real esgotamento, carimbamos a nossa não-certidão de nativos digitais. Talvez, a nossa memória analógica ainda insista em nos fazer buscar vivências que se desdobram no espaço de lugares (SANTOS, 2003) e

dentro de uma temporalidade cronológica onde, tradicionalmente, se desenrolam as atividades humanas.

Camila Mantovani: Como pensar conceitos de pesquisa a partir da mobilidade para não cairmos num congelamento universalizante, Phellipy?

Phellipy Jácome: Mais que conceitos específicos para as pesquisas, me parece importante refletir sobre o próprio desejo de investigar. Muitas vezes, quando entramos numa pesquisa em nível de pós-graduação sentimos um enorme peso em relação à necessidade de publicações, a um certo senso de produtivismo e a um desejo de rapidez que pode ser bastante contraproducente em termos pessoais e científicos.

Nesse sentido, por mais paradoxal que possa parecer em nossas sociedades do cansaço e do capitalismo, Santos propõe a ideia de “lentidão” como uma virtude. No lugar da pressa hegemônica dos grandes centros urbanos, da imposição das tecnologias que nos deixam conectados num fluxo sem fim, é razoável pensar que certos processos da vida nos exigem tempo: não o tempo da aceleração e pressa hegemônico, do reforço negativo do “cumprimento de prazos”, mas uma temporalidade alargada, uma lentidão que também pode ser vista como uma forma de resistência.

Desse modo, Santos inverte a percepção do regime de valoração que percebe os mais fortes vivendo num tempo rápido enquanto os mais fracos vivenciaram num tempo lento. Para ele, a lentidão é uma possibilidade de resistência, de insistência como ação política que viabiliza a existência de certos corpos nesse regime temporal complexo. Ao refletir sobre os “corpos lentos”, o autor brasileiro faz referência sobretudo as pessoas que não teriam acesso à velocidade e à aceleração

do mundo globalizado. No entanto, perceber essa lentidão como uma forma de resistência não significa fazer uma apologia ou um elogio à pobreza, mas antes, ao reconhecimento das possibilidades de sobrevivência, ainda que às margens. Além disso, significa, a nosso ver, incorporar (colocar em corpo) a questão das temporalidades, buscando eliminar a falsa sensação de que certos grupos sociais estariam ausentes da sua própria experiência.

Algo similar pode ser dito sobre os aportes de Veena Das. Ao propor a descida ao ordinário, a autora indiana recusa políticas que conduzem nossa vida para fora do cotidiano. Assim, faz uma defesa veemente da experiência como propulsora de conhecimento. Porém, como aponta, **“nosso impulso teórico, muitas vezes, é o de pensar a ação em termos de escapar do ordinário e não de descer a ele”**. Nesse sentido, há uma mudança significativa da própria reflexão ética do pesquisar, na medida em que não estamos falando de objetos estáticos ou de verdades coloniais, universais, já que a ideia de saber não seria suficiente para reconhecer o outro. Assim, mais do que a representação narrativa do tempo, interessaria, na perspectiva de Das, o seu trabalho de habitar o mundo. Por isso, nos parece importante indagar-nos sempre: o que me motiva a e ao pesquisar? Que afetos animam meu fazer científico? Quais são os meus desejos de transformação na e pela ciência?

Sônia Pessoa: Respondo a esta inquietação do Phellipy com os objetos afetivos que trouxe para a aula de hoje, como combinamos com a turma. O primeiro é um radinho de pilha, presente do meu pai, e a partir do qual ele ouvia os jogos de futebol do Atlético Mineiro. Meu pai e meu avô foram grandes incentivadores da minha formação intelectual, ainda na transição da infância para a juventude. Eles me apresentaram obras clássicas, teóricas, literatura e poesia. Não

censuraram nem determinaram o que eu iria ler. Simplesmente me davam de presente ou me permitiam pegar o que eu escolhia na estante. Assim se constituiu um hábito para a vida, que anos depois seria fundamental na atividade de pesquisa e de ensino. O rádio é um hábito de família do interior de Minas Gerais. Minha mãe, sempre nos momentos das atividades domésticas, liga o rádio até hoje para acompanhar as novidades da cidade, as orações, a prestação de serviços. Na adolescência eu escutava rádio até tarde da noite porque queria ouvir sobre o mundo, dormia todos os dias com o rádio ligado e em alto volume, o que provocava certas desavenças porque o meu pai acordava de madrugada com o barulho e ia desligá-lo, dia após dia, até se cansar de reclamar. O segundo objeto que eu trouxe para a aula é um boneco do Bob Esponja, que meu filho Pedro adorava. Certa vez ele me disse que gostava do Bob porque ele era diferente, em forma, já que tem o corpinho quadrado, em cor porque parece uma pessoa mas é bem amarelo, um amarelo vibrante, e porque é estranho perto dos demais. Talvez houvesse ali certa identificação, diferente, vibrante e estranha aos olhos dos outros. Se meu pai e meu avô me trouxeram formação intelectual, Pedro reforçou o meu gosto pelas minúcias do cotidiano, as singularidades das pessoas, a importância da experiência, o amadurecer do pensamento, a descoberta das afetações da vida profissional permeadas pelos afetos da vida pessoal, a indissociabilidade entre elas. Estão aí, simbolizados nestes objetos, que ficam na estante de livros no meu escritório, parte do que eu sou e parte do que levo para o meu trabalho. Os meus desejos de transformação na e pela ciência? Conceber uma produção científica que colabore para um mundo (olha que ousadia!!!!) mais acolhedor e hospitaleiro para todas as pessoas, em

especial para aquelas que se sentem à margem e cuja centralidade do existir nós precisamos compreender.

Camila: No exercício dos objetos afetivos, trouxe uma caixinha com várias pedrinhas que foram dadas a mim pelo meu avô, pai do meu pai. Meu avô adorava pedras e o irônico é que as pedras (na verdade, uma pedreira) foram motivos de muitas brigas na família dele... Na noite antes dele morrer, dois dias depois do meu aniversário de dez anos, ele me chamou em seu quarto e me entregou várias pedrinhas e disse que era para eu me lembrar dele. Carrego essas pedrinhas comigo, deixo na mesa de trabalho. Quando a gente estuda ciências no colégio, aprende que as pedras são os seres não vivos do ambiente, mas, para mim, as pedras são a memória da TERRA. Então, eu guardo as pedrinhas do meu vô, mas também "cato" e coleciono as minhas. E esse encanto com as pedras revelou-se para o meu filho mais novo, Pedro (risos). Agora, somos dois a "catar" e a guardar as pedras que encontramos por aí. Ao terminar de apresentar meu objeto, sigo para a varanda, onde guardo o teclado. Recém-estudante de música, arrisquei uma melodia para celebrar o encontro. A sensação de partilhar aquele momento com colegas e alunos foi, certamente, mais prazerosa e emocionante do que se seu real efeito com redes oscilantes, captação de som inadequada e outros tantos ruídos presentes no processo. Na minha mente (e coração) fechamos os olhos e juntos cantamos um hit dos anos 1980, cujo refrão é bastante conhecido diz: "*Uh, eu quero você como eu quero...*"

REFERÊNCIAS

BARON, Naomi S. Adjusting the Volume: Technology and Multitasking in Discourse Control. In: KATZ, James (org.). *Handbook of Mobile Communication Studies*, Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p.177-193

- BRAGA, José Luiz. Interação & Recepção. In: FAUSTO, Antônio Neto (org.). *Interação e sentidos no Ciberespaço e na sociedade*. Porto Alegre: EDIPUCRIS, 2001. 234p.
- BÜSCHER, M., URRY, J. Mobile Methods and the empirical. *European Journal of Social Theory*. v. 12, n.1, p. 99-116, Fev. 2009.
- DAS, Veena. Vida e Palavras. A Violência e sua Descida ao Ordinário. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.
- DUSSEL, E. 1492: O encobrimento do outro (A origem do "mito" da Modernidade). Petrópolis: Vozes, 1993
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- KATZ, J. E.; AAKHUS, M. (org.) *Perpetual Contact: Mobile Communication, Private Talk, Public Performance*. NY: Cambridge University Press. 2002, 391p.
- LACERDA, Paula & PARREIRAS, Carolina 2021. "Veena Das". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/veena-das>
- LING, Rich. *The mobile connection: The cell phone's impact on society*. San Francisco: Morgan Kaufmann, 2004. 244p.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; PESSOA, Sônia Caldas; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. IN: Moriceau, Jean-Luc Afetos na pesquisa acadêmica [recurso eletrônico] / Jean--Luc Moriceau. – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.
- MORICEAU, Jean-Luc. Afetos na pesquisa acadêmica. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2020. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2019/05/AfetosJeanLuc10-1.pdf>.
- PELLEGRINO, Giuseppina. Discourses on Mobility and Technological Mediation: The Texture of Ubiquitous Interaction. *PsychNology Journal*, 2007, v.5, n. 1, p.59-81. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2007-07642-003>. Acesso em 24 abr 2023.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 2005. Pp.227-278.

ROSE, Ellen. Continuous Partial Attention: Reconsidering the Role of Online Learning in the Age of Interruption. *Educational Technology*, vol. 50, no. 4, 2010, pp. 41–46. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/44429840>. Acesso em 20 abr 2023.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 384p.

SEGATO, Rita. 2021. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. Tradução: Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

SPARROW, Tom. *The Alphonso Lingis reader*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

STONE, Linda (2009). *Beyond Simple Multi-Tasking: Continuous Partial Attention*. Disponível em: <http://www.lindastone.net>. Acesso em 28 abr 2023.

URRY, John. *Mobilities*. London: Routledge, 2007. 335p.

PARA NOVAS INCURSÕES EM AUTORAS E AUTORES AQUI CITADOS

DAS, Veena, “Subaltern as perspective” In: Guha, Ranajit (ed.), *Subaltern Studies VI: Writings on South Asian History and Society*, Delhi, Oxford University Press, 1989

DAS, Veena, *Critical events - an anthropological perspective on contemporary India*, Oxford University Press, Delhi, 1995

DAS, Veena, *Life and words: violence and the descent into the ordinary*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, London, 2007 (Trad. Bras. Bruno Gambarotto. São Paulo, Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2020)

DAS, Veena, *Affliction: health, disease, poverty*, New York, Fordham University Press, 2015

DAS, Veena, *Textures of the ordinary: doing Anthropology after Wittgenstein*, New York, Fordham University Press, 2020

DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds.), *Anthropology in the margins of the State*, School of American Research, Santa Fe, 2004

DAS, Veena, “Two plaits and a step in the world: a childhood remembered” In: Karlekar, Malavika & Mukherjee, Rudragshu (eds.), *Remembered childhood: essays in honour of André Bêteille*, Delhi, Oxford University Press, 2009

DAS, Veena, “Listening to voices: an interview with Veena Das”, Kim Turcot DiFruscia, *Alterités*, vol. 7, n. 1, 2010, p. 136-145, http://www.alterites.ca/vol7no1/pdf/71_TurcotDiFruscia_Das_2010.pdf

DAS, Veena. “Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos”, Entrevista com Veena Das por Michel Misse, Alexandre Werneck, Patrícia Birman, Pedro Paulo Pereira, Gabriel Feltran & Paulo Malvasi, *Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n.2, 2012, p. 335-356, <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7331>

PARA ESCUTAR E ASSISTIR

Podcast Teoria em Prosa com Carlos Mendonça <https://open.spotify.com/episode/53eUER9Oujk00QwKruYZbK>

Podcast Teoria em Prosa com Jean-Luc Moriceau <https://open.spotify.com/episode/4AWNHbb1xMFABPN14fBoc9>

Vídeo O conceito de desordem em Veena Das por Veena Das https://www.youtube.com/watch?v=_drdpggW51E

Live Flagelo dos corpos: a pandemia e o agravamento das precariedades, com Sônia Pessoa e Carlos Mendonça <https://www.youtube.com/watch?v=klid0eyeWDk>

Curso sobre Introdução ao Pensamento de Veena Das, pelo NUMAS - Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença, da USP: 01) <https://www.youtube.com/watch?v=8-u3wz9xPXE>, 02)

3

ANÁLISE DO DISCURSO E AS URGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

Letícia Santana Gomes ¹

INTRODUÇÃO

O ano era 1992: findava a Guerra Fria, o Brasil vivia seu primeiro processo de *impeachment* com o ex-presidente Fernando Collor de Melo. Na cidade do Rio de Janeiro, era sediada a ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e começavam as discussões sobre sustentabilidade. Chico Buarque ganhava o prêmio Jabuti na categoria “livro do ano ficção”, com a obra *Estorvo*. Em Minas Gerais, a professora Ida Lucia Machado, ao lado de orientandos/as, fundava o Núcleo de Análise do Discurso (NAD) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No mesmo ano, Eni Orlandi publicava a obra *As formas do silêncio*, em São Paulo, que ganhou tradução em outros territórios. O mundo em bruta sinfonia enquanto a minha mãe me gestava. Nos últimos dias de 1992, eu nasci, em um antigo território indígena chamado *Naknuk*, hoje conhecido por *Nanuque*², região de tríplice divisa entre estados brasileiros de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

¹ Doutora em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG e estágio doutoral na Université Sorbonne Paris Nord. Atualmente, é professora substituta na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). E-mail: leticiasantanag@gmail.com.

² A palavra *Nanuque* tem sua origem na “designação patronímica da tribo indígena *Nacknenuck* (Bugres dos Cabelos Negros) que habitava a região” (CERQUEIRA NETO, 2005).

Inserida desde que me entendo por gente em um lugar geo-corporal marcado por uma região de tríplice fronteira entre estados brasileiros, relaciono também esse lugar fronteiriço em que me encontro na Análise do Discurso e na Edição, ao buscar nos meus escritos e nas investigações, questionamentos que estão no discurso, na memória, na edição, e principalmente, no afeto, que nos convida a uma individuação, ao compromisso de nos colocarmos em exercício como sujeito existente na própria pesquisa. Trabalhar com narrativas de vida, sobretudo com discursos autobiográficos de mulheres-editoras, fizeram-me entender o processo ético, estético e de individuação que transformaram o meu olhar epistêmico diante de teorias hegemônicas, buscando outras referências.

Estar entrelugares é uma posição física e acadêmica pela qual perpasso nos diversos fragmentos que me compõem. Nesta escrita – e por que não dizer – também biográfica de textos acadêmicos, nesses fios do discurso que tecem nosso estar no mundo, enfrentei vida *online*, vida presente, leituras decoloniais, vivência estrangeira, caminhando em uma busca que, provavelmente, não para por aqui, nem em questionamentos que se encerram.

Trinta anos depois, de um lado, nossa democracia se tornou ainda mais frágil e os planos da ECO-92 se tornaram ainda mais emergentes. De outro lado, a Análise do Discurso (AD) ganhou dimensões brasileiras, com demandas e questionamentos que tentam se atualizar e acompanhar a contemporaneidade. É nesse aspecto que iremos nos debruçar aqui, tendo em vista a nossa postura em repensar concepções da AD que possam abordar outras urgências contemporâneas.

O OLHAR PARA A PESQUISA QUE AFETA

Acredito que somos movidas pelos nossos objetos de pesquisa. E isso se torna mais latente quando me deparo falando sobre o meu *corpus* de investigação com desconhecidos, que me dizem: “seus olhos brilham quando diz sobre a sua pesquisa”. Por mais patêmica que seja essa afirmação, fui buscar entender como é se deixar ser guiada pelos afetos na academia, já que, convencionalmente, em normas estabelecidas e institucionalizadas, somos direcionadas a uma fajuta imparcialidade com os nossos objetos.

Pensar em novas práticas, possibilidades metodológicas e epistemológicas na academia, conforme designou Moriceau (2020), pode ser uma das rotas de colisão para navegar pelos afetos. Para isso, é necessário pensar em outras formas de deixar o outro falar e de ser afetado, como também o pesquisador, de se transformar e modificar o que se estuda. Marques, Mendonça e Pessoa (2020, p. 14) nos afirmaram que “se deixar afetar é deixar entrar em nós aquilo que estudamos e afetá-lo em troca”. É estar envolvido com aquilo que nos toca, mexe, incomoda, reverbera.

Eu não só me movo e me afeto, como nasci dentro de uma biblioteca, como costume dizer. O universo da edição, dos livros e da literatura sempre guiou meus passos. Filha de uma bibliotecária, o valor simbólico atribuído aos livros era assunto recorrente em casa. Por isso, a escolha pela graduação em um curso de Letras (Tecnologias de Edição) não foi nenhuma surpresa, como também continuar como pesquisadora nessa área. No entanto, como também pertencente a essa “classe operária do livro”, incomodava-me saber que essas práticas sobre profissionais da edição eram, muitas vezes, silenciadas no campo

editorial. Falavam-se de autores/as, pouco de revisores/as, críticos/as, tradutores/as... E os/as editores/as de livros?

Por isso, desde 2014, começando a trabalhar com registros audiovisuais por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais da edição, deparei-me com relatos de sujeitos reais, com discursos de emoção e afeto. Dessa forma, cheguei à observação de que relatos de vida são muito mais do que uma técnica de coleta de dados qualitativos. Arelado a isso, a pesquisadora Florence Piron (2019) acrescenta que trabalhar com entrevistas pode se tornar uma ferramenta de mudança social e incorporar questões coletivas, como a luta contra o racismo e/ou a violência de gênero. Permite-se, ademais, que se exponha e implante o conhecimento de pessoas “comuns”, em um contexto de subalternização, e pode ser um meio de resistência às injustiças epistêmicas coletivas. Além disso, se pensarmos em uma perspectiva discursiva, a entrevista na pesquisa é ferramenta para se incorporar diferentes sujeitos e analisar de forma interseccional as diversas dimensões da vida humana (classe, sexo, sexualidade, raça, saúde, idade). É, portanto, uma entrada decolonial e interseccional a incorporação de entrevistas na pesquisa, sobretudo na Análise do Discurso, já que, pode ser “meio” para entender as multiplicidades dos sujeitos e as desigualdades de raça, gênero, classe social, deficiência, e geração que se interseccionam, além de ampliar os dizeres para além de um discurso científico opressor legitimado como regime de verdade e colonizador do conhecimento.

A ANÁLISE DO DISCURSO, SUA ORIGEM E NOVAS URGÊNCIAS

Ao pensarmos sobre o surgimento da Análise do Discurso francesa, por mais emblemático que seja traçar um ato fundador, seria possível inscrevê-la em contextos epistemológicos e a quadros intelectuais que contribuíram para sua constituição. O contexto de seu surgimento está na França, nos anos 1960, em uma perspectiva histórico-materialista, em que pensadores militantes, filiados ao Partido Comunista Francês (PCF), propuseram debates acerca do discurso político, de forma a tentar mudar a prática teórica nas Ciências Humanas. Nesse histórico, a perspectiva sobre o gênero nem sequer foi pauta àquela época, já que outras urgências estavam latentes, com influências de outros campos de conhecimento que até hoje estão atravessados, como a Psicanálise, o marxismo e a Linguística. Também está imbricada a interdisciplinaridade com as Ciências Sociais (Sociologia, Filosofia, Antropologia, etc.).

Percebemos que, desde o seu surgimento, a AD não está mais inscrita em uma única filiação discursiva, já que, com o passar dos anos, diferentes correntes e abordagens discursivas deram um novo traçado à AD, de cunho mais amplo, não se pautando intrinsecamente ao discurso político, como foi o foco inicial e fundador do campo. Nessa perspectiva, a palavra “discurso”, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática da linguagem. Nessa vertente fundadora da AD nos anos 1960, está posto um processo de interpretação a partir dos *Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Althusser³,

³ De uma forma sucinta, Althusser retrata que os Aparelhos Ideológicos do Estado são bastante poderosos e fazem com que o sujeito se apague, anule-se diante da estrutura ideológica pela qual está envolto.

e do debate acerca da noção do sujeito e ideologia por Pêcheux (1978; 1995). Também ressaltamos a contribuição de Michel Foucault⁴ com os discursos fundadores, que está pautado em um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva. Portanto, entende-se que enunciado e formação discursiva estão intrinsecamente ligados, denominados por Foucault de “práticas discursivas”. Dessa postulação de Foucault surge a noção de “arquivo”, como um conjunto de saberes em uma sociedade dada e de determinada época. Atrelados à pesquisa de Foucault, estão inseridos os trabalhos de Pêcheux e Maingueneau (PAVEAU; SARFATI, 2006).

Dessa forma, apresentamos uma sucinta cartografia sobre a AD francesa, sublinhada por Paveau e Sarfati (2006), que impulsiona os trabalhos em AD:

- a teorização do discurso a partir da analista Sophie Moirand; os gêneros do discurso, de Adam (PAVEAU; SARFATI 2006, p. 219);
- a noção de *ethos* por Dominique Maingueneau;
- os parâmetros de produção de saberes e de crenças: construção de ideologias, problemática do senso comum e da *doxa* a partir de Sarfati (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 219);
- a Teoria Semi linguística, de Patrick Charaudeau;
- as marcas enunciativas e de organização formal, por meio de Authier-Revuz.

É válido salientar que a AD passou a ter *corpora* que se transformaram. Tal como sublinhou Maingueneau (1995), citado por Paveau e Sarfati (2006), isso ocorre em função da relação que a sociedade mantém com suas práticas discursivas. Hoje, a necessidade é de se

⁴ Segundo Paveau e Sarfati (2006), Foucault nomeia de “regras de formação” as condições de existência desses quatro tipos de elementos: essas regras configuram uma identidade de uma formação discursiva.

incorporar novas perspectivas teóricas à AD, de cunho interseccional e decolonial, em um campo de pesquisa que desde sua origem também recebe essas contribuições interdisciplinares.

UMA ANÁLISE DO DISCURSO CONTRA-HEGEMÔNICA

Tendo em vista esse histórico da AD com correntes epistemológicas eurocêntricas, tem-se a urgência de repensar a AD de cunho decolonial, aberta a um descentramento de saberes, com ferramentas metodológicas e teóricas resultantes de um pensamento contra-hegemônico. Nesse sentido, Paveau (2023) expôs quais as necessidades que hoje a AD deveria priorizar. Vemos a necessidade de outros questionamentos serem postos atualmente, não mais demandas já debruçadas, mas de se posicionar na pesquisa e trazer aberturas contra-hegemônicas no sentido epistemológico. Em conferência realizada em março de 2022 para alunos ingressantes em um Programa de Pós-Graduação do Sul do Brasil e durante as aulas que participei no período de Doutorado Sanduíche entre 2021 e 2022, Paveau (2022) descreve em qual posição e contexto situacional dirige a sua enunciação, no papel de professora, pesquisadora, europeia, formada em saberes hegemônicos, mas trabalhando em uma descentralização a partir do centro. E traz o quadro epistemológico no qual há dez anos se debruça, pretendendo desfazer binarismos em um momento que denomina “pós-linguística”, mais pluriversalista e interseccional, em que se questiona, principalmente, a metodologia de pesquisa em AD atualmente.

Quando ela nos afirma sobre as questões já debruçadas há décadas pela AD, refere-se, por exemplo, à concepção de sujeito, que não deveria ser central para os trabalhos que desenvolvemos atualmente. Hoje, uma

abordagem que relacione AD, interseccionalidade e decolonialidade pode ser uma rica ferramenta para contribuir às teorias do discurso, devido ao dinamismo teórico, descentralizando-se de hegemonias conceituais. Assim, poderíamos trazer uma ampliação a essa noção de sujeito: não mais sua posição, mas suas “posições” simultaneamente “múltiplas”, postura que adoto, que permita a autonomia do sujeito, ou mesmo sua liberdade:

[...] Considero a interseccionalidade decolonial como uma praxis, ou seja, uma atividade de transformação prática da sociedade baseada em uma teoria com uma dimensão social e/ou política: ‘Pensar a interseccionalidade como uma praxis permite uma melhor articulação de sua especificidade como um modo de produção de conhecimento, que vai além da oposição habitual entre teoria e prática, e a inscreve no campo do conhecimento engajado com objetivos transformadores e emancipatórios’ (Bilge 2016: 81). Mobilizar a interseccionalidade na AD significa pensar ou repensar o aparato teórico e metodológico da disciplina com uma dimensão emancipatória, visando não apenas compreender e dar conta cientificamente das inscrições discursivas dos regimes de opressão, mas também identificar ou propor dispositivos linguísticos que permitam a autonomia do sujeito, ou mesmo sua liberdade. Levando em conta as multiplicidades do sujeito (PAVEAU, 2023, s.p, no prelo)⁵.

Segundo a perspectiva adotada por Paveau (2023), recomenda-se, sob esse ponto de vista, descrever as condições em que hoje a AD se

⁵ Tradução nossa para: [...] Je considère l’intersectionnalité décoloniale comme une praxis, c’est-à-dire une activité de transformation pratique de la société appuyée sur une théorie à dimension sociale et/ou politique: ‘Penser l’intersectionnalité comme praxis permet une meilleure articulation de sa spécificité comme mode de production de savoir, qui dépasse l’opposition usuelle entre théorie et pratique, et l’inscrit dans le champ des savoirs engagés aux visées transformatrices et émancipatrices’ (Bilge 2016 : 81). Mobiliser l’intersectionnalité en AD veut dire penser ou repenser l’appareil théorique et méthodologique de la discipline avec une dimension émancipatrice, visant non seulement à comprendre et rendre compte scientifiquement des inscriptions discursives des régimes d’oppression mais également à recenser ou proposer des dispositifs langagiers permettant l’autonomie du sujet, voire sa liberté. La prise en compte des multiplicités du sujet. (PAVEAU, 2023, s.p, no prelo).

insere: pensá-la em uma epistemologia da metodologia que se respalda em tecnologias intelectuais, como métodos, ferramentas, estilos, condições materiais que possam contribuir diretamente para a produção de saberes. Paveau (2023) sugere também que os campos de trabalho e de inspiração da AD possam ser colocados, por exemplo, na “linguística folclórica” (ou popular); na “epistemologia do ponto de vista” (Teoria Crítica Feminista), no intuito de se fazer Ciências Humanas e Sociais sob o ponto de vista das mulheres, e não do grupo dominante na ciência, isto é, dos homens; nos feminismos negros, decoloniais e na filosofia africana, por exemplo. Nesse sentido, é notória a postulação que Paveau (2023) reforça sobre as tecnologias intelectuais. Elas coproduzem, diretamente, os saberes intelectuais e reforçam que “[...] não é porque o empirismo entra em cena conhecimento que a validade científica é forçada a sair” (PAVEAU, 2023, s.p, no prelo).

Essas tecnologias intelectuais contra-hegemônicas reforçadas por Paveau poderiam ser “os métodos de aprendizagem”: i) o autodidatismo, tal como exemplificou na proposição “ferramentas do Mestre”, em Audre Lorde (1984); ii) em estilos de escrita científica visando aproximar a escrita acadêmica da autobiografia, ao utilizar as narrativas de vida como postura e metodologia decolonial; iii) metodologias criativas, com possibilidades distintas do ponto de vista teórico e metodológico das geografias culturais contemporâneas em sua interpretação de mundos mais-que-humanos – termo utilizado para expandir os limites do olhar geográfico – e, dessa forma, podem ser adotadas metodologias experimentais, artísticas, narrativas, autobiográficas e literária, uma das referências é Hawkings (2013); iv) a política de citações e referências: favorecer as traduções e a promoção de línguas não hegemônicas; v) lugares de publicação: publicar e apoiar locais de edição

gratuitas, assim não contribuimos com o capitalismo científico e colaboramos para uma democracia científica (PAVEAU, 2023).

Reforçamos esse estilo de escrita acadêmica que pode ser mais criativo, ou mesmo biográfico, a partir do que apreendemos com a escritora mineira Conceição Evaristo (2005), quando traços da vida cotidiana são narrados, descritos ou inscritos de uma forma mais genuína, ou mais literária, embargados pelo tom da opressão, do racismo, do sexismo. O nome atribuído por Evaristo (2005) é de “escrevivências”. Traços marcados na pele de quem é tocado por todos os níveis de vulnerabilidade. Dessa dor mulher-pobre-negra, a urgência e a esperança da escrita: “É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (EVARISTO, 2005, n.p.).

O conceito de “escrevivência” vem da fusão das palavras escrever e vivência, como um dos graus simbólicos de decolonialidade em nossa academia brasileira. Prova disso é o tom social que Evaristo (2022) dá a esse conceito: “[...] ‘escrevivência’ não é uma escrita de si, não é uma autoficção; é um texto que não se esgota em um sujeito particularizado, e sim um texto que se esgota e se confunde com um sujeito coletivo” (COSTA, 2022, n.p.)⁶.

Atribuimos a “escrevivência”, em Conceição Evaristo, como um instrumento decolonial, biográfico, em que narrar/escrever sobre a vivência patêmica de uma vida seja um gesto de libertação e de resistência. A esses gestos (auto)biográficos é importante se apontar em outras escritas científicas e também acadêmicas que podem ser incorporadas a esse estilo. De alto e bom tom, Evaristo (2005) enuncia: “[...] a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3XgmrTF>. Acesso em: 20 abril 2023.

os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (n.p.). Contar histórias sempre foi função associada às mulheres, habitualmente; às mulheres negras, então, apenas uma repetição de histórias. Hoje, é a sua própria história sendo contada e fazendo ecoar entre classes, “escrivência” é um conceito, mas que traduz uma prática sempre presente. Esse conceito não deixa de ser uma metalinguagem, e Evaristo, consciente do seu ponto de vista, consegue abarcar a perspectiva, o olhar, a experiência como mulher e dizer: escrever e narrar é vivência, é afeto.

Sabendo que uma pesquisa acadêmica é esse laço de múltiplos lugares, de muitas experiências e de muitas postulações, e tendo o afeto imbricado nessa transformação, tive de acolher todo esse movimento revolucionário repensando a AD para incorporar na minha própria postura como pesquisadora brasileira, latino-americana, tal como veremos a seguir.

GESTOS DECOLONIAIS PARA OS ESTUDOS DISCURSIVOS

Como afirmei inicialmente, por meio de pesquisas realizadas ao longo da última década com um *corpus* sobre mulheres-editoras-independentes⁷, percebi que meus questionamentos não se enquadravam em uma Análise do Discurso tradicional. As relações de poder, de ideologia, de sujeitos, com visões dicotômicas que se fazem presentes e válidas em uma AD tradicional carecem também de tomadas de posição para o gênero, para a interseccionalidade, para a decolonialidade. Conforme salientou a pesquisadora brasileira Viviane Resende (2022), os

⁷ SANTANA-GOMES, Letícia. Mulheres-editoras-independentes e as edições de si. 2022. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

estudos do discurso no Brasil são divididos em duas grandes linhas: a AD francesa e a AD inglesa. Ora, só pela nomenclatura já percebemos a colonialidade no campo que impacta os nossos direcionamentos epistêmicos. Dessa forma, Resende (2022) avigora o esforço decolonial para a AD, que deveria decolonizar esse saber, criticar teorias e métodos, propondo um giro decolonial. Esse movimento acabou vindo, paradoxalmente, da francesa Marie-Anne Paveau (2022), que utilizando-se de uma projeção e de um lugar de pesquisadora-militante, embora com os privilégios desse lugar de inscrição, nos mostra que esse posicionamento não é ir na contramão da cientificidade, muito pelo contrário, é mostrar um *continuum* e uma complementariedade ao que já nos debruçamos ao longo dos anos na AD.

Essas noções sobre uma AD contra-hegemônica e decolonial chegaram até a mim, de certa forma, em um movimento contraditório. Precisei atravessar o Atlântico para reafirmar a urgência de se legitimar uma Análise do Discurso brasileira. Em um semestre de imersão na Université Sorbonne Paris Nord, entre 2021 e 2022, sob orientação de Marie-Anne Paveau, a todo momento me via *afetada* no que estávamos apenas reproduzindo e o que poderíamos fazer para ampliar saberes para uma AD brasileira. Questionei à Paveau o meu incômodo de ter leituras decoloniais somente na França, já que a decolonialidade se caracteriza por um movimento de resistência para desconstruir “verdades” impostas e conceitos homogeneizantes aos povos subalternizados, sobretudo do Sul Global, vinculada a uma crítica à modernidade e ao capitalismo. Paveau não se surpreendeu com o fato de que tivesse tido contato com as noções sobre “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005), “de gênero” (LUGONES, 2020), “do ser” (MALDONADO TORRES, 2007) e “do saber” (LANDER, 2005), com

autores/as do Sul Global em outro continente, conforme irei explicar neste tópico.

O conceito sobre colonialidade foi calcado nos anos 1990, inicialmente remetendo às três principais categorias do poder, do saber, do ser, às quais é acrescentado o gênero. Conforme salientou Paveau:

(...) essas categorias são bastante dependentes de sua dimensão linguística, uma vez que são elaboradas nos discursos produzidos nas sociedades, nas memórias e nas relações humanas; é, portanto, relevante pensar que o próprio discurso é transmitido e estruturado pela colonialidade, que afeta todas as dimensões da vida humana. (PAVEAU, 2023, s.p, no prelo)

A construção geográfica do mundo Ocidental se deu na Europa como o centro do mundo, e o Sul Global – com exceção de poucos países –, como produto e periferia dessa “modernidade”⁸ europeia, termo criticado por Aníbal Quijano (2005), já que, desde o fim do século XV, esse movimento suscitou o capitalismo, mantido pelo colonialismo. Assim, essa relação posta entre “modernidade-colonialismo” (CURIEL, 2020, p.130), alicerçado sob o capitalismo mundial, criou um padrão mundial de poder, como Quijano (2005) denominou de “colonialidade do poder”, que:

[...] implica relações sociais de exploração / dominação / conflito em torno da disputa pelo controle e domínio do trabalho e seus produtos, da natureza e seja recursos de produção, pelo controle do sexo e seus produtos, materiais e intersubjetivo, inclusivo o conhecimento e a autoridade, e seus instrumentos de coerção. (CURIEL, 2020, p. 131 *apud* HOLANDA, 2020, p. 131).

⁸ Segundo Curiel (2020), Quijano (2005) entende a modernidade como a “[...] fusão das experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, criando um universo específico de relações de intersubjetividade e de dominação sobre uma hegemonia eurocentrada” (n.p.).

Atrelado ao conceito de “colonialidade do poder” está outra importante postulação retomada pelo feminismo decolonial: a “colonialidade do ser”, proposta por Nelson Maldonado Torres (2007). Nessa perspectiva, o pesquisador alerta que a certas populações, dando destaque às indígenas e às afrodescendentes, a humanidade foi negada.

É válido enfatizar a contribuição imprescindível de Quijano (2005) aos estudos decoloniais, sobretudo para se engendrar o conceito de colonialidade do poder; no entanto, em relação ao gênero, seu ponto de vista é limitador. Reconhecer o gênero como uma imposição colonial afeta diretamente todo o ponto de vista já proposto por Quijano (2005). Por isso, podemos nos referir a uma “colonialidade do gênero”, tal como coloca Lugones. Dessa forma, propõe: “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de ‘colonialidade do gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo descolonial’” (LUGONES, 2014, p. 941). Para isso, denomina feminismo decolonial “[...] aquele que começa a tomar consciência do sistema de gênero baseado na dicotomia humano-não humano e na redução das pessoas e da natureza em coisas para o uso do homem e da mulher eurocentrados, capitalistas, burgueses, imperialistas” (LUGONES, 2020a, p. 95). Ressalta-se, portanto, o ponto imprescindível de sua perspectiva teórica: a experiência de mulheres colonizadas não é apenas racial, mas de uma determinação sexual. É a constatação do lugar colocado pela colonialidade da mulher no papel de não humana (a mulher não europeia): “[...] eu compreendo a hierarquia dicotômica

⁹ Não há uma posição unânime nas traduções para o português quanto ao uso de decolonial e descolonial. Optamos por utilizar o termo “decolonial” para enfatizar a distinção em descolonizar (verbo) e o sentido decolonial de uma luta contínua, não finalizada.

entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial” (LUGONES, 2014, p. 936).

Consequência dessa modernidade imposta está também em outra “camada” de colonialidade, a denominada “colonialidade do saber”, cujo modelo válido de produção de conhecimento – em suas diversas esferas – se dá pelo conhecimento racional, científico, técnico, e não por um ponto de vista que não seja neutro, objetivo, positivo. Tal como propõe Lander (2005), nesse mundo moderno, desigual e excludente, é preciso uma desconstrução e questionamentos em torno do que nos foi dado como saberes.

Por ter o conhecimento científico eurocentrado como unânime nos saberes, as experiências exteriores e diferentes dos povos europeus foram negadas, ocultadas ou subordinadas. Portanto, o conhecimento científico universalmente aceito é o eurocêntrico, negando toda e qualquer manifestação que não corresponda às ciências produzidas lá. Dessa forma, a colonialidade do saber sugere que os saberes indígenas (relação com os métodos de pensamento, de desenvolvimento do conhecimento, critérios de legitimidade) e os corpos de saberes constituídos (saber médico, botânico, intelectual etc.) foram invalidados e erradicados pelos colonizadores e substituídos por epistemes e corpos de saberes europeus.

Infelizmente, é essa estrutura homogeneizante que caracterizou, em grande medida, a academia brasileira. Como mencionei anteriormente, tive contato com essas concepções contra-hegemônicas no Norte Global, em que se constata essa colonialidade do saber. No espaço científico universitário brasileiro, que começa a mudar a passos ínfimos, o que vem de fora parece afetar mais e ser o espaço legitimado de poder, entrando em questões que não caberiam nestas páginas, mas

que nos põe em movimento. Vejo, portanto, a potência com que é possível entender que somos afetados, e o quanto isso pode abalar o nosso lugar estável na academia. É preciso, portanto, mover esse incômodo.

A COLONIALIDADE DO DISCURSO

Paveau (2022), claramente afetada diante das leituras que modificaram a sua maneira de observar e analisar os discursos, propõe, então, instigada pelas noções sobre colonialidade do poder, saber, ser e de gênero, o conceito de colonialidade do discurso:

Proponho a seguinte definição: a colonialidade do discurso refere-se à dimensão opressiva empregada pelos(as) locutores(as) em suas produções discursivas, uma dimensão que tem diferentes formas de dominação baseadas nas relações de raça, da exploração à desumanização, passando pela invisibilização e estigmatização. Essa dimensão opressiva utiliza um extenso repertório de linguagem e dispositivos discursivos. O conjunto forma um sistema de sentido que organiza toda a sociedade, a partir da experiência e da memória da colonização, tanto no Norte ocidental quanto no Sul global. A colonialidade do discurso diz respeito a todos os discursos, incluindo o discurso científico. (PAVEAU, 2023, no prelo).

Para isso, categoriza seus exemplos sobre colonialidade do discurso em dois aspectos: denominação e subjetividade. Dentro da esfera denominativa, Paveau denomina *antonomásia opressiva* (Paveau, 2016), o ato de nomear uma pessoa pertencente a uma categoria minoritária com o nome de uma pessoa pertencente a uma categoria majoritária, de acordo com critérios de gênero e de raça em particular. É o falar do nome próprio de uma pessoa comparada a outra que seja

branca e/ou homem, por exemplo. Tal como exemplificou Paveau durante uma aula:

Figura 1 – Autonomasia opressiva



Fonte: Obtida durante aula de Paveau (2022).

Uma mulher famosa/competente, comparada a um homem em seu campo. A estratégia utilizada para anunciar a escritora é colocá-la em comparação com um homem que já alcançou legitimação, marcando a colonialidade de gênero e de discurso.

Outra marca de colonialidade do discurso seria a *correção lexical*, que envolve utilizar lexicalmente termos desiguais ou opressivos do mundo. Dá-se o exemplo da palavra *americano*, que poderia ser utilizado em sentido continental, mas é apagado, já que é utilizado apenas para se referir a quem está em um contexto dos Estados Unidos.

Nesse sistema de significação trazido pela pesquisadora, apontamos os exemplos de nomeação que podem ser recursos operacionais e reflexivos diante de *corpus* que evoca uma AD contra-hegemônica. Conhecer as manifestações linguístico-discursivas

(pronomes, apagamento de referentes femininos na língua, interdiscursos, implícitos) de desigualdades relacionadas ao gênero, bem como fornecer conceitos e ferramentas para descrever as diferentes formas de discriminação e desigualdades discursivas são tomadas de posições necessárias para um analista do discurso que se vê afetado diante de *corpora* que demandam um olhar em diversas camadas.

Nesse sentido, a AD contra-hegemônica proposta por Paveau (2022) deveria incorporar estudos sobre o gênero no discurso; observar as formas linguísticas e os marcadores lexicais da desigualdade e discriminação também de gênero, marcando a dominância masculina no discurso, principalmente no meio acadêmico. Um dos exemplos seria marcar as formas de apropriação discursiva utilizadas por homens: *maninterrupting*, *mansplaining*, *bropropriating* e *gaslighting*¹⁰. Além disso, apontar as formas de desigualdade conversacional: tempo de fala e formas nominais de endereçamento. Há inúmeros caminhos nesse solo fértil que teremos de nos debruçar.

CONSIDERAÇÕES

Nesse processo revolucionário pelo qual perpasso diante dos meus objetos de investigação, vendo-me *afetada* diante de mudanças epistêmicas, acolho a percepção de Moriceau (2020), quando afirma que

¹⁰ Estes termos, que remetem à violência psicológica entre mulheres e demarcam a colonialidade do discurso, do gênero e do poder, podem ser operadores teórico-metodológicos para uma AD contra-hegemônica. De forma sucinta, o *mansplaining* está ligado ao homem explicar algo para uma mulher que já tem um conhecimento mais que suficiente para entender do assunto. O *maninterrupting* está ligado ao homem interromper, sistematicamente, uma mulher. Basta observar um evento acadêmico e perceber quantas interrupções acontecem com uma mulher. O *gaslighting*, em que o homem deslegitima a fala de uma mulher. E o *bropropriating*, quando o homem se apropria de uma ideia, invenção, conceito que foi criado por uma mulher.

a pesquisa é um processo de individuação, tanto para o pesquisador quanto para os sujeitos envolvidos nela. E adverte: “Isso é perigoso, é difícil de aceitar, porque exige de nós uma mudança profunda da visão e da prática da pesquisa, para aceitar ser afetado não só na pesquisa, mas pela pesquisa”. (MORICEAU, 2020, p. 126). Dessa forma, temos um convite a sermos afetadas, como eu fui, minha pesquisa, minhas orientadoras, minhas entrevistadas, a minha escrita. O acolhimento ao afeto na pesquisa foi feito, mas para continuar, é preciso reverberar a nossa voz e a nossa escrevivência, reafirmar como vamos transmiti-lo.

Reitero os ditos de Resende (2019) quando diz que este não é um tempo para meias palavras, mas para todas as letras e palavras inteiras, e por isso a autoridade da nossa própria voz. Movidá, mais uma vez, pelos meus objetos de pesquisa e por me deixar ser *afetada*, a tentativa foi de abrir diálogo, jamais fechá-lo, suscitando os questionamentos para uma Análise do Discurso contra-hegemônica e descentralizada, tendo em vista seus sujeitos múltiplos, tendo em vista a nossa mobilização e nosso estar no mundo e na pesquisa, de forma atenta e forte.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves. Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque (MG). **Caminhos de Geografia** 9(15)82-92, Jun/2005.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 15-31.

HAWKINS Harriet. **For creative geographies**. Geography, visual arts and the making of worlds. New York: Routledge, 2013.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. LANDER, E. (org).

En libro: a colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-53.

LORDE, Audre. **The master's tools will never dismantle the master's house.** Berkeley, CA: Crossing Press, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. Les analyses du discours en France. **Langages**, n. 117, Larrousse, 1995.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168. Disponível em: <https://bit.ly/3gs6Fo4>. Acesso em: 17 nov. 2022. Acesso em: 18 nov. 2022.

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica.** Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

PAVEAU, Marie-Anne. **Une analyse du discours contre-hégémonique.** Intersectionnalité critique et pluriversalité décoloniale. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3hUhvTX>. Acesso em: 29 set. 2022.

PAVEAU, Marie-Anne. Uma análise do discurso contra-hegemônica. Interseccionalidade crítica e pluriversalidade decolonial. Trad. Leticia Santana Gomes e Júlia Lourenço.

Fórum Linguístico. 2023 (no prelo)

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da Linguística – da gramática comparada à pragmática.** São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995. (Trabalho original publicado em 1978).

PIRON, Florence. **Les récits de vie peuvent-ils être des outils de changement social et de résistance aux injustices épistémiques?** In: BERNARD, Marie-Claude; TSCHOPP, Geneviève; SLOWIK, Aneta. Les voies du réci. Québec: Éditions science et bien commun, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Eunarf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RESENDE, Viviane de Melo. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. 202p.

4

EXPERIÊNCIAS DE IMIGRANTES HAITIANOS: TRILHAS DE AFETOS, IMAGINÁRIOS E PRECONCEITO

*Sônia Caldas Pessoa*¹

*Jude Civil*²

PRIMEIRA ESCALA

Nossa escolha para esta tessitura diz de uma tentativa de reunir pontos em uma cartografia experiencial que, se não segue a ideia original dos mapas tradicionais de percebê-la como ponto de chegada, nos remete a um retorno, como nos ensina Veena Das (2020), aquele conectado a movimentos de reflexividade reivindicados pelas teorias que se propõem afetivas que, por sua vez, extrapolam a noção de emoção e de sentimentos, e se permitem percorrer percursos nos quais os processos de afetação são bem-vindos. Nesta cartografia nos parecem especialmente importantes os rios e seus afluentes, como Mbembe (2018) nos alertou que seria a travessia, carregada de perigos, desmantelamentos e tormentos para pensamento crítico naquela que ele considera a experiência fundamental da nossa época: "a Europa

¹ Professora do Departamento de Comunicação Social (PPGCOM/UFMG), Bolsista Produtividade do CNPQ (Bolsa PQ); Bolsista Capes-Print como professora visitante no Institut Mines-Telecom (2023/2024). Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades; do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES/FAFICH UFMG) e da Rádio Terceiro Andar (UFMG). Coordena o projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência, que tem financiamento da Fapemig. soniacaldaspessoa@gmail.com.

² Doutorando em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Ottawa. Bacharel e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante os estudos de graduação e pós-graduação, trabalhou com o processo de inclusão dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira e a discriminação racial. Os interesses de pesquisa são: migração internacional, análise do discurso da mídia, construção de identidade em contexto migratório, minorias visíveis, racismo e discriminação. E-mail: civil.jude90@gmail.com

deixou de ser o centro de gravidade do mundo" (MBEMBE, 2018, p.11). Por isso, convidamos todas as pessoas que embarcam nesta leitura conosco a realizar breves escalas que nos guiarão, muito menos a um destino paradisíaco, e mais a algumas paradas para a compreensão de problemáticas arraigadas socialmente no que diz respeito a relações conflituosas para imigrantes haitianos no enfrentamento do racismo.

A pretensão deste texto é apresentar reflexões sobre algumas experiências vividas por imigrantes haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte, estabelecendo um diálogo entre discursos midiáticos, as experiências de um pós-graduando haitiano e investigações realizadas no Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Para tal nos apoiamos em autores cuja centralidade do trabalho está nos processos de afetação e na valorização da experiência (Mendonça, Moriceau, 2017; Mantovani, Pessoa e Boaventura (2019), bem como nas tensões com imaginários sociais (Charaudeau, 2007; Abril, 2013; Pessoa, 2018) e críticas em torno da raça e do racismo e os discursos que os renovam cotidianamente ao vincular a condição humana à aparência, pele ou cor (Mbembe, 2018).

Partimos da experiência de um pós-graduando, que se viu diante da descoberta de ser negro no Brasil ao vir para o país por meio de um programa de intercâmbio e ser contundentemente confundido por colegas e professores com um refugiado do terremoto do Haiti ou por policiais como suspeito por simplesmente andar nas ruas da cidade ou ainda perceber que as pessoas se afastavam dele em locais como supermercados, por exemplo (PESSOA e CIVIL, 2020), e de relatos de haitianos coletados por Dornelas (2016) e Therrier (2017). Associamos a eles fragmentos de testemunhos de imigrantes que vieram do Haiti para a região metropolitana de Belo Horizonte e tiveram suas experiências

publicadas pelo jornal O Tempo. Essa pesquisa, que vem sendo realizada nos últimos quatro anos (PESSOA e CIVIL, 2020; CIVIL, 2021), não se pretende quantitativa, pelo contrário, ancora-se, qualitativamente, na escolha de reportagens, em revisão bibliográfica e no debate instaurado sob a triangulação que apresentamos acima: afetos, imaginários e racismo, que forjam cenários de preconceito e, conseqüentemente, intensificam dificuldades para a adaptação desses imigrantes no país no qual tentam uma nova vida.

SEGUNDA ESCALA

Considerada a primeira República negra do mundo, o Haiti teve a história da sua independência marcada pela revolução contra o sistema colonial francês. Por 12 anos, escravos originários da África lutaram contra os franceses até que, em primeiro de janeiro de 1804, o país tornou-se uma República independente, a única das Américas até então.

Segundo Mbembe (2018), a Revolução Haitiana provocou uma constituição mais radical ao novo mundo com a interdição da nobreza, a instauração da liberdade de culto e a crítica aos conceitos de propriedade e de escravatura. Com a abolição da escravatura, procedeu-se ao confisco de terras dos colonos franceses da classe dominante, a extinção da distinção entre os nascimentos legítimos e ilegítimos, e a promoção da liberdade racial e da liberdade universal (Mbembe, 2018).

Nos primeiros anos após a independência, foram travadas várias batalhas por escravos libertos, provocando muitos momentos de instabilidade política, social e econômica, e, no século XX o Haiti enfrentou uma ditadura que duraria 29 anos. Além disso, o país sofreu duas intervenções militares: a ocupação militar dos Estados Unidos, em

1915, que durou 19 anos; e a intervenção militar pelo conselho das Nações Unidas, que enviou uma missão da paz: Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, conhecida pela sigla MINUSTAH. Essa missão ficou no país durante 13 anos, sob o comando das forças armadas brasileiras e com participação de 15 outros países.

Pelo menos dois processos de mobilidade internacional dos haitianos estão associados a esse cenário político instável. Tanto durante a ocupação estadunidense (1915-1934) quanto no período da ditadura dos Duvalier, quando as elites intelectuais do país deixaram sua terra natal para se refugiarem nos Estados Unidos, Canadá e França por causa da perseguição política (1971-1986), houve movimentação intensa de haitianos para outros territórios.

Convidamos os leitores para um breve voo panorâmico sobre a imigração haitiana no Brasil a partir de 2010. Aqui, sim, as estatísticas nos dão pistas para a compreensão de um fenômeno que se consolidou nos últimos anos. Depois do terremoto que arrasou o Haiti em janeiro de 2010, vários haitianos deixaram o país rumo ao Brasil com o objetivo de buscar uma vida melhor e mais digna. O percurso mais usado pelos primeiros grupos haitianos que estavam chegando nas fronteiras do Brasil, teve Porto Príncipe como ponto de partida com uma escala na Cidade do Panamá, passando por Santo Domingo, capital da República Dominicana. Da Cidade do Panamá alguns se dirigiam para Quito (Equador) e outros iam diretamente para Lima (Peru). De Quito ou Lima, por via terrestre ou fluvial, chegavam à fronteira do Brasil em diferentes pontos, sendo Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC), Brasiléia (AC) ou Epitaciolândia (AC) os mais escolhidos (FERNANDES, FARIA, 2017, p.150)

No início, a maioria dos haitianos entrou no Brasil por meio desse caminho, mas com o decorrer do tempo, a mobilidade haitiana foi

crescendo e no final de 2011, havia mais de 4.000 haitianos no país. Esse número aumentou para 20.000 em 2013 e, ao final de 2015, passou a 65.000 (FERNANDES; FARIA 2017). Observa-se que os números dos imigrantes aumentaram nos primeiros cinco anos depois da catástrofe natural de janeiro de 2010. Segundo dados do Relatório anual de 2020 do Observatório das Migrações Internacionais, de 2010 a 2019, pelo menos 15.679 haitianos viviam em território brasileiro.

A entrada dos haitianos no Brasil foi vista com grande receio por uma parcela da sociedade, por setores conservadores do governo e por alguns órgãos da imprensa nacional, que tratavam o fluxo como invasão. Por outro lado, esse quadro migratório gerou efeitos positivos ao mostrar a urgência de se discutir e redefinir a política migratória brasileira, inserindo nas reflexões a visão do imigrante na perspectiva dos direitos humanos. (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 157).

As estatísticas dão conta de quantidades significativas de cidadãos haitianos nas fronteiras brasileiras, porém, é importante lembrar que nem todos os haitianos que aqui desembarcaram se enquadram na categoria de pessoas em situação de refúgio. As tentativas de imigração de parte da população da ilha caribenha suscitaram debate nas esferas jurídica e política. Tornou-se imperativa a definição legal para a entrada de haitianos em território brasileiro, flexibilizando políticas migratórias e critérios para vistos de residência no Brasil. Por isso, de acordo com Handerson (2017), o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) promulgou, em 12 de janeiro, a Resolução Normativa nº 97/2012, criando um visto humanitário até então não existente na legislação brasileira. A chegada e a entrada no Brasil, no entanto, eram apenas margens do rio, por onde se fazia necessário remar em direção ao centro, afinal, apesar de o Brasil ter sido o destino principal de imigrantes haitianos, sabe-se

que o processo da adaptação para os imigrantes não foi fácil, devido às dificuldades relacionadas à barreira do idioma e da cultura, por exemplo, e a outros aspectos interseccionais que incluem a raça.

De acordo com Lafleur e Marfouk (2017):

A integração de imigrantes no mercado de trabalho é um passo crucial para sua integração social e cultural. A situação desvantajosa dos imigrantes no mercado de trabalho pode, portanto, constituir um obstáculo à sua participação em outras esferas da vida da sociedade. (LAFLEUR; MARFOUK, 2017, p.93).

Além disso, do ponto de vista do mercado de trabalho, a validação de diplomas universitários se tornou um grande desafio e levou haitianos a trabalhar em áreas diferentes daquelas nas quais possuem habilidades e formação (DORNELAS, 2016).

TERCEIRA ESCALA

As barreiras que os imigrantes podem encontrar nas relações sociais e no cotidiano profissional nos remetem à problemática do racismo estrutural: “a lógica da raça no mundo moderno é transversal à estrutura social e econômica, interfere como movimento da mesma ordem e passa por constantes metamorfoses” (MBEMBE, 2018, p.37).

Experiências complexas, que invadem o corpo e o território a ser preservado, são marcadas por discursos atravessados por delimitações sociais sobre as quais determinados corpos podem e devem usar e ocupar alguns espaços, mas não devem ‘ameaçar’ lugares paradoxalmente públicos e restritivos, que se pretendem definidos para pessoas brancas: “o racismo consiste, antes de tudo, em converter em algo diferente, uma realidade diferente” (MBEMBE, 2018, p.66).

Nossas experiências são também, em parte, resultado de uma construção social, influenciada por discursos e teorias, como nos lembram Mendonça e Moriceau (2017). Por isso chamamos para o texto a relação entre discursos e imaginários, que nos parece apropriada para a intersecção com o racismo: “a raça é uma das matérias-primas com as quais fabricamos a diferença” (MBEMBE, 2014, p.70).

Uma abordagem crítica sobre raça e racismo tem em si ambiguidades, dubiedades e imperfeições por meio da linguagem:

Por ora, basta dizer que é uma forma de representação primária. Incapaz de distinguir entre o externo e o interno, os invólucros e os conteúdos, ela remete, em primeira instância, aos simulacros de superfície. Vista em profundidade, a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como *semelhante a si mesmo*, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total (MBEMBE, 2018, p.27).

É no transitar diário, no colocar-se em movimento em um país estrangeiro, que a lógica da raça atravessa os caminhos de imigrantes negros, delimitando territórios por onde se pode circular e nos quais há autorização tácita para ocupar, como nos revela o relato de um haitiano a Dornelas:

Por exemplo, você vai entrar no ônibus e tem vários lugares vazios. Você escolhe um lugar para sentar e tem uma pessoa branca sentada lá antes de você e quando você vai sentar ela levanta. Ela levanta muito nervosa. Mostra que você não pode sentar no lado dele. Tem gente que chama você e fala:

seu cabelo é duro, você é feio. Tem gente que chama a gente de macaco também. (Gilbert, 30 anos) (DORNELAS, 2016, p. 70)

Essa não seria a primeira vez que uma pessoa negra ou um imigrante haitiano seria comparado a um animal e teria a sua aparência física associada a motivos para uma distância social estabelecida por pessoas diversas em espaços urbanos, o que não deve servir para minimizar o impacto cruel que pode representar na vida desses imigrantes. Inspirado por Aimé Césaire, Mbembe (2018) lembra que aquele autor colocou em julgamento o racismo e o capitalismo, "duas formas modernas desse estupro e desse ato de supressão, duas figuras da animalidade presente no homem, da união do humano com o bestial, que nosso mundo está longe de ter abandonado por completo" (MBEMBE, 2018, p.271). Experiências semelhantes desencadearam processos significativos de afetação em um dos autores deste texto, e se materializaram em pesquisas em curso (PESSOA e CIVIL, 2020; CIVIL, 2021).

Segundo Moriceau e Mendonça (2016, p.83): [...] "a experiência com todos os nossos sentidos, objetiva um contato tão próximo que ela poderia nos afetar. Aceitamos alguma contaminação e experimentamos plenamente a experiência". Ter contato com outros corpos permite entrar em contato com a experiência do outro sujeito e essa experiência pode nos afetar e até nos transformar:

Para saber algo da experiência devemos, antes de mais nada, vivê-la, deixá-la agir em nós. Precisamos deixar a posição de observador distanciado, permitir que seus aspectos nos afetem, em ambos sentidos: transformarmos e dar origem a certos efeitos. (MENDONÇA; MORICEAU, 2017, p.85).

Tomamos a experiência de Gilbert, mencionada na citação anterior, na qual destacam-se imagens que seu interlocutor mantém

sobre negros, desde a aparência física à comparação animalesca, não com o intuito de generalizá-la e atribuir a ela a ideia de totalidade, mas com o objetivo de lembrar, com Abril (2013), que as imagens nunca vêm sozinhas e são reconhecidas em coleções e redes imaginárias virtuais, com aderência a imaginários sociais, tanto como parte quanto como resultado desses imaginários. "E estes, além de compilações ou repertórios virtuais, consistem em matrizes de produção e reprodução de imagens" (ABRIL, 2013, p.66-67).

Imaginários constituídos socialmente contribuem para a atribuição de valor aos fenômenos sociais, amplificando ou reduzindo essa valoração ao construir efeitos de sentido que tangenciam objetos do mundo, fenômenos, seres humanos e seus comportamentos, servindo como parte importante para justificar ações, ainda que sejam pejorativas e preconceituosas. O imaginário resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem emocional-racional através de intersubjetividade das relações humanas, e é depositado na memória coletiva. (CHARAUDEAU, 2007, p.3 tradução livre³)

Nos fragmentos de testemunhos aqui em cena, entendemos que os imaginários nos parecem importantes para a compreensão de momentos nos quais aflora "uma certa curiosidade quase pueril, diante de um universo que parece completamente desconhecido para alguns" (PESSOA e CIVIL, 2020, p. 214) até a crueldade do racismo manifestado diretamente por interlocutores.

Assim, percebemos que alguns imaginários levariam interlocutores a perguntar a haitianos que língua eles falam e até se há

³ Il résulte d'un processus de symbolisation du monde d'ordre affectif-rationnel à travers l'intersubjectivité des relations humaines, et se dépose dans la mémoire collective. Ainsi, l'imaginaire a une double fonction de création de valeurs et de justification de l'action.

carro no Haiti (PESSOA e CIVIL, 2020), em um misto de falta de informação e de desinteresse, mas também de atribuição de valores sobre as condições socioeconômicas do país.

O que me deixa revoltado é a ignorância. Fala de miséria, que o povo tá sofrendo, que o Haiti é pobre. Isso é ignorância. Eu tento convencer a pessoa, mostrar que não é só assim. Procuro no Haiti sobre a beleza do Haiti e mostrar para ela. Se colocar no Google “Haiti” só aparecem coisas ruins. É isso que me revolta, a ignorância de algumas pessoas. Já me questionaram se no Haiti tem ônibus, se tem comida. Na universidade, algumas pessoas pensam que o Haiti fica na África. E na maioria das vezes pensam na África como um país, e como um país que só tem miséria, só pobreza. Isso me revolta um pouco. A pessoa esquece que no Brasil também tem pobreza, não olham para si (Stevens, 29 anos). (DORNELAS, 2016, p.64)

Fugir da miséria e reivindicar uma ocupação profissional é tanto uma necessidade para sobrevivência no novo país quanto uma escolha arriscada pela exposição a questionamentos que indicam imaginários articuladores de certa disputa de postos de trabalho a uma disputa mais ampla e complexa, a da utilidade dos haitianos na sociedade brasileira do ponto de vista da força de trabalho. Seria simplória a afirmação de que está em jogo, nas práticas discursivas aqui mostradas, apenas o papel social de haitianos. Para além disso, assombram-nos o racismo, a desqualificação e a recorrente referência às condições de precariedade do país intensificadas pelo terremoto: “Você é refugiado? Você veio para o Brasil por causa do terremoto? Você estava no Haiti quando ocorreu a catástrofe? Você vem para trabalhar?” (PESSOA e CIVIL, 2020).

Eu conversei com uma pessoa brasileira uma vez que me perguntou ‘o que vocês haitianos vêm fazer no Brasil? Porque os japoneses vêm para cá no Brasil e ficam na agricultura, os alemães ficam na fazenda, e vocês haitianos?’ Respondi que nós haitianos viemos para estudar e trabalhar. Aí,

ela falou que no Brasil não tem vaga para a gente, que não tem vaga nem pra brasileiro. Então tem várias dificuldades no Brasil, tem racismo, consegui achar racismo também. (Wickley, 26 anos). (DORNELAS, 2016, p.66)

Já a experiência de Mona, de 33 anos, que chegou ao Brasil em novembro de 2013, é intensificada por questões de gênero. Segundo ela, “a vida daqui é um pouco diferente, além de ser difícil para nós estrangeiras, mulher imigrante, ou seja, mulher haitiana. Tenho enfrentado muitas coisas, tais como racismo no trabalho, nas ruas e na vizinhança” (THERRIER, 2017, p.7).

As experiências singulares, tensionadas com os aspectos sociais, nos mostram que há espaço também para outros imaginários circulantes entre os próprios haitianos, em especial, quando o ambiente não é o do trabalho e sim o do estudo:

Eu tive uma boa recepção aqui. Mineiros são legais, galera da faculdade é legal. Na faculdade quando eu falo que sou do Haiti a pessoa vem, dá um abraço, já convida você para tomar um café, para ir na casa dela. Tipo, eu conheço um brasileiro hoje e amanhã ele já me convida pra ir na casa dele. Isso no meu país nunca, nunca, nunca vai acontecer. Eu acho que é estranho, eu não sei se é porque sou estrangeiro que a pessoa me convida, ou se é comum você não levar uma pessoa que você não conhece para sua casa. (Wickley) (DORNELAS, 2016, p.63)

As práticas discursivas relacionadas à cor da pele, no entanto, permeiam imaginários também dos haitianos, que fazem algumas escolhas para atribuir valorização pejorativa aos próprios compatriotas.

Mesmo que seja um país no qual a maioria da população é negra, através da minha experiência, percebo que os haitianos usam outras palavras para diferenciar a cor da pele, como exemplo temos as expressões em crioulo haitiano e seu significado em português: *misye ble marin anpil*: Ele é muito

azul marinho; *misye gen nwè sal sou li*: Ele tem um preto sujo; *misye nwè tankou kaka chabon*: Ele é escuro como carvão. Todas essas expressões em crioulo são usadas para falar de uma pessoa que tem a pele mais escura. Então, habitualmente, não é difícil ouvir essas palavras na fala de meus colegas para ofender alguém que tem a pele mais escura. Posso dizer a palavra branco e negro, mas elas não são usadas pelos haitianos para diferenciar as colorações de pele na sociedade haitiana. (CIVIL, 2020, p.17).

E como se insere o discurso midiático nas disputas entre o acolhimento e o preconceito?

QUARTA ESCALA

Por que nos trazer para uma visita ao jornal O Tempo? Sediado em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, é um dos jornais diários mais importantes da capital mineira. Contagem é uma das cidades de preferência para haitianos que desembarcaram por aqui. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de estrangeiros da Polícia Federal, em 2014, aproximadamente 31,5 mil estrangeiros de diversas nacionalidades como americanos, italianos, haitianos, colombianos, entre outros, viviam em Minas Gerais (Correia, Almeida, 2018). No caso dos haitianos, os dados mostram que a maioria reside nessas cidades: Contagem (38,5%), Esmeraldas (31,5%), Belo Horizonte (12,3%) e Betim (4,5%). Faz-se importante destacar que 87% dos imigrantes registrados em Minas Gerais em 2014 residiam na região metropolitana de Belo Horizonte, onde podemos encontrar mais atividade industrial (ALBINO, 2019). A oferta de trabalho e baixo valor dos aluguéis são fatores que podem levar os haitianos a morar neste município. Como apontam Lafleur e Marfouk (2017) a vinculação de imigrantes ao trabalho torna-se fundamental para as demais vinculações sociais:

A integração de imigrantes no mercado de trabalho é um passo crucial para sua integração social e cultural. A situação desvantajosa dos imigrantes no mercado de trabalho pode, portanto, constituir um obstáculo à sua participação em outras esferas da vida da sociedade. (LAFLEUR; MARFOUK, 2017, p.93)⁴

O jornal O Tempo, com certa frequência, dedica espaço para a temática da imigração haitiana, como na reportagem “Imigrantes haitianos sofrem com xenofobia no trabalho”.

Figura 1

Imigrantes haitianos sofrem com xenofobia no trabalho

Frases racistas e agressões são comuns contra estrangeiros; maioria não denuncia por medo

Por ALINE DINIZ | ESPECIAL PARA O TEMPO
12/12/16 - 02h00



Fonte: <https://www.otempo.com.br/cidades/imigrantes-haitianos-sofrem-com-xenofobia-no-trabalho-1.1410725>. (CIVIL, 2021)

O imigrante haitiano Anivain Pierre Paul falou sobre as dificuldades que encontrou no seu dia-a-dia, com relatos sobre atos de racismo desencadeados por discursos preconceituosos de colegas de trabalho. Práticas discursivas que evidenciam a associação do povo

⁴ L'intégration des immigrants sur le marché du travail est une étape cruciale vers leur intégration sociale et culturelle. La situation désavantageuse des immigrants sur le marché du travail peut donc constituer une entrave à leur participation dans d'autres sphères de la vie en société.

haitiano a animais, como “burros e macacos” (CIVIL, 2021) fazem parte da rotina de Anivain. Se por um lado o imigrante se sente ofendido e especialmente triste, por outro, como relata na reportagem, não se sente encorajado a registrar reclamações no próprio trabalho ou a recorrer à legislação em vigor no Brasil sobre discriminação racial: “Não fiz nada. Se fosse ao meu país, eu poderia ter brigado, mas aqui preciso trabalhar. Só chorei” (CIVIL, 2021, p.91).

Como imaginários não são únicos e vão sendo constituídos e reconstituídos a partir das experiências sociais, visões de mundo, e reproduções coletivas, aspectos de valoração da hospitalidade e acolhimento estão em permanente tensão com as discriminações aqui já mostradas (FIGURA 2).

Figura 2



Fonte: <https://www.otempo.com.br/pampulha/bh-minha-nova-casa-1.1409816>
(CIVIL, 2021)

Nesta reportagem, o imigrante apontou que os mineiros são muito receptivos e acolhedores. “Em Minas Gerais, principalmente em Belo Horizonte, o povo é acolhedor e muito receptivo. Apesar das inúmeras

dificuldades enfrentadas para o aprendizado do idioma português, a experiência de Dieu Fort Saint o leva a considerar Belo Horizonte como “segundo lar”, como ele afirma, e lhe permite sonhar com um futuro melhor: “Desejo que a crise econômica e política diminuam um pouco, ainda que não acabem para que haja mais empregos tanto para brasileiros quanto para estrangeiros”.

ESCALA FINAL OU RECOMEÇO?

A tríade que propusemos para pensar as imbricações entre afetos, imaginários e racismo nas experiências de imigrantes haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte nos dá pistas para complexas relações entre estes sujeitos, mobilidade e processos de adaptabilidade na mudança para um país estrangeiro em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

Os relatos aqui apresentados, tanto aqueles coletados por outros pesquisadores quanto aqueles mediatizados por meio do jornal *O Tempo*, não refletem a realidade de todos os imigrantes haitianos no Brasil nem tampouco podem ser dissociados do contexto sócio-histórico em que se inscrevem. O Haiti foi devastado por um terremoto ocorrido no dia 10 de janeiro de 2010 – naquela ocasião o Brasil estava em plena preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, o que pode ter constituído um cenário favorável para atrair pessoas vindas do Haiti.

Nossa preocupação distancia-se da perspectiva de buscar homogeneidades constitutivas de imaginários totalizantes. Por outro lado, se aproxima da valorização de experiências singulares de sujeitos afeitos a uma série de eventos e de interações cotidianas, em especial,

em ambientes de trabalho, como motivadores de apontamentos que se fazem necessários e urgentes para a compreensão do racismo estrutural na sociedade brasileira, que luta ela própria contra o racismo contra os próprios brasileiros e para com outros, estrangeiros, em especial, negros originários de países em condições econômicas mais precárias que as brasileiras.

Parece-nos mais confortável situar o nosso movimento de mapeamento destas experiências, em articulação com a experiência de um pesquisador, que sentiu no próprio corpo a implicação de tais práticas discursivas, em um percurso de incertezas e não de conclusões ou considerações finais.

Muitas inquietações permanecem sem resposta mas nos estimulam a prosseguir com a investigação. Entre elas, podemos destacar as perguntas a seguir: Considerando imaginários e afetos, e suas práticas discursivas, poderíamos supor que o racismo, nos casos em tela, estaria também relacionado à xenofobia contra determinados imigrantes cuja nacionalidade não está contemplada em uma cartografia eurocêntrica? Estrangeiros, vindos de países pobres, estariam, necessariamente, submetidos a valorações de suas capacidades e qualificações para atuar em ambientes laborais no Brasil?

As associações de corpos negros a animais, como burro e macaco, como foram mostrados nos fragmentos dos testemunhos, confrontam com a fragilidade destes mesmos corpos quando estão expostos à concorrência de uma vaga e à manutenção no emprego ou à suspeição infundada da polícia?

A nós, como anunciamos no início desta tessitura, coube-nos, neste terreno movediço, nos propor movimentos de reflexividade, como nos indicam Marques, Mendonça e Pessoa (2019), em diálogo com Moriceau

(2020): “Não se trata de extrair uma representação mais rica dos acontecimentos experienciados, mas de aceitar mergulhar no concreto, no vivido, na porção parcial, local, específica, relacional e estética da experiência” (MARQUES, MENDONÇA, PESSOA, 2019, p. 13).

Nas assimetrias das experiências, assentamos nosso trilhar como um retorno, como nos inspirou Veena Das (2020), continuado e ininterrupto, tendo em vista incursões outras (PESSOA e CIVIL, 2020). Permanecemos abertos, em uma visada afetiva, para melhor compreensão de fenômeno tão intrigante e, quem sabe, por que não, nos aproximarmos de tentativas que possam contribuir para discussões que tragam à cena sujeitos cujos corpos são julgados pelo preconceito e não pela existência humana que lhes cabe. Por certo, tais inquietações nos estimulam a nos relacionar com a empiria em busca de experiências de nos apontem conexões com algumas das perguntas que Mbembe (2018) se propôs a responder sobre o devir negro do mundo: Somos capazes de estabelecer com os negros relações distintas das que ligam o senhor ao criado?

REFERÊNCIAS

- ABRIL, Gonzalo. **Cultura visual de la semiótica a la política**. Plaza y Valadés. Madrid 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux**. in Boyer H. (dir.), *Stéréotypage, stéréotypes : fonctionnements ordinaires et mises en scène*, L'Harmattan. Paris, 2007.
- CIVIL, Jude. **Diálogos entre discursos midiáticos sobre imigrante e experiência de um homem negro**. Trabalho de conclusão de Curso (Pós-Graduação em Comunicação Social) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- DA CRUZ CORREA, Marina Aparecida Pimenta; ALMEIDA, Valquiria. **A migração haitiana no Estado de Minas Gerais**: Um estudo sobre Políticas de Educação

- Inclusiva para imigrantes haitianos no município de Contagem. Vol.16. Manhuacú: Pensar Acadêmicos, 2018.
- DAS, Veena (2020). **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
- DORNELAS, Paula. **Migração e reconhecimento**: um estudo de caso sobre os haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- FERNANDES, Duval; Faria, Andressa Virgínia Faria. **O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos**. V.34. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos de População, 34, 2017.
- LAFLEUR, Jean Michel; MARFOUK, Abdesalam. **Pourquoi l'immigration?** 21 questions que se posent les Belges sur les migrations internationales au XXIe siècle. Louvain-la-Neuve : Edition Academia, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Edições N-1, 2018.
- MORICEAU, Jean Luc (2020). **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2020.
- MORICEAU, Jean Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. **Afetos e experiência estética**: uma abordagem possível. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2016.
- PESSOA, Sônia Caldas; CIVIL, Jude. **Imigração haitiana**: tensões entre afetos, imaginários e hospitalidade. In: Heller, Barbara Cal, Danila Rosa, Ana Paula da. (Org). *Midiatização (in) tolerância e reconhecimento*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia-EDUFBA, 2020.
- SALGUEIRO, Ângela Cristina Marques; TERRIER, Dina. **Imigração de mulheres haitianas em Belo Horizonte/Brasil**: identidades femininas, relatos de si e autonomia. Goiás: Revista Panorama-Revista de Comunicação Social, 7, 2017.

5

UM CAMALEÃO NA ENCRUZILHADA: EXPERIÊNCIAS AFETIVAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NOS CRUZAMENTOS ENTRE A COMUNICAÇÃO, O TEATRO, A PERFORMANCE E A LITERATURA¹

Juarez Guimarães Dias²

DESCONSIDERAÇÕES INICIAIS

Gostaria de me dirigir inicialmente a você, leitora, leitor ou leitor: Você está confortável nos lugares onde está e ocupa? Quero começar por um certo incômodo, a partir do qual pretendo me desfazer dele. Sempre vi e vivi a Comunicação Social como um espaço inter e transdisciplinar, desde os tempos da minha graduação em Publicidade e Propaganda na saudosa Fafi-BH, e depois no mercado de trabalho. No Mestrado em Literatura (PUC-Minas) e no Doutorado em Artes Cênicas (Unirio), a Comunicação estava sempre ao lado, parceira. De modo geral, a inter (ou a trans) disciplinaridade parece inerente ao campo da Comunicação Social, seja no seu saber-fazer ou no seu saber-pensar (MARTINO, 2001; FRANÇA, 2001).

Mas sou eventualmente abordado, algumas vezes constrangido, porque estou no Departamento de Comunicação Social da UFMG, porque

¹ Este ensaio deriva-se de uma comunicação proferida no Seminário “De qual comunicação estamos falando?” realizado nos dias 16 e 17 de março de 2023 pela Linha de Textualidades Midiáticas do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, à qual estou vinculado, ganhando novos contornos e discussões para sua versão em publicação.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social, Co-coordenador do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional, na Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Artes Cênicas (Unirio), Mestre em Literatura (Puc-Minas), Bacharel em Publicidade e Propaganda (Uni-BH). Escritor, Dramaturgo, Encenador e Publicitário. E-mail: juarezgdias@gmail.com, Instagram, Twitter e Facebook: juarezgdias

não estou em outros lugares. Para começar, acho curioso, e um tanto impertinente, o questionamento sobre o lugar dos outros no mundo. Acho curioso um pensamento ainda vigente de que os espaços (acadêmicos, epistemológicos) devam prezar por uma certa “pureza”, como se tivéssemos que vestir uma roupa uniforme, num único tom, sem dobras, sem estampas, sem combinações. Eu não sou essa pessoa, me vejo mais como uma tela em branco sempre aberta a receber cores, texturas, matizes, ao mesmo tempo em que me vejo também como o pintor que dispõe de tintas e pincéis variados que vão se combinando em composições múltiplas e inacabadas, sempre em processo, como a vida.

Eu estou no Departamento de Comunicação Social porque desejei vir para esse lugar, o que ocorreu por meio de um concurso público para o qual fui aprovado e indicado por todos os membros da banca. Antes, bem antes, quando penso porque fui cursar graduação em Publicidade, volto às minhas origens: sou filho de comerciante e vivi muito dessa experiência com meu pai, me lembro dele escrever numa tabuleta negra com tinta branca as ofertas do dia e me encantar com essa simplicidade. A escolha pode ter sido definida quando, no 3º ano do Ensino Médio, ganhei um concurso da 8ª Superintendência Regional de Ensino para a criação de logomarca da V Feira de Literatura. O impulso para área também tinha outras motivações, o fato de eu ser desenhista, pintor, dramaturgo, diretor e roteirista, habilidades requeridas fortemente para a área, sobretudo de criação. E porque desejava também ter uma profissão para ingressar no mercado de trabalho, com a qual pudesse ser honesto e íntegro, mas que me proporcionasse independência financeira como possibilidade de lutar contra a homofobia.

Mas poderia ter feito Jornalismo, porque também sou leitor e escritor, porque criei e editei na adolescência vários jornais

(“Conhecendo com o Brasileirinho”, “Espaço” e “Take 4 - Clube de vídeo” e revistas em quadrinhos (a série “Os Tonys”), os quais rodava em mimeógrafos, depois em máquinas de fotocópias, alguns exemplares coloridos manualmente, que eram distribuídos pelo bairro e pelos membros da família; ou porque sou apaixonado pelas narrativas, pelas histórias das pessoas e do mundo à nossa volta, sejam elas de ficção ou de não-ficção. Quando lecionava no Uni-BH era sempre “confundido” pelos e pelas colegas como um jornalista, uma honra pra mim, mas não uma verdade estrita.

O que desejava mesmo, por meio da Publicidade, era cursar Comunicação Social, porque sempre adorei revistas, cinema, jornais, telenovelas (sonhava em ser autor do horário nobre da TV Globo), música, rádio, TV, propaganda, depois internet e redes sociais. Tudo isso me interessava e ainda me interessa, sobremaneira, e acabo reduzindo minhas experiências a indicações genéricas nesse texto. Todavia, antes de ingressar no ensino superior, por exemplo, já tinha realizado um programa-piloto de TV, o “Big Bum”, criado, produzido e editado caseiramente em VHS em parceria com uma prima, com vias de exibição da TV Lafaiete, uma emissora local e que, por uma arbitrariedade intencional de terceiros, acabou não indo ao ar, contrariando toda audiência de familiares e amigos que ficaram à espera. Portanto, por essas e outras tantas, sou comunicador, por princípio, e publicitário, com orgulho. Mas não só isso, também sou artista e escritor, pois cabe muito numa existência.

De outro lado, no campo do Teatro, sobretudo no fazer teatral, já me disseram que a Comunicação me afeta demais, no sentido pejorativo, que eu não era exatamente um artista, mas um teórico, ou que minhas peças eram (e são) muito comerciais, publicitárias, porque tinham (e

têm) público (??). No ano em que escrevo esse texto celebro 30 anos de Teatro, desde quando escolhi fazê-lo de forma consciente, o que resultou até agora em mais de 25 criações de espetáculos como dramaturgo e encenador, além de cenas curtas e esquetes. Na Literatura, já ouvi por vezes que meu texto é muito acadêmico e pouco literário, desprezando as afetações que o saber-fazer e o saber-pensar oferecem mutuamente, mesmo tendo escrito (e não publicado) sete romances, inúmeros contos e poemas, e esteja preparando meu primeiro romance profissional, “A Casa da Senhora H”. Fora isso, experiências pontuais no Cinema, como roteirista e/ou como diretor, como o longa documentário “Para alguém que não está” (não lançado) e realizado em parceria com Laura Canedo.

A ofensa (ou a desconfiança) sobre quem sou e o que faço só mudava de lugar, sempre um incômodo, um desconforto dos outros com o entrelugar, com o interlugar, com o translugar. A mim sempre alimentou, potencializou e abriu portas meus conhecimentos e habilidades em tantas searas, principalmente na Comunicação. Nesse sentido, penso que há muitos armários dos quais precisamos sair, todas, todos e todes nós. Pegando carona em Eve Sedgwick (2016), para quem o armário é um dispositivo de opressão, amplo essa noção para outros armários, entre eles acadêmicos, epistemológicos, metodológicos.

Dos vários armários que já precisei sair (e sempre há outros, sobretudo para quem é considerado desvio da norma), esse é mais um deles, meu lugar de pertença profissional. Faço isso menos para os outros, ainda que provocado por eles, mais pelo reconhecimento de uma trajetória singular, mesmo que não exclusiva, que me tornou ser quem sou, pois como sentenciou Fernando Sabino (1992) “Todos têm o direito de sonhar e cada um o de ser dono de seu sonho”. Então, diante de vós,

me assumo definitivamente como um camaleão, capaz de me multiplicar, de me inserir em diversos contextos, de buscar o que me realiza, de aprender e apreender, de transitar e passear por paisagens tão distintas quanto complementares, capaz de inventar, reinventar, pensar e inaugurar novos mundos.

OPS! HÁ UM ARTISTA NA COMUNICAÇÃO E UM COMUNICADOR NAS ARTES: O GATO SAI DA TUBA OU O CAMALEÃO VISÍVEL

Não sei se você sabe, mas os camaleões são répteis e incluem cerca de 195 espécies, conforme apontam definições e classificações das Ciências da Natureza. Além de sua língua prostrátil, que tem a habilidade de atingir distância de um metro na captura de alimento, esses seres apresentam outra característica curiosa: “seus olhos movem-se de maneira independente. Enquanto um olha pra um lugar, outro observa outra área. Eles são capazes de girar os olhos até impressionantes 180 graus”, nos informa a bióloga Vanessa Santos (2023). Como os camaleões, meus olhos se movem em múltiplas direções, tenho muitos interesses e combinações entre eles. Por que escolher se posso fritar o peixe e espiar o gato? Aliás, ao inscrever tal ditado, evoco a imagem do “gato na tuba”, imortalizada na canção de Alberto Ribeiro da Vinha e Carlos Alberto Ferreira Braga pela Turma do Balão Mágico, cujo esconderijo do animal altera o som do instrumento, gerando estranheza e confusão. Nessas linhas que vou traçando, o “gato sou eu” (Sabino, 1992), mas esse gato, na verdade, é mesmo um camaleão. Assim, retomando com esses reptilianos, quanto à mudança de cor, os camaleões o fazem não apenas para se camuflar, para se esconder ou se disfarçar, mas

(...) representa uma forma de comunicação e até mesmo uma maneira de controlar a temperatura do corpo. Algumas pesquisas sugerem que os camaleões utilizam a mudança de cor para afastar rivais, bem como atrair parceiros para a reprodução. Sendo assim, muitas vezes a mudança de cor está mais relacionada com tornar visível o animal, e não apenas o camuflar. (SANTOS, 2023, s/p.).

Eis-me aqui, este é o meu corpo, essa é a minha voz, esse cara sou eu: estatura mediana, calvo, tabagista, olhos castanhos, barrigudinho, parrudo, peludo, barbudo, grisalho, branco, gay, de classe média, nascido no signo de Áries com ascendente em Capricórnio, apaixonado por tudo o que faz e ainda vai fazer. Reconheço com alegria meu lugar de pertencimento, esse aqui a partir do qual estou falando, a Comunicação Social, meu porto seguro, onde me encontrei e me encontro todos os dias, sem deixar de me mover em direção a outros portos e paragens, encontrando aqui e acolá projetos, searas, savanas, alunas e alunos, parceiros e parceiras de criação, produção, de pesquisa, ensino, extensão, de vida.

E esse camaleão que vos escreve, que não é um ser exclusivamente diurno (adora a noite, a boemia, e de vez em quando uns bafões no Espanta Crise Café), nem bota ovos e se alimenta de insetos, por outro lado vive atento para não ser presa de cobras, lagartos e aves, e cuja estratégia de defesa também é mudar de cor, movendo-se lentamente até não ser percebido, pois o instinto de sobrevivência é o mesmo para os seres viventes. Esse camaleão também não vive em árvores, mas numa encruzilhada, com seus olhos girando para múltiplas direções, com destaque para a Comunicação, o Teatro, a Literatura e a Performance. Simas e Rufino (2018, p. 17) indicam que “as encruzilhadas são lugares de encantamento para todos os povos. Basta beber na fonte

do conhecimento do mestre para perceber que as encruzadas sempre espantaram e seduziram mulheres e homens”. E eu me reconheci como um deles.

CONTORNOS EPISTÊMICOS E METODOLÓGICOS: A ENCRUZILHADA COMO POTÊNCIA DE AFETOS, SABERES E EXPERIÊNCIAS

Ainda que eu não seja adepto e frequentador de religiões de nenhuma matriz, com o peso de ter sido criado na Igreja Católica, da qual busco sistematicamente me libertar das noções de pecado e culpa, tão caros a Minas Gerais e suas montanhas tanto belas quanto opressoras; ainda que não tenha me encontrado espiritualmente em nenhum lugar, mas em espaços onde me sinto acolhido, e comigo mesmo, a percepção das encruzilhadas como possibilidade epistêmica e metodológica, numa das leituras e discussões do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional (Neepec), me causou espanto, assombro e iluminação, pois:

[...] a perspectiva da encruzilhada como potência de mundo está diretamente ligada ao que podemos chamar de culturas de síncope. Elas só são possíveis onde a vida seja percebida a partir da ideia dos cruzamentos de caminhos. [...] Sem cair nos meandros da teoria musical, basta dizer que a síncope é uma alteração inesperada no ritmo, causada pelo prolongamento de uma nota emitida em tempo fraco sobre um tempo forte. Na prática a síncope rompe com a constância, quebra a sequência previsível e proporciona uma sensação de vazio que logo é preenchida de forma inesperada. [...] Nos inquieta como os discursos, revestidos de sincero viés libertador e boas intenções, são empobrecedores das potencialidades humanas. Educados na lógica normativa, somos incapazes de atentar para as culturas de síncope, aquelas que subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis e criam maneiras imaginativas de se preencher o vazio, com corpos, vozes, cantos. O problema é que para

reconhecer isso temos que sair do conforto dos sofás epistemológicos e nos lançar na encruzilhada da alteridade, menos como mecanismo de compreensão apenas (normalmente estéril) e mais como vivência compartilhada. A síncope é a arte de dizer quando não se diz e não dizer quando se está dizendo. (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 18-19).

Finalmente, por meio deles, pude compreender quem sou como pesquisador, professor, extensionista, artista, profissional, ser humano; que verdadeiramente há muitos caminhos para o conhecimento, que nem todo conhecimento é ciência (no sentido tradicional) e que era e é possível viver e pensar a Comunicação Social como esse lugar de partilha, de fala e de escuta, de relação com o outro e os outros, de interseção, de cruzamento, do encontro das diferenças, que não se excluem, mas incluem. A epistemologia das encruzilhadas ilumina pela perspectiva decolonial outros modos de pensar e viver a educação, a pesquisa, a extensão, onde o corpo é suporte da memória de experiências múltiplas, onde sentir é fazer e pensar. É por meio dela que se pode buscar saídas originais, potentes e incômodas, deseducando e transgredindo o cânone limitador, e ampliando os horizontes do mundo.

Nessa perspectiva, os saberes socialmente tecidos e compartilhados são saberes praticados, tendo o cotidiano como campo inventivo desse saber-fazer nos corpos dos praticantes. Ou, nas palavras de Simas e Rufino (2018, p. 19), “É na encruzilhada de saberes que se praticam os ebós epistêmicos”. Leda Maria Martins (2002, p. 73) nos informa que na filosofia nagô/iorubá, assim como na cosmovisão de mundo das culturas banto, a encruzilhada “é o lugar sagrado das intermediações entre sistemas e instâncias de conhecimentos diversos, sendo frequentemente traduzida por um cosmograma que aponta para

o movimento circular do cosmos e do espírito humano que gravitam na circunferência de suas linhas de interseção”.

Percebo e vivo a experiência acadêmica não numa perspectiva linear do tempo, o que contraria demasiadamente a lógica cartesiana, normativa e produtiva, mas numa dimensão do tempo espiralar, cuja noção Martins (2002) recupera a partir da concepção ancestral africana e suas cosmogonias. Essa percepção cósmica e filosófica, por exemplo, entrelaça nas mesmas tramas de significação, o tempo, a ancestralidade e a morte, pois os eventos estão em constante e perene processo de transformação: “Nascimento, maturação e morte tornam-se, pois, contingências naturais, na dinâmica mutacional e regenerativa de todos os ciclos vitais e existenciais. Nas espirais do tempo, tudo vai e tudo volta” (MARTINS, 2002, p. 84).

Assim, meus gestos de ensino, pesquisa e extensão são tramados em espirais, sínopes e sincronias, tocam-se, afastam-se, afetam-se, reencontram-se, permeiam-se, sem um início determinado, quanto mais um fim. “Nessa sincronia, o passado pode ser definido como o lugar de um saber e de uma experiência acumulativos, que habitam o presente e o futuro, sendo também por eles habitado”, diz Leda Maria Martins (2002, p. 85). Sei que é preciso se adequar ao sistema de alguma forma como modo de fazer as coisas acontecerem, mas penso que é fundamental que questionemos as normas, as normatizações, as epistemologias, porque o conhecimento é uma forma de re-invenção do mundo. Em alguns casos, os espaços e as pessoas também precisam querer mudar e se abrir a novas visões.

Somada à da encruzilhada, encontrei na perspectiva da virada afetiva nas Ciências Humanas (CLOUGH, 2007), assim como nas metodologias afetivas e escritas performáticas (MORICEAU, 2020), um

espaço para situar e desenvolver modos de colocar em relevo corpos, vozes, memórias e subjetividades por meio das escritas de si (FOUCAULT, 2009), dos relatos de si (BUTLER, 2015b) e da escrita de si como performance (KLINGER, 2008). Os afetos colocam-se ao lado da razão e dirigem-se a tudo aquilo que afeta um sujeito pesquisador e como isso afeta a realidade pesquisada. Trata-se, sobretudo, de “novas possibilidades epistemológicas e práticas metodológicas: ao modo de investigação em que o pesquisador é guiado por afetos, é motivado pela situação, tudo isto como ponto de partida para a reflexão” (MORICEAU e MENDONÇA, 2016, p. 82). Entretanto, na minha percepção e experiência, os afetos, que não se referem a sentimentos positivos e sim a processos de afetação, não circunscrevem apenas o âmbito da pesquisa, expandindo-se para qualquer atividade onde haja relação entre sujeitos, entre sujeitos e o mundo.

Jean-Luc Moriceau (2020, p. 23) indica num ponto-de-vista humanista como os afetos e a Comunicação se fazem próximos, ou seja, “os afetos são comunicação: alguma coisa se comunica pelos afetos, alguma coisa está comunicada nos afetos. Dito de outro modo, nossa comunicação se realiza através dos afetos e sobre um fundo de afetos”. Essa abordagem considera o corpo, as sensações e impressões, os “efeitos de prazer e de incômodo, estranhamento e familiaridade”, constituindo-se como “uma crítica que nos leva ao coração da ambiguidade e da complexidade das situações que pesquisamos, nos exigindo uma postura ética e uma tomada de posição reflexiva e corajosa (MARQUES, MENDONÇA e PESSOA, 2020, p. 14-15). Moriceau (2020, p. 23) compreende que nessa perspectiva a pesquisa é comunicação, assim como os afetos também são comunicação: “Na virada afetiva, a pesquisa não é apenas controlada pela teoria e pelos

conceitos, estes são amplificados, questionados e colocados sob tensão pelos afetos e perceptos. É menos uma questão de dissecar e dissertar do que de experimentar o que estamos estudando”.

Destaca-se que ao abordar e pensar os afetos, também estou me referindo às experiências vividas e em vivência, conhecidas e/ ou partilhadas, seja na vida doméstica, social, profissional, acadêmica, pois experiências ocorrem continuamente, em fluxos, camadas, acumulando-se, constituindo saberes e memórias. Para Bondía (2002, p. 21), a experiência “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. A etimologia aponta para o latim *experiri*, que significa provar (ou experimentar), conformando-se como lugar de encontro, de relação com aquilo que se experimenta (ou se prova). Entretanto, o autor informa que o radical *periri* indica perigo e a raiz *per* aponta para a ideia de travessia e de prova, assim como o prefixo *ex* está relacionado tanto a exterior, estrangeiro e estranho quanto a existência. Nessa direção, podemos compreender que experimentar é experimentar, provar, atravessar, arriscar, estranhar e existir, em que os sujeitos da experiência não são definidos apenas pela atividade, mas pela passividade:

Em qualquer caso, seja como território de passagem, seja como lugar de chegada ou como espaço do acontecer, o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura. Trata-se, porém, de uma passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial. (BONDÍA, 2002, p. 24)

As relações entre Comunicação e experiência, para Adriano Duarte Rodrigues (1997, p. 1), distinguem-se por três modalidades: o

testemunho da experiência, em que “alguém que teve a experiência directa [sic] e imediata de um acontecimento ou de um fenómeno e que a comunica a outra pessoa que não teve a mesma experiência directa [sic] e imediata; a transmissão da experiência, em que uma pessoa “transmite a outra pessoa o relato de um acontecimento ou de um fenómeno que lhe foi comunicado, de que não teve, portanto, uma experiência directa [sic] e imediata”; e a relação simbólica da comunicação com a experiência, em que “o destinador comunica a um destinatário uma experiência que é já conhecida de ambos”. Parece-nos relevante perceber que a comunicação é um processo que se constrói pela relação com as diferenças, assim como permite a localização dos comuns, do que pode criar pertencimento. Por outro lado, mediar experiências entre sujeitos, provocá-las, estimulá-las, relatá-las dirigem-se a processos pedagógicos que incidem sobre a autonomia dos envolvidos e sua participação na construção de saberes.

Organizando esse tripé epistêmico-metodológico que dá suporte às minhas experiências de ensino, pesquisa e extensão, ao lado das encruzilhadas e da virada afetiva está a *pedagogia da autonomia* de Paulo Freire (1996) que visa refletir e propor práticas educativas emancipadoras e transformadoras, reconfigurando a sala de aula (e outros espaços de produção de saberes e conhecimentos) de uma perspectiva *transmissiva* (ou conservadora) para *libertadora* (ou progressista). Pensa-se, a partir de suas propostas, nas dimensões éticas e sociais, no respeito às singularidades, às diferenças e à dignidade humanas, que devem envolver as relações entre docentes e discentes, menos hierárquica e mais participativa e horizontal: “É preciso [...] que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é

transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 22).

Quando comecei a lecionar no Ensino Superior (e lá se vão quase 20 anos), minhas referências de docência localizavam-se muito no modelo tradicional, conservador, e me inspiraram professores e professoras de excelência que tive ao longo do meu percurso formativo. O que conhecia, também por experiência discente, era uma sala de aula transmissiva, rigorosa, construída na hierarquia professor-aluno, em que o primeiro é detentor do conhecimento e o segundo, seu depositário. Durante os primeiros anos como docente, investi fortemente na construção dessa *persona*, até que a pesquisa de Doutorado em Artes Cênicas (Dias, 2015) conjugada com experiências criativo-pedagógicas em sala de ensaio na construção de espetáculos cênicos começaram a atravessar e a modificar minhas metodologias de ensino-aprendizagem em sala de aula, que acabaram recentemente encontrando eco nas pedagogias freirianas.

Localizo duas significativas referências nesse campo: o Teatro Épico de Bertolt Brecht (1898-1956) e o Teatro do Oprimido de Augusto Boal (1931-2009). No caso do dramaturgo e encenador alemão, ele buscou combater a magia e o êxtase do teatro de ilusão, tão caros à Europa do século XIX, colocando o espectador como parte do acontecimento teatral e não meramente como sujeito passivo da obra cênica. Ao quebrar a “quarta-parede” que separava o mundo da ficção (cena) e o mundo da realidade (plateia), por meio da narrativa (pois não se narra algo a ninguém), pensando no teatro como lugar de reflexão e participação popular, Brecht (2005), inspirado em ideias marxistas, clamava por uma arte de comunicação com o receptor, de desvelamento da realidade, de dialética e de reflexão, de um exame científico e historicizador do mundo representado. Suas obras e sua pedagogia

refletem uma dinâmica essencial entre indivíduo e sociedade, em que se transformam e são transformados. O espectador, com Brecht, foi convidado a compartilhar o mundo do palco, rompendo seu isolamento e alienação, sendo considerado sujeito partícipe.

Inspirado em Brecht, por quem tinha grande admiração, o brasileiro Augusto Boal (1998) desenvolveu uma metodologia e uma linguagem teatral que pode ser organizada sob o denominador comum de *Teatro do Oprimido*, atualmente presente em mais de 70 países ao redor do globo, partindo do princípio de que “todos os seres humanos são atores, porque agem, e espectadores, porque observam. Somos todos *espect-atores*” (BOAL, 1998, p. ix). De maneira geral, seus métodos investem em modos de conhecer a realidade para, então, se poder modificá-la, transformando sujeitos oprimidos em agentes de sua própria vida e História. Por meio de exercícios, jogos e técnicas teatrais, o *Teatro do Oprimido* propõe romper os limites entre a cena e a prática política, procura estimular discussões, problematizações de questões do dia-a-dia, fornecendo recursos para a reflexão das relações de poder, da (des) mecanização do corpo e da mente dos praticantes, que necessitam de liberdade criativa para que a vida não se transforme em mera repetição e obediência.

Parece evidente estabelecer relações com os pressupostos pedagógicos de Paulo Freire, em que educadores e educandos devem criar, instigar, serem inquietos, rigorosamente curiosos e críticos, humildes e persistentes, pois “nas condições da verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1996, p. 26). Na oposição *professor repetidor* e *professor desafiador*, encontro-me mais no segundo,

conjugando com a partilha do conhecimento adquirido em estudos e pesquisas, articulando ensino e investigação, que se retroalimentam.

A educação nessa perspectiva crítica prescinde dos sujeitos se assumirem como seres sociais, históricos, criativos, como seres pensantes e seres agentes, realizadores de sonhos, capazes de ter raiva porque capazes de amar, o que não significa a exclusão de outridades. Ao assumirem-se como sujeitos, porque se reconhecem como objetos, discentes e docentes devem considerar a importância das experiências informais do cotidiano, nas ruas, praças, salas de aula, trabalho, espaços de lazer e encontros, em que variados acontecimentos e gestos se cruzam repletos de significação. Essa noção de “assunção do sujeito” é incompatível com o treinamento pragmático tradicional e conservador, de conhecimento transmissivo e transmitido, requerendo o envolvimento dos sujeitos nos processos do saber, ressaltando a dimensão dos afetos e subjetividades neles constituídos:

Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua e à curiosidade epistemológica³, e de outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou da adivinhação. Conhecer não é, de fato, adivinhar, mas tem algo que ver, de vez em quando, com adivinhar, com intuir. O importante, não resta dúvida, é não pararmos satisfeitos ao nível das instituições, mas submetê-las à análise metodologicamente rigorosa de nossa curiosidade epistemológica. (FREIRE, 1998, p. 45)

³ Ainda que não seja o foco da discussão empreendida, faz-se necessário esclarecer que Paulo Freire compreende a curiosidade ingênua como pertencente a todos os seres humanos e está ligada ao senso comum, enquanto sua passagem para a curiosidade epistemológica requer postura crítica e métodos de pesquisa.

Nas salas de aula onde me encontro como *professor desafiador*, alunas, alunos e alunes são protagonistas dos processos de aprendizagem-ensino (a inversão é proposital), em que são estimulados à participação, à interferência, à proposição, à expressão e ao compartilhamento de suas compreensões de mundo, de suas histórias de vida, de seus corpos, de dúvidas e experiências diversas. Seja em disciplinas obrigatórias, como “Redação publicitária” e “Laboratório de criação publicitária” (Graduação), “Seminário de Projetos de Dissertação” (Pós-graduação), nos Projetos Experimentais de Conclusão de Curso de Graduação, ou nas disciplinas optativas como “Autoficção e performance em redes sociais digitais”, “A criação da personagem” e “Comunicação e expressão – a performance da presença”, discentes são convidados ao envolvimento pessoal com as temáticas abordadas, estimulados ao engajamento a partir da proposição de desafios na busca e encontro de soluções, colocando-se desde o início do processo como sujeitos em primeira pessoa. Tudo isso convergindo em salas de aula “vivas”, ambientes de interdependência, de escuta e diálogo, de risco e potência, construídas de forma conjunta e participativa pelos envolvidos. Nesse sentido, a autobiografia como epistemologia e como método emerge como potencializadora da consciência de estar no mundo e ser sujeito/a/e de si mesmo/a/e.

AUTOBIOGRAFIA COMO INSCRIÇÃO DE UM LUGAR NO MUNDO: SOMOS TODES PROTAGONISTAS

Outro dia, enquanto preparava meu café, abri o Instagram e assisti a um vídeo, compartilhado por um ex-aluno, de um jovem cristão fazendo a sua saída do armário como sujeito homossexual. Parei para assistir e fiquei profundamente comovido com o relato/ testemunho

desse jovem arquiteto, negro, bem sucedido, e de família neopentecostal. No depoimento, o jovem revela que, por volta dos 11 anos de idade, quando começou a entender o que era sexualidade, se viu como uma criança que gostava de pessoas do mesmo sexo/gênero. Ele revela, num determinado trecho:

Quando isso aconteceu, eu fiquei muito em choque, não vai ser fácil pra mim, porque vou ter que esconder isso. O tempo foi passando e eu tive que viver de um jeito como se aquilo não fosse uma realidade minha, mas uma coisa passageira, que logo ia ficar tudo bem entre aspas, ia dar tudo certo. Enfim, eu ia me apaixonar por uma menina, ia casar, como sempre escutei, ia ter uma família e viver feliz para sempre. Só que o tempo foi passando e eu fui percebendo que aquilo fazia parte de mim, era mais forte do que a minha religião, do que o que eu escutava com os meus amigos, dentro da minha casa, dentro de todo aquele contexto em que vivia. Não era sobre eu querer ou não, não era sobre eu lutar ou não, não era sobre uma opção ou não, não era sobre essas coisas. Era sobre quem eu era. Era mais pesado, era muito profundo. Era muito cansativo conviver com o fato de que quem eu era não poderia ser⁴.

O relato me impressionou e em muitos pontos me vi naquelas falas, revi partes da minha experiência também como homem gay que vem lutando contra a homofobia desde a infância, me reconheci nas violências a que fui submetido e me submeti, me vi refletido nas experiências de viver uma mentira durante anos, passando-me por heterossexual, namorando meninas, enganando-as e me enganando, com a anuência de todos à minha volta. Ao fim do vídeo, chamei o ex-

⁴ Disponível em <<https://www.instagram.com/tv/CbVJ-VLDvmx/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>> Acesso em 15 mar 2023. Transcrição minha.

aluno, agora amigo, no *direct*⁵ e agradei o compartilhamento, o que deu início a uma conversa por mensagens de áudio.

Ele também se reconhecia nos relatos do amigo, ele passou anos negando sua própria existência e sexualidade, camuflando-se (no sentido do disfarce e do esconderijo) e reafirmamos a importância de colocarmos nossos corpos, vozes e histórias de vida a público, a serviço da luta contra o preconceito, para que mais e mais jovens possam se encorajar a viver sua verdade de afetos e desejos, para que mais famílias revejam suas violências e busquem o acolhimento de seus entes, já tão calejados pelas pressões sociais de tantas instituições. E terminei dizendo para ele: É isso que venho pesquisando na UFMG, é em torno disso que gira grande parte do meu trabalho, seja no ensino, na extensão ou em outras atividades profissionais.

O centro da pesquisa (atual, em desenvolvimento) tem como título “Toda pessoa é invenção: modos de construção de narrativas autobiográficas/autoficcionais e performativas de corpos LGBTQIA+” e versa sobre o estudo e análise de modos de construção de narrativas autobiográficas/autoficcionais e performativas de corpos LGBTQIA+ em textualidades diversas, midiáticas e não-midiáticas, a partir de dinâmicas comunicacionais interativas e afetivas. A proposta se articula com pesquisas e atividades desenvolvidas no Neepec e tem como principal objetivo compreender como esses corpos e vozes se narram, como compartilham vivências relacionadas às dissidências das normas de gênero e sexualidade.

Na trama que envolve essa pesquisa, encontra-se o Projeto de Extensão correlato, intitulado “Toda pessoa é invenção: autobiografias,

⁵ Recurso para conversação privada disponível na rede social digital Instagram.

escritas afetivas e performativas de corpos LGBTQIA+”. Nesse projeto, realizado em parceria com o Centro de Referência LGBT da Prefeitura de Belo Horizonte, desenvolvi uma plataforma de escrita autobiográfica e performativa exclusiva dentro de grupos de WhatsApp criados para esse fim, com o intuito de propor alternativas para as pessoas pertencentes a essa população conduzirem escritas próprias à sua existência, incentivando outras formas de visibilidade social. Metodologicamente, o trabalho tem aporte na Pedagogia Digital Crítica (STOMMEL, 2014), nos estudos de plataformas digitais (ANDRÉA, 2020), nas discussões e procedimentos das escritas de si (FOUCAULT, 2009), dos relatos de si (BUTLER, 2015), da autobiografia (Lejeune, 2008), da escrita afetiva e performativa (MORICEAU, 2020), e a partir de pesquisas e experimentos de escrita autobiográfica realizados por mim e processos de criação cênico-dramatúrgicos. O público do projeto produziu seus textos baseados em temas e linguagens diversas, que por sua vez eram postados no próprio grupo, construindo um ambiente de partilha e reflexividade, por meio de experiências afetivas e interativas, cujos resultados serão publicados em e-book, com indicativo de publicação pelo Selo PPGCOM UFMG, com lançamento previsto para 2023.

A organização de ambos os projetos, extensão e depois pesquisa, foi bastante impulsionada pela minha incursão no campo dos estudos da performance (SCHECHNER, 2003; TAYLOR, 2013; KLINGER, 2008), das teorias feministas, transfeministas e queer, de gênero e sexualidade (LOURO, 2021; PRECIADO, 2020; BUTLER, 2015A; NASCIMENTO, 2021), e pela autoetnografia (SANTOS, 2018). Percebi a tempo que, antes de olhar para as histórias de terceiros e terceiras, era importante mirar minha própria história, o que teve início com a escrita e publicação do artigo “Da criança que um dia fui para as crianças que ainda somos: um

manifesto pela liberdade de ser” (Revista REBEH, 2020), em que por meio dos métodos do inventário e do *brainstorming*, fiz uma incursão por episódios da minha infância, buscando discutir os prejuízos das normatizações de gênero nesse período da vida humana.

Com o desenvolvimento da pesquisa, avancei um pouco mais e cheguei à produção do capítulo de livro intitulado “Do armário que habito aos armários de todes nós: um relato pela verdade de ser”, onde atravessei o tenso e teso período da adolescência, o reconhecimento da homossexualidade, a entrada no armário, a vivência de uma heterossexualidade forjada e as estratégias para sair dele ou ser saído dele. Como consequência, na conformação de uma trilogia, talvez, penso num terceiro texto a ser produzido cujo título provisório aponta para “Do homem que eu deveria ser à pessoa que vou me tornando: um testemunho pela integridade de ser”, envolvendo aspectos sobre masculinidades, violências, e as tentativas de libertação dos grilhões da heteronormatividade e heterossexualidade compulsórias.

Em paralelo, temas transversais ligados ao corpo, à performance, à performatividade de gênero e à homofobia em acontecimentos midiáticos vêm sendo trabalhados em artigos e capítulos em parcerias diversas, com Ettore Medeiros sobre as performances de Saulo Berck no Youtube e depois sobre o caso Golden Shower no carnaval de 2019; com Vanessa Brandão sobre a performance La Bête no Museu de Arte Moderna de São Paulo e outro sobre a homofobia do jogador de vôlei Maurício Souza; com Carlos Mendonça e Carol Manso sobre o corpo nu em cena, com Ettore Medeiros e Carlos Mendonça na composição de um Mosaico da Viadagem; com Márcio Murari na sistematização e reflexão sobre a adaptação da disciplina Comunicação e expressão para o Ensino Remoto Emergencial; e em escritas solo como

o artigo “Vende-se um pau: autoficção, performance e masculinidade na publicidade de si em aplicativos de postagens efêmeras” ou o verbete “Liberdade sexual” para o Dicionário Jurídico do Gênero e da Sexualidade, num flerte com o campo do Direito. Para cada uma dessas investigações, um conjunto de referenciais teórico-metodológicos foram acionados de acordo com os objetivos gerais e específicos. Não daria para elencar todos.

Os flertes com a Antropologia, numa viagem de férias a Fortaleza, onde vive a família do meu namorado, proporcionaram uma experiência curta e intensa de pesquisa com uma amiga professora e um de seus alunos, aos quais se somou um aluno nosso, Bidam. A pesquisa, estimulada por uma chamada de revista, propôs tecer diálogos em experiências interculturais por meio de escritas afetivas de estudantes da Guiné-Bissau no Brasil, sendo um do curso de Antropologia e outro da Relações Públicas, numa parceria UNILAB-UFMG. Os diálogos foram mediados por nós, docentes brasileiros, que construímos o referencial teórico de suporte e indicamos os procedimentos metodológicos, entre os quais a produção e a troca de cartas, a escolha e o compartilhamento de imagens sobre o país de origem e o atual país de destino acompanhadas de relatos de si, que se colocaram defronte às questões suscitadas pelos processos de interculturalidade e da comunicação como experiência.

Como desdobramento, aceitei o pedido do Bidam para um período de Iniciação Científica Voluntária dentro do projeto de pesquisa original, encontro que trouxe outros contornos a serem trabalhados: a possibilidade de olharmos para outros países lusófonos, sobretudo em território africano. Estamos pesquisando vivências LGBTQIA+ na Guiné-Bissau, país que somente em 1993 descriminalizou a

homossexualidade. No corpus analítico, estamos trabalhando com dois produtos comunicacionais verboaudiovisuais em plataformas digitais: uma entrevista de Leandro Balaque, homem cis gay, para a Rádio Jovem Bissau; e a gravação de um episódio do podcast Nuance com o tema “Direitos LGBTQIA+ na Guiné-Bissau” com a participação de Va da Costa, uma mulher trans, e Marinho Pina, um homem cis gay. As violências relatadas, que passam por discriminação pública, ataques com garrafas, surras, além do *bullying*, reforçam a urgência de sua publicização na construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e afetivas.

Na pesquisa “Toda pessoa é invenção”, de modo amplo, tenho tomado as experiências de vida comunicadas por pessoas e em textualidades diversas, seja por meio da escrita, de vídeos, áudios, em livros, posts, podcasts etc, assim como o que elas revelam, como um *corpus sensível* (PESSOA, 2018). Cito algumas, a atriz e ativista Renata Carvalho no espetáculo “Manifesto transpofágico” e no vídeo documentário “Corpo: sua autobiografia”; a escritora, pesquisadora e ativista trans Amara Moira, por meio de seu livro autobiográfico “E se eu fosse puta”; o perfil no Instagram da artista visual míope transvestigênera Efe Godoy; a pesquisa e os trabalhos da multiartista e pesquisadora travesti Isadora Ravena; as crônicas de Paul Preciado em “Um apartamento em Urano”. O destaque para pessoas trans e travestis, nesse momento, tem um intuito político, poético e epistêmico, pela oportunidade de conhecer e ouvir suas vozes, tensionando aspectos da cisgeneridade que me constitui.

Experiências minhas como dramaturgo, roteirista e encenador, assim como condutor de processos criativos junto a atores, atrizes e performers, ingressam nesse mosaico de saberes e práticas, realizados

como produção técnica, dos quais gostaria de destacar os espetáculos biográficos e autoficcionais como a “peça-jogo-festa #Criança”, “A Paixão de Tito” (em parceria com Gabriel Castro Cavalcante), “Marilyn Monroe.doc” (Grupo Dois Palitos), “EuCaio” (Matheus Soriedem), “#tudodenós” (Grupo Pierrot Teen/ Cia. Pierrot Lunar), “Freddie Rock Star - The show must go on!” (Fábio Schmidt) e “A Obscena Senhora H - Paixão e obra de Hilda Hilst” (Luciana Veloso). Em todos eles, as autobiografias e as motivações de seus intérpretes para os projetos são acionadas como ponto de contato entre eles e o público espectador, convidado também a partilhar as afetações que o atravessam.

Nossa sociedade parece se marcar pela exaltação das pessoas, pela exposição pública de vidas privadas, pela espetacularização da intimidade ou extimidade, como cunhou Paula Sibilia (2016). Trata-se, ao que parece, de uma cultura midiática contemporânea que insiste na ênfase do autobiográfico, ainda que as noções de verdade e ficção precisem ser relativizadas. Se de um lado há uma proliferação das narrativas de si em diversas textualidades e dispositivos comunicacionais, perguntamos a quem é dado o direito de ser visível e se dizer? Quem tem visibilidade? A quem é dada a identidade, a letra, a voz, a cena?

Ao comunicarem experiências de vida e suas existências, seja por meio de produtos editoriais, artísticos ou de perfis em plataformas digitais, essas pessoas parecem garantir a si espaços de visibilidade, de legibilidade, colocando-se como parte do fenômeno da exposição pública e midiática de si. Tomando algumas premissas da pesquisa, temos possibilitado a observação e a produção de formas comunicacionais de expressão de si pelas lentes das textualidades (Leal, 2018), seja por meio de escritas de si, das narrativas e de outros textos

produzidos por pessoas pertencentes a essa sigla, composta por pessoas estigmatizadas, invisibilizadas, marginalizadas pelos construtos da cisheteronormatividade. Simas e Rufino (2018, p. 26-27) apontam que:

Nas bases desses conhecimentos a experiência ocupa lugar fundamental para a tessitura de nossas reflexões. Todos os seres adquiriram e continuam a adquirir sabedoria ao longo de diferentes rotas nutridas pela experiência. Partimos do pressuposto de que as experiências circuladas nas práticas são únicas, inesgotáveis e intransferíveis, enredam-se alinhavando uma complexa e diversificada trama de conhecimentos. (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 26-27)

Nesse sentido, articulando minhas experiências e saberes inter e transdisciplinares, parto do princípio de que a Comunicação, a Performance, a Literatura e o Teatro são ações relacionais e reflexivas, que se realizam na presença de outrem. O termo comunicação, segundo Martino (2001, p. 14), “refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências”, designando “um tipo de relação intencional exercida sobre outrem”. Compreendo, a partir de Alfonso Gumucio-Dagron (2018), a comunicação também como processo, cujo enfoque

propõe que as sociedades aprendam a conviver com a contradição e a “provocação” permanente que significa o diálogo na alteridade, e por isso afirma a possibilidade de coexistência de diferentes pontos de vista, de diferentes histórias individuais ou coletivas, para articular diferentes identidades com a condição de que nenhum dos dois perca nessa troca. (GUMUCIO-DAGRON, 2018, p. 213, tradução minha)⁶

⁶ No original: “[...] propone que las sociedades aprendan a convivir con la contradicción y la “provocación” permanente que significa dialogar en la alteridad, y por ello afirma la posibilidad de coexistencia de puntos de vista diferentes, de historias individuales o colectivas distintas, para articular distintas identidades con la condición de que ninguna resulte perdedora en ese intercambio”.

Por meio de Schechner (2003), sabe-se que a performance, seja artística, ritual ou cotidiana, é uma ação que se realiza na co-presença espaço-temporal entre performer e audiência, a partir de três encadeamentos verbais que representam ações e podem ser reunidos, separados ou combinados: ser/estar, fazer e mostrar (o que faz). Performances são feitas de comportamentos reapresentados/restaurados, por ações treinadas para serem executadas, praticadas e repetidas, ritualizadas. O corpo é o principal locus de expressividade humana, a partir da utilização de recursos corporais, vocais, emocionais e imaginativos de toda ordem, tornando-se princípio da comunicação: “Em nossas sociedades ocidentais, o corpo é, portanto, o signo do indivíduo, o lugar de sua diferença, de sua distinção”, diz Le Breton (2016, p. 10).

Essa noção possui forte diálogo com os estudos de Goffman (2005), especialmente aqueles dedicados aos fenômenos interativos que se produzem entre uma pessoa e seus circunstantes, no sentido de infundir uma influência sobre eles ou almejar algum efeito. “Performances afirmam identidades, curvam o tempo, remodelam e adornam corpos, contam histórias” (SCHECHNER, 2003, p. 27). A performance “designa um ato de comunicação como tal; refere-se a um momento tomado como presente, significa a presença concreta de participantes implicados nesse ato de maneira imediata”, pois os efeitos do ato performático afetam de alguma forma o espectador-ouvinte: “Comunicar [...] não consiste somente em fazer passar uma informação; é tentar mudar aquele a quem se dirige; receber uma comunicação é necessariamente sofrer uma transformação.” (ZUMTHOR, 2007, p. 50-52). Dessa forma, comunicação para mim é escuta e afetação, pois, como lembra Gumucio-Dagron (2018, p. 217, tradução minha), enquanto

comunicador “assumo um papel diferente, o de facilitador de processos de comunicação participativa e horizontal para a transformação social, nos quais apporto meus conhecimentos e técnicas em prol de decisões e ações coletivas, e coloco-os em diálogo com outros saberes e experiências”⁷.

Nessas espirais, fui compondo um espectro prismático que conjuga múltiplos fazeres, pensares e saberes, em múltiplas temporalidades e espacialidades, pois, segundo Simas e Rufino (2018, p. 29), “calçamos o entendimento acerca das produções de saber nas dimensões das experiências, considerando os elementos de mobilidade, imprevisibilidade e possibilidade, únicos e circunstanciais que fundamentam as produções de saber”.

RECONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui, num percurso espiralado que buscou retomar experiências e aspectos de minha trajetória profissional, acadêmica, de ensino, pesquisa e extensão, em que se organizam saberes, práticas e conhecimentos na perspectiva da encruzilhada (SIMAS E RUFINO, 2018; MARTINS, 2002). Para mim a confiança sobre o não-lugar (fixo) e com os inter, entre translugares (movediços) parecem demonstrar o quando a Comunicação é um campo esponjoso, poroso, capaz de receber e articular epistemes e métodos de distintas áreas, com as quais busquei elucidar e refletir, no meu caso, o Teatro, a Literatura e a Performance.

Como um camaleão mutante, inspirado por minha musa Rita Lee, e, um pouco diferente dela, no fundo nem sempre sozinho, seguindo o

⁷ “[...] asumo un papel diferente, el de un facilitador de procesos de comunicación participativa y horizontal para el cambio social, en los que apporto con mis conocimientos y técnicas en favor de decisiones y acciones colectivas, y los pongo en diálogo con otros conocimientos y experiencias.”

meu caminho, sinto prazer de ser quem sou e de estar onde estou. Sei que não estou só, ainda bem. Muitos de nós, além de pesquisadores, professores, servidores e discentes da Comunicação, o que não é pouca coisa, são também artistas, músicos, cineastas, escritores, instrumentistas, atores, performers, artistas plásticos, muitas vezes camuflados pelos currículos lattes. Agradeço minhas colegas e meus colegas do Departamento de Comunicação Social da UFMG que me acolheram e acolhem, que apoiaram e apoiam as propostas de pesquisa, ensino, extensão e produção técnica. Agradeço às e aos discentes que, junto comigo, embarcam em travessias repletas de novidades, de descobertas, de riscos e de frutíferas colheitas. É por vocês, sempre.

Finalmente, desejo que todas, todos e todes nós reconsideremos nossos saberes-fazer e nossos saberes-pensar, que possamos viver em harmonia com o que nos constitui, que tenhamos coragem e sabedoria para os desafios que se colocam cotidianamente, que as encruzilhadas iluminem nossos caminhos na confirmação da Comunicação Social como lugar de multiplicidade, de encontro com as diferenças, com os afetos que nos permeiam e nos concebem com o que somos, ou deveríamos ser, humanos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉA, Carlos d'. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA, 2020.
- BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não-atores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr. 2002.

- BORRILLO, Daniel. *Homofobia – história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Trad. Fiana Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2005.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- BUTLER, Judith. Um relato de si. In: *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015b, p. 11-56.
- CLOUGH, Patricia Ticineto. *The Affective Turn: Theorizing the Social*. Durham: Duke University Press, 2007.
- DEWEY, John. *Arte como experiência*. Organização [de] Jo Ann Boydston; editora de texto [de] Harriet Furst Simon; introdução [de] Abraham Kaplan; tradução [de] Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DIAS, Juarez Guimarães. Da criança que um dia fui para as crianças que ainda somos: um manifesto pela liberdade de ser. In: *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 3, n. 9, p. 320-340, 2020. Disponível em < <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10273>> Acesso em 25 abr 2022.
- DIAS, Juarez Guimarães. *Narrativas em cena: Aderbal Freire-Filho (Brasil) e João Brites (Portugal)*. Rio de Janeiro: Móbile Editorial/ FAPERJ, 2015.
- FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/ a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001, p. 39-60.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- GOFFMAN, Erwin. *Interaction ritual: essays in face-to-face behavior*. Transaction Publishers, 2005.
- GUMUCIO-DAGRON, Alfonso. El derecho a la comunicación: Articulador de los derechos humanos. *Razón Y Palabra*, 22, 207-233, 2018. Recuperado a partir de <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1151> Acceso en: 4 jan. 2023.
- KLINGER, Diana. A escrita de si como performance. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 12, 2008, p. 11-30.

- LEAL, Bruno. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto, ALZAMORA, Geane (Orgs.). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCOM/ UFMG, 2018, p. 17-34.
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo*. Trad. Fábio dos Santos Creder. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2016.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico - de Rousseau à internet*. Tradução [de] Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes; Organização [de] Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*. vol. 9, nº2. Florianópolis, jul./dez, 2001.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; PESSOA, Sônia Caldas. Apresentação. In: MORICEAU, Jean-Luc. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: Fafich/ Selo PPGCOM/ UFMG, 2020, p. 11-21.
- MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001, p. 27-38.
- MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, G.; ARBEX, M. (Orgs.) *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG: Poslit, 2002, p. 69-92. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Performance,%20ex%C3%ADlio,%20fronteiras%20-%20err%C3%A2ncias%20territoriais%20e%20textuais.pdf>> Acesso em 15 mar 2023.
- MORICEAU, Jean-Luc. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: Fafich/ Selo PPGCOM/ UFMG, 2020.
- MORICEAU, Jean-Luc e MENDONÇA, Carlos M. Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, Carlos M. Camargos; DUARTE, Eduardo e CARDOSO FILHO, Jorge (Orgs.). *Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016, p. 79-98.
- NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- PESSOA, Sônia Caldas. *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/ UFMG, 2018.
- PRECIADO, Paul B. Um apartamento em Urano - Crônicas da travessia. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

- RODRIGUES, Adriano Duarte. Comunicação e experiência. In: *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 1997. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-comunicacao-experiencia.pdf>> Acesso em 10 ago 2022.
- SABINO, Fernando. *O gato sou eu*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. In: PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-24.
- SANTOS, Vanessa dos. *Camaleões*. Disponível em <https://escolakids.uol.com.br/ciencias/camaleoes.htm> Acesso em 15 mar 2023.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 28, p. 19–54, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- SIBILIA, Paula. *O show do eu – a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- STOMMEL, Jesse. *Critical Digital Pedagogy: a Definition*. Hybrid Pedagogy. 17 nov 2014. Disponível em <<https://hybridpedagogy.org/critical-digital-pedagogy-definition/>> Acesso em 8 ago 2022.

6

UM TETO TODO NOSSO: UM ESPAÇO PARA A PESQUISA EM LESBIANIDADES¹

*Joana Ziller*²

*Dayane do Carmo Barretos*³

*Rafaela Vasconcelos Freitas*⁴

*Kellen do Carmo Xavier*⁵

*Leíner Hoki*⁶

*Maria Paula Monteiro*⁷

*Elis Rockenbach*⁸

*"Dedico esta obra a todas las mujeres ocultadas
por la historia cuyo sufrimiento
y triunfo han hecho posible
que yo pueda decir mi nombre en voz alta".*

Cheryl Clarke (1988)

¹ Agradecemos à Fapemig e ao CNPq pelo apoio nos projetos APQ-01686-22 e BPD-00336-22

² Joana Ziller é professora permanente do PPGCOM/UFMG. Fundou e coordena o GEL (Grupo de Estudos em Lesbianidades) e compõe o comitê coordenador da Formação Transversal em Gênero e Sexualidade: perspectivas queer/LGBTI, ambos na UFMG. joana.ziller@gmail.com.

³ Dayane do Carmo Barretos realiza residência pós-doutoral no PPGCOM/UFMG com bolsa CNPq em projeto financiado pela FAPEMIG. É doutora em Comunicação pela mesma instituição e integrante do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). dayanebarretos@gmail.com.

⁴ Rafaela Vasconcelos Freitas é pós-doutoranda (PNPD/CAPES) e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Além do GEL/UFMG integra também o Núcleo de Pesquisas em Sexualidades e Relações de Gênero (NUPSEX/UFRGS). esh.rafaela@gmail.com

⁵ Kellen Xavier é doutoranda no PPGCOM/UFMG, com pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de Financiamento 001. Integrante do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). kellencxavier@gmail.com

⁶ Leíner Hoki é mestre em Artes pela PPG-ARTES/UFMG. Integrante do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). leinerhoki@gmail.com

⁷ Maria Paula Monteiro Machado é graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisa junto ao Grupo de Estudos em Lesbianidades com bolsa de iniciação científica da CNPq.

⁸ Elis Rockenbach é graduanda em Artes Visuais pela Universidade federal de Minas Gerais e integrante do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). elisrockenbach1234@gmail.com

LEÍNER HOKI: INTRODUÇÃO

Tem uma música do Sapabonde, que já deve ter uns dez anos de vida, que começa assim: “na universidade me formei em sapatão...” É engraçado, porque, na medida da licença poética do funk proibidão, às vezes eu conto minha história na UFMG começando com essa letra. Porque meus temas de pesquisa como pintora, como escritora e como pesquisadora são meio que esse aí: lesbianidades.

Eu já me entendi como Sapatão Monotemática, apesar de compreender que, na verdade, o “pensamento lésbico” e sua crítica são uma lente através da qual encaro as coisas. Lente que me permite, muito mais do que construir um castelinho de certezas, questionar os papéis, tornar as possibilidades menos essencialistas, no mínimo. Também tem algo maravilhoso nessa lente: a questão das mulheres juntas. Não leia essa palavra “mulheres” como algo limitador, por gentileza. Assim como não leia desse jeito a palavra “lesbianidade”. Considere Monique Wittig (2022), Adrienne Rich (2019), Judith Butler (2003) e Jack Halberstam (2008).

Mas esse grupo diferente, esse grupo de Outros, representa um ponto de interesse importante para mim. As amizades entre mulheres, as expressões de gênero que não se limitam a hetero-cis-realidade, os inúmeros arranjos de parceria que vão além da configuração jurídica de família, os grupos de amigas que permanecem mesmo depois da infância. Tem alguma coisa aí, que me faz ficar olhando. E esse olhar acontece com um caderninho e um lápis 6B, ou um pincel sujo de nanquim. É um exercício de ateliê, um desenho de observação. Imbuída desse olho curioso, às vezes é importante mudar a luz, dar uma volta ao redor, traduzir no papel a outra face.

E, com minhas colegas do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL), me sinto pendurando os desenhos na parede, olhando os que fui capaz de fazer ao lado dos desenhos delas. Ou lendo os poemas em voz alta, ouvindo depois o que elas escreveram, pensando em conjunto. É um exercício circular, circulamos o objeto como no ateliê de desenho, escolhemos os pincéis e trabalhamos por horas. Vamos criando esse corpo de trabalho que é tanto nosso, pessoal, quanto coletivo. Onde é possível testar a hipótese, observar a dúvida, escrever sobre o incômodo, sobre as bordas do nosso objeto e sobre aquilo que escapa.

Eu comecei a frequentar o Grupo no início do mestrado. As questões que debatíamos eram, com frequência, ecoadas naquilo que eu estava pesquisando, aquilo que chamei de Poética das Lesbianidades: um levantamento das expressões artísticas de sapas-bis-lésbicas-*queer* ao longo da história. A dissertação se transformou em livro, *Tribades, Safistas, Sapatonas do mundo, uni-vos: investigações sobre a poética das lesbianidades*, que foi publicado em 2021, e que ficou entre os finalistas do Prêmio Jabuti de 2022. Olho para trás, para o trabalho de escrever e pesquisar, e o quanto é importante saber fazer isso um pouco junto. Como é importante isso de se agregar, porque é aí que acontece o testar das coisas, a soltura do pensamento para ver até onde ele corre.

Em *Um teto todo seu*, Virginia Woolf (2014) lê um conto, na ocasião de uma palestra na qual foi convidada a falar sobre Mulheres e Ficção. No conto, uma escritora inventada recebe o convite que Woolf havia recebido e começa a pensar sobre o que dizer. Ela caminha pelo campus da Universidade. Almoça com os homens acadêmicos, janta com as mulheres acadêmicas, vê suas diferenças. Bebericando em taças de cristal, ela pensa. Caminhando nos arredores do rio, ela pensa. Ela vê um peixe e descreve sua aparição rápida: um rabinho de pensamento,

do raciocínio que ela gostaria de apresentar. Escrevi um poema sobre isso, vou copiar o trecho aqui:

*Permitam que eu me sente
à beira do rio e pense*

*como Virgínia Woolf conta que fez
quando convidada a falar sobre o tema mulheres e ficção*

*Vou descrever o rio para vocês
juntas eu espero
vislumbrar o peixe*

*O rio é o lugar do pensamento
como no caso de Virgínia
mais ou menos como ela
o pensamento que, por vezes, toca a superfície da água
deixando antever
a cor de suas escamas*

No rio, o pensamento é uma aparição, que, ao descrever para vocês, sou capaz de capturar. Mas em 2018, meu primeiro ano de mestrado, escrevi um poema assim:

*Às vezes me bate
a súbita vontade
de arrancar todas as roupas
com uma tesourinha
cirúrgica porque
eu preciso
andar sobre quatro patas*

Um cavalo que sobe o rio

*para testar
a tração das pernas*

Aqui, o movimento é outro: mais teimoso, enérgico. Mas é um convite também. Ver o que acontece quando nos juntamos para subir o rio. Engraçado que a música do Sapabonde é meio assim, atravessante. Acho que o legal dela é a possibilidade do coletivo, as sapatonas juntas, rindo, fazendo uma graça. Som alto e todo mundo mandando dança no bailinho, três passinhos para esquerda, dois para a direita, meia volta e palma, palma.

MARIA PAULA MONTEIRO: JUSTIFICATIVA

Quando meu sonho de ingressar em uma Universidade Federal se concretizou, em janeiro de 2018, foi como se tivesse conquistado uma carta de liberdade. Eu, jovem, com 18 anos, já sabia que gostava de mulheres, mas isso não era público. Vinda de uma cidade conservadora, do interior, não sentia espaço para existir enquanto corpo dissidente da heteronormatividade.

Chegar à UFMG foi uma alforria. A oportunidade de encontrar outras pessoas como eu, de falar abertamente sobre isso, me posicionar enquanto uma mulher que, àquela época, se entendia como bissexual. A euforia logo deu lugar a uma angústia quando comecei a entender que, embora a Universidade fosse um espaço muito mais aberto do que minha cidade natal, minha família, meu colégio, ela ainda estava longe de ser o espaço de liberdade absoluta que eu sonhava, especialmente porque ingressei primeiramente no curso de Direito.

Não cheguei a ter aula com professores ou professoras negros, foram somente duas mulheres nos três semestres que estive por lá, e

nenhuma declaradamente LGBTQIA+, somente as que tratavam o assunto como foro íntimo, e não como ato político. Pouco se falava sobre diversidade sexual em sala de aula, até que encontrei um projeto de pesquisa e extensão chamado Diverso UFMG. Ali se iniciou meu primeiro contato com debates sobre sexualidade, gênero e feminismo, a partir do grupo de estudos semanal. Foi onde li e ouvi sobre teoria *queer* pela primeira vez, e que pude estar em uma sala de aula falando em um espaço seguro e acolhedor sobre minha sexualidade.

Minha passagem pelo curso de Direito chegou ao fim e consegui fazer reopção para Jornalismo, que era meu sonho desde criança. Mais uma vez, revisitei o sonho de poder estar em um espaço mais plural, já que o Direito, pelo senso comum, seria mesmo um local mais conservador e tradicionalista que a área da Comunicação. Entretanto, percebi ausências parecidas - embora falássemos um pouco mais sobre raça, identidade de gênero e sexualidade, ter corpos dissidentes lecionando ainda não era tão comum.

Ao longo do tempo, um outro recorte passou pela minha formação: tive alguns professores homens gays, mas não mulheres lésbicas ou bissexuais. Quando surgia em sala de aula a temática da sexualidade, as referências eram, em maioria, de filmes, séries e novelas com personagens homens gays.

A ausência também nos comunica. Onde estão as mulheres lésbicas e bissexuais do Jornalismo, como ciência e profissão? A invisibilidade protege de ataques lesbofóbicos, mas não deixa de ser uma violência. Historicamente, as experiências de homossexualidade praticada por mulheres foi invisibilizada, e isso pode ser entendido pelos estudos de Carvalho, Calderaro e Souza (2017), que explicam que a invisibilidade

lésbica provém de uma política de esquecimento por meio do patriarcado e da constante valorização de práticas masculinas.

Cursei um semestre de Jornalismo na modalidade presencial, e em seguida entramos na pandemia da Covid-19. Durante aquelas duas semanas de março de 2020, enquanto ainda estávamos na Fafich, estava matriculada na disciplina *Mídia e Sexualidade*, da professora Joana Ziller. Na primeira aula, ela já disse que era uma professora “abertamente sapatão”. Lembro de me ajeitar na cadeira, foi a primeira vez que ouvi isso na Universidade. Toda a bibliografia da disciplina, pela primeira vez, tinha autoras lésbicas e bissexuais. Estava muito empolgada para adentrar nos estudos da disciplina, mas logo veio a pandemia, e eu queria dar sequência na temática de forma presencial, com mais debates e trocas possíveis.

Os quatro semestres que vivemos no ensino remoto emergencial me distanciaram ainda mais das possibilidades de visualizar a presença de *entendidas* na universidade, nas pesquisas, nas aulas. Foi quando, em 2022, me candidatei para uma vaga de bolsista do Grupo de Estudos em Lesbianidades, coordenado pela Joana, e fui aceita para integrar uma pesquisa que levanta artigos acadêmicos já publicados que falam sobre lésbicas.

De fato, o GEL foi o único espaço que trouxe a possibilidade de me encontrar com outras estudantes e pesquisadoras lésbicas ou bissexuais (e mesmo heterossexuais discutindo as lesbianidades), em que foi possível falar sobre o tema sem qualquer tabu, em que nos debruçamos em pesquisar, a partir de estudos transversais, que envolvem jornalismo, publicidade, psicologia, artes e educação, a temática da lesbianidade.

Com a pesquisa, o primeiro passo foi um levantamento de todos os artigos já publicados, que estão na plataforma Periódicos, e que tenham o termo “lésbica”, mas não a palavra “gay”, de forma a filtrar apenas o que fale sobre as experiências femininas. Não nos surpreendeu quando notamos que a maioria dos artigos selecionados não tratam de lesbianidade de fato, apenas citam o termo *lésbica*.

A invisibilidade das experiências lésbicas é sentida desde os corredores das universidades e é refletida nas produções acadêmicas. Existimos pela ausência, e por isso o Grupo de Estudos em Lesbianidades é tão relevante. Pela primeira vez, nos dedicamos exclusivamente a estudar, pensar e produzir sobre nossas existências, em um movimento contra-corrente, além de proporcionar um ambiente acolhedor para nossas angústias vivenciadas no espaço universitário.

KELLEN XAVIER: ESTADO DA ARTE

Ser parte de um casal é um aspecto da experiência humana com o qual tenho pouca familiaridade. Simultaneamente, os relacionamentos afetivo-sexuais com homens foram durante muito tempo uma das constantes nos espaços de debate entre mulheres que encontrei.

Durante minha graduação em Comunicação Social, entre 2010 e 2015, os feminismos e os estudos de gênero e sexualidade não vieram até mim por meio da grade curricular universitária. Foi um convite para um grupo secreto no Facebook que me conduziu até um espaço onde mulheres que eu conhecia, e outras com as quais nunca havia falado, confessavam, sob a premissa de sigilo, as angústias promovidas pelas acusações de conservadorismo a que vivíamos sujeitas quando não

correspondíamos ao desejo sexual de nossos colegas de faculdade e as violências às quais éramos submetidas no convívio com vários deles.

O mesmo espaço que visibilizou pontos de contato em nossa experiência universitária como mulheres em um curso relativamente *progressista*, mas ainda muito machista, também o fez sobre o que nos diferenciava e, naquele momento, nos dividiu. Profissionais de Comunicação do sul do país, a denúncia do racismo dos produtos midiáticos que as empresas em que trabalhávamos punham em circulação promoveu a revelação do racismo e ignorância sobre debates raciais dentro do próprio grupo, o que provocou uma cisão e a criação de um novo grupo pelas universitárias negras dali.

Anos depois, durante o mestrado, ingressei em um projeto de extensão com o objetivo de discutir teoria feminista e tive meu primeiro contato com pesquisadoras de gênero. Professoras universitárias de instituições públicas e privadas, pesquisadoras das ciências sociais, mas também da saúde e de exatas - entre outras das quais talvez nem me recorde mais. Mulheres que se encontravam no meio de uma livraria no centro de uma cidade universitária de interior no coração do Rio Grande do Sul para comentar a atualidade de Angela Davis e discutir a necessidade de contextualizar e atualizar referenciais teóricos ancorados em Simone de Beauvoir.

Lá falávamos sobre os desafios de ter uma perspectiva de gênero integrada aos nossos problemas de pesquisa e de conquistarmos reconhecimento em nossos campos. Lá elaborávamos sobre a precariedade das condições de ser professora, pesquisadora, dona de casa, parceira e mãe. Não quero limitar nenhum dos grupos aos quais me refiro aqui aos temas dos quais me recorde agora, mas são estas

algumas das experiências que me marcaram a ponto de virem à memória nesse momento.

Entre as queixas freqüentemente partilhadas estavam aquelas sobre as críticas ao nosso viés feminista como pesquisadoras e as disparidades na responsabilização pelo doméstico e pela parentalidade nos casais. Lembro de embates teóricos, mas muito mais das dores partilhadas. Em ambientes acadêmicos em que éramos constantemente confrontadas e deslegitimadas por pares, lá somávamos nossas vozes, nos complementávamos. Ecoávamos-nos mais do que discordávamos.

Foi ao ingressar no GEL que adentrei em um novo ambiente. Um espaço em que nem a violência, nem a presunção de um comum estavam no centro dos encontros. Não porque as existências de nossas integrantes estejam isentas de violências lesbofóbicas e misóginas – interseccionadas também com violências racistas, xenofóbicas, etaristas, de classe e afins. Não porque o desejo e o relacionar-se com mulheres afetiva e sexualmente não seja um ponto comum entre a maioria das outras integrantes. Os risos e acenos de cumplicidade partilhados acalentam, mas foi o ambiente acolhedor de troca de experiências, embate teórico e de ideias que o grupo me propicia, como mulher que se relaciona com homens, que mais me ensinou sobre como a heteronormatividade estigmatiza, hierarquiza e fere sujeitos, e como vem ferindo especificamente a mim.

Pertencemos a este grupo interdisciplinar como pessoas de campos e níveis de escolaridade variados, oriundas de instituições de ensino e espaços geográficos diversos. Compartilhamos anedotas ambientadas em diferentes tempos e espaços, estranhamos e nos apropriamos de vocabulários, gírias e sotaques. É a diversidade entre as performances de gênero e sexualidade e as interseccionalidades que nos

atravessam que nos orientam. É a combinação única de marcadores identitários, experiências e conhecimentos que cada uma mobiliza a cada nova leitura debatida em grupo. E foi nesse grupo, que produz conhecimento a partir da experiência de desejar e de se relacionar afetiva e sexualmente com outras mulheres, em que mais me senti impelida a refletir sobre minha experiência com a heterossexualidade.

ELIS ROCKENBACH: METODOLOGIA

Mudamos de casas, escolas, cidades, vizinhanças, trabalhos, ciclos sociais, estados, países, mudamos, e vamos mudando. Eu me mudei de estado. Saí cedo de casa. E logo adentrei esse espaço de formação acadêmica com olhos brilhantes e ávidos.

Nesse espaço de tantas trocas e vivências, fui passando por entre pesquisas, livros, desembocando na cidade, suas praças, seus centros culturais, pelos típicos bares belorizontinos. Eu ocupo esses espaços como Sapatão, e é uma experiência. Prezo muito por estar em companhia de outras, outras sapas, outras mulheres, outres. E nós, juntas ali, compartilhando esses espaços, são coisas que me contam sobre a segurança de estarmos. Como nos fortalecemos enquanto corpo social.

Assim, quando peguei um livro - uma dissertação (Tribades, Safistas, Sapatonas do mundo, uni-vos!, da Leíner Hoki), na biblioteca do meu curso, na Belas Artes, e vi um mergulho de uma outra mulher neste universo - meu, dela, nosso, nossos; escrito, pesquisado, sentido, publicado, me arrepiou.

Me arrepia ver que estamos aqui.

Quando não mais que por acaso, uma atenta e cara amiga me encaminhou uma possibilidade de pesquisa, num grupo de estudo em Lesbianidades, mais que depressa corri para redigir um pomposo e-mail, oferecendo uma participação voluntária, apenas para ter a chance de conhecer mais desse grupo, saber mais sobre quem somos, onde estamos, o que estamos produzindo, como elaboramos nossos dados, como tecemos nossas redes, como produzimos nós mesmas nossos próprios discursos.

Essa é uma chave para vivências, para desenvolver um acolhimento e também um pensar crítico, uma construção coletiva, os diálogos. Sexta-feira é um dia de encontros, porque em reunião compartilhamos, entre faces, reflexões e pensamentos, as vontades, percepções e risos. Esperança aqui é verbo, e vamos chegando e trocando, nesse grupo que além de pesquisa, é abrigo.

Aqui, a interdisciplinaridade vai ganhando densidade e corpo em cada nova ramificação do que vamos conversando, e cada uma com sua vivência, área de atuação, e interlocução destas, resulta neste fazer, neste grupo que não para, que vai crescendo, que vai produzindo, se questionando e se acolhendo ao longo do caminho. E assim, me sinto mais perto de poder experimentar as coisas em sua integralidade, e isso para mim é indispensável.

DAYANE BARRETOS: ANÁLISE DA MATERIALIDADE

Adentrar os espaços como uma mulher lésbica.

Parece óbvio que, ao me entender enquanto uma mulher lésbica, esse traço tão importante do que entendo como identidade passe a compor toda a minha experiência social, mas, assim como outras

características minhas, como meu corpo e minha origem, minha lesbianidade se conjuga com os espaços em que adentro. Não é todo lugar que ocupo que eu permito que ela venha à tona, em alguns momentos ela se escancara, às vezes deixo uma fresta, outras prendo ela de volta no armário. É uma espécie de tática de segurança: escaneio os espaços em busca dos sinais de que estou segura enquanto mulher e enquanto lésbica, muitas vezes não me sinto segura o suficiente nem como lésbica, nem como mulher, mas esse segundo é mais difícil de prender no armário. Sedgwick (2007) aborda essa questão em *Epistemologias do armário*, em que a autora aponta como saímos do armário constantemente ao longo da vida, como ele é uma presença formadora da vida de pessoas homossexuais.

Pertencer é um bom verbo para falar isso. Pertencemos (ou não pertencemos) a lugares e a grupos e nem sempre pertencer é uma escolha nossa. De forma paradoxal, ao nos definirmos enquanto pertencentes a um grupo, a consequência pode ser “despertencer” a determinados lugares onde não somos aceitas, mesmo que implicitamente, ou dos quais somos expulsas explicitamente (como do conceito estreito de família da Constituição). A Universidade então torna-se um espaço em que podemos pertencer, nos dois âmbitos.

Lembro do momento em que cheguei na Universidade Federal de Ouro Preto, onde me formei na graduação. Com 18 anos e recém expulsa do armário depois que minha mãe viu mensagens no meu celular, a sensação ao entrar no prédio era de liberdade. Essa liberdade se reveste de formas muito diversas: a liberdade para trocar mensagens carinhosas pelo celular, beijar e namorar outras mulheres por morar sozinha em uma cidade longe da minha família, a liberdade de me assumir como lésbica e me sentir segura com isso, a liberdade de pensar questões sobre gênero e

sexualidade nas disciplinas, nos grupos de pesquisa. Assim, a minha lesbianidade usava dessas frestas para se esticar para fora, mas também para se constituir como identidade, me compor.

A identidade a que me refiro aqui, se relaciona muito com o que propõe Hall:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13)

Desse modo, a minha identidade se constituiu também a partir dessa multiplicidade de possibilidades que foram abertas quando entrei na Universidade e me deparei com um mundo todo novo. O que me faz perceber que a identidade precisa da liberdade para se constituir e para ser exercida.

Participei de inúmeros debates sobre gênero, em espaços que buscavam pensar a mulher e suas emergências e romper com idealizações e essencializações do que é ser mulher, depois aos poucos fui encontrando as discussões sobre sexualidade, dos textos acadêmicos às rodas de conversa, passando pelas palestras e pelas conversas no bar depois da aula. Tais questões me atravessavam, eram parte do meu ser e estar no mundo e, agora, tornavam-se parte do meu desejo de entender mais, de pesquisar.

Quando entrei no doutorado me apresentaram com uma orientadora lésbica, a mesma mulher que havia sido a minha única professora lésbica durante a graduação. Coincidentemente, na mesma época em que cheguei na UFMG ela criava o Grupo de Estudos em

Lesbianidades. Lembro com carinho da conversa em que ela me convidou para frequentar o grupo e do dia em que cheguei toda tímida para a primeira reunião. Foi a primeira vez em que eu me deparava com as lesbianidades sendo pesquisadas academicamente dessa forma, não como parte (e uma parte bem pequena) do debate LGBTQIA+ ou uma menção corrida nas reflexões sobre gênero, mas de forma central, com suas nuances, particularidades, com os problemas que a ideia de uma identidade lésbica fixa e estável acarreta. Todas as semanas investigamos as lesbianidades, escancaramos um pouco de nós, acolhemos as questões umas das outras, questionamos coisas que são fundantes da nossa própria identidade. Por vezes levo coisas do grupo para a terapia, muitas vezes elas se transformam em artigos.

O GEL amarrou as coisas de uma forma que eu não sabia que era possível, explico: eu entendia mais minha lesbianidade na medida em que ocupava os espaços da universidade como mulher lésbica, mas era a primeira vez que a universidade me propiciava o ambiente para que eu pudesse pesquisar sobre lesbianidades. Surgiu daí uma relação simbiótica, um pertencer-pertencer.

RAFAELA VASCONCELOS: RESULTADOS

Era verão no final da primeira década dos anos 2000 e eu, aluna da graduação em psicologia na Fafich/UFMG. Seguimos após o fim do turno das aulas para a tão aguardada *calourada da Belas Artes* - umas das muitas que aconteciam no campus Pampulha, uma das poucas que recebiam bem toda uma variedade de estudantes e visitantes que, possivelmente, seriam alvo de hostilidades em outras festas mais *tradicionais* por ali. Estava acompanhada daquela que seria minha primeira namorada, aquela do

primeiro beijo em uma mulher, que fez meus joelhos tremerem mais do que qualquer menino tinha feito, e pela qual me apaixonei imediatamente. Entre cervejas meio quentes e quase nenhum contato físico - em público - felizes encontramos outros semelhantes. Entre filas para o banheiro e trocas de cigarros, em algum momento ouvi de um rapaz do grupo: “Aihnn você é ótima, não é daquelas sapatonas agressivas”. Com minha pouquíssima vivência na lesbianidade, ainda procurando sentido para todas essas mudanças e nomeações, aceitei com gosto o comentário. Deveria estar fazendo alguma coisa certa, também não queria ser uma “daquelas”. Quem seriam elas?

Na minha história, a universidade foi um palco amplo de expansão dos amores, território de conquista dos desejos por corpos gordos, com diferentes dimensões e contornos, como o meu. Corpos e sujeitas por inteiro, em suas misturas e quebras de expectativas de gêneros, em padronagens que, em espaços cisheteronormativos, são tomadas exclusivamente como defeito, campo de intervenção ou aversão. E essa constatação não é uma afirmação de sociabilidades idealizadas e folclóricas isentas de gordofobia e normatizações, pois esses mecanismos estão ali⁹. Mas sim o testemunho e o registro de sentimentos que disputam o campo da existência entre lesbianidades, que se fazem visíveis e assim contaminam um campo de possibilidades.

Vivenciávamos os efeitos do Programa Nacional Brasil sem Homofobia, com novos Núcleos de Pesquisa com temáticas LGBTQIA+¹⁰,

⁹ As publicações com análises das pesquisas realizadas pelo GEL indicam como, em vídeos que circulam em diferentes redes sociais, a performance da feminilidade, em especial branca, jovem e magra é mais desejável, vendável, compartilhável enquanto o desvio de alguns desses marcadores pode aumentar a exposição a violências diversas.

¹⁰ Naqueles anos a sigla de ampla circulação entre movimentos sociais e academia era essa, aqui somente acrescida do sinal “+” para indicar todas as outras posições de sujeitas possíveis, que foram incorporadas posteriormente.

financiamento de pesquisas sobre esses e outros temas urgentes e alunes com essas vivências (públicas e privadas) se organizando em grupos universitários¹¹ para denunciar e exigir mudanças nas dinâmicas homofóbicas, sexistas e racistas que informam práticas e teorias na comunidade acadêmica como um todo. Alguma atenção a esses espaços de resistência, constituído por muitos gêneros e orientações sexuais, mas protagonizados muitas vezes por homens gays e mulheres hétero, revelaria uma mescla entre a exaltação das divas (magras, ricas, e que compartilham certo glamour interdito para as masculinidades mais normativas), com anedotas que remetiam ao nojo de vaginas e vulvas, ou mesmo certa exaltação fálica que super-representava a dissidência sexual.

O campus era território múltiplo, fértil de inspirações e permitia o convívio de diferentes experiências das mulheridades. All stars, óculos e camisas xadrez, compartilhavam corredores com luxuosas botas de couro, sandálias rasteiras, saltos altos e uma ampla variedade de cortes de cabelos e interesses profissionais. As lesbianidades estavam ali, pra quem sabia olhar e escutar: nas ruidosas (rebuce)teias de relacionamentos, na personificação das Shanes¹², nos armários quebrados ao longo do período de formação. Mas o que certamente estava presente nas vivências, ainda pouco se materializava nos conteúdos. Espaços e teorias que se nomeavam LGBT ou pela diversidade, majoritariamente explicavam conceitos como armário, homofobia, subalternidade ou lutas políticas, a partir das

¹¹ Na UFMG integrei o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual - GUDDS!, assim como ajudei a fundar sua Articulação Feminista - AFGUDDS e uma Rede Mineira de Diversidade Sexual - RUDS!

¹² Em referência à personagem Shane do seriado "The L Word" que foi pioneiro na centralidade das representações das sociabilidades lésbicas, e que inspirou estéticas e comportamentos de muitas mulheres lésbicas em determinado período de grande sucesso.

homossexualidades entre homens, enquanto muitos feminismos ainda tratavam as lesbianidades como tópicos especiais apresentando de forma superficial não mais que alguns textos clássicos de Monique Wittig (2022) ou Adrienne Rich (2019).

Eu também demorei a me dar conta dessa dinâmica. Durante muito tempo meu interesse pelas masculinidades não-autorizadas, aquelas que denunciam os efeitos performativos do gênero (BUTLER, 2003), que habitam corpos que não carregam suposta natureza ou essência que autorizaria seus exercícios (HALBERSTAM, 2008), me levaram às transmasculinidades. Encontrei Paul Preciado (2008) e as narrativas cheias de excitação nas experimentações com a T (testosterona), e apesar de despertar em mim maior atenção aos corpos que constroem essas sensações com doses mínimas da substância, como nós, sapatonas e afins, não foi nessas vivências que me debrucei nas pesquisas “oficiais”. Não era uma obrigação, mas porque não se fez como possibilidade e escolha?

Faço esses destaques em um caminho que ainda se faz por vias universitárias para indicar como nossas vivências disputam um lugar de reconhecimento e legitimidade, mesmo entre espaços de resistência acadêmica. Não parece lógico e sequencial que se atentem às nossas questões, é preciso cotidianamente lembrar das ausências, da insuficiência da existência sem registro e reflexão sobre ela. O GEL é parte do caminho de superação das lesbianidades como pé de página, do parágrafo adendo aos grandes debates. É espaço para pensar nas sapatonas raivosas (e aquelas que carregam todas as outras afeições possíveis), para criar comunidades de excelência intelectual, de politização do cotidiano e sociabilidades deliciosas.

JOANA ZILLER: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que me tornei docente da UFMG, em 2012, brinco que sou a única professora sapatão da Universidade. Conheço várias outras lésbicas que lecionam aqui, mas todas mantêm, em maior ou menor grau, alguma discrição em relação à sua orientação sexual. A brincadeira, então, diz respeito a sair do armário nas diversas instâncias que a profissão nos demanda: na sala de aula, na pesquisa, na extensão.

É um alívio me livrar, ainda que temporariamente, do cálculo implicado na escolha constante de se manter ou sair do armário (SEGDWICK, 2007). Ainda assim, levou tempo para que a saída do armário, já praticada cotidianamente e na sala de aula, se convertesse também em pesquisa e extensão. Mesmo convivendo com pesquisadores da temática gay e frequentando o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG), sair do armário academicamente talvez tenha sido tão difícil quanto o *outing* familiar e entre amigos.

Imagino que esse seja um dos elementos envolvidos no fato de termos uma produção acadêmica tão baixa sobre as lesbianidades (ZILLER *et al.*, 2023). Mas há outros. O GEL, que fundei em 2018, já recebeu vários pareceres dizendo que o tema em discussão não é assim tão relevante. Eles sempre me lembram o Paulo B.

Paulo Bernardo Vaz foi meu professor na graduação em Comunicação na UFMG, único assumidamente gay naquela época. Foi vendo o Paulo B. que percebi que era possível ser abertamente *entendida* (termo que se usava para denominar as lésbicas na década de 1990) e viver bem. Em alguma medida, abrir o GEL para as estudantes de diversas áreas e níveis de formação, de outros estados e universidades, é enfrentar os pareceres que nos dizem menos importantes e convidar a viver bem com a

lesbianidade, produzir conhecimento que nos ajude a entender as hierarquias com as quais convivemos cotidianamente, ao mesmo tempo em que percebemos que “a invisibilidade é um desastre inatural” (YAMADA, 1988, p.47) e fazemos de pontes as nossas costas¹³ - pontes entre o apagamento e o registro, entre a vivência cotidiana e a pesquisa.

O GEL não teria sobrevivido aos anos de governo de extrema direita, em que não houve financiamento das nossas pesquisas, se não fosse o engajamento, quase sempre voluntário, das graduandas, mestrandas e mestres, doutorandas, doutoras e pós-doutorandas que também querem produzir conhecimento sobre as hierarquias relacionadas ao gênero e à sexualidade sob perspectiva *queer*, interseccional e decolonial. Por outro lado, o Grupo, que começou como subgrupo do Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermediáticas (NucCon/UFMG), nem teria se iniciado sem a acolhida estrutural da UFMG.

De minha parte, espero que o investimento em pesquisa, extensão e formação possa multiplicar as professoras abertamente lésbicas atuando em universidades, mas também nos ajude, a todas nós, a entendermos e vivermos melhor com as discriminações que enfrentamos cotidianamente. A sairmos do escurinho do armário para as enfrentarmos. E isso é mais fácil quando temos um teto todo nosso, um espaço de acolhimento que nos permita, fortalecidas e entendidas das hierarquias todas, seguir juntas enfrentando os *nãos*.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

¹³ Referência ao livro *Esta Puente, Mi Espalda* (1988)

- CARVALHO, Cintia Souza; CALDERARO, Fernanda; SOUZA, Solange Jobin E. O dispositivo "Saúde de Mulheres Lésbicas": (in)visibilidade e Direitos. **Psicologia Política**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 111-127, jan./abr. 2017
- CLARKE, Cheryl. El lesbianismo: um acto de resistencia. In: MORAGA, Cherríe & CASTILLO, Ana (org). **Esta puente, mi espalda**: voces de mujeres terdermundistas en los Estados Unidos. São Francisco: Ism Press, 1988. P. 99-108.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.
- HALBERSTAM, Judith; SÁEZ, Javier. **Masculinidad femenina**. Barcelona: Egales, 2008.
- MORAGA, Cherríe & CASTILLO, Ana (org). **Esta puente, mi espalda**: voces de mujeres terdermundistas en los Estados Unidos. São Francisco: Ism Press, 1988.
- PRECIADO, Paul. Testo Junkie. The feminist press, 2008.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (1980). In: _____. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. A Bolha Editora: Rio de Janeiro, 2019. P. 25-108.
- SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007, p. 19-54.
- YAMADA, Mitsuye. La invisibilidad es un desastre innatural. In: MORAGA, Cherríe & CASTILLO, Ana (org). **Esta puente, mi espalda**: voces de mujeres terdermundistas en los Estados Unidos. São Francisco: Ism Press, 1988. P. 47-53.
- WITTIG, Monique (1980). **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Editora Tordesilhas, 2014.
- ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane C.; XAVIER, Kellen C.; OLIVEIRA, Lettícia G. C. Cartografia de dissidências: temáticas LGBT nos periódicos brasileiros de Comunicação. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/cartografia-de-dissidencias-tematicas-lgbt-nos-periodicos-brasileiros-de-comunic?lang=pt-br>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

7

MULHERES EM CONTEXTOS DE RURALIDADES EM MEIO AOS AFETOS: O RECRIAR DA EXPERIÊNCIA EM UMA COMUNICAÇÃO QUE SE RE(DES)FAZ ACADÊMICA

*Amábile Tólio Boessio*¹

UM ENCONTRO INESPERADO ME AFETOU!

Ao me deslocar, em viagem, para a Zona da Mata em Minas Gerais, onde realizei o mestrado, quando paro em um posto de gasolina para ir ao banheiro. A chuva era intensa, havia desmoronamentos ao longo da estrada, algumas partes já interditadas e o primeiro lugar possível, foi onde parei. Quando estava lavando as mãos, percebi que alguém passou atrás de mim, mas não reparei. Enquanto esperava minha amiga sair, uma mulher saiu e se aproximou da pia, ao lavar as mãos, virou para trás, olhou pra mim fixamente e perguntou: Qual a banda preferida?

Eu, sem entender muito bem, fiquei sem saber o que responder. Ela voltou a perguntar: Qual a sua banda preferida? Eis que a única palavra que me vinha à mente era “Calypso”. Respondi mentalmente que essa não era minha banda preferida e pensei que talvez eu nem tivesse uma banda preferida. Quando ela repetiu pela terceira vez a pergunta, eu lembrei que estava ouvindo Mayra Andrade, na *playlist* do aplicativo de músicas e então respondi o nome da cantora. Com a minha resposta a mulher desandou a falar muitas coisas, dentre elas se apresentou e disse seu nome, Amaranta. O mesmo nome da personagem de uma das

¹ Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, amabiletoessio@outlook.com

principais obras da literatura latino-americana do escritor colombiano Gabriel García Márquez, Cem anos de solidão.

Naquele momento me recordei do e-mail recente que havia recebido de Sônia Pessoa, com o convite para a escrita deste artigo. Lembrei que esse livro estava na lista de leitura já há pelo menos cinco anos e que por algum motivo desconhecido eu fugia dele. Ao entrar no carro, mesmo em férias, abri meu e-mail pelo celular e me deparei com um e-mail, justamente da Sônia, com o detalhamento dos capítulos do livro. E nesse momento percebi que as mulheres que teceram o texto-experiência de minha tese de doutorado estavam falando comigo. Essas mulheres que aqui menciono, me abriram um mundo de possibilidades de rever narrativas no momento de nossos encontros. Reli minha trajetória e pude conhecer um pouco mais das narrativas de mulheres que vieram antes de mim, dentro da ancestralidade biológica da qual venho.

As similaridades eram/são muitas e quando Amaranta me interpela, a narrativa de Gabriel me atravessa e me transporta para um reencontro com o conjunto de oralidades, partilhadas pelas mulheres, para os encontros e desencontros que me afetaram a ponto de provocarem o movimento do feito do texto que recria a trajetória com elas e se torna um “texto final” de doutoramento.

Tá! Isso tudo mencionado, quero explicar o que tem a ver “Calypso” com Amaranta e com a tese. Talvez Amaranta, em meio à obra de Gabriel, já possa, em alguma medida, ter sido percebida a conexão com minha experiência recriada (o texto da tese), mas a banda que me veio à mente ainda está deslocada dessa conversa.

Eis que retornei ao carro e à viagem. Muita chuva, tomando chimarrão (bebida típica do sul do Brasil) e ouvindo a mesma *playlist* de

músicas que ouvia antes da parada. A lista é a rádio da artista que citei para Amaranta, Mayra Andrade, cantora cabo-verdiana que canta músicas latinas, inclusive indico muito o deleite que sua arte provoca e promove, e é importante dizer que a rádio da artista contém músicas de outros/as artistas adicionados pela dona da lista. Pois bem, uma música que eu não conhecia começou e me provocou sensações corporais, me senti movida e emotiva; olhei para o visor do som do carro para ver que música era aquela, o nome da música era Abatina e, em choque li, o nome da cantora, Calypso Rose.

Não era coincidência, Carl Gustav Jung, fundador da psicologia profunda, sussurrava no meu ouvido “isso é uma sincronicidade perfeita”. Calypso Rose, embora atualmente resida em Nova York, nasceu e cresceu na ilha de Tobago, pertencente à República de Trindade e Tobago, país caribenho que faz fronteira marítima com Barbados a nordeste, Granada e Venezuela. A cantora foi registrada Linda McCartha Monica Sandy-Lewis, mas seu nome artístico faz referência ao estilo musical. É uma artista muito importante em seu local de origem, promove visibilidade de sua cultura a partir do ritmo o qual carrega o próprio nome, além de ser um nome importante na luta feminista no meio em que atua.

Buscando conhecer Calypso Rose e lembrando de Amaranta que me interpela em plena viagem, juntamente com minhas memórias de Amaranta de Gabriel Garcia Marques, emergem meus encontros afetivos com minha avó materna, avó essa que está presente em cada uma das mulheres que a pesquisa me oportunizou conhecer. Não só minha avó, mas as mulheres de minha família, essas mulheres que, na construção de sujeito que me fez, constituem um grande tanto do que me tornei. E no (re) fazer do que somos, nos encontros com outras, sou

novamente atravessada pelas mulheres rurais, que desde o primeiro encontro, contam sobre nós, mulheres, mais do que eu poderia refletir sem que o encontro fosse possível.

Cem anos de solidão fala das gerações, dos acontecimentos políticos, sociais e simbólicos que atravessam as narrativas das diversas gerações. Lembro que Amaranta, que conheci na viagem, em nosso encontro mencionou de seus filhos, um deles autista – fato que me atravessa, pois recentemente tive a confirmação de meu laudo – e foi me contando de sua proximidade com a personagem do livro, que, segundo ela, era para além do nome. Era sobre o sofrimento, sobre o ficar sozinha, o que me desloca para as narrativas das mulheres com quem construí a tese. Era como se elas falassem comigo. E aí talvez o querer desse texto, seja o meu encontro com as mulheres, com todas essas mulheres, os afetos mobilizados nos encontros com elas, com as narrativas delas.

Poderia ter iniciado esse texto de uma maneira que introduzisse convencionalmente o assunto. Deveria talvez, mas como tenho um compromisso com a partilha do que me afeta e constrói o fazer do texto, não tenho outra escolha senão ser fiel no processo de recriar a experiência de como os encontros que compõem a pesquisa se dão.

(DES)ENCONTRO E (DES)ENCAIXE: OS AFETOS E A MULTIPLICIDADE DO FAZER CIENTÍFICO

Toda essa cena que descrevi, me atravessou enquanto eu pensava sobre esse capítulo. Ao mesmo tempo em que a narrativa de Garcia Marques dialogava com todo o conjunto de informações advindas do gênero musical que eu desconhecia, mas que fez meu corpo despertar

memórias, me trazia, a todo instante, a presença daquelas mulheres que tanto me ensinaram, que tanto me afetaram.

Meu encontro com essas mulheres, que construíram, comigo, minha pesquisa de doutorado, se assemelha a esse conjunto de sincronicidades e afetações que aqui compartilhei. As conheci quando tive a oportunidade de conduzir uma Oficina para um grupo de 44 mulheres que estavam participando do I ENFOC MULHER, realizado no estado do Rio Grande do Sul. Esse grupo era formado por lideranças das Comissões de Mulheres de cada Regional estadual da FETAG/RS.

Aquele encontro, lembro como se fosse hoje, assim como sei, por meio de relatos, que muitas delas também, movimentou meus saberes e em especial os não saberes sabidos de uma acadêmica. Desde que conheci Paulo Freire tenho grande apreço por suas provocações pedagógicas e, também filosóficas. Com ele pude refletir sobre o peso indevido da palavra do colonizador, e que a academia, em especial, no meu caso, como uma pesquisadora (de)formada pela e na Extensão Rural, precisa repensar a ideia da extensão ampliando sua atuação para uma perspectiva da comunicação, do diálogo e não de uma ideia de levar conhecimento para aqueles que supomos não saberem.

“O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. E é o pensamos que estabelece o “penso”, e não o contrário” (FREIRE, 2002, p. 87). É justamente nesse processo conjunto, na coparticipação dos sujeitos no agir pensante que, de acordo com Paulo Freire, só é possível na comunicação.

A oficina era em roda, olhando no olho, pedindo partilhas, histórias, narrativas. Propunha ciclicidade e muita dialogicidade. A proposta era pensarmos nossos corpos cíclicos, nossos corpos natureza.

E essas mulheres, com seus corpos territórios invadidos pelo patriarcado, pelo monocultivo, pelos agrotóxicos, pelas toxicidades cotidianas de uma sociedade adoecida pelo poder e pelo ocupar, pelo (des) territorializar sujeitos e devastar culturas, biomas, modos de existires e teceres mundos.

Ao longo da trajetória que percorri com essas mulheres, ouvi elas falarem de si mesmas em diversos momentos e espaços. Em espaços públicos, nos eventos com outras mulheres, em momentos mais íntimos com algumas, seja dividindo a casa, refeições, quarto, passeios, indignações e prosas com muito chimarrão. Um desses momentos foi gravado e conduzido por mim, o que chamamos de entrevista, que nesse caso foi mais aberta e dialogável possível, isso foi feito com cinco mulheres. Reuni em minhas anotações de campo, em minha memória e em sensações do meu corpo esses tantos encontros que em cada oportunidade mostravam um pouco mais dessas mulheres – não só cinco, mas incontáveis mulheres – aos poucos cada uma descortinou algo de si, seja em palavras ditas, palavras escritas, gestos e até mesmo nos não gestos e nos silêncios.

Na presença das narrações de si, as mulheres oportunizaram profundidade em relatos de suas histórias de vida, que a cada capítulo sentia um pedido de escrita detalhada, de partilha fiel e menos analisada e sim refletida e com os momentos recriados na minha narrativa, tal qual as provocações já descritas, e que ainda serão aprofundadas, sobre esse fazer comunicacional da pesquisa em meio aos afetos.

Observo que ao desenvolver da pesquisa que resultou na composição da tese, o texto exposto à qualificação demonstrou o meu desconforto na crise que se anunciava no meu processo de (des) formação. E além de todo o embasamento teórico que forjam o texto,

lembro quando tive a oportunidade de conhecer o professor Renato Dagnino que é professor na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) nas áreas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e de Política Científica e Tecnológica. Me recorro de Dagnino, pois a partir de seus últimos livros *Ciência e Tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*; *Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico*; *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade* e *Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia* aborda uma crítica entre a separação entre ciência e tecnologia, fazendo reflexões profundas sobre a forma deformativa que os cursos de engenharia, área de deformação (como ele costuma dizer) dele, mas como em tantas outras áreas no universo acadêmico. Ele trabalha com a ideia de uma *Tecnociência Solidária* e costuma dizer que precisamos tornar vermelhos tanto os corações como as mentes de quem ainda os têm cinzas.

Nessa multiplicidade de possibilidades de pensar o fazer científico a partir de lugares outros que não só em uma perspectiva única, me recorro da professora Gisele Martins Guimarães perguntando na banca de qualificação: “Quem a Amábile quer ser?”, com isso tensionando que o texto se organizaria quando eu tivesse essa direção. Gisele é professora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFSM e tem formação multidisciplinar, além disso também é cantora, intérprete e compositora.

Então retomo ao encontro com as mulheres, que provocou um desencaixe, que talvez tenha sido estrelado nessa cena, mas que imagino já estar em ensaios inconscientes anteriores. Tanto que, meses antes desse grande encontro inicial, eu havia protagonizado um momento de colapso psíquico? Intelectual? Não sei, mas ao me defrontar com tantas

teorias que desmontavam o mundo ilusório o qual dava sustentação para minhas escolhas de vida até então, o próprio corpo pediu trégua. E ao iniciar um processo de possibilidade de digestão dessa quantidade de informação que chegava por meio de todas as experiências, percebo que fui sendo deslocada das certezas enraizadas por esse modo de vida pautado em uma ideia de verdade primeira e universal. Penso que a pergunta da Gisele foi uma espécie de interpelação, como nos diz Butler, onde em um imenso estalo passei a me perceber sujeita sujeitada.

Mantovani, Pessoa e Boaventura (2019, p. 78), a partir de Martino e Marques (2018), compartilham que acreditam que quando os afetos entram em cena numa pesquisa científica, tem-se o início de movimentos interessantes. Ao mesmo tempo em que eles revelam as limitações do pesquisador e seus métodos de trabalho, apontam também para a complexidade e a riqueza da empiria. Isso porque, ao privilegiar os afetos, cria-se a necessidade de conferir aos atores pesquisados autonomia e liberdade para atuar de forma ativa na criação de sua representação. Em Performances acadêmicas e experiência estética: um lugar ao sensível na construção do sentido, Moriceau e Paes (2014, p. 1) ao relatarem que, muito embora concordemos que se produzem representações por meio da pesquisa acadêmica, “compreendesse ao mesmo tempo, que a representação distancia da experiência”, e mais que isso, “paralisa as dinâmicas, fixa os lugares – as posições, impõe uma perspectiva ou uma narrativa e atribui o papel central ao seu autor”. Eu, autora, pesquisadora, no “lugar de quem sabe” carregada de minhas representações dito, a partir de minhas análises, as interpretações que julgo serem as adequadas e passo a comunicar a partir dessa condição de veracidade.

Moriceau e Paes (2014, p. 1) questionam, o que, eu e você possivelmente já estejamos nos indagando desde os primeiros momentos em que a desconstrução e os afetos adentram esse texto. “Como então comunicar a pesquisa acadêmica sem cair nas armadilhas e imposições violentas da representação? Como, então, não reproduzir a mesma distribuição de papéis, a mesma ruptura com a experiência vivida?”.

Para tais indagações que surgem na medida em que vamos adentrando a virada afetiva, a perspectiva da pesquisa que afeta, que se permite afetar e ser afetada, Moriceau (2019) propõe pensar acerca da virada afetiva e sua relação com a ética, em suas palavras:

Proponho aqui considerar a virada afetiva não primeiramente como uma proposição ontológica (há afetos e são importantes na comunicação), nem mesmo uma estratégia epistemológica (uma maneira de acessar o que não poderia ser de outra forma). Antes disso, a virada afetiva define uma ética e uma política. Levinas propõe a ética como a primeira filosofia, que vem antes da produção do conhecimento. É tal ordem que esses estudos vão seguir. Tal ética envolve a responsabilidade do pesquisador muito além do que é comumente chamado de ética da pesquisa (MORICEAU, 2019, p. 41).

E é refletindo sobre minha responsabilidade enquanto pesquisadora e a ética que me move ao construir conhecimento, em especial aqui, nesta corporificação textual, que coloco os afetos em centralidade, e busco uma possibilidade distinta (das que anteriormente conhecia) não só para comunicar a pesquisa, mas também e principalmente tecê-la. Ainda, sobre a ética que Mouriceau (2019, p. 42) nos incita a refletir, ele revela três relações éticas, nas quais, a partir da perspectiva de Alphonso Lingis, a pesquisa está alicerçada, são elas: a relação com a diferença, a relação com campo estudado/leitor e a

relação com o leitor. Essas relações “definem uma ética do encontro como doação e gratidão (e, portanto, a partir do exterior), uma ética da surpresa e da aprendizagem, uma ética do *far away*, *far ago*, uma ética da comunidade mesmo com aqueles com quem não temos nada em comum”.

A respeito da ética da relação com a diferença, Moriceau (2019, p. 42) nos diz que o outro “não é um objeto de estudo”, ele não é estudado. O que o outro nos proporciona é o encontro e, é “o encontro, o estranho, a surpresa [que] afetam e acionam o pensamento”. A partir do encontro, somos então arrastados a falar sobre ele e em certa medida por ele. O que o autor continua a nos dizer é que “o encontro com o rosto nu e precário do outro é imperativo e doação. Ele afeta não apenas nossa sensibilidade, mas também nossas ontologias e categorias: o mundo como definido pelo conhecimento estabelecido ou pelo autor”.

UM BREVE PASSEIO PELO GÊNERO E SUAS INTERCONEXÕES COM AS RURALIDADES

Mantovani, Pessoa e Boaventura (2019) indicam que mesmo as lutas feministas, com mais de um século, reivindicando que mulheres tenham direito à educação, com origem nas contribuições de Gerda Lerner (1987), dizem que “a desvantagem educacional preserva, aos homens, o monopólio das definições e contribui para manter as mulheres desprovidas de “uma alternativa ao sistema de símbolo e significado daqueles que as dominam” (LERNER, 1987, p. 222 apud MANTOVANI; PESSOA; BOAVENTURA, 2019, p. 81). As mulheres foram treinadas a duvidar de sua inteligência, por não terem sido “reconhecidas como agentes de conhecimento”, onde suas experiências foram “desvalorizadas e consideradas insignificantes”. “Que sabedoria

pode haver na menstruação? Que fonte de conhecimento há no seio cheio de leite? Que alimento para a abstração há na rotina diária de alimentar e limpar? [...] O conhecimento das mulheres se tornou mera “intuição”, a fala das mulheres se tornou “fofoca” (LERNER, 1987, p. 224 apud MANTOVANI; PESSOA; BOAVENTURA, 2019, p. 81).

Com o aparecimento de Simone de Beauvoir, que escreve em 1949 *O segundo sexo*, surgem reflexões importantes a se pensar, em um estudo interdisciplinar nos faz pensar o gênero enquanto construção social, ideia central na construção das teorias de gênero e feministas. Guacira Lopes Louro, em seu texto *Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, reflete sobre a construção do processo de discussão acerca de gênero e feminismo. Louro (2003) nos apresenta a emergência das questões de gênero e seus momentos históricos, revelando nas discussões iniciais do movimento feminista a perspectiva limitada e dual do que é ser mulher e homem. Assim sendo, há um processo histórico de construção do movimento feminista enquanto um movimento social organizado que almejava sair da dominação masculina imposta pelo patriarcado.

Quando passamos a refletir sobre o gênero e sua invenção histórica, compreendemos que a “Naturalização” é o que experimentamos no dia a dia quando vivemos dentro do binarismo “homem-mulher”, considerando todas as formas que não se encaixam nesse padrão heterossexual como inadequadas, ou então como um erro da natureza”. Com relação ao gênero, resulta na divisão do trabalho, tanto dentro como fora de casa, assim como em um sistema que privilegia o masculino e com muitos preconceitos (TIBURI, 2019, p. 25). Tais divisões estão conectadas com a opressão e o que define uma situação de opressão é o fato de que ela nunca é natural. A forma de

aceitarmos pacificamente a opressão é camuflarmos essa de natural, pois não é possível nos revoltarmos contra a natureza, logo se percebermos algo como natural, não haverá rebeldia. Acontece que logo nas primeiras linhas de *O segundo sexo*: a experiência vivida Beauvoir, anuncia que

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode construir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 2019b, p. 11).

Ao final do volume II da obra já citada de Beauvoir podemos avistar que há um caminho possível para que se alcance a liberdade da mulher, uma delas, com grande importância, é que independente do caminho que se escolha para se chegar à liberdade, este necessariamente perpassará pelo meio da união e não pelo individual. Ou seja, a liberdade das mulheres se dará pela via coletiva, sendo esta por meio da ação política, que consequentemente deve produzir profundas transformações na sociedade, não apenas para grupos localizados, esse ou aquele, mas sim para a sociedade como um todo.

A temática mulher e o rural é uma realidade frente às transformações sociais que vêm sendo tecidas pela sociedade pós-industrial. Maria Inez Paulilo – uma renomada pesquisadora social que há décadas vem acompanhando por meio de suas pesquisas as condições de vida da população rural, em especial das mulheres rurais, indicando a exclusão e desvalorização das mulheres a nível global, das mais variadas formas. Paulilo (2016, p. 190) também questiona a relação mulher e a propriedade da terra e, neste sentido, expõe que embora o

direito da igualdade de gênero seja garantido, “isto não significa que, na partilha da propriedade agrícola, as filhas herdem como os filhos”. Há dificuldade em abordar a temática da herança na agricultura familiar, porém, mesmo com situações específicas de cada região e núcleo familiar, é seguro afirmar que a posse de terra, a partir de uma herança, pertence ao lado masculino da família, cabendo às moças acessar esse bem por meio do casamento. Salvo algumas exceções descritas por Paulilo (2016, p. 191): “quando não há descendência masculina, quando há uma filha casada que cuida dos pais na velhice, quando os pais possuem muita terra, ou, ao contrário, quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros”.

A ampla perspectiva social de papéis de gênero que estendem nosso cotidiano de sociabilidades, está presente em diversos espaços e o rural é um deles, talvez, inclusive, seja um espaço cultural que detém tais traços patriarcais mais presentes e intensos, considerando o forte conservadorismo ainda muito assíduo em tais espaços. No Sul do Brasil os traços arcaicos do conservadorismo têm forte presença ao largo do território; e isso se evidencia em municípios de fronteira, mais ainda ao sul do Estado.

O texto original da tese tem como, chamaria de processo metodológico, as narrativas de si a partir de duas abordagens que dialogam entre si, contribuições de Judith Butler e de Margareth Rado. Acontece que nesse recorte optei por centrar a comunicação em meus encontros com as mulheres, encontros esses que anunciam as cenas protagonizadas por cada liderança. Os encontros com cada uma antecipam e dão o tom da possibilidade dos relatos de si mesmas acontecerem.

MEU INESPERADO ENCONTRO COM AZALEIA, MULHER PULSANTE EM PRESENÇA

[Azaleia: símbolo da feminilidade e do amor à natureza. Foi esse o nome que ela me pediu para ser chamada, desde pronto me informando do motivo, o seu significado.]

Me recordo de quando conheci a Azaleia, chegando em Ijuí – para realizar a primeira oficina que mencionei em outro momento neste texto –, na manhã mais gelada do ano de 2017, era julho, havia saído de casa (na época Santa Maria, no centro do estado do Rio Grande do Sul) as 4 horas da manhã, vi o sol nascer em meio a geada nos campos verdes no meio do caminho.

Ao chegar no hotel Fonte Ijuí, zona rural, lugar alto com uma paisagem muito bonita e muito, muito gelada, descemos, minha colega e eu, e fomos ao encontro da Joia [assessora no Departamento de Mulheres, Saúde e Educação], que foi quem fez o contato, o convite e quem nos recebeu. Joia nos apresentou para Azaleia, uma mulher muito linda, presença forte, postura ereta, sorriso contagiante, abraço com sabor de aconchego. Mulher atenta, olhar 360º, nada passava despercebido, ágil, fluida, assim como estava ao nosso lado, em segundos já sumia de nosso campo de visão, à primeira vista, Azaleia me pareceu enigmática.

Curioso que o acolhimento, em presença forte, que senti logo já era percebido ser sentido por outras mulheres que compunham aquele grupo. Chegamos quando as mulheres estavam compartilhando o café da manhã, após o pernoite do primeiro dia de evento, em pé em um salão ao lado da sala de conferências onde ocorreria nossa atividade. Logo na chegada, sorrisos acompanhados de olhares desconfiados – gesto que

percebi ser cotidiano curioso e atento, elas amam as atividades e sempre ficam ansiosas por saber o que vai ter nessa outra oficina que está por começar – mas convidativo para a partilha dos quitutes. Nos deslocamos, minha colega e eu, para organizar a sala, que já estava paramentada do dia anterior, pois o evento, como dito, teve início um dia antes, a sala estava ornada pelas atividades expressivas acerca da importância do feminismo no combate às desigualdades e violências sofridas pelas mulheres, em especial no rural.

Jóia e demais organizadores e organizadoras, muito receptivos, nos deixando muito à vontade recebiam as mulheres que iam chegando do desjejum. Em roda, na sala com temperatura agradável, o violão fazia a recepção acompanhado das vozes cantantes de quem já estava e de quem chegava, *Seja bem-vinda olêê, seja bem-vinda olálá, Paz e Bem pra você, que veio participar*. Em meio a sorrisos e abraços cantarolados se deu o passo em direção à mística de abertura, essa foi a primeira experiência que tive de uma mística no Movimento Sindical, de imediato me reconheci naquele ambiente, ali, penso que a conexão, com tudo o que vinha em seguida, se deu. Algo que quando Azaleia me explicou o significado da mística para ela, fez sentido com o que senti naquele momento, pois é completamente diferente participar de algo coletivo que se inicia “do nada” como dito por ela, do que um momento que tem um vínculo inicial, vínculo esse, sempre pensado por quem vai adentrar ao evento.

Encontrei com Azaleia muitas outras vezes desde esse primeiro encontro, tanto em eventos na regional de Três Passos como em Porto Alegre quando, antes de saber ao certo que caminho se daria, ainda, para a qualificação e muito menos para o texto “final” da tese. Durante essa caminhada, em visita à Azaleia e também à Joia – antes mesmo do “pré-

campo” entrevistei ambas, na verdade nem sei se foi uma entrevista, pois nos sentamos em volta da mesa oval da sala de reuniões e munidas de uma térmica de dois litros de água quente e um chimarrão (naquela época antes da pandemia, ainda partilhado) dialogamos por mais de duas horas.

Lembro que nossa prosa se findou, após uma batida na porta lhe recordando que o próximo compromisso agendado estava lhe aguardando para começar, a porta se fechou e ela continuou a conversar, percebi Joia um tanto apreensiva, pois o adiantado da hora era evidente. Logo em seguida nos despedimos e alguns enigmas da primeira impressão se dissolviam e outros tantos ecoavam em meus pensamentos.

Passados outros eventos, outros tantos encontros, a construção e a desconstrução da própria pesquisa, voltei à Porto Alegre, para desvendar os tais enigmas que continuavam sobre essa mulher tão pulsante em presença. Janeiro de 2020, calor, como costumam dizer quem reside em Porto Alegre, era um Forno Alegre, sentamo-nos desta vez em volta da mesa redonda da sala do departamento que, nesse momento, Azaleia se preparava para entregar “as chaves” para a nova coordenadora Flor do Campo. Acompanhadas da tal térmica de dois litros, com um chimarrão, que é sempre adornado, iniciamos nossa conversa, que com Azaleia quase sempre perco os inícios na gravação, a conversa sempre começa muito antes de começar. Abri a conversa “oficial” perguntando: Quem é a Azaleia?

MEUS MUITOS ENCONTROS COM MARGARIDA...

[Já que estamos nos tempos de Margaridas, vamos de Margarida, pode? – foi assim que ela anunciou o nome pelo qual gostaria de ser chamada. O

tempo das Margaridas é em referência a preparação para a Marcha das Margaridas.]

Eu não me recordo quando vi Margarida pela primeira vez, mas a conheci antes mesmo desse dia. Como assim? Sou amiga da filha dela, então ela já era presente, em alguma medida, antes mesmo do nosso primeiro encontro. Eu me recordo dela mencionar que quando sua filha falou sobre mim ela já gostou, afinal com o nome que eu tinha não tinha como ela não gostar de mim, pois é o mesmo nome da mãe dela. Acho que a “chave” que eu precisava com Margarida foi aberta há pelo menos 11 anos.

Lembro de ficar impressionada com o tanto de coisas que uma mulher dava conta de fazer ao mesmo tempo, quando tive a oportunidade de visitá-la ao longo desse tempo, antes mesmo de eu me levantar da cama (na roça, no interior ninguém se levanta muito depois do sol nascer, nem mesmo as visitas) ela já tinha dado conta de muitas atividades. A mesa posta, quase um café colonial (no sul do Brasil chamamos assim quando na mesa se tem uma variedade – quase infinita – de quitutes a partir das receitas de antepassados do tempo das colônias tanto de imigrantes italianos quanto de alemães), tinha sempre de tudo, pão, bolachas caseiras, queijo, salame, nata, melado de cana, cuca (pão doce que tem nas versões “italiana” e “alemã”), chimias (um doce parecido com geleia, que não, não é a mesma coisa), mumu (que é doce de leite), frutas variadas, leite, café, e claro o chimarrão já estava praticamente lavado quando eu chegava na cozinha, pois a lida da prosa já havia começado há um bom tempo (o chimarrão, bebida típica – talvez deveria ter explicado antes nesse texto, mas acabei lembrando só agora – no sul do país, tem origem guarani, para eles é uma planta de poder, muito respeitada, e o

hábito foi incorporado pelos imigrantes quando passaram a ocupar o território sul-brasileiro, de forma mais expressiva, ao fim do século XIX. Sobre dizermos que o “mate” – forma como chamamos, também, essa bebida – está lavado é quando já se tomou tanto, muita água já passou pela erva e então quando servimos mais água a erva já está sem o sabor amargo que é característica dessa bebida).

Não disse que grande parte das maravilhas dos cafés matinais eram e são produzidas pela própria Margarida, ela tem uma mão incrível para pães e bolos, em especial. Ela sempre me chamou a atenção por sua generosidade cotidiana, casa cheia, partilhas de receitas e convites para assumirmos as panelas, foram muitas as vezes que com muita alegria pude cozinhar enquanto ela fazia outra atividade ou sentava e podia aproveitar o momento com a família. A casa sempre cheia, familiares que chegam, amigas e amigos de longa data, difícil uma semana que não passem pessoas por lá para visitar a Dona Margarida.

Curioso fato de “passarem por lá” é que ela reside em um município que não é passagem, Derrubadas fica no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, quase divisa com Santa Catarina e divisa com a Argentina. A primeira vez que fui pra lá as próprias placas de sinalização indicavam a ida e sem mais nem menos indicavam o lado contrário, sem que tivéssemos passado pela cidade, pois indicavam um caminho alternativo, ainda nem asfalto tinha. Mas para sabermos de que lugar estamos a falar vale uma busca sobre o Salto do Yucumã, maior salto longitudinal de quedas d’água do mundo, que fica no Parque Estadual do Turvo, último reduto da onça pintada no Rio Grande do Sul. Lugar lindíssimo, de presença forte, onde nos perdemos admirando a imensidão e a força das quedas d’água, floresta em pé, mata fechada, estrada estreita e com raios de sol, borboletas e muita, muita

biodiversidade. Acho que tudo isso explica como eu vejo a Margarida, uma bela e grata surpresa, um presente.

Bem, contextualizada minha relação com ela, preciso dizer que sem ela a experiência com essas mulheres jamais existiria, afinal foi ela quem fez o convite primeiro. Por intermédio da filha dela o convite chegou, Margarida estava em meio a organização tanto do primeiro evento na ENFOC (ela era uma das participantes) quanto no Encontro de mulheres (onde ela era e ainda é a coordenadora da regional) e sugeriu para a Joia nossos nomes para a realização da primeira oficina, da qual inclusive ela não pode estar presente, pois estava em viagem para outro estado onde residem sua mãe e seu pai, que na época estavam adoentados.

Em todos os Encontros de mulheres de regionais, que ocorrem de dois em dois anos, as mulheres, juntas, pensam algo que possam fazer para a comunidade, e no caso no encontro ocorrido em 2017 elas construíram um horto medicinal, no município de São Martinho, entre a Emater, o Sindicato e próximo a secretarias municipais. Margarida após esse evento e essa inauguração nos procurou para que auxiliássemos a escrever um projeto para que ela pudesse, junto da assessora, Girassol, buscar parceiros e arrecadar patrocínio para construir um horto em cada um dos, outros 12 municípios da regional. Essa ideia pipocou de boca em boca entre as mulheres no evento ao verem o horto pronto ficaram animadas para ter um horto em seu município. Fizemos um projeto simples para que elas pudessem dialogar com instituições da região e elas conseguiram desenvolver e implementar esse sonho coletivo.

Além disso participei de outros eventos com ela, conduzi uma oficina sobre Agroecologia e Economia Solidária em um encontro de

preparação para a Marcha das Margaridas (encontros que começam a ocorrer um ano antes da marcha que acontece de quatro em quatro anos), então em dezembro de 2018 houve o encontro na regional de Três Passos, no município de Campo Novo para dialogar e construir a pauta da marcha que ocorreria em 2019. Após o encontro outros encontros a nível municipal ocorreram, mas esses não tive possibilidade de estar presente, muito embora os convites sempre fossem muito presentes.

Então começo a me despedir dessa enunciação dos meus encontros com Margarida dizendo que ela é uma mulher muito importante para toda a região e também para outras regiões, bem como para o movimento sindical a nível estadual, vocês terão a oportunidade de conhecer os detalhes a partir do que, em janeiro de 2020, ela falou de si quando eu perguntei: Quem é a Margarida?

E EU SÓ PENSAVA: PRECISO, MUITO, CONHECER ESSA MULHER!

[Ela me disse: Pode me chamar de Flor do Campo, símbolo da juventude, energia, espírito livre e simplicidade.]

Eu estava ansiosa por conhecer Flor do Campo! No processo de transição da diretoria da FETAG, ao longo do segundo semestre de 2019, o nome da Margarida era cotado e ao que tudo indicava era isso que ocorreria, ela seria a nova coordenadora de mulheres do estado. Mas, como contado, em detalhes, por ela mesma, a rota mudou e outro nome passa a ser cogitado, é o da Flor do Campo. Ela não havia participado dos eventos que acompanhei, fiquei nervosa! E agora? Como será meu encontro com ela? Devo fazer um encontro com ela? E como não fazer esse encontro?

Eu iria participar do evento para a eleição da nova gestão, já estava convidada, minha agenda tinha sido organizada para acompanhar e observar esse momento. Então combinei com Margarida, Joia e Azaleia que nesse dia, em janeiro de 2020 seríamos, Flor do Campo e eu, apresentadas. Me desloquei para Porto Alegre e cheguei no prédio da FETAG, lotado! Representantes das unidades sindicais de todo o estado, muitos encontros com algumas das mulheres e com dirigentes que conheci ao longo da caminhada. Conversas e atualizações, abraços e partilhas.

Entramos no grande salão, como um anfiteatro, muitas pessoas que eu não conhecia. Encontrei a Joia que me disse que quando possível me apresentaria para a Flor do Campo, eu estava com o pescoço esticado tentando encontrá-la a partir das características que haviam sido me descritas, mas nada! Eu estava curiosa por conhecer Flor do Campo, que até então eu só via de muito longe, pois o salão estava muito cheio, ao menos 700 pessoas e eu estava do meio para o fundo do ambiente enquanto ela estava na primeira fila.

Se deu o início da apresentação da chapa única, eleita com 95 % de votos. Sobem no palco a diretoria que faria a transição e se inicia a nomeação de cada integrante da nova gestão, 13 mulheres e 13 homens efetivos e seus 16 suplentes, sendo 8 mulheres e 8 homens, ultrapassando as cotas de 30%. E lá estava a Flor do Campo, e eu só pensava: Preciso, muito, conhecer essa mulher! E então, não foi dessa vez. Logo após a cerimônia ela precisou se deslocar para outra cidade, pois em sua agenda havia um compromisso para logo na sequência do evento em Porto Alegre.

No mês seguinte eu participaria de um encontro tanto das comissões de mulheres das regionais sindicais quanto das comissões de

jovens. Nesse encontro, que foi realizado na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), participaram as coordenadoras e vice-coordenadoras das 23 regionais. O evento era de um dia e meio, iniciou com a chegada das mulheres e dos jovens na terça-feira à noite e o evento iniciou na quarta-feira de manhã. Eu cheguei de manhã quando aquelas mulheres todas já estavam animadíssimas e cantando felizes em meio às atividades. Fui direto para sala onde ocorria a atividade e já avistei, naquela sala grande com todo mundo em roda, a Flor do Campo.

Enfim, em meio ao fim daquela oficina fomos apresentadas. Nos abraçamos em meio a sorrisos e a curiosidade em conhecer não era só minha, pois ela também, por ouvir falar de mim estava ansiosa por esse encontro. O dia fluiu, uma tarde quente de temperatura e quente pela temática, o tema era o desmonte do SUS (Sistema Único de Saúde) e as mulheres muito envolvidas, atentas, indignadas!

E em meio aos intervalos, muita prosa, em meio as refeições conversas que quase atrasam a agenda. E nesse se senta com umas e se senta com outras, pude, em alguns momentos, sentar-me com Flor do Campo e perceber que a tal “chave” havia ocorrido. Ótimo! E então o encontro para uma conversa mais aprofundada fora agendado.

Fim de fevereiro de 2020, pouco mais de mês do último encontro, sou recebida na sede da FETAG, não mais pela dupla Azaleia e Joia, mas sim, agora, por Flor do Campo e Joia. De braços abertos, um abraço gentil, doce, amoroso e uma alegria que não cabia na sala. Me mostrava sua mesa e dizia que eu sempre seria bem-vinda para o que eu precisasse, e que sabia que poderia sempre contar comigo. Com meus olhos marejados e meu corpo já avisando que essa conversa seria incrível, sentei-me naquela mesma mesa redonda, com a mesma térmica de dois litros d’água para servir o chimarrão e iniciamos o papo,

claro que muito antes do início da gravação. Explico um pouco a pesquisa, ouço sua admiração pelas pesquisadoras e pesquisadores e ao pedir permissão de gravar e ligar o gravador pergunto para ela: Quem é a Flor do Campo?

EXPANSÃO DOS AFETOS EM REFLEXÕES QUE NÃO SE FINDAM

As narrativas de si, no processo do fazer da tese era provocado com a pergunta: Quem é a., e eu preenchia com o nome de cada uma. Antes da pergunta, meus muitos encontros abriam a porta para que essa pergunta pudesse acontecer, afinal que respostas eu teria se meus encontros não tivessem a profundidade que tiveram?

Entendo que esse texto-experiência, advindo do texto da tese de doutorado, tem dois momentos centrais que desaguam em tensionamentos reflexivos que sequer imaginei quando iniciei a pesquisa. No início da trilha sugiro uma reflexão sobre o nosso fazer como pesquisadoras e pesquisadores, dos passos dados até aqui e do quanto as afetações perpassam todo nosso fazer investigativo. Neste ensaio, em específico, partilho o atravessamento que me ocorreu em viagem e que diretamente me levou para refletir e reencontrar mais uma vez com as mulheres que dão corpo ao texto.

Esse texto provoca o refletir de uma pesquisa que é viva. Atravessamos um texto sendo provocadas e provocados a navegar por águas desconhecidas e aí, na outra centralidade – imagine um fluxo entre yin-yang, que tem dois centros em constante movimento – temos o encontro com as narrações de si, das mulheres que, mesmo sem intencionalidade tal, desconstruíram essa pesquisa – ainda bem – com suas presenças, nesse caso sem suas ausências. Há a ressalva de que

aqui, nesse recorte, construí o corpo do texto com meus encontros com essas mulheres, as afetações oportunizadas pela chegada da outra e acerca daquela experiência. Já na tese, após o meu encontro com cada uma, temos um longo percurso da narrativa de cada uma, em primeira pessoa, construindo a narrativa de si mesma a partir da própria voz.

Com a perspectiva de pensar gênero em Judith Butler, onde as mulheres passam a performar e se reconhecer em outras performances, a partir das experiências nos coletivos de mulheres aos quais fazem parte, nos provoca a pensar que esse processo é um fluxo, onde não se pontua, ou hierarquiza qual experiência, ou qual acontecimento específico provocou tanto a busca pelo reconhecimento, quanto a compreensão de si permeada por outras formas de ser mulher, conhecidas e reconhecidas no contato com o coletivo, e no retorno ao indivíduo.

O estar em grupo entre mulheres, nos encontros, nas viagens, nas formações, é uma experiência que não se separa dos caminhos percorridos e do conjunto de esferas da vida de cada uma. A experiência vivida por essas mulheres, de forma coletiva, a partir das comissões de mulheres vinculadas ao sindicato rural, oportuniza uma reidentificação de um repensar sobre ser mulher, de um repensar sobre si mesmas. Essa experiência com Outras, em um ambiente de partilha e reconhecimento de outras formas possíveis de ser mulher, não necessariamente e em grande parte, está interligada com representações advindas de seus processos de vida em conjunto com outras instituições que enfatizam o lugar social esperado desse sujeito alocado fora do gênero que domina e determina.

Nesses espaços de convívio e partilhas, essas mulheres se conectam com outras possibilidades de compreensão do ser mulher

como também do feminismo que não mais aquela estereotipada pelas instituições patriarcais de onde certos discursos normativos chegam até elas. Em tantas ocasiões o desconforto com a palavra feminismo dava lugar à entrega e ao pertencimento a uma luta coletiva da qual elas também se identificam. E apesar de muitas delas não se denominarem como feministas, todas as que dialoguei durante a pesquisa, relataram em conversas nos intervalos, em suas narrações de si, na troca de um chimarrão e em partilhas de corredor, diversas situações delas e de outras mulheres, onde são desqualificadas, diminuídas, desvalorizadas somente pelo fato de serem mulheres.

Observei que quando as mulheres se encontravam “as portas fechadas” – quero dizer, sem a presença de homens e/ou outras pessoas, que não elas – era como se estivessem nas coxias de um teatro ou então no camarim, ou ainda em uma sala com um divã, ou se preferir, imagine qualquer lugar onde se possa estar à vontade e sem plateia, exceto um lugar como um confessionário, pois nesse momento era como se elas se sentissem autorizadas a ser, pudessem tirar os figurinos sociais, claro que nem todos, mas muitos. Presenciei muitos sapatos apertados, metaforicamente falando, sendo jogados em um canto, ou até mesmo para o alto, e uma autorização – ou seria um convite? – expressa no ar para que elas pudessem transitar nas diversas possibilidades de ser esse gênero que, para a sociedade em geral, não pode ou não deve estar confortável em apenas ser quem se é, afinal é desse lugar que se esperam determinadas formas de performar o ideal de mulher.

Percebo que um dos ensinamentos oportunizados por Judith Butler, ao menos um ponto que para mim é bastante interessante e que muda a forma como contatamos e atuamos no cotidiano, na vida em sociedade, é realocarmos a ideia de que algo precede a existência, pois

ao reconhecermos que a ação precede o pensamento sobre a ação, temos a possibilidade de reconhecer nossos corpos como materialidade que abarca possibilidades antes impensadas.

Nesse sentido poderíamos pensar sujeito, pensar gênero, pensar em nós, e nós como mulheres, como obras inacabadas. Reflito que essas mulheres me fazem perceber, por meio de suas partilhas e de seus protagonismos, na fala, no gesto, na presença, que elas são maiores que a categoria mulher, que elas são a multiplicidade, não só de roupagens sociais, mas de possibilidades em descoberta no encontro com Outras, e essa multiplicidade é habitada em seus corpos.

Preciso mencionar que, Butler quando nos faz refletir gênero como performance, não nega a categoria mulher, ela faz um tensionamento acerca do termo e seus usos, com isso é importante que eu diga aqui, que a autora enfatiza que possamos fazer a utilização do termo de forma política. Se faz necessário conhecer a categoria e suas implicações, em um processo de desconstrução e questionamento da binaridade como faz Butler, mas reconhecendo a importância de categorias que possam ajudar na luta política em pautas identitárias. Com isso, saliento a importância de conhecer e reconhecer a categoria mulher como propulsor da luta feminista.

Com a ideia de duas centralidades em fluxo, percebi que o texto nos provoca, em seu reconhecimento como performativo, a refletir, a partir do nosso encontro também com o que Judith Butler vem nos apresentando com seus escritos e contribuições teóricas, pensar os corpos. Pensar os corpos em que sentido? Pensar os corpos das mulheres em (re)apropriação de si mesmas, refletir os corpos sendo (re)apropriados por elas mesmas! E olhar para o espaço rural como

corpo, como corpo que é corporificado por esses corpos que vêm, nas últimas décadas, se reconhecendo como sujeitos.

Para tal dito chamo Henri Lefebvre, sociólogo e filósofo francês, que muito inspirou o pensamento de José de Souza Martins, e tem sido amplamente estudado na geografia. Recentemente, estudos têm sido ampliados, possibilitando outras interpretações que não apenas a “noção de produção do espaço pelo caráter das relações sociais e econômicas capitalistas” esta, a partir da leitura de Lefebvre vinculado ao marxismo. Na filosofia lefebvriana, “o corpo é um dos elementos mais importantes”, que no Brasil ficou em segundo plano, pois as pesquisas envolvendo a ideia de território se centraram, majoritariamente, na esfera da produção.

“Justamente os aspectos que não chamaram atenção da geografia brasileira na obra de Lefebvre, o corpo, as diferenças, a vida cotidiana, o colonialismo, o falocentrismo, inspiraram a produção das geografias feministas e também antirracistas” (SILVA; ORNAT; CHIMIN, 2019, p. 64).

“Embora todo ser humano possua um corpo, há um conjunto de sujeitos que não sente o peso da corporalidade. Os homens brancos, cis, heterossexuais, saudáveis e adultos são capazes de pensar livres das limitações de um corpo colocado em um tempo e lugar específicos”. “O uso do espaço, enquanto um produto da capacidade do corpo humano, pode ser pensado também como possibilidades de resistências às lógicas estabelecidas pelas relações hegemônicas de poder” (SILVA; ORNAT; CHIMIN, 2019, p. 76).

É com a potencialidade do pensamento de Lefebvre, possibilitando entender território como corpo, que reflito o rural para além de cenário, mas também como sujeito (como propõe Martins), território e corpo, pois assim como é produzido pelos sujeitos, produz aqueles que nele e

com ele performam. Penso que quando sujeitos se reconhecem, no encontro com o Outro, passando a refletir sobre suas próprias condições de subalternidade, reapropriando-se dos próprios corpos e também do território, entendido aqui como corpo. E com isso, pode-se ter a chance de outros espaços rurais acontecerem. Aprofundar essas reflexões podem abrir outras possibilidades dentro da Extensão Rural, contribuindo para um enlace entre corpo do sujeito que habita e corpo território que é habitado.

O que quero dizer com isso? Inspirada nos autores e autoras que reflito ao longo da tese, compreendo o que é mencionado sobre a crise paradigmática em que estamos inseridos e inseridas, nossas certezas não dão conta de responder nossas angústias, e o mundo nos convence de que, em meio a era da comunicação e da tecnologia teremos resposta para tudo. Mas, ao que parece, parafraseando Rubem Alves, estamos com excessos de ideias e com isso superaquecidos por exagero. Talvez o que eu esteja tentando dizer é que, em alguma medida, precisamos aprender a desaprender. Nos colocarmos em posição de dúvida, mas com pensamento crítico, nem ingênuo e muito menos infantilizado. Esse desenvolvimento de um pensamento crítico seria como um termômetro ao nos depararmos com os caminhos de respostas, dúvidas e até mesmo das desconstruções necessárias.

Minha apropriação de certo modo, de pensar o mundo, de se pensar sujeitos, de experienciar a vida, de fazer pesquisa, de investigar indagações pertinentes e que geralmente são silenciadas ou pouco ouvidas, foi de certa maneira tardia. O fato da Extensão Rural ser interdisciplinar, mas que dentro dela separa seu “objeto” em caixinhas pré-estabelecidas pela ciência, nos ensina a recortar o mundo, recortar os sujeitos e olhar com uma lupa o fenômeno que, por mais que grite à nossa

frente, vemos esquartejado e muitas das vezes reduzidos a números. A resposta dos sujeitos é decodificada e passa a nos ajudar na análise tal qual a ideia de um sujeito médio, ou seja, em alguma medida não vemos ninguém, mesmo que estejamos dialogando com alguém que existe.

Quando Gisele me perguntou quem eu queria ser, isso me reportou diretamente para as perguntas que eu já vinha ignorando que chegavam até mim por meio de meus pensamentos. E em contato com as mulheres, em contato com as experiências ocorridas com elas e ao longo do doutorado, pude perceber que, assim como elas, que em seus casos tinham vinculação com a instituição sindical, no meu a universidade. Quem eu seria se não a tivesse adentrado? Ouvir as narrações de si mesmas dessas mulheres me oportunizou um reencontro com minha própria biografia, reencontro com fragmentos que haviam ficado perdidos no decorrer da trajetória. E, assim como essas mulheres, eu reconheço que graças a vivência acadêmica eu pude ser algo que eu não imaginava que poderia. Eu pude ser outras possibilidades, eu pude sair da trilha já traçada e por meio das experiências vividas, ressignificar, dar outros significados para muitas coisas, além de me reconhecer como sujeito e ser também reconhecida como tal.

Que outras narrativas serão possíveis se estivermos disponíveis para ouvir e falar com? Que possibilidades outras teremos se o protagonismo da fala for compartilhado? Ao recortar meu foco de análise em interesses produzidos pela lógica única, há oportunidades para o impensado? Talvez sair do pedestal acadêmico e ouvir narrativas de si, de outras mulheres, possa nos ampliar nossa miopia crônica e nos impulsionar a percorrer outros trajetos em direção a outros horizontes inimagináveis. No exercício de pensar com, penso possíveis formas variadas, formas que talvez sejam reveladas a partir dos conteúdos e

não o contrário, como nosso habitual fazer investigativo. A tentativa nesse texto-experiência foi de permitir a expressividade que a própria experiência afetiva pulsava, sem que eu pudesse determinar os ditos, sem que minhas limitadas lentes pudessem abafar as histórias contadas por vozes plurais com toda sua individualidade que importa, importa muito!

A História das Mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorizações. Para se atacar a luta das mulheres, que historicamente leva o nome de feminismo, é preciso que nosso protagonismo seja negado. É preciso fingir que nunca lutamos. Por isso é tão relevante conhecer a nossa história (ARONOVICH, 2019, p. 22).

Há um universo a ser explorado e vivido! Eu sinto que a virada afetiva, a pesquisa mediada pelos afetos e o reconhecimento do texto enquanto performance, para mim, são como a esperança do verbo esperar, lembrando dos ditos de Paulo Freire quando este difere o esperar da esperança. Me entendo esperando tudo que seja possível quando os afetos adentram a pesquisa, pois cansei de esperar!

REFERÊNCIAS

- ARONOVICH, Lola. Prefácio. In: LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida. vol. 2, 5 .ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 18^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.
- BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019c.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MANTOVANI, Camila Alves; PESSOA, Sônia Caldas; BOAVENTURA, Stephanie. Conhece-te a ti mesmo, enfrenta a ti mesmo: os relatos de si como ponto de partida para a produção de conhecimento. In: PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos [recurso eletrônico]: Pesquisas, reflexões e experiências em quatro encontros com Jean-Luc Moriceau. Belo Horizonte, MG: PPGCOM UFMG, 2019.
- MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. Desigualdades, gêneros e comunicação. São Paulo: Intercom, 2019.
- MORICEAU, Jean-Luc; PAES, Isabela dos Santos. Performances acadêmicas e experiência estética: um lugar ao sensível na construção do sentido. In: PICADO, Benjamim; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; CARDOSO FILHO, Jorge. Experiência estética e Performance. Salvador: EDUFBA, 2014.
- PAULILO, Maria Ignez. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016.
- SILVA, Maria Joseli; ORNAT, Marcio Jose; Chimin Junior. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p.63-77, jul.-dez 2019.
- TIBURI, Márcia. Quem tem medo de Simone de Beauvoir?. In: O segundo sexo 70 anos depois. Caderno especial, edição comemorativa. Editora Nova Fronteira, 2019.

8

O UMBIGO DA PESQUISA: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ENTRELAÇADA NA VIDA

*Stephanie Boaventura*¹

PRÓDROMOS

Em março de 2020, estava grávida do meu filho quando escrevi um relato da minha pesquisa de mestrado para o livro “Afetos: Teses e argumentos”, organizado pelos professores Sônia Caldas Pessoa, Ângela Salgueiro Marques e Carlos Magno Camargos Mendonça, e que foi publicado pelo Selo PPGCOM UFMG em 2021. Naquela escrita, tentei narrar a pesquisa para além dos recortes temporais estabelecidos pelo regime institucional da pós-graduação, amparada pelo pensamento de pesquisadores que defendem uma ciência social contaminada e pelas discussões promovidas pelo Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Procurei demonstrar que o interesse temático que germinou no trabalho dissertativo havia sido semeado em diferentes momentos da minha história de vida e que o resultado daqueles dois anos de estudos intensivos ultrapassou largamente o escopo de um texto produzido para pleitear o título de mestre. A pesquisa que fiz, a única pesquisa que pude ou que poderia fazer, está inescapavelmente entrelaçada com quem eu era enquanto sujeito inserido no mundo e com quem me tornei depois dela.

¹ Stephanie Boaventura é bacharela em Artes Visuais, mestre e doutoranda em Comunicação Social pela UFMG. Pesquisadora, artista visual e mãe, é integrante do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, e escreve a newsletter alemdofoimdomundo.substack.com . E-mail: stehboaventura@gmail.com.

Passaram-se quatro anos entre o encerramento da minha trajetória de mestrado e o início do doutorado, um período de imensos desafios e transformações. O primeiro deles, um ano que me tirou muito, foi vivido como uma imersão aguda em processos sucessivos de luto, entre afundar e emergir para respirar. No segundo, já grávida, como a maioria das pessoas do mundo, vi meus poucos planos ruírem diante de uma crise sanitária global que suspendeu o que entendíamos como vida normal e que inviabilizou, de forma permanente, qualquer crença impensada na certeza do futuro. O terceiro ano foi vivido como uma quarentena dentro da quarentena, em um isolamento puerperal e pandêmico, ansiando pela chegada das vacinas. O quarto ano, por sua vez, foi um período de muito trabalho, de muitos desafios logísticos de cuidado e de adaptação à vida parental inserida no mundo social. Mas também foi quando senti as sombras do puerpério começarem a se dissipar e pude viver uma intensa nutrição de referências. Participei de cursos, *workshops* e oficinas, retomei uma produção artística frequente, participei de um grupo de escrita de poesia que fez chegar até mim autores e autoras que deslocaram, como em um tremor de terra, os fundamentos da minha visão de mundo até ali. Foi quando decidi, enfim, amarrar todos aqueles fios soltos de ideias e experiências em um projeto sistematizado para retomar o caminho acadêmico e inscrevi, no processo seletivo para o curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, uma proposta de pesquisa para jogar luz sobre o que sonham mulheres que vivenciam o ciclo gravídico-puerperal.

Sobretudo nas Ciências Humanas, os porquês que justificam o esforço de iniciar uma nova pesquisa costumam ultrapassar a justificativa estruturada para cumprir com as exigências acadêmicas

formais e para convencer uma banca de avaliação da legitimidade da proposta. No caso do projeto inscrito para o programa de doutorado, os porquês estão espalhados nas páginas daquele relato de pesquisa que escrevi em 2020, quando já estava grávida, mas também nos quatro anos que se seguiram. São visíveis no texto da dissertação, em que defendo a centralidade da questão reprodutiva e seus múltiplos desdobramentos para a política feminista. Podem ser encontrados no contexto da minha aproximação com o feminismo, mais de uma década atrás, que se deu, especificamente, pela pauta do aborto e da autonomia decisória no parto, muito antes de contemplar a possibilidade de me tornar mãe. Tudo o que aconteceu comigo e tudo o que aconteceu com o mundo de que faço parte, todos abalos existenciais causados pelo processo de matrescência e pelo trauma coletivo que vivenciamos durante os anos da pandemia de Covid-19 estão presentes no texto do projeto de pesquisa: “o lugar de fala biográfico é também o lugar de onde emergem as preocupações de pesquisa” (MARTINO; MARQUES, 2017, p. 8).

Ao me encaminhar para a finalização deste ensaio, já me aproximando do prazo para a entrega, me veio a ideia de consultar, pela primeira vez desde que foram escritas, as páginas do diário que iniciei em abril de 2020. Logo no primeiro mês da quarentena, escolhi um caderno de capa dura deixado quase que intocado por minha mãe para fazer registros daquela vivência peculiar de gestar no fim do mundo. Desde então, tenho utilizado esse caderno e, às vezes, um grupo comigo mesma no WhatsApp, como meios para anotar acontecimentos, ideias e reflexões, mas ainda não tinha voltado a esses escritos, nem mesmo durante o processo de produção do projeto de pesquisa. Peço a licença de quem me lê para trazer algumas dessas notas para a conversa que proponho nestas linhas — algo que não estava previsto no planejamento

deste texto até momentos próximos de seu fechamento, mas que oferece um testemunho do movimento, do encadeamento e do entrelaçamento da construção de conhecimento com a vida.

7 de junho de 2020. Domingo.

Eu menti quando afirmei aqui que não tinha nenhuma pretensão para este exercício de escrita e registro. Não só tenho pretensão, como são várias. Algumas são estritamente pessoais: preciso escrever para não entregar ao tempo o direito de fundir as memórias da gravidez do meu primeiro filho com os tempos sombrios que vivemos. A pandemia e a quarentena se tornaram reais em nossas vidas há cerca de três meses e já me aconteceu confundir seus marcos com os da gestação, que precedeu o caos em um trimestre. Não, não posso permitir. Eu preciso lembrar que estar grávida me eleva acima de todo medo e desespero, que apesar de tudo há muita alegria em nossos dias.

Outra pretensão é que a escrita mais livre aqui alimente minha escrita profissional e sirva de registro de ideias para a pesquisa que quero desenvolver no doutorado (e na vida). Durante o mestrado, mantive um diário de campo, que teve importância — ainda que menor que a devida — na escrita da dissertação. É possível que o plano do doutorado precise esperar um pouco: embora fosse minha vontade iniciar a pesquisa ainda inundada pelos hormônios da maternidade, há a pandemia, há o abismo fascista. São questões mais urgentes. Quem sabe essa escrita mantenha vivos os afetos que me invadem agora, para serem revisitados depois, quando houver tempo, quando houver energia, quando houver condições históricas para pensar além de algumas poucas horas no futuro.

Há, ainda, uma terceira pretensão: a de deixar esse tanto de mim para os meus filhos — o que está a caminho e seus futuros e inevitáveis irmãos ou irmãs. Os textos que mamãe escreveu sobre o processo de seu adoecimento e que ela me mandou para que eu os pudesse revisar estão ainda não lidos na caixa de entrada do meu e-mail, esperando que eu esteja pronta para conversar com eles, com ela no passado. Ainda dói uma dor viva demais para

isso. Mas fico feliz que eles existam, queria que existissem muitos mais, sobre todo tipo de assunto. É claro que espero ter tempo, muito mais tempo, para deixar muito mais para essa conversa futura. Acho que a gravidez na pandemia sob um governo fascista é um bom momento para começar.

O QUE SABE O CORPO

Era manhã do dia 31 de dezembro de 2008, quando minha família se deparou com sinais de que a cachorrinha de minha mãe estava entrando em trabalho de parto. Entre uma brincadeira e outra, ela parava e se agachava, respondendo às incômodas sensações que seu pequeno corpo produzia. Ao levá-la a uma clínica, o veterinário de plantão mandou que minha mãe cancelasse seus planos para o Réveillon e, assim, uma parte da minha família passou a virada do ano prestando assistência ao nascimento de três filhotes caninos, um deles natimorto. Não acompanhei o momento do parto, mas lembro de me perguntar: *como ela sabe o que deve fazer?* Como as cadelas sabem que devem se agachar no ritmo das contrações uterinas, que devem mastigar o cordão umbilical e ingerir as placentas, que devem lambe cada filhote para estimular o funcionamento de seus corpos totalmente novos e inexperientes? Será que ela sabe que está dividindo seu corpo com outros corpos, será que se assusta ao sentir os movimentos dos filhotes?

Hoje, aquelas perguntas me soam ingênuas. Essa lembrança me faz pensar no apontamento feito por Hamlin (2008), no contexto específico de uma discussão acerca da dissolução da diferenciação entre sexo e gênero já presente nos estudos feministas do início do século, ao afirmar que esse processo estaria ligado a uma “redução da ontologia à epistemologia, ou, ainda, na dissolução dos nossos objetos de conhecimento em nosso conhecimento acerca dos objetos” (HAMLIN,

2008, p. 73). Extrapolando os limites do seu comentário para refletir sobre um fenômeno distinto, penso que reduzir os fenômenos do mundo ao que sabemos deles, ou aos recursos cognitivos de que nos servimos para entendê-los e explicá-los aos outros, pode dificultar a compreensão de como uma cadela — ou qualquer mamífera grávida — pode saber o que deve fazer ao parir.

Sempre fui uma sonhadora. Desde criança, sonho muito, dormindo e acordada, e sempre mantive uma boa relação de investigação de minhas sombras. Mas durante as gestações que vivi e na amamentação do meu filho, fui atravessada por sonhos diferentes, carregados de saberes. A possibilidade da exacerbação dos sonhos consta como sintoma de forma recorrente nos manuais para gestantes, geralmente justificada por alterações nos hormônios e no padrão de sono, e nas atribuições emocionais típicas da gestação. Essas explicações, no entanto, não me bastam.

21 de abril de 2020

Tenho dormido entregue e tenho tido sonhos estranhos, intensos e difíceis de narrar pela falta de estrutura. E depois de ter sido notificada em sonhos de que um dos embriões concebidos nesta gestação não havia vingado, acordo sempre em dúvida a respeito de significados ocultos nas aventuras inconscientes. Ontem sonhei que pintava uma figura feminina com um incêndio no ventre. É como me sinto: gestando uma estrela ardente, um sol.

22 de abril de 2020

SONHO — Comer sempre dois ovos: um para mim, um para Inácio.

A experiência das duas gestações que vivi, uma delas interrompida por força da vida com algumas poucas semanas, acionou um encontro inesperado com os saberes do meu próprio corpo hominídeo, primata,

mamífero, vertebrado, animal. E esse encontro se deu, sobretudo, por meio da tecnologia ancestral dos sonhos (RIBEIRO, 2022). No processo de vivenciar meu corpo se desdobrar em outro, pude entrar em contato com a metamorfose, com uma compressão do tempo que coloca em contato o passado e o futuro da vida: “Cada gravidez enxerta no presente a copresença de um tempo pré-histórico, que coincide com as origens de uma espécie (pois cada nascimento coincide com o nascimento e criação da espécie humana), e um futuro absoluto, para além dos sonhos da ficção científica” (COCCIA, 2020, p. 39).

Como é comum após experiências de perdas gestacionais, o primeiro trimestre da gestação seguinte costuma ser marcado por uma angústia difícil de manejar. Para aplacar a aflição, a técnica médica oferece a possibilidade de se visualizar o que acontece dentro do útero por meio da ultrassonografia, mas eu havia decidido tentar uma abordagem pautada na entrega e fazer apenas os exames preconizados nas diretrizes de assistência pré-natal. Grávida de gêmeos, entre o exame que mostrou dois corações pulsantes e o seguinte, pelo menos quatro sonhos me alertaram para o que estava ocorrendo em meu ventre. Em um deles, eu atravessava uma grande avenida carregando dois espelhos em direção a algum lugar. Ao chegar em meu destino, percebi que um dos espelhos não estava mais comigo e, ao voltar para a rua, encontrei-o quebrado no chão. Ao despertar, narrei o sonho a meu companheiro e ficamos os dois em silêncio. Em um outro sonho, estávamos saindo de uma festa com uma criança de cerca de três anos, quando vi em um canto, sentada no chão, minha mãe, que morreu alguns meses antes, com um bebê recém-nascido em seu colo. Assim, quando o ultrassom de 11 semanas mostrou um dos sacos gestacionais já vazio, não fomos pegos de surpresa.

Nosso filho nasceu em um dos períodos mais rígidos de isolamento social em virtude da Covid-19. Aprendendo sozinhos a cuidar de um recém-nascido, certa noite meu companheiro pegou o bebê para que eu pudesse descansar e sentou-se ao meu lado na cama, com almofadas amparando o peso de seus braços. Após semanas de privação de sono e de frustração por tentar posicionar o bebê em um berço, havíamos percebido que, como todo filhote mamífero, ele dormia melhor no colo de seus cuidadores primários. Naquela noite, sonhei com a voz de minha mãe me dizendo claramente para que cuidasse melhor de meu filho e acordei sobressaltada, a tempo de resgatar o bebê que havia deslizado dos braços do pai adormecido e caído com o rosto em cima de uma das almofadas.

25 de maio de 2021. Terça-feira.

Sonhei que encontrava a vovó. Não lembro os detalhes, o local ou o motivo, mas sei que eu sabia se tratar de um sonho, sabia que era um encontro super especial porque ela já morreu. Lembro de ficar feliz em vê-la, mas perguntar se podia também ver mamãe, ou dizer que queria ver minha mãe. Vovó me disse algo e eu pensei: tenho que guardar bem essa frase para lembrar quando acordar. Eu sabia que ela estava me dando um presente, uma informação valiosa e sabia que as chances de sequer lembrar do sonho eram grandes — de fato tenho tido sonhos em que sei ter visto mamãe, mas não consigo lembrar de nenhum detalhe. Claro que, com a privação de sono no máximo, eu esqueci a frase exata, mas era algo como: não deixe que suas raízes te apertem o pescoço. Depois, em outra parte do sonho, ou outro sonho, encontrei minha mãe. Ela estava brava e acho que me pediu para parar de dizer e de pensar que ela não existe mais.

Essas são apenas algumas das muitas vezes em que fui afetada por saberes emergentes de um lugar outro que não a consciência estudiosa. Esses sonhos, assim como as profundas transformações físicas, psíquicas e emocionais, e os abalos existenciais propiciados pela

matrescência, aguçaram um interesse em pesquisar a dimensão onírica do maternar, tendo por base uma pergunta: o que sabe o corpo? Especialmente, quero entender o que comunica o corpo que vivencia o desdobramento, “a margem, a liminaridade, a zona fronteira, o espaço entre dois mundos; (...) lugar tão especial onde é possível encontrar uma potência outra, onde se assume o risco de se alterar, de onde é difícil voltar” (MARTIN, 2021, p. 90).

Mais que isso, quero entender o que sabe o bicho que somos, para buscar pistas de caminhos possíveis para restaurar o nosso vínculo com o planeta. Vivemos nossas vidas deslocados de nossos corpos e de nosso pertencimento ao organismo planetário que alguns autores chamam de Gaia (SCARANO, 2021), alienados da necessidade vital de trocar com a Terra e outros seres em que a vida se manifesta. A ausência de contato com a natureza, a alimentação baseada em ultraprocessados, o sedentarismo e o impacto do uso de telas no sono, são causa e consequência desse deslocamento. Ribeiro (2022) fala sobre a importância de curar nossa pior ancestralidade e honrar a melhor se quisermos ter alguma chance de impedir a catástrofe planetária em curso: “Entre as capacidades ancestrais que precisam ser recuperadas, o sonho tem lugar central. A sociedade dos brancos desaprendeu a arte de sonhar, que exige memória, intenção, interpretação e coletivização das imagens oníricas pela narrativa ao despertar” (RIBEIRO, 2022, p. 68).

Segundo Scarano (2019), para regenerar Gaia será preciso cicatrizar a ferida aberta causada pela cisão entre homem e natureza, que rebaixou esta última no pensamento moderno de modo que passou a ser compreendida “ora como obstáculo a ser vencido, ora como bem de consumo”. E o resultado é o “Antropoceno” (p. 16). Essa fragmentação da realidade está na base não apenas das epistemologias dominantes em

nossa imaginação moderna, mas também dos nossos modos de vida, e de nossas relações com outros humanos e outros não humanos.

A ruptura teórica decisiva veio com Descartes. O filósofo francês internalizou, *dentro do homem*, o dualismo implícito na relação dos humanos com os animais. Separando o corpo e a alma em termos absolutos, consignou o primeiro às leis da física e da mecânica, e reduziu os animais, desprovidos de alma, ao modelo da máquina (BERGER, 2021, p. 26).

Davi Kopenawa, líder e xamã Yanomami, afirma que os brancos não sabem sonhar, porque “só fixam seus olhos sobre seus papéis; e, por isso, apenas estudam seu próprio pensamento e só conhecem o que está dentro deles. É por essa razão também que ignoram os pensamentos distantes de outras gentes e lugares” (LIMULJA, 2022, p. 46). Seus ensinamentos denunciam uma relação entre o declínio da competência para sonhar e “o sequestro do desejo pela relação desmedida com as mercadorias” (RIBEIRO, 2022, p. 68), um processo que reflete e dá condições para nossa relação predatória com o planeta, com humanos e não humanos.

Perdemos contato com o sonho coletivo sagrado, que tantas vezes salvou nossos ancestrais da extinção. Enveredamos pelo caminho odioso da insônia e dos pesadelos individuais — e não estamos conseguindo entrelaçar nossos fios individuais para tramar um tecido social digno (RIBEIRO, 2022, p. 99).

A maternidade me tornou alguém intensamente investida no futuro na vida. O desejo de compreender o universo onírico mobilizado pelas transformações da mastrescência nasceu em minhas próprias vivências como mãe sonhadora, mas cresceu no contato enriquecedor com o pensamento de muitas autoras e autores que estão contando histórias diferentes para tentar adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019).

CONHECIMENTO ENCARNADO

A defesa de uma ciência social contaminada, que assume uma posição e que localiza seu ponto de vista não é nova. Há muitas décadas, acadêmicas feministas têm demonstrado a fragilidade das concepções de objetividade e de neutralidade na ciência, e de que maneiras a ausência de mulheres no ofício da pesquisa tem impactado no tipo de perguntas sobre o mundo formuladas pelos cientistas e nos recursos acionados para respondê-las: “uma teoria produzida por mulheres não é necessariamente mais ‘verdadeira’ ou produz melhores concepções da realidade, mas certamente apresenta algumas possibilidades de identificação de contrastes interessantes e questionamentos alternativos” (HAMLIN, 2008, p. 78). Ainda durante a chamada segunda onda feminista, teóricas como Kate Millett já defendiam uma ciência social que não escondesse seus valores. Ao colocar em questão a atuação das pesquisas funcionalistas no período do *backlash* antifeminista logo após a primeira onda, ela declara: “A ser possível uma ciência social destituída de valores, ela seria provavelmente monstruosa; uma ciência que dissimula os seus valores é insidiosa” (1975, p. 237). Mas assumir e sustentar tal postura em relação à ciência, mesmo décadas depois, continua um desafio.

Martino e Marques (2017) defendem que a subjetividade do pesquisador é uma condição inevitável na produção de conhecimento. O desejo de se distanciar do objeto de estudo é contradito pelo fato de que o próprio engajamento na pesquisa é influenciado por uma carga afetiva, que desempenha um papel na escolha dos temas, dos fenômenos a serem estudados e dos caminhos metodológicos percorridos. Ainda assim, os autores identificam, a partir de experiências de orientação

acadêmica no campo da Comunicação, um movimento contraditório de circulação de discursos questionadores de um modelo “moderno” de produção de conhecimento e uma adoção automática desse mesmo modelo: “essa disparidade se objetiva, às vezes, em uma atitude dual, na qual o rigor do formalismo toma o lugar primeiro para sustentar a fragilidade epistemológica da Área” (MARTINO; MARQUES, 2017, p. 14). De fato, a angústia por não sentir que seria capaz de sustentar o rigor científico da minha produção no mestrado sem uma sistematização relativamente tradicional dos procedimentos me levou a patinar nessa dualidade, de modo que construí o texto da dissertação com certa inconsistência da minha presença enquanto sujeito que vivenciou um processo da pesquisa. Somente no relato de pesquisa que escrevi quase um ano após a defesa consegui me permitir aparecer no texto de forma deliberada e inequívoca.

Molinier e Paperman (2015), ao discutirem a questão da possibilidade de neutralidade na ciência quando confrontada com o olhar da ética do cuidado, argumentam que, para “objetivar seu ponto de vista” não basta enunciar “alguns parâmetros sociais (mulher, branca, intelectual etc.)”, mas é necessária “a consideração da dimensão subjetiva e moral”. Além disso, afirmam que “a perspectiva do cuidado implica, pois, a invenção de outra cultura da relação entre o sujeito ‘cientista’ e seus ‘objetos’” (MOLINIER; PAPERMAN, 2015, p. 54). Assim como um corpo que se desdobra na metamorfose é transformado por essa experiência, também as práticas cotidianas de cuidado demandam uma forma distinta de se relacionar com o mundo, uma atenção específica a detalhes que modificam o olhar de quem cuida. Isso altera as bases sobre as quais nos posicionamos enquanto sujeitos que buscam conhecer a realidade. O corpo do pesquisador traz para a pesquisa seus

potenciais e seus limites, inatos ou adquiridos ao longo de sua história. Um corpo moldado pela socialização de gênero que o prepara para o exercício do cuidado carrega as marcas dessa história:

Essas mulheres, que foram aceitas no centro da atividade intelectual de sua época e em particular nos últimos cem anos, mulheres com educação acadêmica, precisaram primeiro aprender “como pensar como um homem”. No processo, muitas delas haviam internalizado tanto aquele aprendizado, que perderam a capacidade de conceber alternativas. Pensar de forma abstrata é definir com precisão, criar modelos na mente e generalizar com base neles. Tal pensamento, assim nos ensinaram os homens, devem se basear na exclusão de sentimentos. (...) As mulheres sempre vivenciaram a realidade de si e da comunidade, sempre a conheceram e compartilharam-na umas com as outras. Ainda assim, vivendo em um mundo no qual são desvalorizadas, suas experiências carregam o estigma da insignificância. Em decorrência, aprenderam a desconfiar das próprias experiências e desvalorizá-las. Que sabedoria pode haver na menstruação? Que fonte de conhecimento pode haver no seio repleto de leite? Que alimento para a abstração pode haver na rotina diária de alimentar e limpar? O pensamento patriarcal relega tais experiências definidas por gênero ao domínio do “natural”, do não transcendente. O conhecimento das mulheres torna-se mera “intuição”, a conversa entre mulheres torna-se “fofoca”. As mulheres lidam com o particular irredimível: vivenciam a realidade todos os dias, a cada hora, em sua função de servir (cuidando da comida e da sujeira); em seu tempo, que pode ser interrompido sempre; em sua atenção dividida. Pode alguém generalizar enquanto a vida particular clama por ela a todo momento? Ele, que faz símbolos e explica o mundo, e ela, que cuida de suas necessidades de corpo e mente e dos filhos – a disparidade entre ambos é enorme (LERNER, 2019, pp. 274-275).

O cotidiano e as redes de ações que o sustentam impõem barreiras, desvios e acelerações no curso da produção de conhecimento. Enquanto escrevo estas linhas, debilitada por mais uma virose que meu filho adquiriu na escola e transmitiu para mim, tendo a concentração

constantemente interrompida pela demanda do cuidado, os limites se fazem sentir. O que pode pensar um corpo que opera em uma lógica temporal fragmentária, sujeita às necessidades e desejos de um outro vulnerável? As ideias me assaltam enquanto corto uma fruta ou preparo um banho, e perdem-se no vai e vem sem fim da rotina, em um processo de expansão e contração constante do pensamento que afeta o que sou capaz de pensar.

11 de fevereiro de 2021

No último sábado, de sábado para domingo, Inácio teve uma noite boa: acordou várias vezes para mamar, mas voltou a dormir fácil em cada uma delas. Desde então, todas as noites estão muito difíceis. Ele acorda três, quatro vezes durante a noite, mas demora muito para voltar a dormir. (...) Estou exausta, física e emocionalmente. Amo amamentar, mas o preço a pagar é altíssimo. Não sei mais o que fazer, não existe padrão, tentei a semana toda repetir as condições de sábado para que ele dormisse bem, tudo deu errado, nada funciona. Muitas sonecas, poucas sonecas, dormir mais tarde, dormir mais cedo, nenhuma variação funciona. Ter que ninar um bebe de 6kg, andando pela casa na madrugada, é muito difícil. Escrevo isso para não esquecer o quão difícil é ter um bebê. Queria ter muitos filhos, mas não sei se dou conta de passar por isso mais vezes. Sem contar que, durante o dia, não consigo fazer muito mais que cuidar dele, brincar com ele, dar atenção.

O que deixamos de entender sobre o mundo quando não interrogamos o que se esconde nas práticas rotineiras do cuidado? O que deixamos de entender se, mesmo em uma abordagem reflexiva, não interpelarmos as condições concretas que o corpo do pesquisador coloca para o desenvolvimento de uma pesquisa? Não me parece uma mera coincidência que o desejo de compreender os sonhos tenha surgido em um momento da vida em que falta tanto sono nas minhas noites.

No relato da pesquisa de mestrado, narrei como as abordagens de pesquisa em Artes surgiram, inesperadamente, ao final da escrita da dissertação, como um fio que me permitiria costurar o trabalho, conectando partes a princípio desconectadas. As perspectivas metodológicas das Poéticas Visuais já estão habituadas a admitir a contradição, a incerteza, o acaso e a impossibilidade de controle rigoroso, bem como a presença do sujeito que vivencia o processo na produção de conhecimento: “*É a experiência que autoriza o artista a ter um ponto de vista teórico diferenciado. Para um artista plástico, é como se as palavras estivessem encarnadas no trabalho e no próprio corpo*” (REY, 1996, p. 85, ênfase da autora). A pesquisa de um artista é concebida como práxis, por articular uma dimensão prática, de criação, com uma dimensão teórica, mas sem permitir que a primeira seja reduzida a uma ilustração da segunda: “longe de procurar subsumir sua prática a um conceito prévio que seria cientificamente aceitável (isto é, desprovido de contradições internas à sua utilização), trata-se, pois (...) de deixar essa prática desdobrar o conceito que ele trabalha, contradição inclusive” (LANCRI, 2002, p. 29). O movimento de criação precede o movimento de teorização e as ideias sistematizadas no trabalho teórico alimentam as redes de significados entrelaçadas à obra artística em retrospecto.

Quero sugerir que a produção de conhecimento nas Ciências Humanas não está tão distante da produção de conhecimento nas Artes, como poderíamos pensar. O senso comum, em geral, liga o fazer artístico à ideia de criação e o fazer científico à ideia de descoberta. Mas também nas Ciências, os movimentos metodológicos do pesquisador criam um espaço específico de encontro com o outro, encontro que não pode ser visto como equivalente aos encontros que se dão fora dos procedimentos instituídos pela pesquisa (MARTINO; MARQUES, 2017).

O cientista também é um criador, alguém que intervém na realidade para poder estudá-la e não apenas coleta, inocente e inconsequentemente, dados que flutuam no vácuo.

A metodologia do trabalho artístico em atelier pensado como *processo*, segundo formulado por Rey (1996), dialoga com a perspectiva do conhecimento produzido no movimento, defendida por Aquino (2022). Quais acasos, tropeços e desvios nos levam até aos arcaibouços conceituais e às referências teóricas que decidimos incorporar à pesquisa? Se nos matriculamos nesta e não naquela disciplina, porque seu horário é mais conveniente, se nos afeiçoamos à figura de um determinado professor que possua alguma característica pessoal com a qual nos identificamos, teremos contato com um recorte específico nas possibilidades de composição do corpo teórico que nos forma. A expectativa de neutralidade na produção de conhecimento esconde embaixo do tapete a realidade, por vezes insuportável, de que não temos todo o controle que cremos ter e que o caminho é feito caminhando.

Essas reflexões levantam a importância de se adotar métodos que promovam a reflexividade e acolham todas as dimensões do pesquisador, tal como o processo de organização de trabalho da antropóloga Nastassja Martin (2021), que divide suas anotações em dois cadernos de campo, um diurno e um noturno. No primeiro, ela faz anotações e descrições mais objetivas, que serão ordenadas depois para dar forma a um trabalho analítico inteligível e compartilhável. No segundo, ela anota sonhos, visões e poemas que a atravessam, de forma sempre fragmentada e instável: “O caderno diurno e o caderno noturno são a expressão da dualidade que me corrói; de uma ideia do objetivo e do subjetivo que preservo apesar de mim mesma. Eles são respectivamente o de dentro e o de fora (...)” (MARTIN, 2021, pp. 26-27).

UMBILICAIS

Engravidiei pela primeira vez um mês após a morte da minha mãe. Naquele momento, porque não tinha amigas tão próximas com filhos e porque já tinha perdido boa parte das mães da minha família materna, precisei recorrer ao Google para investigar se o que estava sentindo poderia ser um sintoma de gravidez. E para muitas pesquisas de tópicos relacionados à gestação e à maternidade, os resultados da plataforma de busca trazem muitos artigos de especialistas e publicações de fóruns provenientes do site BabyCenter, “a principal plataforma sobre gestação e bebês no país”². Foi ali, em meio às partilhas públicas de mulheres, que descobri que úteros grávidos também produzem a sensação da cólica que, habitualmente, conhecemos como menstrual. Também foi ali, nos relatos de mulheres, que encontrei a coragem de que precisava para enfrentar a expulsão do embrião, quando uma ultrassonografia acusou, um tempo depois, o fim daquela gestação.

Meu processo de matrescência, entendida como a transição para a maternidade, da primeira gestação à dissipação das sombras do puerpério e além, aconteceu em meio a encontros constantes com as experiências e os saberes de outras mulheres nessa plataforma. E porque minha pesquisa do mestrado me conduziu a um entendimento muito mais generoso da riqueza das trocas entre mulheres, o desejo de construir caminhos metodológicos e ações compartilhadas com os sujeitos de pesquisa “interroga sobre a trama das relações, as capacidades de criá-las ou de ignorá-las, suas transformações, o que elas fazem às pessoas e aos coletivos” (MOLINIER; PAPERMAN, 2015, p. 51).

² Sobre o BabyCenter. Disponível em: <https://brasil.babycenter.com/e200001/sobre-o-babycenter>. Acesso em 20 de maio de 2023.

Uma manifestação bastante acentuada da separação entre nós e Gaia se dá nos mecanismos diversos de regulação da maternidade e de disrupção do vínculo materno-infantil, como apontado por Gutman (2016). O obstetra francês Michel Odent (2013) há muitas décadas denuncia as consequências ecológicas da medicalização desnecessária do nascimento e da lactação. Para ele, deveríamos buscar “mamiferizar” o início da vida humana. O vínculo entre uma mãe e sua cria é poderoso por ser a fonte de nossas primeiras experiências sociais.

Toda a vida humana no planeta nasce da mulher. A única experiência unificadora e incontestável compartilhada por todas as mulheres e homens é aquele período de meses que passamos nos desenvolvendo dentro do corpo de uma mulher. Como os filhotes humanos permanecem dependentes da nutrição por um período muito mais longo do que outros mamíferos, e por causa da divisão do trabalho há muito estabelecida nos grupos humanos, onde as mulheres não apenas dão à luz e amamentam, mas a elas é atribuída a responsabilidade quase total pelas crianças, a maioria de nós tem seu primeiro contato com a experiência de amor e decepção, poder e ternura, na pessoa de uma mulher (RICH, 1986, p. 11, tradução própria)³.

No relato da minha pesquisa também já estavam explicitadas as sementes de um pensamento a respeito da conectividade, do vínculo, e da política, do conhecimento e da identidade formados na partilha, na contaminação pelo outro. Mas esse pensamento foi aprofundado no intervalo de quatro anos entre o fim do mestrado e o início do doutorado, quando meu corpo vivenciou o desdobramento e as

³ All human life on the planet is born of woman. The one unifying, incontrovertible experience shared by all women and men is that months-long period we spent unfolding inside a woman's body. Because young humans remain dependent upon nurture for a much longer period than other mammals, and because of the division of labor long established in human groups, where women not only bear and suckle but are assigned almost total responsibility for children, most of us first know both love and disappointment, power and tenderness, in the person of a woman. (RICH, 1986, p. 11)

rachaduras resultantes no meu eu, que me permitiram vislumbrar a rede que nos conecta uns aos outros.

21 de abril de 2020

Enquanto escrevo, nesta terça-feira preguiçosa de feriado e quarentena, sinto os movimentos deliciosos na minha barriga. Às vezes são leves como cócegas, em outros momentos são fortes o suficiente para interromper meu pensamento. Me surpreende o quanto estou encantada com a gravidez. Por muito tempo, a ideia de dividir o corpo com uma nova pessoinha não me atraía — principalmente por saber que as necessidades daquele serzinho deveriam se sobrepor aos meus desejos. (...) Mas a gravidez tem muita magia. Muito mais que dividir um corpo, estamos somando nossos corpos, nossas experiências, nossas fomes, nossas descobertas.

29 de abril de 2020

Quando Inácio se mexe na minha barriga, quando chuta, quando vira para um lado ou para o outro, ele está aprendendo. Está descobrindo o que seu corpo novinho em folha é capaz de fazer. É um aprendizado contínuo, por toda a vida. Eu também estou aprendendo o que meu corpo é capaz de fazer quando meu bebê me chuta, quando aparece em um canto da barriga, quando desafia meus músculos ou meus órgãos abdominais a se adaptarem à sua presença.

14 de maio de 2020

Quando perdi a outra gravidez, consultei os oráculos de mamãe e eles me pediram para não sucumbir ao medo. Tenho tentado domar minha mente medrosa, sei que o estresse é ruim para meu filho. Já sinto, em relação a ele, um amor muito diferente, quase que uma espécie de companheirismo. Com ele, não me sinto sozinha em momento algum. Somos um time juntos, dividindo um corpo, somando nossos corpos. Ardo de vontade de descobrir seu rosto e detalhes de quem ele é, mas sinto que o conheço. É uma relação muito especial. Que bobagem ter pensado que não gostaria da gravidez — tem sido um resgate diário nesse caos. Mesmo com todos os desconfortos que já começam a aparecer, estou encantada com o estar grávida, apaixonada por um corpo que é dois. Por isso, não tenho pressa para as

etapas que virão depois, quero saborear cada momento dessa construção. Assim como o filho, a mãe também precisa de tempo para se formar, amadurecer e nascer.

A gravidez, assim como a quarentena, é um estado de dilatação do tempo. Temos tempo, meu filho.

Ninguém faz nada sozinho, muito menos uma mulher grávida. Quando meu primeiro embrião parou de se desenvolver, semanas antes do exame médico atestar que aquela gestação não era mais viável, comecei a sentir uma angústia que não conseguia nomear. Depois, compreendi que a sensação estranha que senti era a de estar novamente sozinha, depois de viver um tempo constantemente acompanhada.

Tenho pensado na radicalidade da experiência de alteridade que é compartilhar, ainda que por um breve período da vida, o mesmo corpo com um outro: “À medida que ele se distancia e que eu volto a mim, nós nos recobramos um do outro. Ele sem mim, eu sem ele: conseguir sobreviver apesar do que ficou perdido no corpo do outro; conseguir viver com aquilo que nele foi depositado” (MARTIN, 2021, p. 8). Porque todos nós nascemos, essa é uma experiência que todos nós vivenciamos, mas que também todos esquecemos e só uma metade da humanidade, aquela que sangra junto com a lua e que é destituída de poder na organização social, guarda no corpo a capacidade de lembrar dessa alteridade radical na vivência do desdobramento (COCCIA, 2020). O vínculo que nasce no plano concreto do corpo perdura muito além da gestação e da lactação, é nutrido no cuidado ao longo da vida e desafia até mesmo a ruptura da morte. Também não é simples acaso que o interesse em fazer uma pesquisa pautada na defesa radical do vínculo — materno-infantil, mas também aquele que nos liga uns aos outros,

aos outros organismos vivos e ao planeta, em uma dança de interdependência e conexão — tenha surgido depois de ver morrer o corpo que me fez.

GESTAR E SER GESTADA

12 de agosto de 2020. Quarta-feira.

A gravidez me ensina a ser um corpo. Sempre fui mental: pensamentos desconfortáveis em habitar a carne. Tinha preguiça de comer, não bebia água para não precisar fazer xixi. Não comia frutas por causa dos agrotóxicos. Agora, bebo água o dia todo, como frutas — comeria 1 kg de mexerica em uma sentada se pudesse. Meu corpo sinaliza que esta gravidez está chegando ao fim e nos aproximamos do início de uma nova e maravilhosa etapa.

29 de Janeiro de 2021. Sexta-feira.

As noites tranquilas, em que consigo descansar mesmo com o sono partido em alguns pedaços, ainda são raras. Nosso acordo, nossa divisão, em que as madrugadas são minhas e André fica com ele pela manhã, nem sempre é suficiente. Bebês são seres selvagens, muito mais que nossos animais domésticos. Ainda não foram domados. Não deveriam ser. Como me tornar mais selvagem para conseguir me conectar melhor com ele?

Jeanne Favret-Saada escreveu que “as operações de conhecimento acham-se estendidas no tempo e separadas umas das outras: no momento em que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que a narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde” (2005, p. 160). Durante a pesquisa do mestrado, minha compreensão da afetividade na produção de conhecimento não alcançou todas as suas dimensões.

Somente quase um ano depois da banca de defesa da dissertação, quando estava escrevendo o relato da pesquisa, depois de viver uma sequência de perdas que arrasaram meu mundo, pude enxergar a profundidade das redes que ligavam minha produção à minha vida. O projeto do doutorado, por outro lado, foi concebido em uma longa gestação, após a qual foram paridos, ao mesmo tempo, um filho, uma mãe, uma ideia, um corpo transformado, um futuro e um vínculo capaz de dobrar a passagem do tempo. Entro, agora, em uma nova etapa nesse encadeamento contínuo que é a vida, em que serei gestada, enquanto pesquisadora, pela vivência do processo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BERGER, John. Por que olhar para os animais? Tradução de Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Fósforo, 2021.
- COCCIA, Emanuele. **Metamorfoses**. Tradução de Madeleine Deschamps e Victoria Mouawad. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2020.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. Tradução por Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.
- GUTMAN, Laura. **A maternidade e o encontro com a própria sombra** [recurso eletrônico] / Laura Gutman; tradução Luís Carlos Cabral, Mariana Laura Corullón. - 1. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.
- HAMLIN, Cynthia Lins. **Ontologia e gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol.23 no.67. São Paulo: Junho, 2008. p. 71-81
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LANCRI, Jean. Colóquio sobre a metodologia da pesquisa em artes plásticas na universidade. In: BRITES; TESSLER (org.). **O meio como ponto zero**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002. (Coleção Visualidade; 4.)

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019

LIMULJA, Hanna. **O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos yanomami**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

MARTIN, Nastassja. **Escute as feras**. São Paulo: Editora 34, 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Angela. Cristina Salgueiro. A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. **Encontro Anual da Compós**, São Paulo. Anais... São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 06 a 09 de junho de 2017.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Trad. Alice Sampaio, Gisela da Conceição, Manuela Torres. Lisboa:

Dom Quixote, 1975.

MOLINIER, P., & PAPERMAN, P.. (2015). Descompartimentar a noção de cuidado? In: **Revista Brasileira De Ciência Política**, 2015 (18), pp. 43–57.

ODENT, Michel. **Childbirth and the future of Homo sapiens**. London: Pinter and Martin, 2013.

REY, Sandra. Da prática à teoria: três instâncias metodológicas sobre a pesquisa em poéticas visuais. In: **Porto Arte**. Porto Alegre, v. 7, n. 13, p.81-95. nov.1996.

RIBEIRO, Sidarta. **Sonho Manifesto: Dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RICH, Adrienne. **Of Woman Born: Motherhood as experience and institution**. New York: W. W. Norton & Company, 1986.

SCARANO, Fabio Rubio. **Regenerantes de Gaia**. Rio de Janeiro: Dantes Ed., 2019.

9

CENAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA LITERATURA: DA NEGAÇÃO À REATIVAÇÃO SENSÍVEL PELA VIA ESTÉTICO-POLÍTICA

*Vanessa Cardozo Brandão*¹

“A fêmea homo sapiens está sendo canibalizada pelo macho da espécie.

E isto não é ficção.”

Fala da personagem do espetáculo teatral “Ficções”, encenado por Vera

Holtz (2023)

NOVEMBRO DE 2022

- "Não dá mais pra assistir jornal! Só tem esse negócio de mulher apanhando, mulher morrendo, estupro... credo. Pra que ficar falando disso o tempo todo, gente?"

Quase não podia acreditar que estava ouvindo isso daquela pessoa: uma mulher bem informada e que até se orgulhava de ser politizada – sobretudo, uma mulher. Como seria possível não perceber que as cenas repetidas do telejornal de cada dia constatavam uma difícil realidade? Mulheres sempre foram alvo da violência no Brasil, eu sabia disso e a mulher que reclamava do telejornal também. Mas a queixa não era sobre a violência, claro. O que a mulher ao meu lado não tolerava era o fato de a violência estar sendo enunciada, repetidamente. Tornava-se impossível ignorar a realidade, assim.

¹ Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social PPGCOM / Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Afetos – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. E-mail vcbrandao@ufmg.br.

Então, não importava o fato de que uma multidão de mulheres apanhasse, fosse apalpada, esfregada, assediada, invadida, humilhada, violentada ou morta a cada dia, no Brasil. Um levantamento² constata que mais da metade da população brasileira relata ter visto uma mulher sofrer algum tipo de violência no seu bairro ou comunidade ao longo dos últimos 12 meses. Com mais da metade da população como testemunha, a violência contra a mulher acontece. Como a violência pode ser aceita enquanto ação traumática, enquanto é denegada por olhares que recusam o enfrentamento do que testemunham, mesmo com a reiterada denúncia dessa dor na realidade cotidiana do telejornal?

Enquanto olhava para a mulher ao meu lado, atônita, lembrei das leituras de trabalhos de pesquisadores da violência encenada na literatura e no cinema brasileiro – muitos se desdobram sobre obras poéticas a partir de certa expressão da violência em perspectiva masculina: o homicídio, a morte violenta e a brutalidade da vida do homem na cidade, nas ruas, em enfrentamentos ligados a certo ideal de masculinidade que habitualmente se manifesta na violência acontece na cena do espaço urbano³. A violência contra homens é enorme e, habitualmente, acontece no ambiente de “fora”, na paisagem da cidade – o que faz os estudos da violência na literatura e outras artes poéticas contemporâneas se voltarem para certa leitura da relação com o espaço social urbano. Há trabalhos relevantes da crítica sobre o novo

² Dados do levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizado com apoio do Datafolha, **"Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil"**, 4ª edição: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/>, acesso em 18 de abril de 2023.

³ O projeto "Mapa Violência de Gênero" reuniu dados de até 2017 de diferentes fontes e aponta o quanto mulheres e homens são afetados de maneira diferente pela violência no Brasil. Os homens são 92% entre as vítimas de homicídios, sendo que a maior parte deles morrem em vias públicas. Dos homicídios, apenas 11% dos homens é morta em casa, enquanto 30% das mulheres. Disponível em: <<https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>>, acesso em 25 abril de 2023.

“realismo” periférico e pesquisadores da estética violenta em fenômenos que encontram seu expoente na “Cidade de Deus” de Paulo Lins, mas também na recorrência da expressão da violência na paisagem urbana, em obras de ficcionistas como Marcelino Freire, Fausto Wolff, Marçal Aquino e outros.

Também em obras de autoria feminina (Ana Paula Maia ou Conceição Evaristo, por exemplo), a violência se situa na paisagem da cidade – mas é notável que ela não fica circunscrita ali: para as mulheres, movimentar-se é correr o risco da violência que está fora, nas ruas. Há ainda a possibilidade da violência que está dentro, alcançando espaços privados, como o mundo do trabalho e até mesmo no lugar que deveria ser sinônimo de abrigo e proteção, como o ambiente doméstico⁴. Para nós, não há “fora” da violência.

Minha mente realizava digressões sobre leituras. A indignação da mulher ao lado com o “exagero” do telejornal tinha me atingido em cheio, solicitando mais do que explicações ou tentativa de argumentação: a reação da mulher às notícias pedia espaço para ressoar em mim, em meu corpo feminino. Passei alguns meses presa nessa cena, sentindo e procurando sentido na repulsa da mulher conhecida ao noticiário televisivo local.

Agora, recupero algumas perguntas que retornam desde quando assisti atônita às unhas feitas da mão nervosa da mulher ao lado no controle da tevê, rapidamente mudando de canal: quando é necessário (porque é ético) dizer algo da violência normalizada que se pratica

⁴ Ainda é difícil estimar o quanto, mas os levantamentos iniciais dos anos de 2020 e 2021 por pesquisadores brasileiros já induzem à constatação de uma piora significativa dos índices gerais de violência doméstica como reflexo da pandemia de Covid-19. Disponível em < <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-Covid-19>>, acesso em 18 de abril de 2023.

contra mulheres? Como comunicar a violência sem praticar outra violência contra as mulheres já marcadas pelo trauma cotidiano? A literatura, então, me oferece alguns caminhos a explorar e a seguir, a partir de seus diversos modos de colocar em cena a violência contra a mulher. Começo por aí: o que significa “encenar” a violência?

CENAS DA VIOLÊNCIA – MÉTODO E ENCONTRO DOS AFETOS DA PESQUISADORA COM O PENSAMENTO SOBRE O MUNDO

Como procurarei mostrar, algumas autoras e autores expressam o tema na literatura e frequentemente se valem da construção da cena da violência contra a mulher como momento chave no encadeamento narrativo, em que a ficção efetiva nossa relação de vínculo com o presente histórico, com seus dissensos. Aqui, retomo a discussão nos termos de Jacques Rancière (2020) para apostar na potência da cena, enquanto condensadora sobre a história e o presente que partilhamos.

Um quadro visual; certo modo de estar e agir no espaço determinado em recorte temporal; a narrativa da disposição de objetos e sujeitos em uma paisagem... afinal, o que serão cenas? Neste trabalho, sou inspirada pelo “método da cena” de Rancière, tomando-as como “pequenas máquinas teóricas construídas para encenar e questionar as partilhas ingênuas sobre as quais normalmente se fundam a dignidade do pensamento ou o rigor da ciência” (2020, p. 26). Elas visam articular as redes da experiência do ordinário com a ordem ampliada das coisas e, por vezes, podem inverter hierarquias, buscando realizar uma partilha entre as palavras enunciadas na pesquisa e as palavras de outras e outros, encontradas nos fenômenos que buscamos apreender.

A um só tempo, cenas são método e ação da escrita de pesquisa. Volto-me para as cenas da violência contra a mulher na literatura, pois

elas condensam instantes “que dividem o tempo e tornam a ordem das coisas entregue à sua contingência” (Rancière, 2020, p. 27). Inspirada pela *misè-en-cene* que, segundo Adnen Jdey (2020), é fundante no pensamento-escrita de Rancière, enquanto escrevo percebo estar operando certa “dramatização teórica”. Desde a abertura deste trabalho, você já deve ter sentido que ele não se sustenta na clivagem sujeito/objeto de pesquisa. Este texto opera como maquinaria do qual a pesquisadora que sou faz parte, e que pretende articular cenas do cotidiano contemporâneo que me atravessam, criando modos de entrada no fazer-pensar e fazer-sentir sobre como a realidade enuncia sobre a violência contra a mulher. Violência que se constitui de modo singular e, simultaneamente, coletivizado pela performance da escrita que vai além da reflexão sobre o individual, se expandindo para o campo da reflexão sobre a história, enquanto presente partilhado por todos nós. Que presente é este, que história amplificada pode ser refletida com as cenas presentes na literatura contemporânea para colocar em evidência a violência sobre o corpo feminino?

Rancière nos lembra que a cena, enquanto conceito-ação, é um vocábulo vindo da ficção teatral e herda desta origem sua potência: ela tem uma racionalidade polêmica porque “encena” a partilha feita na relação “entre palavras e movimentos dos corpos, entre um espetáculo percebido e um ensinamento aprendido” (2020, p. 30). Essa perspectiva pode também ser aproximada da de Jean-Luc Moriceau sobre os afetos na pesquisa acadêmica, para quem “os lugares de pensamento permitem uma experiência e uma relação estética com a pesquisa, conferindo a ela outra intensidade e ressonância” (2020, p. 110 e 111).

Neste trabalho, realizo uma dupla investida: tanto da cena (literária) enquanto corpus de análise deste trabalho, quanto da cena

enquanto método para construção da escrita afetiva da pesquisadora que, inscrita diante dos encontros cotidianos com o outro, se afeta pelo fenômeno da violência de gênero enquanto experiência sensível que mobiliza em direção à reflexão teórico-crítica-empírica, caminhando lado a lado com um movimento de auto-reflexividade:

Eis que algo nos intriga, nos perturba, nos deixa com raiva. Sentimos que há algo sobre o que podemos testemunhar, algo que nos obriga a pensar. O encontro com os rostos, humanos ou não, nos ensina, revela pistas, abre caminhos, produz avanços, possibilidades - e temos a certeza de que gostaríamos de transmitir essa dádiva ao leitor. A escritura dos afetos busca, portanto, ser sensível, testemunhal, reflexiva, criativa e performativa. (MORICEAU, 2021, p. 18).

Essa pesquisa parte dos afetos da pesquisadora diante do encontro com o outro diverso: seja ele a face de uma mulher irritada com o telejornal, seja ele o outro encontrado na ficção, personagens violentas, vítimas e testemunhas da violência contra a mulher em obras literárias contemporâneas. Nesses atravessamentos, o fenômeno da vida social se encontra com a Literatura, agora convocada ao lugar cotidiano da leitura que produz uma rede de afetações e me leva a performar um testemunho da potência literária engajada com a realidade social que nos é contemporânea.

DUAS CENAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA LITERATURA: CORPOS NA ESCRITA, CORPOS ESCRITOS E O CORPO DA ESCRITA

Antes de explicitar as motivações que levaram a eleger as duas cenas literárias que figuram neste trabalho, começo por uma observação geral que pode te surpreender (tal como surpreendeu a

mim): as cenas de violência contra a mulher na literatura contemporânea são mais frequentes do que se poderia supor.

Provocada pelas perguntas que havia levantado antes, no encontro com uma mulher que leva a pensar sobre o “negar-se a ver” a realidade cotidiana na violência no telejornal, comecei a me questionar: como eu mesma lia essas e outras cenas de violência? Mais do que reagir racionalmente e produzir lógicas para sentidos sobre a violência, como se estabelecem manifestações de uma afecção⁵ aos relatos da violência? Antes de nos demandar a racionalidade, a violência nos afeta na camada sensível: é nosso corpo que responde, com horror (ou com interesse, curiosidade, indignação, raiva, resignação, indiferença, prazer) à cena de um crime violento que se apresenta ao nosso testemunho. Teria eu sido capaz de reconhecer e nomear tais cenas como violência de gênero, enquanto as lia em textos literários?

Corri à estante do escritório, passeando os olhos pelos muitos livros que ocupam a parede extensa com prateleiras do chão ao teto, movida por uma busca: ali, entre tantos livros de literatura já lidos, saberia eu estimar quantos e quais deles carregam cenas de violência contra a mulher? Um, dois, cinco, dez, mais de uma dezena: já estou perto de algumas dezenas e isso apenas olhando os títulos, puxando o fio da memória de enredos lidos – alguns há mais de duas décadas. A contagem me faz perceber que eu mesma não rejeitava a literatura com

⁵ Retomando Carlos Mendonça, a partir de sua leitura do corpo e afetos em Spinoza, compartilho sua compreensão do potencial cognitivo das afecções: “Para Spinoza, todo conhecimento chega até a mente por meio de um corpo afetado. Os pensamentos são resultados das afetações entre os corpos. São as afecções que possibilitarão o conhecimento intercambiado pelos corpos e consciências.” (MENDONÇA, 2021, p. 36)”. Assim, tomamos os afetos como a resposta sensível do corpo às interpelações do mundo ao seu complexo corpo-mente, para além das simples emoções ou paixões (embora a afecção possa ter efeito visível através das emoções ativadas e nomeadas por nós, enquanto expressão do processo de mobilização afetiva).

esse tema. E mais: as cenas de violência tinham sido capazes de deixar como rastro alguma impressão subjetiva na leitora que sou – porque era capaz de apontar e lembrar vividamente de como esses livros tinham me afetado.

É então que me dou conta de que, no arquivo de autores e autoras de minha preferência (a maior parte de obras que datam do final do século XX para cá), as cenas de violência contra a mulher habitam muitas páginas. Alguns contos de Clarice Lispector, a tetralogia napoplitana de Elena Ferrante, "Tudo é Rio" de Carla Madeira, "O peso do pássaro morto" de Aline Bei, "Meio Sol Amarelo" de Chimamanda Ngozie Adichie, "Baratas" de Scholastique Mukasonga, "As alegrias da Maternidade" de Buchi Emecheta, "Olhos d'água" de Conceição Evaristo, entre outras autoras – mas não apenas as mulheres. Romance e contos de Marçal Aquino, "O Ensaio sobre a Cegueira" de José Saramago, a trilogia "As areias do imperador" de Mia Couto, "Lavoura Arcaica" de Raduan Nassar, "Torto Arado" de Itamar Vieira Junior – a lista poderia continuar (te convido para lançar o mesmo olhar ao seu inventário de leituras): o objetivo aqui não é esgotá-la, mas apontar para a capacidade de mobilização afetiva que a literatura tem de não apenas tornar visível, mas marcar a realidade sensível de leitores quanto à violência de gênero.

Entretanto, em busca no repositório Capes⁶ por artigos, teses e trabalhos acadêmicos sobre representações da violência na literatura, há

⁶ Busca realizada em 19 de junho de 2023 no portal de periódicos Capes. Na primeira busca, combinei os termos "Violência" e "literatura contemporânea", resultando 774 recursos online sendo 570 em periódicos revisados por pares, onde faço notar: a) ocorrência de numerosa categorização da violência (violence, violencia e violência somando 256 ocorrências) e b) ainda mais estudos categorizados diretamente como estudos de literatura (Literature, Literatura, Crítica Literária, Literary Criticism, Novel, Romance, Brazilian Literature, Spanish Literature, French Literature, Portuguese Literature, Italian Literature somando 366 ocorrências) além de outros categorizados em áreas afins e correlatas (Language and Linguistics, Language. Humanities and Multidisciplinary, Politics somando 84

numerosa fortuna crítica no recorte da literatura brasileira contemporânea. Mas encontro poucas referências específicas sobre a violência contra a mulher na literatura. Alguns estudos sobre personagens femininas e escrita feminina operando na injunção literatura e gênero: a abordagem que aqui desejo projetar busca percorrer outro caminho. Interessa-me olhar para a literatura como dispositivo de narração do cotidiano: como a violência contra a mulher se apresenta nos atravessamentos e interação entre obra poética e vida social.

De partida, é preciso dizer: a literatura que traz cenas de violência escolhe não se calar. Diante dos riscos de uma escrita da violência, como o de ser ela mesma violenta ou o de estetizar a própria violência, abster-se de falar não parece ser alternativa para esses autores e autoras. Conscientes do risco, eles parecem navegar através de uma tensão: entre convocar o sensível como estratégia de mobilização e engajamento afetivo dos leitores, e a ética de falar sobre uma violência que produz tantas vítimas. Colocar leitores no lugar de testemunhas diante da violência, fazendo resistir um incômodo, um sofrimento da testemunha diante da dor da vítima: essa parece ser uma chave importante para o dispositivo ético-político da cena de violência enquanto narrada na literatura. A partir da tensão - e da escolha ética de privilegiar

ocorrências). Nessa primeira busca, merece menção a mais numerosa produção concentrada no periódico "Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea" (UNB), com 105 artigos publicados. Em uma segunda busca, combinei os termos "violência de gênero" e "literatura contemporânea", que resultou em 139 recursos online sendo 100 em periódicos revisados por pares, mostrando que o tema da violência de gênero é bem menos frequente, dentro das pesquisas na injunção entre violência, gênero e literatura contemporânea, o que se nota com: a) ocorrência menos numerosa de violência (violence + violência somando 34 ocorrências), sendo ainda menor a menção específica a violência de gênero (8 ocorrências); b) diminuição significativa da ocorrência de trabalhos categorizados como estudos de literatura (Literature, Novel, Novels, Crítica Literária, Literary Criticism, Spanish Literature, Contemporary Literature, French Literature, Brazilian Literature somando 65 ocorrências) e por fim; c) a demarcação de interseção com o campo de estudos de gênero, a partir da perspectiva do gênero feminino (gender, gênero, género, women, feminism, women's studies somando 45 ocorrências).

determinada literatura que situa o leitor na encruzilhada do testemunho da violência contra a mulher e a tomada de posição autoral por uma mobilização dos afetos de leitores na direção do sofrimento e da dor, fazendo persistir o incômodo diante da violência -, é que realizo algumas escolhas de cenas literárias convocadas para este trabalho.

Depois de um segundo olhar para os títulos na estante de livros de ficção, e da descoberta de que a violência contra a mulher é mais frequente do que inicialmente eu havia suposto, a partir dos textos literários que me conformam enquanto leitora e crítica, passo a organizar algum critério para construção do corpus literário em que irá incidir esta leitura temática em abordagem comparativa. Como se vê, não ambiciono inventariar cenas de violência em toda A Literatura (uma entidade genérica e grandiosa por demais) – e sim partir de uma leitura comparada em que selecionei, dentre algumas leituras do obras contemporâneas⁷, duas cenas marcantes que narram a violência contra a mulher, com alto impacto sensível e grande capacidade de impressão subjetiva sobre leitores distintos.

Para isso, além das minhas próprias leituras, busquei compor um *corpus* que vem também da coleção de impressões tomadas de alunos da disciplina de Comunicação e Literatura (que leciono na graduação em Comunicação Social na UFMG desde 2017): na dinâmica da matéria, discentes podem escolher leituras de um repertório estabelecido na partilha entre docente e discentes, ao início do semestre letivo. Aos poucos, mesmo com a atualização contínua da lista de livros ao longo dos seis anos de oferta da disciplina, fui percebendo que certas leituras

⁷ Para formular a articulação entre a literatura e cotidiano, estou partindo de obras literárias que operem na escrita que se funde ao tempo presente, a partir da chave do contemporâneo pensando-o como saber ver na “obscuridade” do tempo presente, a partir de Giorgio Agamben, em “O que é contemporâneo?” (2009).

eram recorrentes na escolha de alunas e alunos, se repetindo semestre após semestre. Me parecia que eles já sabiam algo do impacto afetivo dessas obras (seja pelo paratexto, ou mesmo elementos extratextuais do cotidiano da vida social – através de críticas, resenhas, adaptações dos livros para cinema e série). Discentes elegiam tais obras, talvez pela antecipação da sua disposição a dialogar afetivamente com elas. Nas aulas de discussão das obras, muitos se diziam impressionados e impactados com duas cenas, em particular: a cena do estupro em “Ensaio sobre a Cegueira” de José Saramago, e a cena do estupro em “O conto da Aia” de Margaret Atwood.

Há algumas explicações para a força mnemônica e o impacto das cenas de violência nessas obras, porém esse trabalho abdica de explicar pela via do sentido (enquanto produção de significados possíveis da violência nessas obras), para estar-com-os-sentidos a partir da interação do texto literário em seu jogo com os leitores⁸: operar pela afecção e potencial de impacto dessas obras, nos pactos éticos partilhados entre autor e leitores pelo modo como o texto literário faz a mediação dessas instâncias, criando uma determinada “posição” de testemunho partilhado nos livros escolhidos.

José Saramago alerta, já na epígrafe do romance “Ensaio sobre a Cegueira”: “Se podes olhar, vê. Se poder ver, repara” (1995, p.10), frase

⁸ Aqui, estou partindo do conceito de “jogo do texto” de Wolfgang Iser, na Teoria da Estética da Recepção. Ao assumir-se como “modo de criação do mundo”, revelando o romance enquanto construção de um universo criado e controlado pelo próprio autor, o texto supera o caráter mimético de representação da realidade através da linguagem, no sentido platônico. Assim, “os autores jogam com os leitores e o texto é o campo do jogo” (ISER, In: LIMA, 2002, p. 107). No jogo literário, o autor desvela suas encenações e, ao fazê-lo, deixa à mostra os espaços vazios do texto. Desnudando o romance como ato de fingir, o autor rearranja a relação triádica entre real, fictício e imaginário. O texto ficcional mostra um real diferente, o “como se” que incide sobre o real sob um novo olhar: um olhar crítico, desconstrutor que, ao desestabilizar arranjos de sentido internamente ao texto, pode também estimular tal competência nos leitores ao exercitar, pela ação do imaginário, a aplicação do princípio de leitura ao mundo exterior à ficção.

retirada do também ficcional “Livro dos Conselhos”. Este é um procedimento comum do autor, que abre muitos de seus livros com frases inventadas por ele mesmo e colocadas a leitores como citações de livros inexistentes (como o “Livro das Previsões” da citação de abertura de “As Intermitências da Morte”, “Livro dos Contrários” de “O Homem Duplicado” ou “Livro das Evidências”, de “Todos os Nomes”). O tema do enxergar para além do visível está antecipadamente colocado pela voz autoral, que se declara com posicionamentos e alertas convocando a sensibilidade de leitores para uma ética da leitura que participa de sua ética na escrita. É preciso não apenas ver as cenas de violência que virão a seguir, mas reparar. E destaco a ambiguidade da palavra: reparar pode apontar ao leitor para o ato de estar atento para notar, bem como para o ato de consertar a realidade dura que se desenhará nas cenas seguintes.

Também Margaret Atwood prenuncia sua perspectiva ficcional a leitores em epígrafes, com três citações que ajudam a nos situar na paisagem permeada de violências que virá a seguir. Uma citação de Gênesis – importante por evocar a relação entre dogmas do texto religioso e os perigos de uma interpretação literal deles no cenário social; a citação de um provérbio sufi, também soando como alerta; e a citação de trecho do texto satírico de Jonathan Swift “Uma modesta proposta”. A combinação dos elementos intertextuais na abertura do romance também acende o alerta a leitores sobre a ambiência de “estado de exceção” que se desenrolará, com o fato alegórico inaugural do romance.

Para começar, faço notar que as cenas de violência contra a mulher não são secundárias no eixo narrativo de “Ensaio sobre a cegueira” e “O conto da Aia”. Pelo contrário, em ambas, a violência é tematizada através de uma perspectiva social alegórica – retomo aqui o conceito de alegoria

em Walter Benjamin (1984)⁹. Benjamin dá à alegoria um caráter de questionamento da suposta verdade romântica do símbolo, resgatando a alegoria enquanto característica do drama barroco e mostrando ainda como ela reaparece na modernidade. Em oposição ao símbolo romântico, que tem um significado motivado e colado à sua origem, a alegoria guarda na arbitrariedade sua maior potência: ela abre os horizontes de interpretação provocando uma constante renovação de significados.

Tanto Saramago quanto Atwood operam uma tomada de posição ética ao situar seus romances em um espaço ficcional que parece inventado e ainda assim se associa a um espaço social: é fácil para leitores enxergar o mundo “real” das grandes cidades e estados da sociedade de nosso tempo (na virada do século XX para XXI). Ao mesmo tempo, ambos autores extrapolam o cotidiano com fatos absurdos que demarcam o procedimento alegórico enquanto estratégia, operando entre extremos: as epidemias de cegueira e infertilidade se tornam emblemas em sociedades que exercem a violência sob pretexto do “estado de exceção”. Leitores são situados em um espaço imaginário que, embora distante pelo absurdo dos acontecimentos, parece próximo a nós. Assim, a violência (não apenas contra a mulher, mas enquanto emblema de um cenário social) é elemento central nestas obras literárias.

⁹Tomando como herança a tradição retórica, o romantismo evolui para um conceito redutor da alegoria, percebendo-a apenas como revestimento de uma abstração, em oposição ao símbolo, que teria um caráter de significação universal e unificador. Foi Walter Benjamin quem apontou essa redução do conceito operada pelo romantismo e reivindicou um novo lugar para a alegoria enquanto forma de expressão. Estudado por Benjamin (1984) como expressão representativa do drama barroco alemão, o conceito de alegoria é para este autor mais do que uma simples técnica de ilustração. A alegoria benjaminiana é antes uma forma de expressão, como a própria linguagem escrita, que reflete um tipo de representação do mundo atrelada ao momento histórico da construção do discurso. Como alerta Kátia Muricy (1999, p. 159), “a teoria da alegoria de Benjamin, muito mais do que constituir a categoria-chave para a compreensão do barroco literário alemão do séc. XVII, quer constituir-se como uma categoria estética capaz de dar conta das características de sua contemporaneidade artística”. Aqui, percebo ainda a recorrência dessa forma ambivalente da alegoria benjaminiana nos dois romances trazidos à cena analítica – indo para além do marco temporal da “modernidade”.

Ambos romances abdicam de explicar a criação de fatos ficcionais que justificam e tornam verossímil a sucessão de acontecimentos violentos para a humanidade. Desejo destacar como, a partir da realização do irreal nas narrativas, torna-se possível a inserção específica de cenas de violência contra a mulher, como o “outro” da humanidade – categoria que se torna genérica demais, diante dos dois romances. Como outro da humanidade, centrada na perspectiva masculina como norma, a mulher será, tanto em “Ensaio” quanto no “Conto” a vítima protagonista das maiores violências – e ambas obras expressarão isso de modos distintos.

Neste ponto, me interessa demarcar algo importante para situar a ocorrência das cenas de violência, nestes romances. A violência não “emerge” inusitadamente, como disrupção criada para gerar efeito de choque e reversão das expectativas do leitor. Tal estratégia narrativa, frequente na estética literária, tem efeitos na mobilização afetiva de leitores, geralmente ligados à espetacularização e à criação de pactos de leitura que levam ao engajamento emocional da audiência com a trama. Mas o “Ensaio” e o “Conto” parecem escolher outro caminho para narrar a violência.

Devo explicitar que não me interessa, com o contraste, dizer que uma obra que faz esse apelo espetacular à violência é qualitativamente melhor ou pior do que outra. São expressões distintas da escrita. Entretanto, para o viés da violência de gênero desta leitura aqui realizada, diante das implicações de como expressar a violência contra a mulher em textos de circulação em uma sociedade profundamente marcada pela prática cotidiana violenta, é preciso que eu seja clara. Junto aos autores de ficção eleitos para esta leitura comparada, tomo uma posição: construir a violência na trama, antecipá-la, colocá-la não restrita a uma

cena de reversibilidade emocional, mas como um dos fios que atravessa a própria estrutura narrativa parece corresponder a um projeto ético-político de literatura, enquanto mediação de reconhecimento da vida social. A ficção alegórica, tanto em Saramago como em Atwood, parece estar interessada em tornar visível – através de uma tática do absurdo que as epidemias de cegueira e infertilidade expressam alegoricamente – o quanto a violência está entranhada em nossa realidade cotidiana, sendo absurda na realidade assim como na ficção.

As cenas de violência em Saramago e Atwood têm outro paralelo importante: são visuais, narradas para serem lidas como um cinema mental (nas palavras de Ítalo Calvino, 1990) com minucioso detalhamento descritivo. É possível visualizar cada palavra-detalle enquanto se lê, tanto em sua parte na totalidade quanto nos pequenos detalhes que parecem, por vezes, ser metonímicos e condensar o sentido de concretude, do corpo da violência ao corpo da letra:

A mulher do médico encontrava-se junto ao catre para onde havia sido levada, estava de pé, com as mãos convulsas apertando os ferros da cama, viu como o cego da pistola puxou e rasgou a saia da rapariga de óculos escuros, como desceu as calças e, guiando-se com os dedos, apontou o sexo ao sexo da rapariga, como empurrou e forçou, ouviu os roncões, as obscenidades, a rapariga dos óculos escuros não dizia nada, só abriu a boca para vomitar, com a cabeça de lado, os olhos na direção da outra mulher, ele nem deu pelo que estava a acontecer, o cheiro de vômito só se nota quando o ar e o resto não cheiram ao mesmo, enfim o homem sacudiu-se todo, deu três sacões violentos como se cravasse três espeques, resfolegou como um cervo engasgado, acabara. A rapariga dos óculos escuros chorava em silêncio. O cego da pistola retirou o sexo que ainda vinha a pingar e disse com voz vacilante, enquanto estendia o braço para a mulher do médico, Não tenhas ciúmes, já vou tratar de ti, e depois subindo o tom, Eh rapazes, podem vir buscar esta mas tratem-na com carinho, que ainda posso

precisar dela. (...) O cego da pistola tinha-se sentado na cama, o sexo flácido estava pousado na beira do colchão, as calças enroladas aos pés. Ajoelha-te aqui, entre as minhas pernas, disse, A mulher do médico ajoelhou-se, Chupa, disse ele, Não, disse ela, OU chupas ou bato-te, e não levas comidas, Não tens medo de que to arranque à dentada, perguntou ela, Podes experimentar, tenho as mãos no teu pescoço, estrangulava-te antes que chegasses a fazer-me sangue, respondeu ele. (...) A mulher do médico inclinou-se para diante, com as pontas dos dois dedos da mão direita segurou e levantou o sexo pegajoso do homem, a mão esquerda foi apoiar-se no chão, tocou nas calças, tacteou, sentiu a dureza metálica e fria da pistola, Posso matá-lo, pensou. Não podia, com as calças assim como estavam enrodilhadas aos pés era impossível chegar ao bolso onde a arma se encontrava. Não o posso matar agora, pensou. Avançou a cabeça, abriu a boca, fechou-se, fechou os olhos para não ver, começou a chupar. (SARAMAGO, 1995, p. 176-177)

Precedida por uma série de acontecimentos extraordinários anteriores, a narrativa do “Ensaio” apresenta muitas violências entre diferentes "categorias" de seres humanos alegóricos - simultaneamente indivíduos e emblemas de posições sociais como representantes de governos, da polícia, pessoas de classes e tipologias de sujeitos tão distintos quanto a galeria de personagens médico, mulher do médico, prostituta, ladrão, uma criança, um velho. Entre violências muitas, a cena de estupro coletivo em “Ensaio sobre a cegueira” ainda é particularmente intensa e forte. A escrita dura, a aspereza da matéria narrada nos provoca e mobiliza afetos desconfortáveis, ou mesmo intoleráveis, durante a leitura. O “sexo a pingar”, a imagem do vômito da prostituta enquanto é estuprada, a ordem de “chupar”: o corpo da matéria encontra o corpo da escrita, que encena o corpo físico do sofrimento a que mulheres são submetidas – além do caos e da

precariedade do confinamento, também contingenciadas a submeter-se a violência sexual para receber e oferecer alimento aos demais.

Parece-me ser difícil sustentar a ideia de que a cena seja escrita com o objetivo de chocar leitores porque, afinal, outras anteriores já antecipavam todo o estado geral de degradação física, com longas e detalhadas descrições da decadência do local da quarentena dos contaminados com a cegueira branca. O espaço do manicômio é estratégico, no desenho de um microcosmo social: performance cênica que permite refletir tanto sobre a dimensão de espaço social partilhado (como uma metonímia da sociedade lá fora), quanto o espaço da intimidade, da interioridade: fora e dentro, assim o espaço das camaratas mantém uma riqueza ambivalente, como Walter Benjamin insiste em reforçar como força dialética da imagem alegórica.

No entanto, se a cena de estupro mobiliza diversos afetos em leitores – asco, horror, repulsa, raiva – nada disso acontece unicamente nesta cena, como se fosse ela um acontecimento narrativo excepcional. Na verdade, ela ocorre próximo ao meio do romance (no tempo cronológico da leitura) e parece ser o culminar de um contexto em que uma série de exceções e violências são praticadas por homens contra a humanidade – até chegar ao ponto ápice como a maior das violências: aquela praticada contra mulheres.

De certo modo, essa construção da cena como uma “somatória” de violências entre tantas outras praticadas no espaço ficcional inventado pelo autor também parece ser o modo da inserção da cena de violência por Margaret Atwood em “O conto da Aia”. A cena de violência sexual se apresenta apenas no capítulo dezesseis, quando leitores já parecem habituados a um contexto de exceção instaurado pelo estado totalitário teocrático da República de Gilead. Somos aos poucos apresentados à

lógica violenta da sociedade ao longo da narrativa de Offred, que acontece em um vai-e-vem espaço temporal de narrações do “presente” intercaladas com suas memórias de um mundo “normal”, anterior ao estado atual e deteriorado – notadamente, com mais impacto e opressão sobre as mulheres do que sobre homens, mas também afetando homens de estratos sociais afastados do poder (como a posição de alguns personagens revelam na trama).

A Cerimônia se desenrola como de hábito.

Deito-me de barriga para cima, completamente vestida exceto pelos amplos calções de algodão. (...)

Acima de mim, em direção à cabeceira da cama, Serena Joy está posicionada, estendida. Suas pernas estão abertas, deito-me entre elas, minha cabeça sobre sua barriga, seu osso púbico sob a base do meu crânio, suas coxas uma de cada lado de mim. Ela também está completamente vestida.

Meus braços estão levantados: ela segura minhas mãos, cada uma das minhas numa das dela. Isso deveria significar que somos uma mesma carne, um mesmo ser. O que realmente significa é que ela está no controle do processo e portanto do produto. Se houver algum. Os anéis de sua mão esquerda se enterram em meus dedos, pode ser ou não vingança.

Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior do meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenho concordado formalmente em fazer. Não havia muita escolha, mas havia alguma, e isso foi o que escolhi.

Portanto, me mantenho deitada imóvel e imagino o dossel que não vejo acima da minha cabeça. (...)

Serena Joy agarra minhas mãos como se ela, não eu, é quem estivesse sendo fodida, como se ela o achasse prazeroso ou doloroso, e o Comandante fode, com um ritmo regular de marcha de compasso dois por quatro, sem parar, como uma torneira gotejando. Ele está preocupado, como um homem

cantarolando consigo mesmo no chuveiro sem saber que está cantarolando; como um homem que tem outras coisas em sua mente. É como se eles estivesse em algum outro lugar, esperando por si mesmo gozar, tamborilando com os dedos no tampo da mesa enquanto espera. Há uma impaciência no seu ritmo agora. (...)

A gente se desliga, se distancia. A gente representa.

Ele goza, finalmente, com um gemido abafado como se de alívio. Serena Joy, que esteve prendendo a respiração, a expele. (...) Serena Joy solta minhas mãos. (ATWOOD, 2017, p. 144-117).

A cena narrada em “O Conto da Aia” parece ter outro modo de afetação da sensibilidade de leitores: narrada pela vítima que sofre o abuso e, paradoxalmente, parece mais “distante” do que a violência descrita pelo narrador do “Ensaio” de Saramago. Aqui, o que testemunhamos como leitores é uma narrativa que parece afastada, como se a personagem contasse da sua experiência na perspectiva de “fora de si” – inclusive emocionalmente, sugerindo estar mais entediada e ansiosa com o final do acontecimento do que estar em sofrimento físico. Vejamos como a autora produz esse modo de afetação no texto: a personagem se refere à sua posição no ambiente (também descrito como um espaço alheio a ela) e pouco se refere às suas ações: apenas em dois momentos ela tem ação própria, “deito-me”, “Me mantenho deitada”. Em todos outros, a voz passiva indica que a personagem de Offred é “agida” por outros sujeitos: sua saia “é puxada”, seus braços “são levantados”. Embora a vítima seja a narradora, ela usa de certo distanciamento para narrar a ação dos sujeitos da ação violenta: o Comandante e a esposa Serena Joy – essa “segura” ou “agarra as mãos” e “está no controle”, enquanto ele “está fodendo” e age com “certa impaciência”, ele “goza” e ela “expele a respiração”.

O modo com a voz autoral¹⁰ coloca na fala da personagem o relato de algo que ela vive é emblemático: a vítima, que narra como se testemunhasse sua própria cena de violência, não é protagonista nem de sua dor. Mas, ao mesmo tempo, ela é quem detém o poder de enunciar, no papel de narradora. O efeito é ambíguo para diferentes leitores, mas certamente é possível notar que, nesse jogo de vozes e ações, a personagem é situada na posição estratégica de controle da perspectiva da cena. Com ela, estamos situados de modo ambivalente: não sabemos se dentro ou fora da cena, se nos afetamos pela violência dos personagens agentes (comandante e esposa), ou se pela inação e passividade de Offred. Por outro lado, sua impotência de personagem é relativizada pela sua potência narrativa: enquanto ela se mantém “deitada imóvel” ainda lhe é permitido não apenas imaginar o que não vê (“imagino o dossel que não vejo acima da minha cabeça”), partilhando sua perspectiva com leitores.

Outro ponto é o modo como a voz autoral coloca (estrategicamente) a indecisão da protagonista sobre como nomear a violência sofrida. A própria fala da protagonista mostra a hesitação na palavra que melhor nomeia a violência – se “copular” ou “estupro” – então nós leitores (que já estamos em dúvida diante da múltipla posição assumida pela narradora) compartilhamos da confusão com a personagem. Afinal, ela concordou com o ato. Entretanto, a cena não pode ser isolada do romance: diante da sequência de eventos anteriores e posteriores, das violações tantas à liberdade das mulheres, sabemos que não se trata de “opção”: a violência é uma estrutura, para além das faces das

¹⁰ Utiliza-se, neste trabalho, o termo “voz autoral” como equivalente dos conceitos de autor-modelo de Umberto Eco e de autor implícito de Wolfgang Iser, percebendo então voz autoral como o conjunto de estratégias (“vozes”) textuais delineadas no e pelo próprio texto.

personagens-emblemas Comandante, esposa Serena Joy, Aia reprodutora Offred. A voz da narradora da cena (e vítima) é também colocada em xeque diante da construção romanesca do universo da República de Gilead, do qual a casa do Comandante é um microcosmo de internalização da violência que se expressa na estrutura social.

A partir da leitura comparada entre as duas cenas de dois romances distintos – mas ambos com a mesma dimensão ético-estética de crítica social a partir da ficção – desejo apontar como, em ambos, as cenas de estupro exploram certa dualidade na própria definição da violência sexual. “Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenho concordado formalmente em fazer. Não havia muita escolha, mas havia alguma, e isso foi o que escolhi.” – as palavras de Offred aparecem como uma reflexão interna que parece se expandir sobre toda a estrutura do romance: haverá escolha para mulheres, diante das alternativas (também violentas) à própria violência?

No “Ensaio” de Saramago, quando os homens maus da terceira camarata exigem sexo com as mulheres em troca de alimento, se cria uma situação limite. O romance também parece jogar com a própria noção de “escolha” das mulheres diante da norma imposta pelos cegos fortes – no trecho logo antes da cena do estupro, há embate de muitas vozes de homens solteiros, casados e companheiros de mulheres, além de mulheres solteiras: a cena desse diálogo rico revela o dissenso no embate de vozes. Mas diante da multiplicidade de perspectivas, sobressai o posicionamento sobre a capacidade de agência das mulheres, que por fim são sujeitas com poder para escolher se vão se tornar moeda para a negociação por alimento ou não.

A narração dos momentos que precedem a cena de estupro compõe parte da cena da violência simbólica, antecipando a violência física, e é

rico em sentidos e no jogo sensível com diferentes tipologias de leitores, ao explorar o diálogo entre personagens homens (envergonhados por não poderem fazer nada e terem de aceitar que as mulheres trabalhem com sexo para os alimentarem) e mulheres, para decidir quem se candidata.

Mesmo após o tenso diálogo, a voz autoral mostra que todas as sete mulheres da mesma camarata se colocam à disposição para a prática da violência. Nada é “forçado”: todas “escolhem” ir, em função da exigência feita pelos vinte e um homens da camarata que formam uma comunidade de bandidos, gerindo o modo de vida do manicômio em seu favor (diante de um estado-policia! ausente que não se importa com as pessoas jogadas ali dentro em quarentena). O jogo do texto tensiona posições masculinas e femininas, enquanto elege uma posição: os homens falam, mas a escolha autoral é em colocar as mulheres na decisão de seus destinos, diante da violência iminente. Os homens da camarata que com elas convivem, como companheiros ou não, simplesmente precisam aceitar sua condição, como a fala do médico parece explicitar:

Também eu não queria que a minha mulher lá fosse, mas esse meu querer não serve de nada, ela disse que está disposta a ir, essa foi sua decisão, sei que o meu orgulho de homem, isto a que chamamos orgulho de homem, se é que depois de tanta humilhação ainda conservamos algo que mereça tal nome, sei que vai sofrer, já está a sofrer, não o posso evitar, mas é provavelmente o único recurso, se queremos viver, Cada qual procede segundo a moral que tem, eu penso assim e não tenciono mudar de ideias, retorquiu agressivo o primeiro cego. Então a rapariga dos óculos escuros disse, Os outros não sabem quantas mulheres há aqui, portanto você poderá ficar com a sua para seu exclusivo gasto, que nós os alimentaremos, a si e a ela, sempre quero ver como irá se sentir de dignidade depois, como lhe vai saber o pão que nos lhe trouxermos. (SARAMAGO, 1995, p. 167)

As vozes em conflito são um recurso frequente na escrita já embaralhada pela própria expressão dos longos parágrafos sem passagem entre voz direta, indireta e voz do narrador, marca característica da escrita de Saramago. Aqui, eles intensificam a disputa na posição de dois homens – um que deseja mandar em sua mulher e outro que confessa sua “ferida” mas a coloca com autonomia de decisões sobre seu corpo – e, estrategicamente, a voz de uma mulher prostituta. Há também o jogo com o próprio olhar moral de leitores, em diferentes posições de moralidade e ética relativa ao sexo. Mas aqui, quando começa a discussão sobre a escolha das mulheres de se candidatar para atender à exigência dos homens da camarata três, a prostituta entra no embate com a moralidade masculina – “logo ela, que está habituada a fazer sexo para viver”, pensará algum leitor, sendo pego nas armadilhas do jogo calculado de ironia típico da ficção do autor.

É importante pontuar que, na obra de Saramago, sexo não é um tabu - narrar a relação sexual é parte importante no desenho das relações humanas em vários romances do autor. Mesmo no "Ensaio", o capítulo que precede à violência sexual conta com relatos de cenas de sexo, testemunhadas pela mulher do médico enquanto passeia pelas camaratas. Portanto, a ética do projeto autoral não traz a cena de estupro para o campo do falso moralismo nem pratica a interdição da nudez do corpo, já que o erotismo e o sexo figuram ali de modo naturalizado. Já a violência não pode ser naturalizada: parece nos dizer o autor ao denunciar o abuso e a dominação através do estupro coletivo cruamente apresentado. O texto aponta ainda para a capacidade de agência e resistência das mulheres, diante da ação violenta. Basta lembrar que, mesmo com a vergonha e manifestação de proibição do marido, a mulher do primeiro cego decide se submeter ao estupro junto

às outras da sua camarata; e ainda que em condições de evitar a situação por ser a única a enxergar, a mulher do médico se junta ao grupo feminino enquanto planeja furtar a arma do cego da pistola. Quando o plano fracassa, usa a tesoura guardada para assassinar o líder dos cegos estupradores. Essa ação da mulher do médico também coloca outro tipo de violência – a praticada por uma mulher – em um contexto de potência de ação e defesa. De certo modo, o assassinato do líder dos estupradores cria dissidências na imagem de heroína para a personagem. A mulher do médico é uma protagonista complexa, porque sua ética está desenhada na cena – no espaço das ações possíveis da mulher em um cenário que é hostil não apenas a si, mas a um conjunto de pessoas ao seu redor.

Assim também parece ser o percurso da personagem protagonista de “O conto da Aia” de Atwood: Offred é uma personagem que vai se transformando aos olhos de leitores, saindo de uma aparente submissão a um lugar social de resistência e ruptura (que também será violenta) na estrutura de sociedade pervertida que é Gilead, aos poucos revelando a leitores sua capacidade de negociação com as contingências e, por fim, sua capacidade de ação violenta para sair de seu lugar de vítima. A cena de violência sexual contra Offred acontece na chamada “cerimônia”, mas me parece fundamental destacar que a estrutura narrativa do romance mantém a ambivalência entre o sofrimento pessoal da personagem e o sofrimento coletivo da classe das aias, intercalando memórias pessoais da protagonista de um tempo anterior ao estado de exceção que cria a nova ordem social violenta, que estratifica as mulheres tanto pela sua função biológica de reprodução quanto pelo lugar social ocupado por elas na ordem masculina vigente.

O que poderia ver, se abrisse meus olhos, seria o grande dossel branco, da enorme cama de quatro colunas em estilo colonial de Serena Joy, suspenso como uma nuvem pendente acima de nós, uma nuvem ornada com minúsculas gotas de chuva de prata que, se olhadas de perto, se revelariam ser flores de quatro pétalas. Eu não veria o tapete, que é branco, nem as cortinas enfeitadas com ramos e a penteadeira orlada de saia com seu conjunto de escova e espelho com dorso de prata: apenas o dossel, que consegue sugerir exatamente e ao mesmo tempo, pela qualidade diáfana de seu tecido e do bojo da sua curva pesada para baixo, a qualidade de ser etéreo e matéria.

Ou a vela de um barco. Grandes velas enfunadas, costumavam dizer, em poemas. Vela bojuda, de barriga. Impelido para frente pelo bojo profundo que forma a vela cheia e esticada pelo vento.

Uma névoa de Lírio dos Vales nos circunda, fria e desagradável, quase fria e seca. Não há calor neste quarto. (ATWOOD, 2017, p. 144)

O pequeno trecho acima se insere logo antes da descrição da “cerimônia” de violência sexual vivida pela protagonista: irônico o modo como a voz autoral faz um jogo com a voz da personagem, que se torna narradora de algo que ela mesmo diz que não vê: “o que poderia ver, se abrisse meus olhos”, ou “eu não veria o tapete” porque sua perspectiva interna não permite – portanto, é a voz autoral quem joga com o testemunho de objetos mínimos presentes na cena que estão fora de sintonia com a violência que virá a seguir: “nuvem pendente”, “gotas de chuva prata”, cortinas enfeitadas, penteadeira, tapete branco, dossel – cada mínimo objeto parece compor a cena do espaço do quarto, espaço íntimo que é também o espaço da violência.

“Vela bojuda, de barriga”, “bojo profundo” são imagens que parecem trazer uma impressão sensível da atmosfera, ainda que asséptica e “fria e seca”, prenunciadora da prática sexual violenta sem calor, sem desejo – um despejo vazio da violência masculina no corpo

feminino, como a ejaculação do Comandante ou como a expiração da sua esposa, que serão “alívio”. Essa é a palavra usada pela narradora-personagem, que simultaneamente parece narrar como quem vive e como quem assiste, de fora, à experiência da violência. Tal posição no entre-lugar narrativo, oscilando na perspectiva de vítima e de testemunha da cena da violência, é bastante expressiva. Ela nos coloca leitores em uma posição sensível ambígua – o que tem efeitos importantes sobre a confusão de sentimentos que se instala na leitura. A princípio, Offred parece narrar de modo distante, mas poucas linhas depois sofremos pelo seu relato nos posicionar na perspectiva interna do estupro. Na posição "de dentro", partilhamos do sofrimento nas sensações corporais da personagem-narradora, que fornece detalhes da ação violenta de Serena na sua carne, o que parece tão ou mais doloroso do que a penetração do Comandante.

Para finalizar, faço um paralelo importante nessa leitura comparada, com objetivo de pensar não apenas nas estratégias para mobilização afetiva de leitores, mas principalmente no fundamento ético por trás da construção narrativa das duas cenas de violência. Parece-me que ele está no eixo da enunciação: no modo como os romancistas articulam o enunciado sobre a violência contra a mulher com a estrutura dialética da narrativa, operada em ambos textos literários. A forma expressiva que se constrói nas alegorias visuais e na posição irônica de narradores, tanto no “Ensaio” como no “Conto”, coloca em cena mulheres que são protagonistas mesmo de suas dores, fazendo delas vítimas tanto quanto agentes que modificam os contextos violentos por meio de suas ações ou mesmo da sua apropriação do relato (no caso do “Conto”).

Offred é vítima, mas simultaneamente testemunha da violência, o que torna uma consequência a empatia pela personagem quando ela se insurge: por vezes a voz autoral coloca em sua narração coisas que ela não poderia narrar na perspectiva de testemunho, porque estava vivendo de um ponto de vista de dentro. É interessante o jogo de ironia que, ao colocar a personagem protagonista como dentro da vivência e “fora” dela simultaneamente, narra a cena da violência de uma ótica que ela não poderia estar encenando, do ponto de vista da verossimilhança. Mas o texto parece abdicar desse “fundamento” literário em nome do jogo com leitores, para acionar muitas camadas diferentes de sensibilidade diante da violência. Já a mulher do médico do “Ensaio” é, a um só tempo, vítima, testemunha e agente de violência, no romance de Saramago. Nesse sentido, ao espelhar leitores, ambas as obras adotam diferentes estratégias narrativas, elaboradas com o efeito de tensionar o lugar de quem lê/assiste à violência, sentindo-a “de dentro” tanto quanto assistindo-a “de fora” como testemunha – o que nos leva a tomar consciência da violência junto à personagem, para então agir com ela. Retornando às palavras do autor de “Ensaio sobre a Cegueira”, quem sabe almejando para a literatura o papel de “reparar” a realidade absurda da violência.

DA REFUTAÇÃO AO (DOLOROSO) TESTEMUNHO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REGIMES SENSÍVEIS PARA A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NA LITERATURA

Como procurei mostrar, a escrita cênica tanto em Saramago quanto em Atwood parece nos indicar um caminho para a re-sensibilização do olhar sobre a violência. As cenas parecem performar uma estética fundamentada em uma perspectiva ético-política da

expressão literária, que enseja encenar a violência como estrutura, e não como um “acontecimento anômalo” e chocante que apela ao sensível de leitores apenas na excitação instantânea.

Nas obras aqui trazidas, a cena da violência parece se expandir para além dos limites da ficção e desdobra-se sobre o presente (de leitura, de leitores) e o olhar cotidiano: através do *misè-en-cene*, mostrar-se parte de uma situação mais ampla, transpondo a situação específica espaço-temporal dos acontecimentos narrativos, para tecer uma rede de relações de denúncia e crítica social da (in)humanidade que habita em nós.

Diante de Saramago e Atwood, já não podemos virar o olho – deixar de ver a violência (ainda que reste a opção de fechar o livro) não a fará desaparecer. O projeto de afecção de leitores parece construir um contexto ficcional em que as relações desiguais de poder na sociedade fazem parte da cena social maior. Assim, a cidade e o manicômio em caos durante a epidemia da cegueira; a república teocrática e totalitária de Gilead – ambos são espaços ficcionais que são também alegorias da violência materializada que encontra paralelo nas grandes cidades e ambientes domésticos do nosso mundo.

Mas não apenas isso: a potência da configuração afetiva que as imagens detalhistas e visuais de Saramago e Atwood alcançam se deve também à força humana das mulheres que, nestes romances, são mais do que vítimas. São testemunhas de sociedades violentas e se projetam em nós, leitores, como testemunhas em partilha com suas dores. Tal como “Ensaio sobre a Cegueira” e “O conto da Aia” encenam, a cidade, o estado, a casa – a violência contra a mulher encontra espaço na matéria viva que é a palavra. E é também essa matéria o instrumento para enunciar – cenas de (d)enunciação da violência contra a mulher: chega de mulheres morrendo e sendo estupradas no telejornal, mas não

porque chega “para mim” ou para um olhar em particular que denega a realidade. Se está difícil encarar a dor da violência, lutemos contra ela.

Retorno à estante: olho para muitos outros títulos e relembro quantas violências contra o corpo da mulher resistem ali, esperando que o leitor se mobilize e afete para então realizar o reconhecimento da realidade que muitos desejaríamos negar, através da literatura. Penso o quanto faria bem para aquela mulher conhecida que não tolera as notícias de feminicídio ler alguns desses romances. Ao mesmo tempo, me pergunto se ela teria “estômago” para essas leituras. Ou se largaria o livro, abandonando-os com as mesmas mãos que insistem em trocar o canal da televisão, diante da chuva de imagens e notícias de violências cotidianas contra a mulher no Brasil.

A força dessas inquietações veio da partilha com muitas e muitos discentes, leitores dessas e de outras obras na prática da disciplina de “Comunicação e Literatura” na UFMG, desde 2017. A vocês, alunas e alunos, agradeço: não recuaram diante do imperativo ético-político da escrita literária. Comigo, partilharam o desejo de ler o incômodo, o intolerável de tudo aquilo para o que é difícil olhar diretamente no cotidiano, sem grandes doses de sofrimento ou insensibilidade. Somos feito Perseu – buscaremos, na literatura, o olhar indireto ao reflexo de Medusa para lidar com a monstruosidade do seu olhar petrificante. Desde que nos recordemos que antes de ser amaldiçoada, Medusa também havia sido uma serva de Atenas, vítima de violência e culpada de ser bela demais. A monstra Medusa – algoz depois de ser vítima - para quem não podemos olhar sem ficarmos, nós próprios, petrificados de inação. Olhemos pelo reflexo da literatura, então... que ele nos sustente para a reparação e, sobretudo, a urgente transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura Para Quê?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

ISER, Wolfgang et al. **A literatura e o leitor – textos da estética da recepção**. Trad.: Luiz Costa Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ISER, Wolfgang. O ato de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In.: COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 955 – 987.

MENDONÇA, Carlos M. C. Corpos, ontologias e políticas: argumentos na pesquisa afetiva. In: **Afetos, teses e argumentos**. PESSOA, Sônia, MARQUES, Ângela e MENDONÇA, Carlos. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2021. (p. 33 a 50)

MOURICEAU, Jean-Luc. Escritura e afetos. In: **Afetos, teses e argumentos**. PESSOA, Sônia, MARQUES, Ângela e MENDONÇA, Carlos. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2021. (p. 17 a 32).

MOURICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

RANCIÈRE, Jacques e JDEY, Adnen. **O método da cena**. Belo Horizonte: Quixote, 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

10

ATIVISMO AUTISTA NO *INSTAGRAM*: UMA CARTOGRAFIA AFETIVA DE ENUNCIADOS E DEMANDAS NEURODIVERGENTES ¹

Igor Lucas Ries ²

Angie Biondi ³

1. SEMPRE UM PONTO DE PARTIDA

Em um dos textos que discute a atual produção da pesquisa na área da Comunicação, Martino e Marques (2018) observam que as condições epistemológicas circunscritas pelas motivações, interesses, afetos e emoções de pesquisadores e pesquisadoras são, de fato, um substrato material das interpretações dos fenômenos e objetos investigados. No entanto, as condições materiais de uma epistemologia atravessada por aspectos subjetivos e afetivos parecem ainda ser menos valorizadas que os constructos teóricos e metodológicos considerados necessários ao rigor racional e analítico que qualificaria uma pesquisa científica na área.

Longe de pretenderem o estabelecimento de uma dicotomia entre critérios válidos e não válidos o que os autores refletem é que a própria pesquisa em comunicação é nutrida e atravessada por aspectos -

¹ Este escrito compreende um exercício de tecer por muitas mãos; a primeira tessitura vem do Igor, pesquisador implicado com autistas ativistas que escrevem a tese e, a partir dela, articula novos diálogos com referências e colegas, uma delas, a co-autora. Por isso, o texto transita entre primeira e terceira pessoa, em singular/plural, num esforço contínuo de ouvir a si e aos demais.

² Doutorado em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná – PPGCom/UTP. Membro do Grupo de Pesquisa Corpo, Imagem e Sociabilidade (CNPq). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7288-0188>. E-mail: igorlucasries@gmail.com.

³ Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorado em Artes pela Université du Québec à Montréal, Canadá. Líder do Grupo de Pesquisa Corpo, Imagem e Sociabilidade (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0486-1081>. E-mail: angiebiondina@gmail.com.

epistemologicamente legítimos - que são de natureza propriamente subjetiva, simbólica, afetiva, e não exclusivamente racional e cognitiva. Isso, não obstante, é uma característica precípua das pesquisas em comunicação, uma vez que diz dos processos relacionais, interacionais, ativos entre sujeitos, contextos, meios e linguagens, para além dos sociais em suas generalizações.

O que significa objetivar, destacar e problematizar a dimensão comunicativa dos diversos procedimentos humanos - na política, na educação, na produção científica, na criação artística, no intercâmbio cultural? Não se trata apenas de perceber que as pessoas se engajam nestas atividades e processos “conversando”, “se comunicando”. Tratar-se-ia, antes, de procurar perceber o quê - nestes processos especificados por seus modos e objetivos sociais - é entretanto inerente não a estas especificações, mas resultante de (ou referente a) processos mais amplos de trocas simbólicas e de interações que sobre-determinam o que aí se faz (BRAGA, 2011, p. 67).

Entende-se, desse modo, que a ação epistemológica em pesquisas da área requer, em boa medida, acolher e compreender objetos que emergem de um solo de vivências, experiências, observações materiais e trocas cotidianas de qualquer sujeito que se dispõe à pesquisa. Assim, o que Martino e Marques (2018) discutem é que subjetividade e afetividade são aspectos fundantes de qualquer experiência de pesquisa, pois constituintes e constituidores do próprio processo comunicacional que se pretende investigar. Nessa perspectiva, portanto, não há oposição entre demarcação objetiva e subjetiva, mas inter-relação, fluxo, troca interativa em uma prática de pesquisa que entende o “conhecimento como uma elaboração de saberes situados, corporificados”, para retomar a expressão de Donna Haraway (2009, p.22).

Trata-se, portanto, de uma experiência cujo pesquisador carrega consigo o desejo de contribuir com a renovação das condições de reconhecibilidade dadas às vidas dos sujeitos autistas. Aqui eu sou o pesquisador afetado pelo conhecimento empírico, com a sensibilidade própria da experiência de ser pai de um garoto autista, o Davi, e da militância que esse lugar me ensinou. Sou e estou implicado, engajado com o tema e, por isso, acredito poder seguir. Vejo-me neste movimento de repensar a epistemologia no campo da comunicação porque não se trata de um exercício de decifrar textos, as suas funcionalidades ou objetos visuais e verbais. Não apenas isso. Trata-se, portanto, de poder alcançar as dimensões da subjetividade e afetividade e dedicar-me a uma escritura marcada pela exploração das zonas limiares, consciente de que a comunicação é um processo relacional. O vínculo afetivo com o autismo, vindo da experiência relacional, permite-me conexões de mundo, ensina-me e oferece-me questões a serem refletivas. Por isso, para além de uma questão metodológica, entendendo que os afetos revelam os caminhos da investigação, despertam o desejo pelo encontro e dão impulso à pesquisa.

Nesta pesquisa em particular, observamos que as práticas comunicativas e a constituição de dispositivos interacionais nas redes sociais *online* têm sido percebidas como capazes de conduzir importantes transformações, a partir dos agenciamentos e dos arranjos sociais que neles se desenvolvem. Deste modo, sujeitos autistas encontram nas redes um ferramental para se organizarem, expressarem seus pensamentos, declararem suas lutas e testemunhos, bem como narrativizarem suas experiências na vivência com o Transtorno do Espectro Autista, seja em tom de registro, visibilidade,

apoio, desabafo ou qualquer outro desejo capaz de fazê-los sentirem-se mais fortes, visíveis e respeitados.

Assim, a comunicação se apresenta como um processo vivenciado, em movimento, visto que um *post* sobre uma situação ou vivência abre caminho para tantos outros relatos. Nele, é o próprio indivíduo que carrega a condição de produzir novos significados para o autismo, de interagir e se desenvolver, ao invés de apenas reproduzir os significados já existentes. Guiados por esses materiais é que buscamos nos aproximar deste novo contexto empírico para assim entender como esses lugares e teorias complexificam os núcleos que são formados por pessoas que estão no espectro autista situando-as nas próprias reivindicações e demandas, ou seja, como sujeitos da neurodiversidade (SINGER, 2017).

O termo neurodiversidade, inclusive, foi um elemento de destaque inicial e de canalização da atenção de pesquisa. Em síntese, a socióloga australiana e diagnosticada com a síndrome de Asperger Judy Singer (2017) defende que a neurodiversidade é um termo que tenta salientar que uma “conexão neurológica” atípica não é uma doença a ser tratada e, se for possível, a ser curada. Trata-se de uma categoria de diferença humana que deve ser respeitada como outras diferenças (sexuais, raciais, entre outras). Desta maneira, os indivíduos autodenominados “neurodiversos” consideram-se “neurologicamente diferentes”, ou “neuroatípicos” e tal conceito abre possibilidade para a aproximação das teorias de formação de identidade, de redes de sociabilidade e de comunidade, de resistência, bem como da constante negociação pública.

Percebemos que havia aqui um direcionamento de análise, um encaminhamento de pesquisa pela perspectiva da representação discursiva, mais precisamente para os enunciados adotados por estes

indivíduos como forma de materializar o que percebem do mundo, ou seja, como os fragmentos dos fatos, valores, anseios ou movimentações das próprias vidas são expostos. Entendemos, portanto, que tais “representações são alçadas ao *status* de sociodiscursivas” quando o “enunciado desempenha o papel de testemunho de um sujeito sobre o mundo” (PESSOA, 2018, p. 45). Portanto, o ponto é que uma situação de diferença demanda um amplo processo discursivo, de diversos agentes sociais e que tende a se manifestar em uma multiplicidade de contextos, formas e âmbitos comunicacionais.

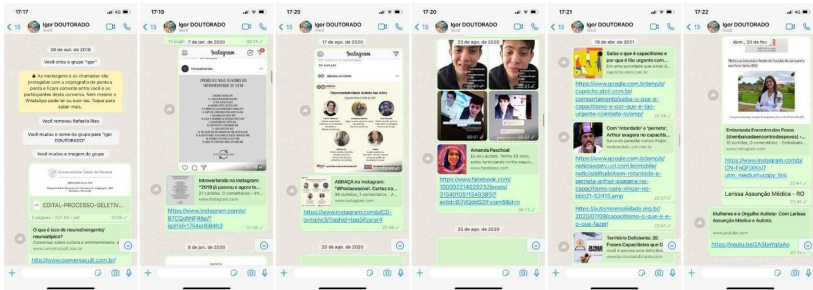
2. CARTOGRAFAR O ATIVISMO AUTISTA EM UM CAMPO DE INTERAÇÕES AFETIVAS

Perambular nos ambientes digitais, em meio ao alto fluxo de mensagens, imagens, ideias e a rápida propagação de informações nos coloca em um ambiente com “ritmos e topografias que produzem a impressão de estarmos em uma praça lotada de pessoas conversando, um espaço de rápida propagação de informações, imagens, opiniões e rumores, exatamente como o turbilhão de fluxos urbanos das grandes cidades [...]” (LEITÃO; GOMES, 2017, p. 45). Foi assim que, em 2019, iniciamos a sistematização do corpus empírico da pesquisa, seguindo as conexões que esta rede de autistas ativistas efetiva para então buscar entender quais são as possíveis produções de verdade ativadas nessas relações, mesmo que de forma circunstancial, na produção de uma sensibilidade fruto desta investigação.

Neste momento foi feito o registro e a organização do fluxo das informações. A principal ferramenta utilizada como “diário de campo” foi um grupo criado no *WhatsApp* (figura 1) para que, pelo *smartphone*, que permanecia sempre comigo, a qualquer momento, pudesse

registrar as observações, ideias, *prints* de postagens, *links* ou inspirações, *flashes*. Apesar do recurso do aplicativo ser um grupo, eu era o único componente dele. Mas nunca estive de fato sozinho: além de mim, no grupo participavam todos os autistas ativistas que observava e lá catalogava. A ferramenta foi muito útil porque registrava as datas das entradas e ainda podia relacionar fatos com o recurso de “responder mensagens”, quando precisava retomar algo ou tecer alinhamentos em inclusões anteriores.

Figura 1 – Diário de Campo no WhatsApp



Fonte: elaborada pelo autor (2022).

Nessa fase de perambulações as paisagens foram sendo definidas e, assim, os mapas foram criados. Passamos a organizar, de modo digital, telas capturadas pelo celular e, posteriormente, pela tela do computador para garantir melhor visualização e leitura quando levadas a compor o corpo da tese. Estas imagens configuram, portanto, materialidades, espécies de fragmentos do trajeto com marcações temporais na rota.

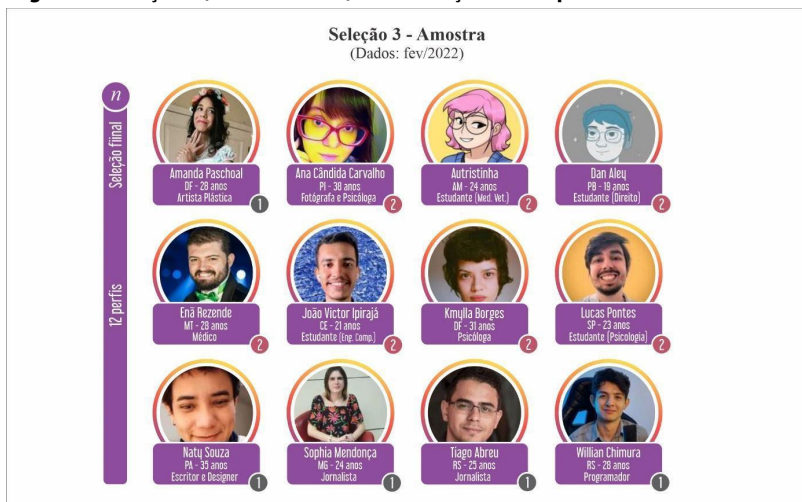
Após coletadas, as postagens eram armazenadas digitalmente de modo organizado, por perfil. Além das capturas de tela, as planilhas de dados foram sendo criadas. Nessa fase, organizar os dados gerais coletados era importante pois, pelo volume de informações,

posteriormente seriam necessárias definições coerentes sobre os recortes no corpus empírico.

Já sobre os perfis pesquisados, foram armazenados dados abertos disponibilizados nas suas redes, tais como: (1) dados gerais (nome, região de residência, idade, descrições autobiográficas); (2) dados das RSD utilizadas (tipos de redes, links dos perfis, datas das inscrições); (3) dados quantitativos (publicações, seguidores, perfis seguidos, amigos, curtidas, avaliações, tweets, visualizações, inscrições, vídeos publicados, episódios disponíveis, conexões), que naturalmente variavam de acordo com o desempenho e característica de cada plataforma observada.

Para cartografar houve então um percurso iniciado com a identificação e seleção dos perfis e da plataforma de rede social digital, suas conexões, direções e desdobramentos, mas com um olhar atento, permitindo experimentar as sensações, afetos, emoções e encontros que possibilitaram a produção de compreensões acerca do fenômeno investigado. Por isso este foi o desafio: a atenção a todas as nuances e forças que produzem sentido e causam afetações ao corpo, como um ato de descobrir “que matérias de expressão misturadas a quaisquer outras, que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender” (ROLNIK, 2014, p.66).

O processo de exploração e seleção dos perfis para comporem a amostra é descrito em três fases, que ocorreram no período de março de 2019 a fevereiro de 2022. Neste capítulo selecionamos apenas um breve recorte. Na figura abaixo são dispostos, em ordem alfabética, os 12 perfis da amostra (seleção final), com as indicações dos respectivos nomes, idades, estados de residência e profissões.

Figura 2 – Seleção 3 (final / amostra): identificação dos 12 perfis de autistas ativistas

Fonte: elaborada pelo autor (2022).

Se comparada às seleções inicial e expandida, nota-se que na amostra ocorre estabilidade na idade média (28 anos), a presença de 8 diferentes ocupações ou profissões, residência em 10 estados, 10 cidades e nas 5 regiões do território brasileiro. Além disso, 50% se apresentam como sendo do gênero masculino e os outros 50% da amostra se identificam com a identidade feminina. As publicações, contabilizadas desde a abertura das respectivas páginas, totalizaram 6.712 (informadas), com mais de 172 mil seguidores (informados).

Quanto ao período, a solução para o recorte se deu a partir da data em que toda a amostra (tanto os componentes da seleção inicial, quando os da expandida) foi observada e acompanhada mutuamente, até o tempo limítrofe para a coleta de dados nesta pesquisa. Desta forma, foram considerados 21 meses de publicações compreendidos no intervalo entre junho de 2020 e fevereiro de 2022, como recorte temporal.

Desta forma, a fase da perambulação que transcorria de forma digital, constituiu-se de maneira que, além de coletar dados, de fixar e organizar imagens e vestígios, eu pudesse construir relações entre os acontecimentos, suas similaridades, mas ainda possíveis estranhezas e particularidades que pudessem iluminar algumas singularidades ou rupturas, ou seja, os elementos de passagem, transitórios, as zonas de fluxos e contrafluxos definidos por Benjamin (2009) e Gagnebin (2014) como limiares. Entendi isso como um convite para se pensar nessas existências limiares, como um espaço de transformação e criação existente entre os ambientes.

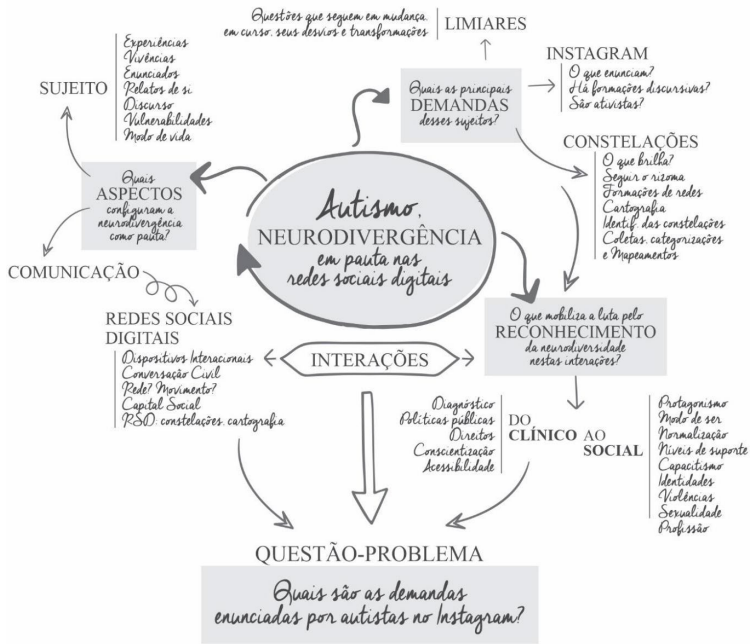
Neste sentido, Marques (2021) percebe que nas “experiências em cenas de comunicação” há a busca por limiares e passagens para interações e coexistência com o outro, com as diferenças, já que “a construção de formas de vida possíveis por meio de desvios e derivas aproximam identidades, deslocam visibilidades e alteram vulnerabilidades”, temas que aqui interessam, tanto por se tratar de uma pesquisa em comunicação, como pelas questões sensíveis que são vividas, suscitadas pelo objeto e que formam fluxos, coleções, criam rizomas e se constituem como constelações, como mapas cartográficos.

Assim, a partir da seleção dos perfis e das observações dos materiais na fase da perambulação, foi iniciado o desenho do mapa da pesquisa. No início de 2022, ainda envolvido com o acompanhamento do maior volume de perfis e com o recorte da amostra, criamos uma representação gráfica (figura 3) que auxiliasse na compreensão do desenho da pesquisa e que contribuísse com a identificação das relações teórico-metodológicas condizentes com a questão-problema.

Na fase da perambulação, muitas questões do corpus acendiam. Por isso, desenhar o percurso da pesquisa foi importante para que

pudesse desenvolver uma “sensibilidade colecionista” (DIAS, 2022) e ainda critérios de recorte, aproximações e tensões frente ao objeto e seus múltiplos e possíveis caminhos.

Figura 3 – Representação gráfica da questão-problema da pesquisa

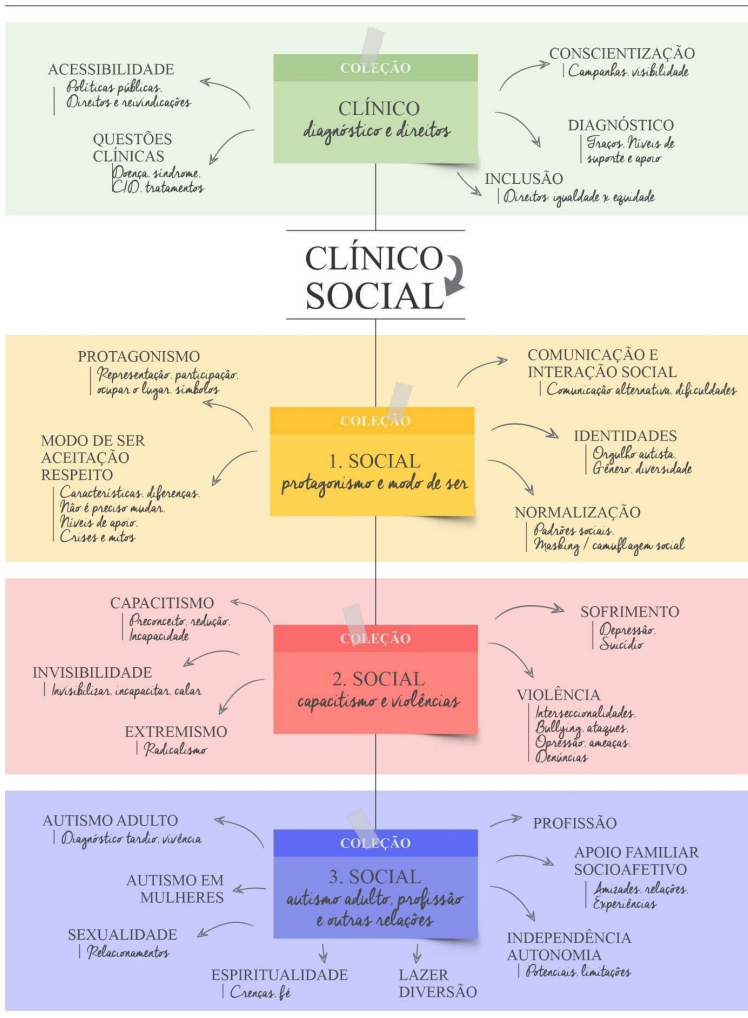


Fonte: elaborada pelo autor (2022).

Esse desenho contribuiu ainda com a melhor percepção sobre a rota, quanto ao caminho a ser percorrido, bem como sobre o tratamento que deveria ser dado ao material empírico coletado, anunciando possíveis coleções, ou seja, como os materiais se iluminam, entrelaçam, dialogam entre si e entram em disputa, enfim, como formam constelações. A investigação de produtos comunicacionais decorrentes das culturas digitais, como ocorre nesse estudo, prevê uma vasta quantidade de dados que podem se apresentar de maneira dispersa nas

redes sociais digitais. No entanto, os recortes já definidos e previstos na amostra anterior, como a seleção dos perfis, plataforma de RSD e período, contribuíram para que se chegasse à com a montagem de três grandes coleções que apreendem o percurso do ativismo autista do clínico ao social (figura 4).

Figura 4 – Do clínico ao social: as coleções



Fonte: elaborada pelo autor (2022).

Essas três coleções se formaram em decorrência do agrupamento e recorrência das questões trazidas pelo objeto aproximadas à problemática da pesquisa. Como num mapa, a figura ilustra esse processo ou rota. Assim, foi possível observar e visualizar como o autismo cumpriu uma espécie de rota social, ou seja, um movimento de mudança que partiu dos aspectos clínicos e, no seu percurso histórico, tem assumido disputas de ordem social mobilizadas pelos sujeitos que o vivenciam.

Assim, neste percurso cartográfico e afetivo se fizeram presentes dois importantes e complementares movimentos: seguir e montar. Seguir o rizoma e os arranjos protagonizados pelo próprio agenciamento ativista em torno do autismo, foi importante para que eu pudesse, então, verificar como eles próprios se interligam. Já o segundo movimento, o de montagem das constelações, permitiu tornar as subjetividades e as questões importantes para estes sujeitos visíveis, detalhadas, mostrando-as existentes.

3. UMA ANÁLISE DE ESCUTA PARA A AUTODEFINIÇÃO: “EU SOU AUTISTA”

“*Eu sou autista!*”, “*Não pareço autista?*” e “*A minha vida autista*”. Estas frases definiram e marcaram a pesquisa porque trouxeram vozes de sujeitos neurodivergentes que se posicionam, produzem subjetividades em seus processos de escrita e enunciam suas emergências como atores sociais. Foram estas as constelações montadas durante o percurso, ao seguir o rizoma. No entanto, neste recorte, não conseguiremos trazer as discussões decorrentes das três constelações ou ainda as postagens de todo o *corpus* empírico. Traremos, então,

alguns fragmentos da análise de escuta para a autodefinição que pertence à primeira constelação pesquisada.

É, portanto, neste sentido que o protagonismo surge como uma unidade tópica central da pesquisa, como um agenciamento coletivo justamente pela postura enunciativa dos sujeitos que lançam as suas potências autonômicas em suas publicações nas redes sociais digitais ao mobilizarem suas forças. Contudo, não se trata da representação do mundo na consciência de um sujeito isolado, mas de se notar o que brilha numa constelação de objetos e de significados concatenados e que, no agenciamento coletivo, num concerto de vozes, de devires talvez imperceptíveis, das mutações afetivas ou ainda de outras sensibilidades (GUATTARI; ROLNIK, 1999), mobilizam intenções, indicam significados, produzem subjetividades e constituem modos de viver.

O processo de escrita produzido pelos sujeitos aqui observados é entendido como um fenômeno complexo, dotado de subjetividade e que se estabelece em constante negociação e em tensão com os outros diferentes elementos ou códigos culturais, sociais e políticos, como sugerem Deleuze e Benjamin em suas obras, pois naturalmente expande a simples prática do registro, da transcrição linguística. Para esta pesquisa, parece interessante observar outros modos de ser, os modos atípicos à perspectiva padronizada como ideal ou para além das formas de vidas compreendidas culturalmente como desejáveis. Afinal, “os imaginários sociodiscursivos acerca da deficiência constituem-se, em grande medida, a partir da dinâmica interação promovida pela circulação de textualidades midiáticas diversas sobre o tema” (PESSOA et al., 2019, p. 165). É para esta dinâmica interacional que esta pesquisa se volta, movida pelo interesse de aproximar as textualidades que

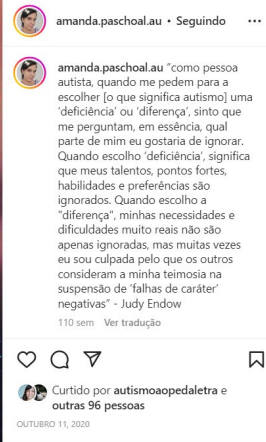
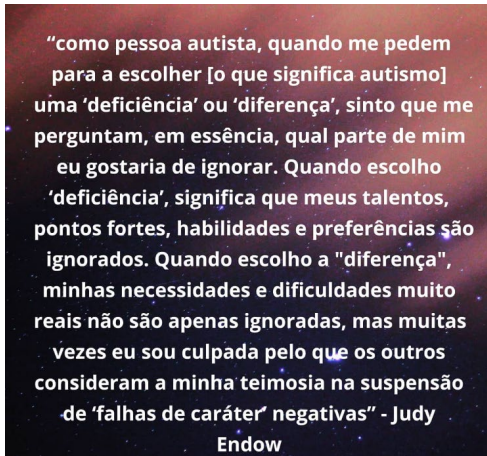
constituem significados para o autismo e entender como os sujeitos que o protagonizam os articulam.

Assim, tendo por base as experiências dos sujeitos, passamos a trazer parte das publicações feitas pelos autistas em suas páginas da rede social digital *Instagram* e que pertencem ao corpus empírico analisado neste processo cartográfico. São estes trechos de vida que, representados e conectados em rede, ajudam a contar essa história.

O post de Amanda Paschoal⁴ empresta à sua publicação uma frase de Judy Endow, importante autista americana atuante pela causa e membro do *Wisconsin Department of Public Instruction Statewide Autism Training Team* e dos conselhos da *Autism Society of America, Wisconsin Chapter* e do *Autism National Committee*). O texto (post 1), que pede que uma pessoa autista escolha entre se perceber “com deficiência” ou “com diferença” enuncia expressamente um encontro de prejuízos e de experiências: os vividos por Judy e os da Amanda e a atualização de experiências uma da outra, mas que propõe ainda uma voz mais alta, a de uma coletividade. Afinal, ambas parecem ser obrigadas a escolher o que perder pela força discursiva que as encurrala.

⁴ Amanda Paschoal. Perfil no *Instagram* com página ativa durante o período da pesquisa. Disponível em <https://www.instagram.com/amanda.paschoal.au/>. Acesso em 25 dez.2022.

Post 1⁵ – Amanda Paschoal – Deficiência ou diferença?



Fonte: [Instagram.com/amanda.paschoal.au/](https://www.instagram.com/amanda.paschoal.au/) (2020)⁶

Elas precisam optar bilateralmente por algo que as define, pelos enquadramentos da “*diferença*”⁷ ou da “*deficiência*”, como se isso pudesse aliviar a inquietação de quem indaga. E que inquietação é essa? Por que se faz necessário obter essa resposta? Há ainda um elemento gramatical, o “quando”, que indica a recorrência desse fato e um provável desgaste que se refaz a cada nova possibilidade de renúncia de

⁵ Para organizar os recortes das publicações, utilizei os índices de “Posts” e de “Figuras”. Quando as imagens trazidas são os *prints* das postagens, relacionei-as na lista de “Posts”. No caso de montagens que reúnem sequências de publicações distintas (aproximadas por similaridade temática) ou ainda por serem imagens que utilizaram o recurso carrossel no *Instagram* (sequências de imagens na mesma publicação), identifiquei-as como “Figuras” indicando em nota de rodapé que houve montagem/adaptação feita pelo autor. Em todos os casos as notas de rodapé também trazem os links de acesso e as datas das publicações.

⁶ [Instagram.com/amanda.paschoal.au/](https://www.instagram.com/p/CGMFJMXFHEv/?utm_source=ig_web_copy_link). Deficiência ou diferença? Disponível em https://www.instagram.com/p/CGMFJMXFHEv/?utm_source=ig_web_copy_link. Publicado em 11 out.2020.

⁷ Utilizei o recurso de destaque de fonte em “*itálico, entre aspas*”, para destacar os trechos dos relatos autistas, extraídos das publicações do *Instagram*, durante a escrita dos parágrafos, e distingui-os das citações diretas curtas de teóricos que foram acionados também nas orações (neste caso apenas postos entre aspas, como previsto pela ABNT - NBR 10520). A norma prevê o uso do itálico como recurso de ênfase para informação verbal. Como são eles, os sujeitos autistas, que falam, entendi que esta apresentação trouxe maior fluidez e compreensão para a mescla entre as análises, teorias e relatos da empiria. As referências de todas as postagens, suas imagens e textos, têm suas fontes indicadas em nota de rodapé. Durante os capítulos 3, 4 e 5, todas as imagens dos posts são interativas, ou seja, ao clicar sobre elas o leitor é levado à respectiva página do *Instagram* para consulta.

si: “quando me pedem para escolher” e “sinto que”. Porém, para além disso e conseqüentemente, independentemente da escolha, Judy e Amanda precisam renunciar a algo, não a qualquer coisa, mas a parte da sua essência. A elas restam as ações: o que escolher e o que renunciar. Escolher que seus talentos, pontos fortes, habilidades e preferências sejam ignorados ou serem culpadas por terem necessidades ou dificuldades reais. Notamos que as duas escolhas carregam abandonos e lhes impõem uma certa separação ou repartição de si (“*qual parte de mim eu gostaria de ignorar*”).

Repartir-se e ser colocada à prova, à escolha daquilo que em si deve ser renunciado, do que precisa ser abandonado confere maior intensidade a esta declaração. Intensa porque reflete o quanto os sujeitos neurodivergentes são postos em enquadramentos, em *frames* que são perversos porque expropriam a sua condição de sujeito. Deste modo, compreender que a vulnerabilidade se dá também a partir dos enquadramentos, abre-nos espaço para a análise das experiências vividas por estes sujeitos da neurodiversidade, vulneráveis, e como estas interferem nos âmbitos das suas demandas e configurações comunicativas.

De todo modo, mesmo no centro dos discursos deformados ou deformadores presentes nas interações interpessoais ou mediatizadas, pela espetacularização, cristalização de mitos e crenças que cercam os autistas, pelos movimentos que os representam ou ainda pelo esforço midiático em oferecer informações tidas como de valor sobre o assunto, acreditamos que o autismo é permanentemente reconfigurado através de certas práticas e processos comunicacionais, pelas quais os sujeitos atribuem, constroem ou reconstroem sentido sobre o autismo através de discursos, imagens e falas que circulam pelos meios de diferentes

modos, sobretudo, quando se tratam de experiências narrativizadas, capazes de ressignificar os estigmas.

Por isso, em retomada ao exercício de análise, insistimos ainda na força da publicação de Amanda quando o seu escrito carrega a imposição “*qual parte de mim eu gostaria de ignorar*”. A declaração é violenta em múltiplos aspectos porque, para além da renúncia de algo de si, nela há ainda um suposto e perverso exercício que parece pressionar estes sujeitos a terem que gostar da renúncia (“... *eu gostaria de...*”). É também ofensiva pois invisibiliza a dignidade humana ao impor aos sujeitos uma moldura da utilidade social, capitalizada e produtivista, de quem ou o que é digno de ser visto e reconhecido.

Em outra manifestação (*post 2*), na busca por representatividade e de alívio para os critérios que definem a moldura desta suposta utilidade social imposta, Amanda recorre ao universo de jogos digitais, parte de seu gosto pessoal, e traz uma referência: o designer de jogos eletrônicos Satoshi Tajiri, mais conhecido como criador de *Pokémon* e fundador da *Game Freak*⁸. A imagem, que coloca em primeiro plano o criador e o seu mais famoso personagem, é apoiada pelo discurso de Amanda ao explicar como Satoshi “*Não ‘superou’ o autismo pra ser um desenvolvedor, e sim, como que ser um autista foi fundamental para que o sonho virasse realidade*”.

⁸ *Game Freak Inc* é uma desenvolvedora de jogos eletrônicos japonesa e principal criadora de jogos de RPG da série *Pokémon*. Foi fundada por Satoshi Tajiri em 1989. Os jogos são publicados pela *Nintendo* e pela *The Pokémon Company* (GAMEFREAK.CO.JP).

Post 2 – Amanda Paschoal – O criador do Pokémon



Fonte: [Instagram.com/amanda.paschoal.au/](https://www.instagram.com/amanda.paschoal.au/) (2020)⁹

Há claramente um esforço de se comprovar que é possível ser autista sem a necessidade de precisar querer, antes de tudo, superar o próprio autismo. De que não é preciso extrapolar o autismo ou ainda aliviá-lo em si próprio, para que se possa alcançar o lugar de um desenvolvedor, por exemplo. Ao contrário, o discurso reforça que é por causa da sua essência autista (“*ser um autista foi fundamental*”), dos seus potenciais e diferenças que quebram enquadramentos atuais bastante rígidos, que se alcançou o desejado. Ou seja, trata-se do quanto e como esse sujeito autista, com um importante feito, pode validar a existência de outros autistas, desobrigando-os a superar a sua existência, o seu ser, para serem sujeitos possíveis.

Entendo o seu discurso como uma necessidade socialmente imposta aos autistas, como um sinal de esforço que refuta a violência

⁹ [Instagram.com/amanda.paschoal.au/](https://www.instagram.com/amanda.paschoal.au/). O criador do Pokémon. Disponível em https://www.instagram.com/p/CD4u00npDdJ/?utm_source=ig_web_copy_link. Publicado em 14 ago.2020.

sofrida e tenta dizer: ser autista também é fundamental e existem outras pessoas que validam esta existência. Nestas postagens, o exercício de autodefinição que Amanda dedica, vem apoiado em outras vidas autistas, como forma de amparo na rede. É desta forma, portanto, que esta análise se desenrola, que o caminho cartográfico cria seu próprio processo metodológico. Oferecendo minha escuta e sensibilidade, afeto e respeito e, mesmo apoiado nas minhas vivências particulares com o autismo, arrisco o meu próprio desfazimento e tento escrever o que vejo brilhar nestas constelações de autistas, nos seus arranjos comunicacionais, nas potências por eles enunciadas.

A publicação de Ana Cândida Carvalho¹⁰ (post 4) também carrega o anúncio de uma afetação contínua ao se referir ao fato de que há uma tendência social de se relativizar a existência do autismo e dos seus padrões comportamentais. A justificativa para essa relativização é de que todas as pessoas, de alguma maneira, possuem traços autistas, o que descartaria a necessidade de considerá-los ou até de nominá-lo.

¹⁰ Ana Cândida Carvalho. Perfil no *Instagram* com página ativa durante o período da pesquisa. Disponível em https://www.instagram.com/ana_autista/. Acesso em 25 dez.2022.

Post 4 – Ana Cândida Carvalho - Relativização de padrões de comportamentos autistas

Fonte: Instagram.com/ana_autista/ (2021)¹¹

“Escuto” propõe aqui a disposição à atenção, uma atitude dedicada à opinião ou iniciativa que surge dos outros (“pessoas relatarem”) e encontra com Ana, afeta-a e questiona. O verbo, conjugado em primeira pessoa do presente, trata de algo atual, vem seguido de “costumeiramente”, o que novamente destaca a repetição de um discurso que se faz e se refaz, que gera ciclo e produz um movimento de negação de uma realidade. A negação aqui definida caracteriza um preconceito, uma não aceitação ao diagnóstico e a tentativa de uma redução de valor que beira a um apagamento ou esquecimento de um nome, de um ser (“não há porque nominar como autismo o que sou!”).

Ana é fotógrafa e utiliza nas publicações os seus registros de imagens para, sensivelmente, dar a ver a sua perspectiva sobre o autismo ou relatar a si própria. Encantei-me pela escolha das flores feita

¹¹ Instagram.com/ana_autista/. Relativização de padrões de comportamentos autistas. Disponível em https://www.instagram.com/p/CVLJsd-l2Sd/?utm_source=ig_web_copy_link. Publicado em 18 out. 2021.

por Ana. Não sei o que ela sentiu ao produzir esta imagem, mas a mim ela disse e afetou muito. Primeiro que há nas flores um certo cansaço, um estado de murchamento que as põe deitadas e perdendo vitalidade, ao invés de enraizadas, em pé, vivas.

Trata-se, portanto, de uma montagem, não de um registro de uma paisagem natural, mas de uma iniciativa discursiva, da vontade de fazer a imagem dizer algo, de fazer florescer o imaginário. Ana encosta as duas flores e estabelece entre elas um encontro de similaridades. São duas vidas distintas, mas que se ancoram inclusive na súplica de Ana por não se “*minimizar possibilidades de apoio ou suporte*” aos autistas. É como se uma pessoa neurodivergente se encontrasse com outra neurotípica que desconsidera a individualidade da primeira por não reconhecê-la. As diferenças não são visíveis entre elas, ambas são flores murchando, as duas têm o mesmo nome que inclusive carrega um significado afetivo, considerando que no Brasil a espécie é muito popular e conhecida como Beijinho. No entanto, a perda de vitalidade que as flores carregam é visível e, a meu ver, ilustram a exaustão dos entraves sociais. Deixar de olhar para as flores e chamá-las de Beijinho leva ao seu apagamento. Privá-las de sua essência de vida, do seu modo de ser, é como se tirássemos as suas raízes e sustento da sua terra e as colocássemos num tapete infértil, na penumbra. É sabido ainda que as flores não falam, que elas exalam o seu perfume, como já disse o poeta, cantor e compositor brasileiro Cartola, e Ana parece considerar esta metáfora quando levanta a dificuldade relacional dos sujeitos neurodivergentes e diz que “*esvaziar discursos sobre dificuldades de socialização contribui para alargar o leque de entraves vivenciados por #autistas*”.

A forma de expressão de Ana recorre à narrativa poética, a uma partilha delicada e absolutamente afetiva colocada como um convite à sensibilidade, pelo querer oferecer algo que pode ser visto, experimentado, algo que a afeta e pode também afetar, o que sugere que o seu processo de autodefinição se estabelece na arte, na afetividade expressa pela poética. Ana fala durante este processo de produção de subjetividade, enquanto elabora o seu discurso, sente-o e formula-o, ao escolher as palavras, selecionar a imagem e aproximá-las, quando decide compartilhar com o mundo o seu sentimento e, por isso, agir, deixar extrapolar a si própria e se render à transformação que a experiência gera. As palavras carregam o seu afeto e o seu discurso o compartilha pelo convite que faz ao nosso imaginário, quando convoca lembranças, ativa outras percepções e inaugura perspectivas socialmente transformadoras. Ana oferece esse afeto e aquele que recebe poderá aceitá-lo.

Em outro momento (*post 5*), desta vez poucos dias após ao Dia da Conscientização sobre o Autismo (2 de abril), apoiando-se no estilo poético de contar sobre si, Ana fotografa outra flor, um hibisco, em preto e branco. É como se essa flor, muito popular no território brasileiro e especialmente conhecida por suas cores vibrantes, não pudesse ser vista, ou ainda não fosse enxergada ao menos por uma de suas potencialidades essenciais: a sua cor. A imagem é muito significativa quando ligada ao que Ana diz sobre si.

Post 5 – Ana Cândida Carvalho - Respeito às singularidades



Fonte: [Instagram.com/ana_autista/](https://www.instagram.com/ana_autista/) (2021)¹²

Se “*as demandas do cotidiano não atendem às sutilezas próprias de cada indivíduo*”, significa que falta muito entendimento sobre o que é refinado em cada um, sobre o que cabe nas sutilezas dessas vidas e o que precisa, então, ser visto, revisto, adaptado, entregue e, só assim, respeitado. Deve ser por isso que Ana define a existência, da nossa liberdade apenas sob as “*fronteiras de um tubo de ensaio (metáfora)*”, e faz a indicação de tom (prática de comunicação acessível aos autistas) ao explicar nos parênteses que se trata de uma metáfora. Mas especialmente aqui, noto que não se trata apenas da metáfora ou do sinal de texto acessível, ao considerar que alguns sujeitos, seus leitores, não compreendem estas associações. É muito além disso.

A fotógrafa se vê num mundo aprisionado às “*exigências do meio, sem a preocupação ou o respeito às singularidades*” de cada pessoa. Por

¹² [Instagram.com/ana_autista/](https://www.instagram.com/ana_autista/). Respeito às singularidades. Disponível em https://www.instagram.com/p/CNT4aUdF6BS/?utm_source=ig_web_copy_link. Publicado em 6 abr. 2021.

isso se enxerga presa a um tubo de ensaio, como alguém supostamente livre, mas que não pode ultrapassar as barreiras da intolerância, da não compreensão sobre o seu jeito de ser, de se comportar, e à consequente falta de qualidade de vida. O seu texto explica que o caminho é a redução das barreiras atitudinais e do capacitismo e que “*ambientes adaptados/acessíveis minimizam crises ou outros acontecimentos inusitados, como reações adversas*”. Aqui há um esforço em explicar o que são as crises em uma pessoa autista, porque elas acontecem, do que decorrem, como influenciam no próprio bem-estar e ainda que formas de minimizar tais reações (as crises) podem ser adotadas, de modo “*que não causem visível sofrimento*”. O texto é rico em informações, é até didático por ter funções instrutivas e prestar um serviço ao leitor ao expor sensivelmente a natureza autista. O discurso oferece pistas muito importantes ao entendimento do que é ser autista sob a perspectiva de Ana e posso destacar alguns: as crises são acontecimentos inusitados, ou seja, não usuais e que não podem ser necessariamente evitados; os espaços adaptados podem contribuir para minimizá-las, mas não suprimi-las ou sufocá-las, e por isso são “adaptados para”, afinal podem ser reflexos de um comportamento que traga alívio ao desconforto sensorial de um autista, ou seja, de modo importante à manutenção da sua qualidade de vida; as medidas para reduzir as “*reações adversas*” às crises, não podem ocorrer de modo a causar sofrimento ao autista; e que “*no caso das intervenções terapêuticas: devem priorizar a saúde mental, e seguir preferências pessoais, não agredindo as particularidades individuais, vale ressaltar*”.

O exercício de entender esse lugar, tão singular, talvez seja frutífero para experimentar, mesmo que minimamente, a experiência da liberdade apenas sob as “*fronteiras de um tubo de ensaio (metáfora)*” é

o que Ana define como “*demandas do cotidiano*” ou sobre a necessidade de “*adaptação constante*”.

No entanto, o relato de Ana lança um contraponto para a existência das crises quando, como uma vida que precisa de um amparo em rede (BUTLER, 2015), recorre à coletividade e os define: “*somos seres criativos e, essencialmente, imprevisíveis*”. Ela explica que autistas não cabem em “*conceituações rígidas, severamente pautadas em noções de estímulo e resposta, simplesmente*”, trecho que retoma seu apelo por respeito às singularidades vulneráveis de cada pessoa, à ruptura aos esquemas normativos, à quebra dos enquadramentos rígidos e à reconstrução de outros, de novas complexidades para além das camadas de visibilidade expostas (BUTLER, 2015).

Ultrapassar estas camadas de visibilidade expostas talvez se aproxime da vontade de exceder às fronteiras do “*tubo de ensaio*” que ainda aprisiona e priva os sujeitos do seu direito à liberdade, mesmo que “*vasculhar tais meandros*” beire à “*obviedade, pois vivemos em sociedade*”. Afinal, como relata Ana, “*a complexidade das nossas ações sobrevoa campos de saberes infinitos*” e o outro “*enquanto fonte inesgotável de conhecimento (em planos múltiplos), merece ser observado com cautela, respeito e empatia*”. A fotógrafa encerra a postagem, rica em nuances discursivas, utilizando-se de nova metáfora, desta vez em forma de conselho: “*se o livro estiver aberto sobre a mesa, pegue-o para ler!*”

Voltemo-nos, agora, ao dia 2 de abril. Se nesse dia politicamente se pede por conscientização e participação, o que está se vendo, o que se conta e o que se interpreta? Pede-se pela conscientização de um autismo que representa o quê? O livro que está aberto foi notado, considerado e lido? Será que ainda a acessibilidade que se emprega não decorre de uma

prática em preto e branco, sem que as suas camadas de cor sejam vistas e consideradas?

Enfim, as mesmas estrelas que aqui, nestes primeiros relatos, deram indícios do processo de autodefinição que desempenham, sobre o modo de ser autista, a respeito da identidade e do protagonismo, e ainda refutaram a violência sofrida com os discursos normalizadores, formaram ainda outras constelações, analisadas na pesquisa. Uma delas está ancorada nos esquemas normativos de julgamento. Nela, cada estrela, quando cintila, questiona: “*não pareço autista?*”. A outra constelação reflete a valorização da experiência sobre a vida autista e a discussão sobre a autonomia relacional desses sujeitos. “*A minha vida autista*” revela a maneira como a autonomia e vulnerabilidade se conectam nesse contexto e formam seus arranjos comunicacionais autonômicos.

4. CONSIDERAR O BRILHO DAS CONSTELAÇÕES

Observar o brilho da constelação “*Eu sou autista*”, na perspectiva sobre si, conduziu às questões de identidade e protagonismo. Ao analisar a autodefinição, como técnica de si e da subjetivação política, deparando-me com riqueza do material empírico, foi possível notar os indícios das buscas e esforços dos sujeitos neurodivergentes pela atualização e ampliação das concepções sociais sobre o autismo. Tais questões se fizeram presentes em seus enunciados e, com intensidade, propuseram reflexões sobre estas subjetividades e transformações, o que, em alguns relatos, chegaram a inaugurar outra corporalidade e temporalidade.

Também associadas ao eixo autodefinição e aos diferentes modos de comunicação e interação que estes sujeitos arranjam, identifiquei a recusa aos discursos normalizadores que afastam a sua essência ou modificam o que entendem como conceito de si, bem como refutaram a violência sofrida em decorrência dos discursos normalizadores. O exercício de definição de si revelou ainda perfis que: se apoiam em outras vidas autistas como forma de amparo na rede; pela narrativa poética, quando nela encontram recurso discursivo para ancorar a própria sensibilidade, revelar-se e afetivamente entregar-se ao mundo; ou ainda, como quem explica e ensina sobre si, pois considera que não existe compreensão social suficiente para as suas atitudes ou modo de existência. Por isso, a voz autista opera em um agir discursivo para além de si, mas faz emergir um ator social coletivo que possa definir o ser autista quando: percebem-se representados; pelo modo didático-instrucional; pela poética; ou ainda como vidas que relatam seus acontecimentos cotidianos e suas experiências a fim de que os seus discursos assumam força potente de transformação a respeito dos significados para os seus modos de ser e viver.

Observar complementarmente o brilho das constelações “*Não pareço autista?*” e “*A minha vida autista*” é ponto chave para a compreensão de que a autonomia dos sujeitos neurodivergentes, em qualquer nível que se possa alcançar, tal qual a ampliação dos significados que os constituem e dão visibilidade ao seu modo de vida, são responsabilidades nossas, da sociedade. Responder a isso é uma atitude ética ao cumprimento da responsabilidade compartilhada, do cuidado atento e sensível às subjetividades de cada diferença.

Será possível perceber que é daí que virão as orientações sobre o que é preciso ser feito em termos de atitude e transformação social:

sensíveis ao que brilha, interessados em reconhecer o que é importante às vidas neurodivergentes, em traduzir o mapa, ligar os pontos da constelação e redefinir a rota que é orientada por quem é autista. É desta forma que os posts de parte da análise trazida neste texto buscaram refletir a recorrência dos discursos de autistas que enunciam a necessidade de ter sua autonomia reconhecida, seja no cotidiano de suas vidas, seja em uma pesquisa. Por isso, em rede, neste coletivo, definem: “somos autistas”.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BRAGA, J. L. Constituição do campo da Comunicação. **Verso e Reverso** (UNISINOS), v.25, n.58, p. 62-77, 2011.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** (2009), 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DIAS, M. S. M. **O desassossego das imagens: políticas do sofrimento em redes digitais**. Tese, 2022. Disponível em < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11246?locale-attribute=es>>. Extraído em 21 abr. 2022.
- GAGNEBIN, J. M. **Limiar, aura e rememoração**. Ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Ed. 34, 2014.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 7-41, 2009. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> . Acesso em janeiro 2020.
- LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. **Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões**. Antropolítica, Niterói, n. 42, p. 41-65, 2017. Disponível em < <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41884/pdf> >. Extraído em 4 jun. 2022.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. **MATRIZES** (USP. IMPRESSO), v. 12, p. 217-234, 2018.

MARQUES, A. C. S. **Aula Magna e Conferência de Abertura do 14º Interprogramas na Cáspcr com a pesquisadora Ângela Marques, da UFMG**. 2021. Disponível em <<https://casperlibero.edu.br/noticias/aula-magna-e-conferencia-de-abertura-do-14o-interprogramas-na-casper-com-a-pesquisadora-angela-marques-da-ufmg/>>. Extraído em 18 jun. 2022.

PESSOA, S. C. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas**. Belo Horizonte (MG): PPGCOM, 2018.

PESSOA, S. C. (Org.); MARQUES, A. C. S. (Org.); MENDONCA, C. M. C. (Org.). **Afetos: Pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc Moriceau**. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2019. v. 1. 141p.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

SINGER, J. **NeuroDiversity – the Birth of an Idea**. Sydney: Judy Singer, 2017.

11

CÍNTIA: UMA PERSONAGEM AUTORA DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E SEUS MUITOS ELOS E AFETOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

*Adriano Medeiros da Rocha*¹

*Cintia Rita Soares de Freitas*²

*Luiz Felipe Pereira*³

A IMPORTÂNCIA DOS AFETOS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS

Por muito tempo existiu e foi disseminada uma visão capacitista sobre as pessoas com deficiência, onde era constantemente reafirmado que não poderia haver a interação social dessas pessoas com os espaços e com os agentes sociais, já que se acreditava que elas teriam uma desvantagem, devido à deficiência. Porém, o pesquisador Stuart Hall afirma que a sociedade e seus conceitos agem como um recurso facilitador para a compreensão dos sujeitos e para a formação social de cada indivíduo.

[...] Mediante a relação desse sujeito com a sociedade, sua identidade interage com símbolos, valores e práticas, que formam a cultura. Deste modo, o sujeito ainda tem o seu “eu real” dentro de si, contudo este “eu”

¹ Pós-doutorando em cinema pelo PPGCINE da UFF. Doutor em Artes/cinema pela Escola de Belas Artes da UFMG e Universitat Autònoma de Barcelona. Professor do Departamento de Jornalismo da UFOP. E-mail: adrianomedeiros@ufop.edu.br. Plataforma: audiovisual.ufop.br

² Coordenadora de redes sociais da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Jornalista formada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ministra palestras sobre a deficiência no contexto educacional e social. E-mail: cintiasoares.comunica@gmail.com

³ Mestrando pelo PPGCOM da UFOP. Jornalista formado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: luiz.felipe@aluno.ufop.br

acaba sendo formado e modificado com o diálogo contínuo com os “mundos culturais exteriores” e as outras identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2006 apud SILVA, 2019, p. 3).

Partindo dessa concepção, podemos dizer que a inserção das pessoas com deficiência na sociedade é fundamental para o conhecimento de si mesmas e do mundo em que vivem, pois, como ressaltam as pesquisadoras Camila Maciel Mantovani e Sônia Caldas Pessoa, “as ações cotidianas dos sujeitos na sociedade, em suas singularidades, estão articuladas com a potência dos afetos e, conseqüentemente, as afetações humanas conformam as formas como agimos em nossas relações cotidianas e os modos como as narramos”. (MANTOVANI; PESSOA, 2022, p. 21)

Fato este visível na Universidade Federal de Ouro Preto, no ano de 2018, após o ingresso da estudante Cíntia Soares no curso de Jornalismo. Ela trouxe consigo novas afetações para o ambiente universitário e da comunicação. Após serem estabelecidas as conexões necessárias, ela pôde ver na prática a implementação do modelo social, elaborado por Paul Hunt, em 1966, e que tem como característica principal, permitir que a pessoa com deficiência seja a “autora” da própria vida e incentiva a sua participação nas questões sociais e políticas de maneira efetiva. Analisando esta perspectiva, Augustin argumenta que

O modelo social tem permitido à pessoa com deficiência retomar o controle de sua própria vida e ainda ter o poder de tomar decisões nos meios sociais, participando ativa e politicamente de sua comunidade. Esta abordagem leva a compreender que o problema não está na pessoa ou na sua deficiência, mas que a deficiência assume uma dimensão social que leva à exclusão. (AUGUSTIN, 2012, p.3).

Assim como muitas pessoas com deficiência, a jovem, que se tornaria jornalista, pesquisadora, ativista e realizadora audiovisual, também teve os direitos, enquanto cidadã, retirados frequentemente e, ao ser aprovada em uma universidade pública, alguns receios afloraram. Entre eles, estavam a preocupação com a continuidade da exclusão e a falta de representatividade, uma vez que, a sociedade reverbera que “a deficiência continua a ser largamente compreendida como um fato do azar ou de má sorte pessoal e, do ponto de vista social e político, os deficientes são vistos como minoria.” (BAMBI; GUILHEM; DORNELLES, 2010, p. 2). Esta visão limitadora sobre as pessoas com deficiência ganha força na criação de uma imagem estereotipada na sociedade, que afeta diretamente as pessoas com deficiência e a sua família.

Foi pensando nisso, que no decorrer dos anos, novas políticas públicas foram estabelecidas, sendo uma delas a Lei n. 8. 213, de 24 de julho de 1991, conhecida como Lei de Cotas, que promoveu a inclusão em espaços antes elitizados, modificando assim, a concepção equivocada sobre a deficiência, que desvalorizava a cidadania e as funcionalidades das pessoas com deficiência, através da própria origem da palavra “deficientia”, já que a definição adotada remete ao conceito de mau funcionamento, carência, falta, anormalidade e enfraquecimento.

No entanto, o acolhimento das instituições é muito importante para tornar o processo de inclusão e pertencimento mais fácil e possível. Atendendo às demandas apresentadas pelos cursos de graduação e pós-graduação da UFOP, no ano de 2006, foi aprovada pelo Conselho Universitário (CUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), a criação do Núcleo de Educação Inclusiva da UFOP (NEI), agora denominado de Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (CAIN), que tem como objetivo realizar “o apoio à inclusão e à acessibilidade de

estudantes público-alvo da educação especial, ou seja, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação”.⁴

São promovidas pela equipe da referida coordenadoria ações específicas com os servidores e graduandos que apresentam demandas desde a matrícula, onde já acontece o primeiro contato. Uma das características do corpo técnico e docente da UFOP é o incentivo da participação ativa das próprias pessoas com deficiência nas discussões, ou seja, são elas falando de si mesmas. Tal visão evidencia o pensamento da pesquisadora Ana Carolina Alves, que trabalha em sua dissertação sobre a dificuldade de acesso e permanência de pessoas com deficiência na universidade: “para que o sujeito seja reconhecido, não basta apenas ser ‘falado pelo outro’, mas também ter sua fala considerada nos processos de participação social e política, o que certamente poderia se referir também à educação” (ALVES, 2012, apud BUTLER, 2011, p. 41).

Vale ressaltar que, por muito tempo, houve a ausência de discussões sobre os temas inclusão e deficiência na mídia. Com isso, olhares e atitudes que promovem a exclusão, o preconceito e o apagamento desses corpos se perpetuaram. A ativista Lau Patrón lembrou em sua palestra, no TEDx⁵ Unisinos, um momento onde vivenciou de perto o preconceito e a exclusão com o seu filho, João, ao tentar explicar quais seriam as necessidades dele em sala de aula e dentro do ambiente escolar. Ela relata que: “Em uma reunião de pais para explicar a entrada do João na turma, uma mãe ignorou a minha

⁴ CAIN. Disponível em: <https://nei.ufop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=299>. Acesso: 16 fev. 2023.

⁵ TEDx é uma organização sem fins lucrativos que realiza palestras e conversas sobre temas do cotidiano. Com o intuito de atrair atenção, proporcionando reflexões para um único tópico.

presença, se virou para a professora e disse: "O meu filho é pequeno demais para conviver com esse problema". Esse problema era o João"⁶.

Relatos como o citado anteriormente apontam para um apagamento contínuo das vontades e as necessidades das pessoas com deficiência e suas famílias pela sociedade, fazendo com que esses corpos sejam vistos como um "grande problema que não cabe aos cidadãos ou escolas/universidades resolver". Porém, Cíntia, a protagonista da história que estamos relatando, constituiu um caminho que colocou luz naquelas formas de apagamento. Em 2017, ainda morando na cidade de São Domingos do Prata, decidiu realizar, pela primeira vez, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Resultado: ela foi aprovada em primeiro lugar no curso de Jornalismo da UFOP. "Claro que eu fiquei extremamente empolgada com a novidade! Era tanto grito que minha mãe e meu pai acreditaram que eu estava passando mal, mas passada a euforia, contei a boa nova. Minha mãe ficou feliz, mas também reflexiva, pois o acontecido proporcionaria mudanças radicais".⁷

CONHECENDO O NOVO LAR E FAZENDO NOVOS AFETOS

Acompanhada de sua mãe, Célia Soares e de seu irmão, Erik Soares, Cíntia viajou até Ouro Preto para realizar sua matrícula na UFOP. Nenhum deles conhecia a região dos Inconfidentes. Logo que chegaram ao campus Morro do Cruzeiro, seu irmão, que estava cursando Direito em uma faculdade particular, teria exclamado de forma eufórica: "Estou entrando pela primeira vez em uma federal... só você mesmo para fazer

⁶ Palestra *A solidão das mães especiais - seja rede, seja aldeia*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9eyCmr7At04>>. Acesso em: 20 fev 2023.

⁷ Trecho da fala de Cíntia Soares em diálogo registrado com o pesquisador Adriano Medeiros da Rocha, em 09 abril 2023.

isso, Cíntia”.⁸ A partir desta afirmação de Erik, Cíntia começou a compreender o impacto que ela teria na vida das pessoas que a cercam.

Naquele mesmo dia, ela conheceu Adriene Santana, que fazia parte da coordenação do Núcleo de Educação Inclusiva, atualmente denominado de Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (NEI/CAIN) - setor responsável por acolher e garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência. Como ela utilizou a Lei de Cotas para pessoas com deficiência, a equipe responsável já estava à sua espera. Naquele primeiro encontro Cíntia expôs quais seriam as suas necessidades, como, por exemplo, o acompanhamento direto de um monitor dentro da sala de aula. Claro que o fato trouxe à tona alguns questionamentos: de que maneira os colegas e professores lidariam com a presença de uma outra pessoa que exerceria uma função tão direta com uma aluna? Além disso, a própria Cíntia tinha receio de se colocar em destaque pelo fato de ser uma pessoa com deficiência.

A inserção da estudante (e de sua mãe) foi sendo feita de forma gradativa e cuidadosa. Os direitos que antes raramente eram atendidos em outros espaços, começaram a aparecer. Um dos primeiros exemplos disso foi a possibilidade de ter Célia acompanhando diretamente as atividades acadêmicas da filha. Desde o início de sua graduação ela também pode realizar as avaliações em uma sala individualizada com tempo estendido. Esses e outros direitos foram se tornando episódios cada vez mais frequentes e respeitados. Partindo da reflexão sobre o conceito proposto por Milton Santos a respeito dos cidadãos mutilados, pode-se dizer então, que até chegar à universidade a estudante viveu uma trajetória educacional com “retirada direta ou indireta de seus

⁸ Trecho da fala de Erik Soares rememorada por Cíntia Soares em diálogo registrado com o pesquisador Adriano Medeiros da Rocha, em 09 de abril de 2023.

direitos civis” (SANTOS, 2013, p. 94), o que a havia comprimido enquanto uma cidadã mutilada, ou seja, deixada à mercê da bondade alheia.

O primeiro semestre letivo de Cíntia no curso de Jornalismo da UFOP foi “intenso e inesquecível”. As aulas foram iniciadas no dia 12 de agosto de 2018, três dias antes do aniversário dela, que vinha de contextos onde a falta de diálogo referente ao tema deficiência/inclusão lhe havia causado muitos desgastes emocionais e físicos. Por isso, na sua opinião,

era fundamental, já no primeiro dia de aula, esclarecer para todos que aquele novo corpo presente no hall do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) era o corpo de uma pessoa com deficiência, que iria precisar de propor algumas adaptações e auxílios específicos, mas que assim como qualquer outra pessoa, a nova estudante era tão capaz quanto eles de estar ali.⁹

Naquela noite fria de agosto, a primeira pessoa a recebê-la no ICSA foi André da Silva, que trabalhava na portaria do Instituto. Ao lado daquele que futuramente se tornaria um dos seus melhores amigos, ela foi até a biblioteca pegar sua carteira de acesso. Depois disso, se dirigiu para sua sala de aula. “Eu era basicamente um bichinho acuado chegando em um novo lugar. Minha timidez unida com os meus traumas mal me deixavam falar e minha mãe que, apesar de ser experiente, também estava igual a mim, o que nos motivou a buscar um lugar para sentar que combinasse com o nosso sentimento naquele instante: a primeira carteira, bem perto da porta”.¹⁰

⁹ Trecho da fala de Cíntia Soares em diálogo registrado com o pesquisador Adriano Medeiros da Rocha, em 09 de abril de 2023.

¹⁰ Idem.

Passados os primeiros minutos, foram feitas as apresentações. Cíntia usou a oportunidade para falar abertamente sobre sua deficiência e quebrar preconceitos iniciais. Dias depois ela já havia feito algumas amizades. Uma delas foi Leandro Maciel, bolsista do Nei e aluno do curso de Serviço Social. Com “Lelê”, Cíntia celebrou seu aniversário de maneira diferenciada, no restaurante universitário do Icsa. Era ele também que passava as necessidades de Cíntia para o Nei como, por exemplo, a solicitação do gravador de voz, da mesa adaptada, das placas de aviso pedindo para os demais estudantes deixarem o acesso das rampas livres e ainda a placa colocada no banheiro adaptado, informando que aquele local era de uso exclusivo para pessoa com deficiência's.

Adriene Santanna, representante do antigo NEI-UFOP, sempre procurou estar próxima, acompanhando o caminho de Cíntia na Universidade. Ainda nos primeiros meses desta trajetória, Adriene fez uma visita à casa da estudante para ver como eram suas acomodações. “Não tínhamos nenhum móvel, apenas um colchão que estava no chão, um banco e, literalmente, o chão, onde ela preferiu se sentar. Foi uma cena maravilhosa, pois eu e minha mãe estávamos pasmas com tanta simplicidade. Acabamos nos tornando amigas”.¹¹

Cíntia também passou a se encontrar, regularmente, com o professor José Benedito Donadon Leal, ex-diretor do Icsa, e com a professora Michele Tavares, ex-coordenadora do Colegiado de Jornalismo. “Com eles era sempre igual! Beijo na testa, junto com um abraço bem apertado! Era incrível demais viver toda essa demonstração de amor e, não iria ser a única. A Michele me ajudou a me reconhecer e

¹¹ Idem.

a compreender os processos, vivenciando cada um na sua singularidade”!¹²

Outra professora marcante para Cíntia foi Adriana Bravin. Quando ministrava a disciplina Teorias do Jornalismo teve um papel importante em seu processo de pertencimento. Foi ela quem tirou Cíntia da carteira localizada na fileira do canto e a colocou bem no centro da sala. A princípio houve resistência por parte da jovem pesquisadora protagonista, contudo, com a insistência da professora, ela acabou mudando de lugar. “A atitude teve um significado simbólico, pois eu fui para o centro da sociedade também e pude ser vista, ouvida e respeitada como cidadã! Foi também na aula de Teorias do jornalismo que eu consegui me expressar verbalmente pela primeira vez. Me emociono ao lembrar, pois, naquela época, eu não me achava capaz”.¹³

Apesar de ter feito a solicitação de acompanhamento mais direto durante as aulas, Cíntia passou um semestre inteiro tendo sua mãe como *monitora*. “Ela me acompanhava em tudo, inclusive nas aulas. É por esses e outros motivos que eu digo que assim como eu, ela também se formou”. No final do primeiro período, devido a questões financeiras e por saudades de sua casa, a “fiel escudeira” desenvolveu crise de pânico e ansiedade. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), que era única fonte de renda da dupla, havia sido suspenso. A grave situação fez com que Cíntia pensasse em desistir de sua formação. “Minha mãe sabia que se fosse preciso desistir, eu iria sofrer muito, principalmente depois de tudo! Foi então que começamos a buscar soluções, sendo a primeira delas o afastamento da minha mãe para que ela pudesse se cuidar. Foi

¹² Idem.

¹³ Idem.

neste momento que o Nei designou o Leandro para ser meu novo parceiro emergencial, por algumas semanas”.¹⁴

Em um primeiro momento, Cíntia ficou um pouco sem jeito de ser acompanhada por um homem. Entretanto, a convivência entre os dois teria contribuído para ela “desabrochar ainda mais”. No final do segundo período letivo, Cíntia passou dias estudando com seu monitor na sala destinada aos atendidos pelo NEI, dentro da biblioteca do Icsa. Eram os preparativos para ela apresentar seu primeiro seminário de Sociologia, matéria que tinha muita dificuldade. “Meu monitor me fez entender que eu tinha direitos e um deles era ter um espaço individualizado para realizar as atividades, caso fosse preciso. Eu entendi isso com um tempo e não hesitei mais. No último dia de monitoria, antes da apresentação do seminário, eu ouvi dele que estava pronta. Já na sala de aula, quase no final, eu resolvi falar. Segurei firme na mão daquele que futuramente jamais sairia do meu lado, o Lelê, e soltei tudo que havia estudado! Deu certo, tiramos a nota máxima”.¹⁵ Além de Leandro Maciel, Cíntia teve vários outros monitores durante sua graduação. Muitos continuam como seus afetos. De todos, guarda boas lembranças e aprendizados.

Ao se mudar para Mariana e estabelecer novos elos, uma nova Cíntia também foi sendo se reencontrando, onde o medo e a exclusão deram lugar ao protagonismo e ao pertencimento dela nas relações pessoais e também naquela que viria a ser a sua profissão. Santos destaca que, para além de terem acesso às informações, os cidadãos devem se apropriar dos meios de comunicação, participando de forma

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

efetiva nas discussões e na elaboração de conteúdos, algo que durante os quatro anos de graduação, a atual jornalista e comunicadora Cíntia Soares teve a oportunidade de vivenciar constantemente nas disciplinas e atividades correlatas.

O PAPEL DA PESSOA SEM DEFICIÊNCIA NA INCLUSÃO

O comportamento inclusivo não precisa (nem deve) ser restrito às pessoas com deficiência ou seus familiares. A sensibilidade para com as diferenças é uma característica fundamental para a construção de relações saudáveis em uma sociedade inclusiva. Este conceito envolve o reconhecimento da diversidade e a valorização da individualidade de cada pessoa, independentemente de diferenças físicas, mentais, sociais ou quaisquer outras características.

Para ter um pensamento sensível diante das diferenças é necessário abdicar de julgamentos rápidos ou estereótipos, e abrir-se à possibilidade de ouvir e aprender com aqueles que são diferentes de nós. Além disso, é importante reconhecer as desigualdades e privilégios existentes na sociedade e trabalhar para combater o preconceito e a discriminação, visando a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

As pessoas sem deficiência podem desempenhar um papel fundamental na promoção da acessibilidade. Apoiar a sensibilização da sociedade às necessidades de cada pessoa com deficiência, a ampliação e o cumprimento de legislação específica são atitudes esperadas e importantes nessa luta, mas há também a possibilidade de participar da criação de ferramentas de inclusão no sentido de conferir mais autonomia às pessoas com deficiência. Da mesma forma que o pensamento sintetizado de Angela Davis no livro “Mulheres, Raça e

Classe” (2016) cita não basta não ser racista em uma sociedade racista, sendo necessário ter uma postura antirracista, não podemos ter uma postura apenas não capacitista em nossa sociedade. Precisamos ser anticapacitistas.

Com ou sem deficiência, cada pessoa é única e além disso, cada sujeito tem o direito de escolher desenvolver diferentes habilidades, possuir diferentes desejos, aptidões e oportunidades ao longo da vida. Ao confrontar tais subjetividades com as diferentes realidades de nossos corpos e mentes, cada deficiência tende a agir de forma diferente sobre a pessoa com deficiência.

Tendo isso em vista, as pessoas sem deficiência devem ser agentes de inclusão se compreenderem as necessidades das pessoas com deficiências e atuarem para garantir o atendimento dessas necessidades. Entretanto, para uma postura anti capacitista, o foco não passa por olhar para a deficiência, mas para as urgências e subjetividades do indivíduo que vive com a deficiência. A empatia e a alteridade são importantíssimas para a construção de um ambiente inclusivo.

Em resumo, as pessoas sem deficiência têm um papel fundamental a desempenhar na promoção da acessibilidade, desde a sensibilização até a participação ativa na implementação de mudanças que tornem a sociedade mais acessível para todos.

GAMBIARRA(S)

Ainda no segundo período do curso de Jornalismo, Cíntia se viu com outro grande desafio: a disciplina de Fotojornalismo, área da fotografia que sempre despertou curiosidade e desejo nela. Contudo, ela

não sabia que sua presença na disciplina viria a se tornar a ruptura de mais um paradigma e a demonstração das grandes potencialidades de uma pessoa com paralisia cerebral (PC)¹⁶.

Neste caso, a busca por novas formas de inclusão foi iniciada pela professora da disciplina de Fotojornalismo, Dayane Barretos. Ela precisava encontrar uma alternativa para a discente com mobilidade reduzida e que nunca havia operado uma câmera fotográfica semi-profissional. A princípio, a utilização de um tripé convencional parecia ser uma alternativa, mas era preciso ir além e deixar afetar-se e ser afetado pelas questões postas a partir da chegada de Cíntia no curso e na UFOP.

No mercado é possível encontrar diversos dispositivos de acessibilidade, cadeiras de rodas, andadores, aparelhos auditivos ou próteses são alguns exemplos. Mas e quando a necessidade da acessibilidade é dar um passo adiante? E quando a pessoa com deficiência tem uma demanda que vai além do que imaginamos ser suficiente?

Cíntia era uma jovem estudante do curso de Jornalismo quando se viu frustrada diante de uma impossibilidade física imediata: Ser capaz de segurar uma câmera DSLR, padrão nas aulas de Fotojornalismo. Ela não queria ignorar esse conhecimento. Era de seu direito e interesse explorar as possibilidades da criação de imagem.

Não havia no mercado um dispositivo pronto para atender tal necessidade, afinal de contas, quantas pessoas enfrentam tal problema? Quantas Cíntias precisavam de um dispositivo auxiliar de apoio para

¹⁶ No caso de Cíntia, a falta de oxigenação durante o parto foi fator que causou a paralisia, trazendo como sequelas e alterações motoras, mais especificamente no andar e na coordenação motora fina, além de distonia, que é a contração involuntária dos membros e baixa resistência muscular.

manusear DSLRs? As necessidades são tão únicas quanto os desejos e imaginações dos sujeitos, por isso algo precisava ser criado, Cintia precisava de um apetrecho que fugisse ao padrão, uma vez que a própria Cíntia sempre fugiu a qualquer padrão.

No geral, a *gambiarra* pode ser uma solução improvisada ou um conserto temporário, feito para resolver um problema ou lidar com uma situação de emergência. Sem muito planejamento, realizada de forma rápida e com materiais comuns, não costuma ser considerada uma solução permanente ou duradoura. Gambiarra é “dar um jeito”, mesmo que não seja a maneira mais elegante e sofisticada.

Mas a gambiarra pode ser também terreno fértil para a inovação e porque não dizer de invenções, onde as soluções simples se transformam não em uma solução temporária, mas em um protótipo de um *gadget* capaz de promover em nosso caso a inclusão estudantil dentro da lógica acadêmica pretendida por Cíntia. A gambiarra pode sim substituir designs acabados e nos permitir caminhar no terreno da inovação, no sentido de possibilitar uma mediação inclusiva, ou como define Franco (2016) em sua tese *Saudações do terceiro mundo: games customizados, gambiarra e habilidades cognitivas na cultura hacker*.

Quando se elimina o caráter determinista e pré-concebido da representação como visão de mundo, a mediação aparece como ideia central para a construção de uma visão não essencialista. Defende-se, então, que para construir uma abordagem dentro da comunicação sobre a gambiarra é preciso discutir o conceito de mediação. Ela é fundamental dentro do campo, como a interseção necessária da cognição, tecnologias e antropofagia dentro de práticas do entretenimento. (FRANCO, 2016, p.52)

Em geral, o tempo necessário para desenvolver um produto acabado que dê conta de ser uma solução pronta de inclusão é longo e

dispendioso, portanto, inimigo das urgências cotidianas que emergem junto às afetividades e necessidades educacionais ou de sociabilidade. Era preciso “dar um jeito” e dar um jeito de forma urgente. Não cabia aguardar tanto ou não havia recursos financeiros para investir em soluções extravagantes.

Com o auxílio do pesquisador Luiz Felipe Pereira, do PPGCOM da UFOP, a solução encontrada para resolver o problema imediato passou pelo uso de alguns aviamentos e um tripé de alumínio leve e bastante simples. A ideia foi garantir a segurança da câmera a ser portada, para que, a partir daí, Cíntia pudesse manuseá-la com relativa liberdade de enquadramentos, algo que possibilitasse desligar o medo de derrubar o equipamento e a colocasse de forma a ser possível explorar sua criatividade ao aprofundar no seu estudo da fotografia.

Figura 1: Ilustração artística do protótipo fotográfico instalado na cadeira de rodas



Fonte: Ilustração do pesquisador Luiz Felipe Pereira

Ao longo do tempo, algumas mudanças foram desenvolvidas no sentido de melhorar a usabilidade do protótipo e possibilitar novos usos, conforme as necessidades surgiam em sua carreira acadêmica. Após o período no qual Cíntia estudou mais diretamente a linguagem fotográfica, ela precisou estudar a linguagem do audiovisual e assim por diante.

De certa forma, a gambiarra possibilitou uma abertura de portas. Apesar de parecer simples¹⁷, este equipamento tornou realidade o sonho de Cíntia em se tornar uma “jornalista completa”, no sentido de conseguir a oportunidade de operar, individualmente, aquela máquina registradora de imagens. Neste caso específico, Cíntia conseguiu se aproximar e se entender com o equipamento e passou a explorar suas possibilidades, a ponto de decidir por realizar, após a experiência bem sucedida na disciplina de Fotojornalismo, uma exposição fotográfica. Produzido pelo NEI, o ensaio intitulado *Multiplicidades* apresentou imagens de alunos com deficiência ocupando os espaços da Universidade. As fotografias foram feitas por Cíntia e por Matheus Victor, estudante do curso Administração da UFOP. A mostra aconteceu no hall do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (Iceb), no período de 01 a 14/06/2019.¹⁸

Figura 02: a autora da exposição fotográfica ladeada por Magno Guimarães e Gabriel Pereira



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora Cíntia Soares

¹⁷ Registro da apresentação da *gambiarra* desenvolvida para Cíntia disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Panok1tXw8>> . Acesso em 12 abril 2023.

¹⁸ Exposição fotográfica divulgada através da matéria disponível em <<https://ufop.br/noticias/assistencia-estudantil/exposicao-traz-vivencias-de-estudantes-com-deficiencia-na-ufop>> . Acesso em 12 abril 2023.

INCLUSÃO PARA A AUTONOMIA

Uma leitura atenta sobre a real situação e reais necessidades da pessoa com deficiência é exatamente o primeiro passo para pensarmos em alguma possibilidade de auxiliar. O fundamental é entender junto da pessoa com deficiência quais seus limites, vontades e necessidades. Mesmo que a intenção seja boa, uma palavra deve sempre nortear as iniciativas para a inclusão: autonomia.

É difícil imaginar qualquer iniciativa inclusiva distante do objetivo de garantir um pouco mais de autonomia à pessoa com deficiência, mas é importante pensarmos de forma global se a iniciativa visa de fato servir para conferir autonomia ou se o objetivo é acarinhar nossos egos ou fornecer uma inutilidade difícil de ser armazenada ou utilizada.

A autonomia é basilar em nossas relações humanas, não como uma escolha, mas como um imperativo. Da mesma maneira que não podemos jamais forçar alguém a nos dar amor ou não conseguimos evitar o ódio que recai sobre nós, não podemos impor sobre uma pessoa com deficiência a “minha ideia incrível”, pois a autonomia é um imperativo ético, é princípio basilar da dignidade humana.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão.
(FREIRE, 1996, p.31)

A autonomia começa no momento de escolha da pessoa com deficiência em querer ou não qualquer *gadget* e segue durante a escuta de suas reais necessidades, para desaguar em um movimento de

ampliação do seu poder de escolha. O movimento se dá através do diálogo, com respeito e sem necessariamente chegar a algum protótipo objetivo. Da mesma forma, é importante um ambiente onde a pessoa com deficiência possa, no final, ter a autonomia de dispensar tal protótipo, uma vez que nem toda gambiarra resolverá efetivamente seus problemas.

Dito isso, se há uma real intenção de auxiliar, se há uma real intenção da pessoa com deficiência em querer ser auxiliada e se existe uma boa ideia a ser testada, a melhor escolha é partir para o desenvolvimento, para a ação. Afinal, uma boa gambiarra pode ter grande poder transformador. Provavelmente não mudará a condição imposta pela deficiência, mas, de fato, pode conferir uma real autonomia para a pessoa, uma autonomia com dignidade e capaz de gerar bons frutos.

CONSTITUINDO UM CAMINHO DE ELOS E AFETOS PELA LINGUAGEM AUDIOVISUAL NA UFOP

Em uma reunião formal de apresentação dos projetos apoiados pelo Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência/PIDIC da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, a estudante Cíntia conheceu aquele que seria o orientador de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como parceiro em diversas outras atividades ligadas ao cinema e ao audiovisual. A motivada apresentação de suas ideias e das ações que pretendia desenvolver no projeto que havia sido selecionada dentro do Pidic sensibilizou, à primeira audição, o professor do DEJOR, Adriano Medeiros da Rocha, que fez questão de se manifestar publicamente, naquele mesmo dia, também ao microfone, que seria uma alegria tê-la, em um futuro próximo, como aluna de uma das disciplinas

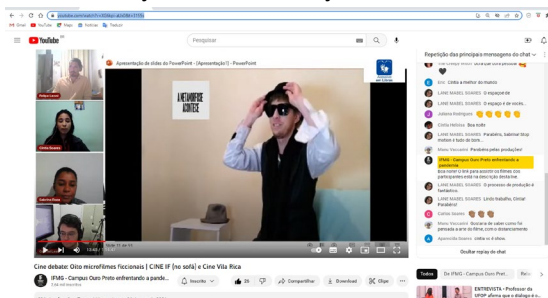
que ministra sobre linguagem audiovisual no curso de Jornalismo da UFOP. Estaria aí lançado o sopro para um novo e frutífero elo.

A primeira disciplina que a dupla compartilhou uma relação construtivista no campo educacional aconteceu durante o período mais intenso da pandemia de Covid-19. Tratava-se de *Produção e experimentação audiovisual*. Apesar do isolamento social, a disciplina e o docente propuseram um caminho reflexivo, teórico e prático que culminaria na criação de micrometragens ficcionais. Desde as primeiras aulas virtuais, Cíntia demonstrou participação ativa e inquietação. O próprio título da produção que ela elaborou e desenvolveu demonstrava a presença de tais elementos: *Metamorfose*.

Ela trabalhou diretamente no roteiro, direção e montagem da obra. Com seus seis minutos de duração, o filme aborda a história de um fã que, a princípio, deseja encontrar o seu ídolo e comete uma loucura. No entanto, há um segredo prestes a ser revelado. De acordo com Cíntia, o filme foi baseado em uma história real e “também buscou promover a inclusão, porque o personagem Davi é feito por uma pessoa com deficiência, completamente cego. Ele (o ator Thales Lopes) perdeu toda a visão e a gente teve que adaptar tudo pra ele também. O intuito era participar efetivamente do filme”.¹⁹

¹⁹ Fragmento da fala de Cíntia Soares durante debate virtual de lançamento dos *Oito micrometragens ficcionais* produzidos na disciplina de Produção e Experimentação Audiovisual.

Figura 03: Cíntia apresentando seu micrometragem de ficção em noite de lançamento virtual



Fonte: Cine debate de lançamento dos Oito micrometragens ficcionais

Depois do sucesso na experiência ficcional e de ter tomado gosto pela linguagem audiovisual, Cíntia experimentou um novo desafio: a disciplina de Telejornalismo, que também foi ministrada por Adriano Medeiros, de forma virtual. Percebendo o interesse manifestado pela estudante pela área na disciplina anterior e sua grande dedicação, o docente propôs a ela uma reorganização prévia da matéria, buscando estimular ainda mais sua inclusão e protagonismo na mesma. Para isso, professor, aluna e o técnico do Laboratório de Criação e Produção Audiovisual da UFOP, Anderson Medeiros, fizeram algumas reuniões remotas, antes do início do referido semestre letivo. O objetivo era encontrar uma nova *receita* para catalisar as potencialidades de Cíntia junto aos demais alunos.

No âmbito social, estabelecer uma comunicação é fundamental, pois, em muitos casos, é necessário ter uma visão mais ampla e humanista para que aconteça a compreensão exata daquela situação em que estamos inseridos, como é destacado no livro *Afetos na pesquisa acadêmica*:

[...] Os afetos e a Comunicação estão muito próximos, ou seja, os afetos são comunicação: alguma coisa se comunica pelos afetos, alguma coisa está comunicada nos afetos. Dito de outro modo, nossa comunicação se realiza através dos afetos e sobre um fundo de afetos. A perspectiva dos afetos é uma possibilidade de pesquisa na comunicação, uma possibilidade de perspectiva humanista, onde o estético, o ético e o político se juntam para pensar suas questões [...] (MORICEAU, 2020, p. 23)

Depois de longos diálogos, o novo caminho incluiu também novas bibliografias, outros exemplos de reportagens e telejornais, além da revisão na própria maneira de pensar a produção que seria feita de forma coletiva pela equipe durante o semestre. Apesar da timidez inicial, Cíntia aceitou a indicação do docente para assumir atividades até então não imaginadas diretamente por ela. Esta foi a primeira vez que uma pessoa com deficiência desempenhou papéis de destaque como repórter e apresentadora do *Telejornal Laboratorial Pontes*.

Como repórter, Cíntia desenvolveu um VT retratando a ampliação do teste do pezinho no Brasil. Ela desenvolveu a temática de forma polifônica, aprofundada e sensível, operacionalizando ampla pesquisa sobre o tema, articulando diversas fontes e materiais visuais tanto captados indiretamente pelos próprios entrevistados, como a partir da seleção de arquivos.²⁰

Neste caminho de aprendizado no Telejornalismo, Cíntia teve como aliadas especiais sua mãe e sua ex monitora Líria Barros, que colaboraram diretamente com o suporte técnico, in loco, durante as gravações, que foram acompanhadas, através do Google Meet, pelo professor Adriano Medeiros e pelo técnico Anderson Medeiros. Gravar

²⁰ A reportagem desenvolvida por Cíntia está disponível na edição 004 do telejornal Pontes, através do link <https://www.youtube.com/watch?v=jbyiFSMI_Yk&list=PL2tKtSTK_epU_6PvW6Cnagc0ZA31X8Vsp&index=4&t=2244s> . Acesso em 12 abril 2023.

todas as cabeças, notas, abertura e encerramento do produto levou algumas horas e deu muito trabalho para toda equipe envolvida. O intermitente sinal de internet também tentou, por algumas vezes, desanimar a equipe. Claro que ele não conseguiu. A representatividade que ecoava deste protagonismo de Cíntia era cativante demais. Pelo tardar do término das gravações, Líria acabou tendo que dormir na casa de Cíntia.

Figura 04: Cíntia Soares apresentando o telejornal Pontes



Fonte: Telejornal Pontes, edição 003

Aqui é importante também refletir sobre a representatividade das pessoas com deficiência na grande mídia. Apropriando-se de um discurso empático, muitas vezes, os meios de comunicação introduzem a publicidade inclusiva, que nada mais é do que dar destaque às pessoas com deficiência nos conteúdos consumidos, “pautando-se por uma postura ética, respeitando os direitos humanos e buscando contribuir com a construção da cidadania” (MUSTAFÉ, COÊLHO, 2021, apud MEDEIROS, 2008, p. 157-158). No entanto, muitas vezes, utilizam-se personalidades sem deficiência para falar sobre o tema da inclusão, ou seja, a mídia segue disseminando a ideologia de que as pessoas com deficiência não estão aptas para falar sobre si mesmas, marginalizando-as de maneira sutil.

Os jornais têm atuado como se as pessoas com deficiência não existissem todos os dias. Isso porque além de não haver recursos adequados de tecnologias assistivas na programação, aquelas pessoas também não são ouvidas, nem tampouco representadas nos discursos midiáticos.²¹

A participação efetiva de Cíntia em uma produção como o telejornal Pontes, que foi disponibilizado em multiplataformas²², abre caminho para discutirmos sobre a seletividade pessoa com deficiência, já que, para alguns, por conta de ser usuária de cadeira de rodas e ter restrições motoras, o seu corpo não estaria apto para estar em destaque, a não ser, que tais características fossem removidas, jogando luz no *disablism*:

(...) Discriminação que se concentra no tratamento diferenciado ou desigual, muitas vezes negativo, de pessoas com deficiência e na política social. Presume-se que o “nós” se refere a uma perspectiva “sã” enquanto a deficiência só é apresentada para ser melhorada, curada ou eliminada. (MUSTAFÉ, COÊLHO, 2021, p. 258)

Afirmações como essas colaboraram para a ativação de determinados gatilhos pesarosos, que quase impediram Cíntia de adentrar no universo da produção audiovisual, porém, as dificuldades também fizeram eclodir uma nova forma de evolução. Assim, os dizeres da *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* foram novamente confrontados, sendo revisada a própria concepção sobre o termo “deficiência”.

²¹ Acessibilidade, inclusão e informação jornalística durante a pandemia: onde estamos errando? Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Seel96fd9lw.>>. Acesso em: 26 fev. de 2023

²² Disponível na íntegra e de forma gratuita através do link <https://www.youtube.com/watch?v=60BkCsMBJ74&list=PL2tKtSTK_epU_6PvW6Cnagc0ZA31X8Vsp&index=3&t=49s>

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.²³

É possível dizer que a lei, ao fazer essa definição, contribui para uma visão limitadora, que nada mais é, de acordo com a Academia Brasileira de Letras, o capacitismo, assim dizendo, a “prática que consiste em conferir a pessoas com deficiência tratamento desigual (desfavorável ou exageradamente favorável), baseando-se na crença equivocada de que elas são menos aptas às tarefas da vida comum”²⁴. Essa visão perpetua a exclusão de pessoas que são rotuladas como inferiores, mas que, na verdade, são apenas diversas. Será que essas pessoas possuem realmente algum tipo de limitação? Ou será que é a sociedade que impõe barreiras para que elas não sejam incluídas efetivamente?

Incomodada com a falta de visibilidade e motivada pelas inúmeras incógnitas que acompanham as pessoas com deficiência, Cíntia quis romper outras amarras e, em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolveu a série autobiográfica *Elos: traduzindo o intraduzível*. Um dos principais objetivos foi demonstrar, através da experiência em primeira pessoa, quais são as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, as possibilidades de protagonismo na sociedade e como os vínculos afetivos estabelecidos na trajetória ajudam a superar as formas de preconceito.

²³ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 26 fev. 2023.

²⁴ Capacitismo. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/capacitismo>> Acesso em: 26 fev. 2023.

A série busca promover reflexões sobre o papel da sociedade no acolhimento dessas famílias e, também, colocar em evidência o potencial e a participação das pessoas com deficiência nas questões sociais e nos meios de comunicação. Ao lado de seus elos, Cíntia sempre exerceu um papel relevante e ambos foram agentes revolucionários em movimentos sociais, incentivando a inclusão e o apoio às famílias, contribuindo ainda, para o surgimento de novas histórias e protagonistas.

No início da fase de pesquisa da referida série, Cíntia foi convidada por seu então orientador, Adriano Medeiros, a integrar o Grupo de Pesquisa *Olhares e reflexões sobre os caminhos visuais do cinema latino americano*. A partir deste convite, ela também adentrou em um projeto de Iniciação Científica, desenvolvido de forma paralela e dialógica ao seu TCC. No grupo de pesquisa Cíntia teve a oportunidade de conhecer outros autores e cinematografias e também de investigar afetos e o protagonismo das pessoas com deficiência nas produções cinematográficas latino-americanas. Além disso, a cada encontro, foi possível dialogar com aspectos de linguagem que a ajudaram a esboçar o caminho construtor da própria série documental.

O artigo *Representação da doença no cinema documentário autobiográfico*, de José Francisco Serafim e Natalia Ramos (2014), explica que algumas das produções documentais contemporâneas priorizam a presença do realizador no filme e buscam auxiliar no autoconhecimento, na relação consigo mesmo e com o outro:

O filme documentário, permite a análise da objectividade e da subjetividade da relação do Eu e do Outro e do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade, constituindo um meio de exploração dos fenómenos psicológicos, sociais, antropológicos e identitários e de reelaborar a própria

representação individual, social e antropológica, nomeadamente nos processos de saúde e doença. [...]

Esses filmes são na maior parte das vezes realizados por cineastas-documentaristas que se aventuram na busca de compreensão de si mesmos, de certas questões e vivências pessoais e identitárias, bem como de comunicação e partilha de suas histórias de vida e doença dolorosas. (SERAFIM, RAMOS, 2014, p. 32-33.)

Como desdobramento dos três semestres da pesquisa, Cíntia desenvolveu uma série documental autobiográfica, em suporte de vídeo, com três episódios e duração aproximada de 10 minutos cada um, abordando os elos afetivos das famílias que têm filho(a)(s) com alguma deficiência. Os episódios não são lineares, propiciando independência na ordem de visualização. Por meio de relatos, imagens pessoais e convidados/entrevistados que vivenciaram momentos significativos com a pesquisadora-realizadora, se incentiva o protagonismo das pessoas com deficiência e também da afetividade. Cada episódio possui um tema central, sendo eles: *Afetividade*; *Somos todos iguais*; *Vivendo intensamente*.

Buscando gerar curiosidade no público e dinâmica ao longo da série, Cíntia constituiu uma proposta estética que levou em conta as sutilezas dos temas abordados. Neste sentido, há o desejo de explorar as possibilidades do ponto de vista/câmera subjetiva, convidando o público para estar no lugar de Cíntia, transitando pela Universidade, pela cidade de Mariana e pelos demais espaços, onde poderá ver o mundo como ela vê, ou seja, estando sentado em uma cadeira de rodas. Através da alternância entre os planos objetivos e o ponto de vista dela, o espectador pode conhecer mais de sua história e perspectiva de mundo.

Coaraci Bartman Ruiz (2021) afirma que a produção de documentários autobiográficos surge como uma resposta de cineastas

para um momento de crise e transformação dentro de sólidas instituições sociais. A partir dessa visão, Cíntia decidiu se debruçar por três semestres na experiência que envolveu direção e roteirização de uma série documental onde “o maior desafio seria traduzir o intraduzível: o amor ao próximo. Ao me colocar diante desta missão, pude ser mais um dos tantos atores protagonistas que estão sendo fundamentais na construção de uma nova sociedade e um novo modelo de comunicação”.

Como se poderia imaginar, na banca de TCC de Cíntia, efetivada no dia 15 de dezembro de 2022, não faltaram elos e afetos. Em uma apresentação híbrida, Cíntia agrupou dezenas de pessoas em uma sala lotada do Icsa e outras tantas a partir da modalidade virtual. Com certeza foi um recorde de participação em uma banca de TCC dentro do curso de Jornalismo da UFOP. E olha que a série nem foi exibida naquela data.

Figura 5: Tela capturada durante a banca de TCC de Cíntia Soares



Fonte: pesquisador Adriano Medeiros

Além da quantidade de pessoas reunidas, a qualidade e a potência do diálogo entre a protagonista da pesquisa/produto e membros da banca foi marcante. Por tudo que representou(a) a estudante Cíntia Soares, sua trajetória na UFOP, suas reflexões dentro e fora da série documental desenvolvida, em vários momentos, algum participante

rompia a seriedade do pensamento científico e daquele momento avaliativo para deixar transparecer lágrimas de emoção, de empatia. Para Cíntia, talvez este tenha sido o clímax de toda uma fase de aprendizado dentro da universidade pública brasileira, um conhecimento que une o aspecto objetivo e o subjetivo, o conteúdo das disciplinas e o conhecimento do convívio, a quebra de tabus e os elos e afetos conquistados pelo caminho. A própria Cíntia resume esta relação orgânica: “por isso, eu digo que a UFOP nunca deixará de ser o meu amor mais verdadeiro”.

REFERÊNCIAS

- Cine debate: Oito microfilmes ficcionais | CINE IF (no sofá) e Cine Vila Rica. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=XG6kpi-aUx0> . >
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed.). São Paulo, Boitempo, 2016.
- AUGUSTIN, I. R. L. . Modelos de deficiência e suas Implicações na Educação Inclusiva. In: IX Anped Sul - Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012, Caxias do Sul. Anais do IX Anped Sul 2012.
- BAMPI, L. N. da S., GUILHEM, D., & ALVES, E. D. (2010). Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência . *Revista Latino-Americana De Enfermagem*, 18(4), 816-823. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692010000400022.>> Acesso em: 26 de fev. 2023.
- FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17 n.31, p.59-73, jul./dez., 2013. Disponível em: <<https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>>. Acesso em: 26 de fev. 2023.
- FRANCO, José Carlos M. S. “SAUDAÇÕES DO TERCEIRO MUNDO”: games customizados, gambiarra e habilidades cognitivas na cultura hacker. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MORICEAU, Jean-Luc. Afetos na pesquisa acadêmica. *Fafich/Selo PPGCOM/UFMG*, pp.177, 2020, Ensaios, 978-65-86963-10-6. (hal-03030241)
- MUSTAFÉ, Isabella Szabor Machado; COÊLHO, Tamires Ferreira. “Eu Respeito”?: reflexões sobre acessibilidade afetiva e comunicativa na publicidade do MMFDH. *Revista Culturas Midiáticas*, João Pessoa, v. 15, pp. 243-265, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.60532>> Acesso em: 26 fev. 2023.
- RUIZ, C. B. (2021). Documentário autobiográfico e feminismo: O quarteto de filmes de Miriam Weinstein. *Revista Eco-Pós*, 24(1), 120–138. <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i1.27603>
- SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. 2. ed. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013. 226 p. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/img-pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>> Acesso em: 02 de mar. 2023.
- SCORALICK, K.; MORAES, C. M. R. . O outro com deficiência na TV: uma análise da representatividade por apresentadores e repórteres no telejornalismo e demais gêneros televisivos. *ANALECTA*, v. 6, p. 1-20, 2020.
- SERAFIM, J.F. RAMOS, N. Representação da doença no cinema documentário autobiográfico. In A. Costa Valente & R. Capucho (Coord.), *Avanca/Cinema*, 2014.
- SILVA, Ana Carolina Alves. *PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO: possibilidades e desafios*. 2021. 131 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.
- SILVA, Glauber Paiva da. *Noções De Identidade De Stuart Hall E O Diálogo Com O Patrimônio Cultural Imaterial*. 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553116115_ARQUIVO_NOCOES DEIDENTIDADEDESTUARTHALL.pdf> Acesso em: 26 fev. 2023.

ORGANIZADORES

Sônia Caldas Pessoa é Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Bolsista de Produtividade do CNPQ (Bolsa PQ). Professora visitante no Institut Mines-Télécom (França), entre agosto de 2023 e julho de 2024, com bolsa Capes-Print. Co-coordenadora da Rádio Terceiro Andar, do Laboratório de Experimentações Sonoras (FAFICH/UFMG) e do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vista a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e emprego. Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG (2015). É autora do livro Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas. Foi Bolsista do CNPQ em doutorado sanduíche na Université Paris Est-Crèteil: Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication), Paris, França (2013/2014) e bolsista da Capes no Brasil (2012/2015). Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2005). Foi Diretora científica adjunta da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na gestão 2017/2020. É sub-coordenadora do GT Estudos Radiofônicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Coordena projetos financiados pelo CNPQ, Capes e Fapemig. É idealizadora do Blog Tudo Bem Ser Diferente (<https://tudobemserdiferente.wordpress.com>), que aborda a educação inclusiva, compreendendo as diferenças, as deficiências e a diversidade. O blog foi criado para compartilhar desafios e narrativas sobre a inclusão da partir da experiência com o filho Pedro, que morreu aos 9 anos, em 2016, com hidrocefalia.

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani é Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É Jornalista (UFMG/2002) e Doutora em Ciência da Informação (UFMG/2011). Possui experiência no mercado de produtos e serviços de valor agregado para Telefonia Celular (2003-2006) e no desenvolvimento de estudos de usabilidade (2007-2011) e pesquisas de mercado (2005-2011). Foi professora visitante na Escola de Ciência da Informação da UFMG (2012-2013) e atuou na Fapemig como bolsista do Programa de Comunicação Científica, Tecnológica e de Inovação (PCCT/2014-16). É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Seus interesses de pesquisa abrangem: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Mídias Móveis; Divulgação Científica; Corpo; Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é diretora adjunta e coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG. E-mail: camilam@ufmg.br.

Luiz Alex Silva Saraiva é Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. É bolsista de produtividade do CNPQ. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG). Foi Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (2019-2021). Foi membro fundador e Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), à qual é filiado e onde tem coordenado Grupos de Trabalho em diversas edições do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO). É também filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), onde foi membro do Comitê Científico da Divisão Estudos Organizacionais (2013-2014) e atualmente coordena o Tema de Interesse Estudos Organizacionais e Cidades (2021-2023), à Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (Esocite.BR), onde coordenou um Grupo de Trabalho Estudos Feministas de Ciência, Tecnologia e Sociedade: Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia, Classe e Deficiência no Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (2021), e à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e

Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Membro do Conselho Editorial da Editora UFMG. Diretor das séries 'Estudos Organizacionais e Sociedade' e 'Comunicação, Discursos e Experiências', ambas na Editora Fi. Fundador e Editor-Chefe da Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, tem sido editor convidado em outros periódicos brasileiros (Gestão & Planejamento, Cadernos EBAPE.BR, Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Revista de Administração de Empresas), sendo Membro do Corpo Editorial Científico de dezenas de periódicos e eventos científicos nacionais e internacionais. Publicou os seguintes livros: Estudos organizacionais e sociedade - volume 1 (Fi, 2023), Discursos e Organizações (Fi, 2022), Diferenças e territorialidades na cidade (Barlavento, 2020), História, práticas sociais e gestão das/nas cidades (Barlavento, 2020), Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário (Barlavento, 2019), Energia, organizações e sociedade (Massangana, 2018), Fundamentos de administração: um convite ao mundo dos negócios (SEBRAE Minas, 2017), Gestão estratégica das empresas (SEBRAE Minas, 2017), Sete pecados capitais nas organizações (UFBA, 2014), Identidade nas organizações (Juruá, 2010), Análise do discurso em estudos organizacionais (Juruá, 2009), Organizações Familiares: Um Mosaico Brasileiro (UPF, 2008), Simbolismo Organizacional no Brasil (Atlas, 2007), Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas (Saraiva, 2006). Atua como Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5307-9750>. E-mail: saraiva@face.ufmg.br.

AUTORES

Adriano Medeiros da Rocha é cineasta, professor de cinema, TV e linguagem audiovisual do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, curador do Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, pós doutorando pelo PPGCINE da Universidade Federal Fluminense, doutor em Artes/Cinema, pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais e Departamento de Audiovisual da Universitat Autònoma de Barcelona. Desenvolve suas pesquisas científicas na linha Criação e análise da imagem e do som. Entre suas publicações estão os livros Cinejornalismo Brasileiro e Videorelações. Também organizou os livros Audiovisual e juventude e Audiovisual revolucionário. Entre os filmes que dirigiu estão: Consciência do Passado (ficção), Antártica: janela polar (documentário), Salve minha vida (ficção) e O último cinema (documentário). Além dessas ações, foi orientador de Cíntia na trajetória da graduação.

Amábilé Tolio Boessio é Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM e Mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa/UFV. Tecnóloga e licenciada em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. É associada e professora da Cooperativa de Trabalho Educacional/COOPEEB. Integrou como pesquisadora o Observatório da Juventude Rural na Universidade Federal de Viçosa/UFV e do Observatório Mineiro do Cooperativismo (2013-2016). Participou como integrante do Grupo de Agroecologia Terra Sul/GATS vinculado à UFSM. Suas pesquisas são alinhadas às dinâmicas sócio-ambientais e estratégias de desenvolvimento rural e identidades e representações coletivas, relacionadas às temáticas de Gênero e Juventude, Cooperativismo e Economia Solidária, Ruralidades e mais recentemente tem se dedicado aos afetos na pesquisa acadêmica, pesquisas com abordagens etnográficas e pesquisa em performance, sendo sua tese de doutorado fruto desse trabalho.

Angie Gomes Biondi tem formação em Letras e Comunicação Social. É doutora em Comunicação Social pela UFMG e concluiu pós-doutorado pela Université du Québec à Montréal. Publicou o livro *Corpo sofredor: figuração e experiência no fotojornalismo* pelo Selo PPGCom UFMG (2015) e junto com Ângela Salgueiro Marques publicou *Apelos solidários* pela Intermeios Editora (2017). Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (2014-2023). Líder do Grupo de Pesquisa *Corpo, Imagem e Sociabilidade*. Tem estudos voltados às configurações do corpo produzidas no âmbito das práticas mediáticas - tais como a jornalística, publicitária, fotográfica, entre outras -, através da análise das diferentes linguagens, discursos, suportes e materialidades visuais, a fim de compreender suas relações com as formas de sociabilidade ativas na cultura contemporânea.

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani é Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É jornalista e Doutora em Ciência da Informação. É co-coordenadora do *Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades*. Seus interesses de pesquisa são: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Divulgação Científica; Corpo, Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é Diretora Adjunta e Coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG. Contato: camilam@ufmg.br.

Carlos Magno Camargos Mendonça é Professor Associado III do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Desenvolve pesquisas com foco na relação entre comunicação e estudos de gênero, performance, corpo, homossexualidade masculina e propaganda. É um dos líderes de pesquisa do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional - NEEPEC.

Cíntia Rita Soares de Freitas é jornalista formada pela Universidade Federal de Ouro Preto, pesquisadora do grupo *Olhares e reflexões sobre os caminhos visuais do cinema latino americano*, diretora e roteirista da série documental *Elos: traduzindo o intraduzível*, documentarista e ativista pelas causas das pessoas com deficiência.

Dayane do Carmo Barretos integra o Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL) desde 2019. Mesmo que já pesquise sobre gênero desde o início do doutorado, em 2017, foi apenas ao começar a frequentar o GEL que suas experiências enquanto mulher lésbica passaram a ser também tema de pesquisa nos artigos que escreve com as demais colegas do grupo (ainda que sempre tenha atravessado todas as suas produções de certa maneira). É formada em Jornalismo pela UFOP, e mestra pelo Programa de PPGCOM da mesma instituição. Realizou o doutorado no PPGCOM/UFMG, local onde agora realiza residência pós-doutoral com bolsa CNPq em um projeto que investiga narrativas sobre violências contra mulheres lésbicas financiado pela FAPEMIG.

Elis Rockenbach é natural de Cuiabá (MT), é artista visual, graduanda em Desenho (Bacharel - Artes Visuais) na UFMG, ilustradora, fotógrafa, lésbica e atualmente estagia na PBH, pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), onde desenvolve projetos gráficos, audiovisuais e eventos culturais, todos profundamente entrelaçados com a educação ambiental e o pensamento crítico que a acompanha.

Com um desenho de traçados orgânicos, com manchas aguadas que se expandem, repleto de um encanto por minúcias e detalhes, aborda sua pesquisa artística e poética, buscando nesses elementos seus extravasamentos para o espaço enquanto desenho que acontece.

Fernando Resende é Professor do curso de Estudos de Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Mídia e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pesquisador Senior do CALAS - Centro de Estudos Avançados Latino-Americanos (Universidad de Guadalajara, México). Pós-doutorado na School of Oriental and African Studies (SOAS - University of London - Inglaterra - 2013). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2002), Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1988). Coordenador do TRAVESSIA - Centro de Estudos e Pesquisas do Sul Global e do [LAN] Laboratório de Experimentação e Pesquisa de Narrativas da Mídia (UFF). Pesquisador PQ/CNPq com ênfase em teoria e estudos da Comunicação, do Jornalismo e da Imagem, atuando principalmente nos seguintes temas: narrativas, discurso, cultura e alteridades, com ênfase em problemas relacionados a conflitos no Oriente Médio e na América Latina. Professor visitante na Université de Perpignan,

França (Mestrado em Crossways Cultural Narratives - bolsa Erasmus Mundus/União Europeia), na Universität Tübingen, Alemanha (Cátedra João Guimarães Rosa de Estudos Culturais e da Comunicação no Brasil) e na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Pesquisador associado do Centre for Film and Media Studies e do Centre for Palestinian Studies da SOAS - University of London. Foi coordenador local do Erasmus Mundus Joint Doctorate - Cultural Studies in Literary Interzones (UFF/Bergamo/Tübingen/Perpignan/Delhi). Foi vice-coordenador do GT Islam & Media da International Association for Media and Communication Research (IAMCR - 2011/2012); pesquisador visitante (Faperj, 2007/2008) na UFF e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (Bolsa CES/2003). Coordenou o Mestrado Interinstitucional (Minter - UFF/UFMA/2009/2011) e o GT Estudos do Jornalismo, na COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (biênio 2009/2010). Autor do livro *Textuações: ficção e fato no Novo Jornalismo de Tom Wolfe* (São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002).

Igor Lucas Ries é publicitário, pedagogo, doutor em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná - PPGCom-UTP (bolsista CAPES/Brasil) e mestre pelo mesmo programa. É membro dos grupos de pesquisa CIS (Grupo de Pesquisa Corpo, Imagem e Sociabilidade) e INCOM-UTP (Grupo de Pesquisa Interações Comunicacionais, Imagens e Culturas Digitais). Pai de um garoto autista, dedica-se às pesquisas sobre autismo e neurodiversidade no campo comunicacional. Sua tese é intitulada "'Somos autistas': uma cartografia afetiva de enunciados de neurodivergentes no Instagram" (2023). Autor dos livros "Autismo: conexões em busca por reconhecimento" (2021) e "Fragmentos de vida: comunicação, cultura e afetividades" (2022) e de outros estudos sobre autismo e práticas comunicacionais. Atua como coordenador acadêmico e professor universitário em cursos superiores no Gran Centro Universitário.

Joana Ziller criou, em 2018, o grupo de pesquisa que algum tempo depois veio a se chamar Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL). Fez graduação em Comunicação Social na UFMG, mestrado e doutorado em Ciência da Informação na mesma Universidade. Na graduação, é professora dos cursos da área de Comunicação Social; também é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, ambos desde 2012. Iniciou sua saída do armário aos 16 anos, mas só 27 anos depois conseguiu começar a pesquisar lesbianidades.

Juarez Guimarães Dias é Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, Extensionista, Pesquisador e Co-coordenador do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional (Neepec). É dramaturgo, encenador e publicitário, Doutor em Artes Cênicas (Unirio), Mestre em Literatura (PUC-Minas) e Bacharel em Publicidade e Propaganda (Uni-BH). Tem trabalhos artísticos reconhecidos, publicações em revistas especializadas, além dos livros “Narrativas em cena: Aderbal Freire-Filho e João Brites” (MóBILE Editorial/ Faperj, 2015) e “O fluxo metanarrativo de Hilda Hilst em Fluxo-floema” (Annablume, 2010).

Jude Civil é Doutorando em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Ottawa. Bacharel e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante os estudos de graduação e pós-graduação, trabalhou com o processo de inclusão dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira e a discriminação racial. Os interesses de pesquisa são: migração internacional, análise do discurso da mídia, construção de identidade em contexto migratório, minorias visíveis, racismo e discriminação. E-mail: civil.jude90@gmail.com

Kellen do Carmo Xavier faz doutorado no PPGCOM/UFMG, tendo feito mestrado no Poscom/UFSM e graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda na UFRGS com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa (UNL) como bolsista do programa Bolsas Luso-Brasileiras do Santander Universities. Integrante do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG) desde 2020, participou também do projeto de extensão GEEUM@ - Grupo de Estudos e Extensão Universidade das Mulheres durante sua passagem por Santa Maria/RS entre 2017 e 2018, tendo sido apresentada aos estudos de gênero e sexualidade em 2014 como bolsista do projeto de pesquisa Estudos de Gênero e da Sexualidade na Publicidade e Propaganda Brasileira: as representações das homossexualidades em anúncios publicitários televisivos na UFRGS.

Leíner Hoki nasceu em Cuiabá - MT em 1992. Graduiu-se em Artes Visuais na Escola de Belas Artes da UFMG. Também é mestre em Artes pela mesma instituição. Sua dissertação “Tribades, Safistas, Sapatonas do mundo, uni-vos: investigações sobre a poética das lesbianidades” foi publicada como livro pela Editora Margem da Palavra em

2021, sendo finalista do Prêmio Jabuti de 2022. Leíner é artista visual, escritora, poeta, pesquisadora e arte educadora popular, atuando no programa de rádio Vozes da Terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Atualmente, é trabalhadora da Saúde Pública, atuando como arte educadora no Consultório na Rua do SUS - BH.

Letícia Santana Gomes é Doutora e Mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde também se bacharelou em Letras (Tecnologias de Edição) como editora de livros e revisora de textos, mas costuma dizer que é fazedora de livros. Foi pesquisadora de Doutorado Sanduíche na Université Sorbonne Paris Nord. É também licenciada em Letras – Língua Portuguesa e com formação em Design Editorial. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, principalmente narrativas de vida, em uma perspectiva contra-hegemônica e decolonial; Processos editoriais (impressos e audiovisuais) e estudos sobre profissionais da edição, com destaque às mulheres-editoras-independentes. É integrante do grupo de pesquisas Narrar-se, Mulheres na Edição e da Coletiva Virgínia, que reúne mulheres profissionais do mercado editorial brasileiro. Atualmente, é pesquisadora, produtora editorial e em qualquer oportunidade segue nas andanças pelo mundo.

Luiz Alex Silva Saraiva é Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração (2023-2025). Coordenador do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS). Editor-Chefe da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Bolsista Produtividade (Nível 2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

Luiz Felipe Pereira é formado em Artes Cênicas e Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente, cursa mestrado no Programa de Pós Graduação em Comunicação da mesma instituição, onde se aprofunda no estudo do cinema. Também

se envolve na causa das pessoas com deficiência, onde busca contribuir para uma sociedade mais diversa e igualitária. Foi o co-orientador de Cíntia durante seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Maria Paula Monteiro Machado é de Sete Lagoas/MG e está se graduando em Jornalismo pela UFMG, com interesse em pesquisas sobre gênero, sexualidade e feminismos. A partir da presença na Universidade conseguiu “sair do armário”, e encontrou espaços seguros para trocar experiências sobre a vivência LGBTQIAP+. Foi bolsista de extensão do Fórum da Mulher do Jequitinhonha, entre 2020 e 2021, articulado pelo Polo Jequitinhonha em conjunto com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem). É ativista feminista, organizada no Coletivo Várias Marias, em Sete Lagoas, bolsista CNPq de iniciação científica no Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG) desde 2022 e pesquisadora voluntária no Nepem.

Phellipy Jácome é Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG) na linha de Textualidades Midiáticas. É coordenador do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas e co-coordenador do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES/FAFICH UFMG) e da Rádio Terceiro Andar (UFMG). Suas pesquisas são financiadas pela Capes, CNPq e Fapemig.
phellipy@ufmg.br

Rafaela Vasconcelos Freitas saiu do interior de Minas Gerais e na UFMG realizou graduação, mestrado e doutorado, pesquisando sexualidades e gêneros a partir da psicologia social/política, feminismos e perspectivas queer. Teve grande parte de sua formação constituída a partir de projetos de pesquisa e extensão, ativismos, assim como grandes amizades e parcerias desenvolvidas no Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh/UFMG). Atravessou o mapa para realizar seu pós-doutorado na UFRGS, investigando agora dinâmicas dos corpos gordos, experiência que vivencia antes mesmo das lesbianidades passarem a também caracterizar sua vida.

Sônia Caldas Pessoa é Doutora em Estudos Linguísticos, Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UFMG), Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, do Laboratório de Experimentações

Sonoras e da Rádio Terceiro Andar. Bolsista Produtividade (Nível 2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Professora Visitante do Institut Mines-Telecom (França) entre agosto de 2023 e agosto de 2024 com bolsa Capes. Coordenadora do Projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” com financiamento da Fapemig. Contato: soniacaldaspessoa@gmail.com.

Stephanie Boaventura é mamífera, sonhadora, pesquisadora, artista e mãe. É também bacharela em Artes Visuais, mestre e doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o projeto de pesquisa intitulado “Acreditar na fera e sonhar a semente: os sonhos de mulheres vivenciando o ciclo gravídico-puerperal”. Sua produção, nas Artes e na Ciência, investiga temas que perpassam as vidas, as condições sociais e as formas de resistência das mulheres na construção conjunta de conhecimento em ambientes digitais; a vida social na era das plataformas e novas tecnologias. Depois de vivenciar gravidez, parto e pós-parto durante a quarentena pela pandemia de Covid-19, suas pesquisas se voltam para a maternidade como controle e como potência, para os sonhos e a construção de estratégias coletivas para escapar do fim do mundo e garantir o futuro para as próximas gerações.

Vanessa Cardozo Brandão é Professora do Departamento de Comunicação e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG. Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela Puc Minas e Doutora em Literatura Comparada pela UFF com dissertação e tese defendida sobre a obra literária de José Saramago. Pesquisa nas áreas de Comunicação e Literatura, com os temas pós-modernidade e produção literária, intermedialidade e estética da recepção (novos processos de produção, leitura e textualidades nas redes digitais).



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org